

REVISTA

PRAIAVERMELHA

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa da área de Serviço Social e áreas afins, procurando colocar em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Aloísio Teixeira

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Ângela Uller

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

DIRETORA

Prof^ª Dr^ª Maria Magdala Vasconcelos de Araújo Silva

VICE-DIRETORA

Prof^ª Dr^ª Gabriela Maria Lema Icasuriaga

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Prof^ª Dr^ª Yolanda Aparecida Demétrio Guerra

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU

Prof^ª Dr^ª Cleusa dos Santos

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Mailing Adress

UFRJ - Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação

Av. Pasteur, 250 – fundos

CEP 22290-240

Rio de Janeiro - RJ

Telefone (21) 3873-5386

(21) 3873-5385

E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Site: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/index>

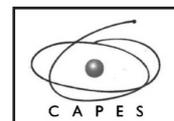
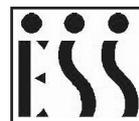
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

Solicita-se Permuta / Exchange Desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser copiada ou transmitida sem a permissão dos editores. As posições expressas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REVISTA
PRAIAVERMELHA

ISSN 1414-9184

COMISSÃO EDITORIAL**Carlos Nelson Coutinho,**

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

José Maria Gomez,

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

José Paulo Netto,

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal)

Ana Elizabete Mota (UFPE-PE)

Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI)

Berenice Couto (PUCRS- RS)

Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal)

Cibele Rizeck (USP- SP)

Cleusa dos Santos (UFRJ- RJ)

Consuelo Quiroga (PUC-MG)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF)

Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra)

Elizete Menegat (UFJF-MG)

Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França)

Ivete Simionatto (UFSC-SC)

José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP)

Júlio de Assis Simões (USP-SP)

Leilah Landim (UFRJ-RJ)

Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT)

Marcelo Badaró (UFF-RJ)

Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina)

Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP)

Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA)

Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ)

Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP)

Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP)

Maria Lucia Martinelli (PUC-SP)

Maria Lúcia Werneck Vianna (UFRJ- RJ)

Michael Löwy (EHESST-França)

Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai)

Neli Aparecida de Mello (USP-SP)

Potyara Amazoneida Pereira (UNB-DF)

Ricardo Antunes (UNICAMP-SP)

Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ)

Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA)

Sérgio Adorno (USP-SP)

Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ)

Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra)

Valéria Forti (UERJ-RJ)

Vera da Silva Telles (USP-SP)

Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA)

Vicente de Paula Faleiros (UNB-DF)

EDITORAS CIENTÍFICAS**Maria de Fatima Cabral Marques Gomes,**

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

Myriam Lins de Barros,

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

EDITOR PARA WEB

Luis Acosta

ASSESSORIA TÉCNICA

Rodrigo Castelo Branco

Rosemere Santos Maia

Rafael Castro

DESIGN GRÁFICO

Fábio Rapello Alencar

REVISÃO - PORTUGUÊS

Maria de Fátima B. Menezes Migliari

TRADUÇÃO E REVISÃO - INGLÊS

Maurício Miranda

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 19, nº 2 (2009) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 2009.

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social - Periódicos. 2. Teoria Social - Periódicos. 3. Política - Periódicos

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia <<http://ccn.ibict.br>>

Base Minerva UFRJ

Revista On line - ISSN1984 669X

Sumário

Editorial	
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes	9
Artigos	
Orígenes comunes de la crisis económica y la crisis ecológica	13
François Chesnais	
“Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”	21
Ronaldo Coutinho	
A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade	37
Ana Elizabete Mota	
Maria das Graças e Silva	
A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica	51
Henri Acselrad	
Raquel Giffoni Pinto	
A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental	65
Rachel Zacarias	
Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental	73
Neli Aparecida de Mello Théry	
Hervé Théry	
O meio ambiente sob a ótica das políticas de empreendedorismo urbano: a natureza como espetáculo e produto de consumo	89
Isabel Cristina da Costa Cardoso	
Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia	111
Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves	
Silvana Compton Barroso	
Talita de Melo Lira	
Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais	123
Yolanda Guerra	
Fátima Grave Ortiz	
A Lei de Chico de Brito e o cenário da exclusão educacional camponesa no Maranhão: primeiras aproximações	137
Maria de Fátima da Costa Gonçalves	
Juventude e cidade: um debate sobre regulação do território	143
Maria Aparecida Tardin Cassab	
Joseana Rodrigues dos Reis	
Resenhas	
Ecologia e Socialismo	155
Bruno José da Cruz Oliveira	
Cidade, ambiente e política - problematizando a Agenda 21 Local	159
Ana Carneiro	
Normas editoriais	163

Contents

	Editorial	
	Maria de Fátima Cabral Marques Gomes	9
	Articles	
The common origins of the economic crisis and the ecological crisis	François Chesnais	13
Mercantile logic and environmental crisis	Ronaldo Coutinho	21
The environmental matter and the contradictory speech of the sustainability	Ana Elizabete Mota Maria das Graças e Silva	37
The entrepreneurship management of the “social risk” and the neutralization of criticism	Henri Acselrad Raquel Giffoni Pinto	51
The destructive logic of the process of the accumulation of capital and the environmental destruction	Rachel Zacarias	65
Carajás-Parauebas: conflict between models of development in the Eastern Amazon	Neli Aparecida de Mello Théry Hervé Théry	73
The environment in the perspective of urban policy entrepreneurship: the nature as un spectacles and product consuption	Isabel Cristina da Costa Cardoso	89
Traditional populations: handle of the natural resources in the Amazon	Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves Silvana Compton Barroso Talita de Melo Lira	111
The paths and the fruits of “switch”: notes on the III Brazilian Congress of Social Workers	Yolanda Guerra Fátima Grave Ortiz	123
The Law of “Chico de Brito” and the scene of educational exclusion peasant in the Maranhão: first approaches	Maria de Fátima da Costa Gonçalves	137
Youth and the city: a debate on regulation of the territory	Maria Aparecida Tardin Cassab Joseana Rodrigues dos Reis	143
	Book Review	
	Ecology and Socialism	
	Bruno José da Cruz Oliveira	155
City, environment and policy - questioning the Local Agenda 21	Ana Carneiro	159
	Publications norms	163

Nos últimos anos a crise ambiental tem tomado espaço na mídia como uma questão de proporções avassaladoras que coloca em risco todo o planeta e a própria sobrevivência da humanidade. Nesse contexto, diversos encontros têm sido promovidos por fóruns organizados pelos países desenvolvidos com a finalidade de definir medidas que venham a salvar o planeta. Convém destacar que as estratégias encaminhadas procuram soluções intrassistêmicas, pois não colocam em xeque o modo de produção capitalista, responsável, por exemplo, pelo aquecimento global devastador para milhões de pessoas e para biodiversidade. A questão ambiental é considerada, nesse sentido, uma externalidade, isto é, um fator não diretamente ligado ao modo de produção capitalista. Observa-se que esta crise tem sido tomada em consideração pois, nesse momento, se revela como limite ao próprio desenvolvimento do capital.

Este número da Revista Praia Vermelha apresenta um conjunto de artigos que pretendem desconstruir esses discursos e analisar conflitos provocados por intervenções que visam minorar a questão ambiental. François Chesnais em seu artigo intitulado **Orígenes comunes de la crisis económica y la crisis ecológica**, cujos direitos autorais foram gentilmente cedidos pela revista *Herramienta*, aponta a conjunção entre a crise econômica e o aprofundamento da crise ambiental, destacando seus impactos sociais ao nível mundial. Denuncia o tratamento dado à questão, por diversos governos, em nível nacional e internacional, o qual tem contribuído para a manutenção do *status quo*. A reflexão realizada pelo autor revela as origens comuns entre a crise econômica e a crise ambiental, considerando ambas relacionadas à natureza do capital e da produção capitalista que, para se reproduzir, depreda o planeta. Para Chesnais, somente nos últimos anos os marxistas atribuíram maior importância à questão ecológica que foi, ao longo dos anos, colocada de lado nas reflexões dessa linha de pensamento.

Em **Crise ambiental e desenvolvimento insustentável – a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”**, Ronaldo Coutinho examina criticamente a construção histórica da proposta de desenvolvi-

mento sustentável, bem como elementos que estão na esteira dessa proposta como a recorrente ênfase na *autonomia e autodeterminação* das comunidades (locais, regionais e nacionais) com desdobramentos ideopolíticos que ensejam abordagens tanto progressistas como conservadoras das *novas formas da gestão e da qualidade de vida*. Para este autor, o desenvolvimento sustentável, enquanto alternativa para a crise ecológica, tanto no plano teórico como no político, não representa qualquer tipo de projeto de superação do modo de produção hegemônico. Coutinho considera que o desenvolvimento sustentável tem como sujeito a “humanidade” tomada genericamente e coloca a *ética* no lugar da política ou, na melhor hipótese, a política centrada numa ética universal que dependeria, para se efetivar, da “consciência ecológica” individual assumir a dimensão de “cidadania ambiental coletiva”.

Tomando o mesmo mote do desenvolvimento sustentável o texto **A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade**, de Ana Elizabete Mota e Maria das Graças Silva, parte do pressuposto que a problemática ambiental é um fenômeno socialmente determinado pelas relações capitalistas de produção. Para as autoras, a ausência de uma crítica radical e classista à problemática ambiental tem possibilitado aos ideólogos da ordem a construção de um consenso que unifica interesses de classes antagônicas em torno da defesa do desenvolvimento sustentável. Entendem que as propostas e iniciativas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em geral, produzem uma verdadeira insustentabilidade social, diante da impossibilidade de compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social. Ressaltam que o debate ambiental tem conferido centralidade aos aspectos biofísicos do ambiente, colocando em segundo plano a dimensão social.

Identificar os sentidos da noção de risco social tal como empregada por representantes de grandes empresas no Brasil, a partir do início dos anos 2000, bem como das ações justificadas em nome da necessidade de “gerir” tais riscos, constitui-se objetivo do trabalho **A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica de autoria de Henri Acelrad e Raquel Giffoni Pinto**. Os autores desta-

cam o papel das agências multilaterais, mais especificamente do Banco Mundial, na gênese da noção de “populações em situação de *risco social*” e na formulação de propostas de que tal *risco* seja gerido através de políticas governamentais ditas “compensatórias”. Analisam a noção específica de “risco social corporativo” e as políticas de “gestão do *risco social*” adotadas por empresas monocultoras de eucalipto no Brasil, considerando que estas estão envolvidas em grandes conflitos sociais e ambientais, desde meados dos anos 1990.

O artigo apresentado por Rachel Zacarias intitulado **A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental** discute as formas de acumulação capitalista, destacando as fontes privilegiadas de produção de riqueza como a exploração da força de trabalho, através retirada da mais-valia e a exploração dos recursos naturais. Para a autora a “crise ambiental” é uma das principais manifestações da lógica destrutiva do capital.

Intervenções de vários atores, inclusive grupos privados, como a Vale, que exercem um papel fundamental para consolidação de numerosas ações regionais, ou grupos associativos, como a Cooper, interessados em desenvolver alternativas ao modelo dominante na região ou mesmo a prefeitura municipal, valendo-se de programas nacionais, são analisadas por Neli e Hervé Théry no artigo **Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental**. Para os autores essas ações desenvolvidas no bojo das transformações das sociedades capitalistas reproduzem certezas e incertezas do movimento global do capital. Apontam que novas formas de gestão ambiental incluem estratégias de descentralização e de participação. Questionam a possibilidade de, através dessas dinâmicas, alterar, de fato, o modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Para o exame da questão ambiental no contexto do planejamento urbano no Rio de Janeiro, Isabel Cristina da Costa Cardoso apresenta o artigo intitulado **O meio ambiente sob a ótica das políticas de empreendedorismo urbano: a natureza como espetáculo e produto de consumo**. Toma como eixo de análise as políticas de empreendedorismo urbano formuladas pelas práticas de planejamento estratégico do Rio de Janeiro. Discute a forma como estas políticas estão ancoradas na indústria do turismo e do entretenimento e em uma concepção de cidade baseada em um modo

de vida desigual, além de ambientalmente e socialmente insustentável. Problematisa ainda algumas experiências recentes de políticas de empreendedorismo urbano da cidade do Rio de Janeiro que aprofundam a mercantilização da vida social e da própria natureza.

Finalizando a discussão do tema central desse número é apresentado o artigo **“Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia** por Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Silvana Compton Barroso, Talita de Melo Lira que analisam o *modus vivendi* das populações tradicionais na Amazônia, em especial, dos povos indígenas e ribeirinhos, buscando caracterizar a complexa dinâmica da relação desses agentes sociais com a natureza e as situações vivenciadas por estes em meio aos conflitos sócio-ambientais na região. As autoras ressaltam as especificidades da organização sócio-política das populações tradicionais amazônicas, assim como suas estratégias de enfrentamento do conjunto de desafios que se interpõem no fluxo complexo dos dilemas socioambientais presentes na região, pretéritos e atuais.

A parte deste periódico reservada a temas livres inicia-se com o texto de suma importância para o Serviço Social, considerando que se debruça sobre um marco fundamental no processo de ruptura com o conservadorismo na profissão: o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979. Nesse artigo, intitulado **Os caminhos e os frutos da “Virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Yolanda Guerra e Fátima Gravez Ortiz traçam sumariamente, os “caminhos” que permitiram a “virada” do Serviço Social brasileiro. Ressaltam a importância desse evento para o exercício, a formação profissional e a organização política da categoria. Entendem que só uma correta avaliação acerca dos caminhos da virada e dos seus frutos permite clarificar os novos dilemas e dimensionar os desafios contemporâneos para a profissão.

Em **A lei de Chico de Brito e o cenário da exclusão educacional camponesa no Maranhão: primeiras aproximações**, Maria de Fátima da Costa Gonçalves analisa a relação entre a Lei de Terras promulgada no governo estadual de José Sarney e o processo de expulsão camponesa no Maranhão. Essa questão é cotejada com a resposta dos movimentos sociais, especialmente do MST, apontando a dinâmica e a correlação de forças sociais entre classes e interesses distintos.

O debate sobre juventude e cidade, a partir de suas referências e marcos regulatórios no contexto do desemprego estrutural e de experiências profundamente marcadas pelas políticas de gestão do território, é objeto de análise do artigo **Juventude e cidade: um debate sobre regulação do território** de Maria Aparecida Tardin Cassab e Joseana Rodrigues dos Reis. As autoras concentram seu olhar sobre as trajetórias dos jovens pobres urbanos para, em seguida, discutir a pobreza urbana e, brevemente, as políticas destinadas aos jovens em sua feição de controle do território.

Finalmente, são apresentadas duas resenhas de livros relacionados à temática central da revista. A primeira é de autoria de Bruno José da Cruz Oliveira sobre o livro **Ecologia e socialismo** de Michael Löwy, enquanto a segunda, escrita por Ana Carneiro, trata da obra **Cidade, ambiente e política – problematizando a Agenda 21 Local** de Henri Acselrad, Cecília Campello do Amaral Mello, Gustavo das Neves Bezerra.

Esperando que estes trabalhos contribuam para o debate em torno da temática central deste número da revista e acrescentem outros elementos oferecidos pelos artigos relativos aos temas livres, bem como das resenhas apresentadas, agradecemos aos autores pelas suas contribuições ao nosso periódico.

Rio de Janeiro, novembro de 2009.

Maria de Fatima Cabral Marques Gomes

Editora Científica

Dra. em Serviço Social (PUC/ SP)

Professora Titular da ESS/ UFRJ

Pesquisadora do CNPq

fcmgomes@gmail.com

Orígenes comunes de la crisis económica y la crisis ecológica¹

François Chesnais*

As origens comuns da crise econômica e da crise ecológica²

Resumo: A crise que teve início em 2007 é uma crise que abarca duas dimensões: uma crise econômica mundial e uma crise ecológica. As duas estão unidas pela busca, por parte do capital, de uma valorização ilimitada. A extração de mais-valia e o consumo sem limites são fenômenos que se combinam nesta crise. No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, com a financeirização mundial, os fundos de pensão e de inversão são dirigidos de maneira impessoal, com absoluta indiferença em relação às potenciais conseqüências sociais e ecológicas. Foram estes mecanismos financeiros que permitiram a manutenção do nível de consumo sem aumento de salários. Uma parte do capital migrou para a China — a “fábrica do mundo” —, onde serão determinadas a extensão e a duração da crise. Esta crise traz de volta a perspectiva do socialismo, constituído pelos “produtores associados”, que administram racionalmente o intercâmbio com a natureza.

Palavras-chave: Meio ambiente. Capitalismo. Financeirização do capital. Socialismo.

The common origins of the economic crisis and the ecological crisis

Abstract: The crisis which began in 2007 is a crisis that enfolds two dimensions: a worldwide economic crisis and an ecological one. The extraction of surplus-value and the unlimited consumption are elements that connect in this crisis. In the current stage of capitalist development, with global financierization, retirement and inversion funds are administered in an impersonal way, with absolute indifference to the potential social and ecologic consequences. These financial mechanisms allowed the upkeep of the consumption level without raising salaries. A part of capital migrated to China — the “factory of the world” —, where the extension and the duration of the crisis will be determined. That crisis brings back the perspective of socialism, constructed by the “associate producers”, that rationally regulate the interaction with nature.

Keywords: Environment. Capitalism. Financerization of capital. Socialism

Recebido em 31.07.2009. Aprovado em 14.08.2009.

Orígenes comunes de la crisis económica y la crisis ecológica

1. Uno de los rasgos más importantes de la situación que se abrió en el 2007, es la conjunción entre la crisis económica mundial y la profundización de la crisis climática con gravísimos efectos sociales de impacto mundial. Se suma la crisis alimenticia, en gran medida provocada directamente por las políticas comerciales que se pusieron en marcha hace ya 20 años. La rapidez con que avanza la crisis climática, afectando a las poblaciones de los países más pobres y vulnerables, nos indica sufrirán los impactos combinados de la recesión mundial, del calentamiento y de los efectos de las políticas agrícolas que se impusieron a muchos países. Todo esto implica un cuestionamiento a la civilización en cuanto tal, pero es seguro que los gobiernos lo abordarán como si se tratase de mantener el orden, tanto a nivel nacional como internacional (véanse las medidas de la Unión Europea contra la inmigración). Los efectos de los cambios climáticos, así como también la resistencia popular que ellos provocarán en algunas partes del mundo, pueden ser tan fuertes que indudablemente repercutirán sobre la economía y agravarán la recesión.
2. La conjunción entre la crisis económica mundial y el avance de la crisis climática (con toda su gravedad) no es algo fortuito. Las raíces de ambas crisis son las mismas: la naturaleza del capital y de la producción capitalista. Pero esto es algo que sólo pudo verse claramente con la liberalización y la desreglamentación del capital y, consecuentemente, su completa mundialización y exacerbada financiarización. Estos son los procesos los que explican, por un lado los rasgos originales de la crisis (en la que la subproducción de mercancías y la sobreacumulación de capacidades de producción, se combinan con el desmoronamiento de un monto gigantesco de capital ficticio), y por el otro lado la aceleración de las emisiones mundiales de CO₂, después y a despecho de que los efectos de esto sobre el clima fueran claramente establecidos.
3. Los tiempos del cambio climático a consecuencia de las emisiones de CO₂ (que éstas sean la única causa, o que vengan desde hace algunas décadas acelerando y agravando cualitativamente un ciclo climático multiseccular, no modifica en nada la naturaleza del hecho) son muy diferentes al tiempo de la acumulación a largo plazo del capital, que es también el de la acumulación de sus contradicciones internas hasta que ya no pueden ser contenida. Puede considerarse que la larga acumulación a la que puso fin la crisis comenzó a fines de los años 1950, mientras que a la producción de gas de efecto invernadero y su concentración en la atmósfera, se los hace remontar generalmente al momento de difusión internacional de la revolución industrial y la utilización de carbón a muy grande escala, a fines del siglo XIX. Son tiempos de maduración muy distintos.
4. Pero cabe hacer dos observaciones. En primer lugar, las emisiones comenzaron a incrementarse hacia el fin de los “30 gloriosos”, en los años 1970. Y sobre todo a partir de los años 1990. Precisamente cuando se publicó el primer informe del Grupo Intergubernamental de Expertos en el Cambio climático (en adelante, GIEC) comenzó esta especie de “carrera hacia el abismo” a nivel del cambio climático, cuyas consecuencias son cada vez más evidentes. Y fue también desde el comienzo de los años 1990 cuando comenzaron a utilizarse cada vez más sistemáticamente todos los mecanismos dirigidos a mantener la acumulación y detener la crisis financiera: los mecanismos que retardaron la crisis hasta su estallido en agosto de 2007 y que explican ahora su profundidad. Volveremos sobre esto más adelante, señalando sus implicaciones a nivel ecológico (*Nota Bene*: en este artículo no abordaremos específicamente la pesada contribución que hicieron la URSS y los países del “socialismo real” del centro y este de Europa al daño ecológico. Con Claude Serfaty hemos escrito un capítulo sobre esto, en el libro colectivo coordinado por Michael Löwy y J-M. Harribey, *Capital contre nature*, Actuel Marx Confrontations, París, 2003).

Dos crisis con raíces comunes y consustanciales al capital

5. Las raíces están en lo que se puede considerar “la esencia” del capital. El dinero que deviene capital debe crecer, reproducirse con ganancias, aumentar, en un movimiento que no puede tener ni fin ni límites. Recordemos a Marx, que en los *Manuscritos de 1857-58* (los *Grundrisse*) escribió que “el capital, en tanto representa la forma universal de la riqueza -el dinero-, es la tendencia sin límite y sin medida de sobrepasar su propio límite. Si no dejaría de ser capital, dinero que se produce a si mismo”. O también en *El Capital* cuando insiste en decir que “la producción no es más que la producción para el *capital* y no a la inversa, los medios de producción no se amplían en beneficio de la *sociedad* de los productores” (subrayados de Marx). Para crecer, el capital debe producir y apropiarse indefinidamente del valor y de la plusvalía. Lo que también significa que debe sacar los recursos del suelo y el subsuelo ilimitadamente, tal y como ha hecho desde que se constituyó como modo de producción abarcando países enteros y, más aún, cuando comenzó su expansión mundial.
6. La expresión “producción por la producción” que ahora se escucha con frecuencia, requiere algunas precisiones. Para poner fin al “productivismo”, en primer lugar hay que comprender bien su naturaleza y resortes. Está en la esencia del capital apropiarse de la plusvalía. Lo que supone primero reunir trabajadores en empresas, organizar la actividad productiva lo más eficazmente que se pueda y aumentar la productividad, al mismo tiempo que se limita al máximo la suba de los salarios. Y supone luego vender el producto en de mercancía, haciendo todo lo posible por convencer a la gente para que las compre. El “productivismo” se asienta en muy fuertes mecanismos que buscan la “aprobación” social:
 - Algunos de estos mecanismos tienen que ver con la venta y la compra de la fuerza de trabajo, con el hecho de que son las empresas (y más allá de ellas, el funcionamiento general del capitalismo) las que deciden quien tiene o no trabajo, con qué grado de seguridad y con qué nivel salarial. La mejor manera de obtener la “aprobación” a este nivel, vale decir, de garantizar la docilidad de los trabajadores, siempre fue actuar de modo tal que las empresas entren en competencia, en lo posible aguda. Mientras más compitan las empresas, más en competencia estarán también los trabajadores por los puestos de trabajo. Efectivamente, para cada núcleo diferenciado de producción y de apropiación de plusvalía, para cada empresa, la competitividad pasa por la reducción de lo que se llama “costo del trabajo”. Y la mayor garantía de que estos dos niveles interconectados de competencia “funcionen bien” es liberalizar los intercambios. Esto es lo que el capital viene haciendo desde hace 40 años en el marco de la Unión Europea y a nivel mundial con el tratado de Marrakech y la cooptación de China a la Organización Mundial de Comercio.
 - Los otros mecanismos de creación de “aprobación” (aprobación forzada) tienen que ver con el acondicionamiento de los asalariados y de toda la población para que compren. Es preciso que las mercancías que encierran la plusvalía sean vendidas y lanzadas al mercado en la mayor cantidad posible. Para eso deben ser “cosas útiles”: pueden ser auténticamente útiles para quienes las compran, mercancías que responden a sus necesidades... Pero es preciso que sean “útiles” por sobre todo en el sentido de que permitan la realización de la plusvalía. En realidad, un conjunto de factores (simplificando, digamos la repartición desigual de los ingresos entre clases sociales y países y también sencillamente la saturación) hacen que la dimensión del mercado tenga límites. Es preciso entonces que el capitalismo haga de todo para correrlos. Lo que le importa es que las mercancías que contienen plusvalor tengan *la apariencia* de “cosas útiles”, pues para el capital la “utilidad” es lo que permite obtener ganancias y proseguir el proceso infinito de valorización. Las empresas se han convertidos en maestras en el arte de demostrar (a quienes tienen poder de compra) que las mercancías que les proponen son “útiles”.

7. Ya avanzamos bastante en la comprensión de las raíces comunes de la crisis en tanto crisis de sobreacumulación y sobreproducción y del agotamiento de los recursos del planeta. Y de todo lo que acabamos de explicar se desprende que el movimiento de acumulación, cuyo motor es la necesidad de valorización infinita e ilimitada del capital conduce *simultáneamente*:

- a la sobreacumulación de medios de producción (la sobre inversión) y a la resultante superproducción de mercancías;
- a la existencia de una situación de desocupación endémica;
- a un inmenso desperdicio de recursos no renovables, desperdicio continuado porque es tan consustancial al capitalismo como la superproducción.

8. La racionalidad propia del capital conduce a distintas expresiones de profunda irracionalidad social y ambiental entre las cuales se conforman procesos interactivos agravantes. Citemos uno. Cada empresa ve a los asalariados como un costo que es preciso reducir, pero al hacerlo “serruchan la rama” en la que estas empresas están colectivamente sentadas. Mucho antes que Keynes, Marx escribió:

Cada capitalista sabiendo que no ocupa frente a su obrero la posición del productor frente al consumidor, busca limitar al máximo su capacidad de cambio, su salario, pero desea naturalmente que los trabajadores de los otros capitalistas consuman tanto como sea posible su mercancía.

El movimiento del capital agrava el problema de la realización de la plusvalía y simultáneamente debe acentuar los esfuerzos para hacer que quienes tienen sus necesidades saturadas, compren productos socialmente inútiles. Esta contradicción alojada en el corazón de la relación entre el capital y el trabajo, es una de las expresiones del hecho de que “la verdadera barrera de capital es el capital mismo”. Quienes son las personificaciones del capital no pueden

comprenderlo, mucho menos aceptarlo en caso de llegar a presentirlo. Tampoco pueden sacar la conclusión de que un sistema cuyo corazón es la ilimitada valorización del dinero, es un sistema mortífero.

Aspectos específicos de la configuración del capital y el “crecimiento” desde los años 1990

9 El primer informe del GIEC es de 1990. Planteó una constatación y formuló una serie de previsiones, que no fueron posteriormente desmentidas. Confirmó las informaciones sobre cambio climático ya conocidas por los científicos desde hacía varios años. En 1992 las Naciones Unidas adoptaron una “Convención sobre los cambios climáticos”, que entró en vigor en marzo de 1994. Posteriormente, cada nuevo informe del GIEC no hizo más que confirmar las conclusiones de los precedentes y achicar los límites temporales. Sin embargo, poco o nada se hizo. Y los hechos que vinieron a “desmentir” las previsiones de los científicos, lo hicieron siempre en el sentido de la aceleración de los procesos, sobre todo en lo relativo al derretimiento de los glaciares africanos y andinos, y de la banca ártica y antártica. A pesar de las advertencias, ninguna medida de alcance real fue adoptada e implementada por los gobiernos ni, por supuesto, los grupos industriales y financieros con mayor responsabilidad directa en las decisiones económicas que influyen en la intensidad y estructura del consumo energético. Esto se explica parcialmente por el fuerte interés de estos grupos en prolongar sus actuales fuentes de ganancia. Pero la explicación más profunda de la “carrera hacia el abismo” está dada por los desarrollos que vinieron a exacerbar los procesos básicos que acabamos de presentar.

10. Es obligatorio considerar la esencia de el capital al nivel de abstracción que antes utilizamos. Pero es preciso también aprehenderlo en las configuraciones organizativas que en cada momento esboza. En el actual estadio del capitalismo, estas configuraciones son por supuesto los grandes grupos de la energía, la industria y la gran distribución: todas son sociedades transnacionales (SNT). Sin embargo, desde hace 30

años, son también y sobre todo las sociedades financieras, los grandes bancos, las sociedades de seguros, los fondos de pensión por capitalización y los fondos de colocación financiera (*Mutual funds* o SICAV), los llamados “inversores institucionales”. Su poderío está basado en la centralización de dinero que busca valorizarse con la forma de préstamos y colocaciones, la forma llamada “capital con interés”. Una parte de tal dinero proviene de ganancias no invertidas, otra de las ventas (la más importante de las cuales es la renta petrolera) y finalmente de obligaciones institucionales, como es el caso de los fondos de pensión por capitalización. Sea cual fuere su origen, el dinero centralizado se confía a los gestores de fondos. Se convirtieron en un componente central del capital contemporáneo gracias a un conjunto de instituciones, en primer lugar los mercados financieros y especialmente la Bolsa, y gracias también a mecanismos tales como la “governancia de empresas” en provecho de los accionistas. Es preciso ver lo que esto implica.

11. El punto de partida del ciclo de valorización del capital es el dinero D y su punto de llegada es más dinero D' . Quienes por así decirlo personifican D (el dinero en toda su “pureza”) fueron siempre quienes lo poseían, lo centralizaban o lo “creaban” mediante el crédito. Luego de un paréntesis de aproximadamente 40 años (entre mediados de los años 1930 y mediados de los 1970), se volvió a esa situación. El poder capitalista decisivo pasó nuevamente a manos de los financistas, de los poderosos gestores de los fondos de pensiones y de colocación financiero. La liberalización, la desreglamentación y la mundialización contemporánea les abrieron un espacio de valorización planetaria. Los fondos son la materialización de un capital que posee, más que en cualquier momento anterior, los atributos de una fuerza impersonal dirigida exclusivamente hacia su auto valorización y su auto reproducción. Extrema movilidad de los flujos de capital, gran flexibilidad en las operaciones de valorización, exterioridad en relación a las constricciones de producción y venta que opera el capital industrial. Y también una ra-

dical indiferencia en cuanto a los mecanismos políticos y sociales para la producción y apropiación de la plusvalía o a sus consecuencias sociales y ecológicas.

12. Los gestores financieros ocupan gran parte de los puestos de mando del capitalismo “occidental”. En el caso de los Estados Unidos, que no lo oculta, sus nombres son muy conocidos, comenzando por los PDG de Goldman Sachs, Robert Rubin y Henry Paulson: el primero fue Secretario del Tesoro de Clinton, el segundo de G.W. Bush. Ellos personifican un capitalismo que creyó haber desplazado “sus límites inherentes” por mucho tiempo, y lo hicieron como siempre recurriendo a “medios que levantan nuevamente estas barreras frente a ella, a una escala aún más formidable”. La burguesía alieneada detrás de los Estados Unidos durante los últimos 30 años trató de superar los límites inherentes al capital esencialmente a través de tres medios: a) la liberalización de los flujos financieros, del comercio y de las inversiones directas; b) el recurso en una escala jamás vista a la creación de capital ficticio en su forma más vulnerable, el crédito, sobre todo hipotecario; c) finalmente y como respuesta a la penuria de plusvalía creada por la pérdida de velocidad de la inversión en los países centrales del sistema, un nuevo e importante salto en las inversiones exteriores, cuyo destino principal fue China.

13. La creación de capital ficticio en dimensiones desconocidas y también con la forma de crédito al consumo, tuvo el objetivo de ampliar artificialmente el mercado doméstico de los países que recurrieron a este procedimiento. Especialmente después del 2001, y durante algún tiempo este artilugio construido mediante la constante extensión de las técnicas de “titulización” fue capaz de contrarrestar los efectos de una demanda insuficiente. Así ocultó entonces situaciones de superproducción crónica, como en el caso de la industria automotriz. Un monto extraordinariamente importante de acreencias insolventes “escondidas” en títulos fue asentado en el activo de capital de los bancos, de la sociedad de seguros y los fondos de colocación. Después de agosto del 2007 (de hecho después

de julio), todo el edificio comenzó a hundirse, pedazo por pedazo, a través de sucesivos episodios cada vez más espectaculares.

14. La crisis financiera desgarró el velo que ocultaba la superproducción en los Estados Unidos, en Europa y de rebote en el Japón, que es terriblemente dependiente de las exportaciones. Lo que ahora está en juego es si la extensión de la crisis de sobreacumulación y de superproducción se producirá de modo tal que alcance o nó a China. Desde comienzos de los años 1990, el flujo del capital productor de plusvalor hacia el exterior no tomó solamente la forma de una extensión de las relaciones imperialistas de apropiación-expropiación de recursos básicos de los países subordinados o de producción monopólica en esos países para la venta en sus mercados domésticos, como ocurriera en las fases precedentes. Ahora se trató, particularmente en lo que concierne a China, de la extensión de relaciones de producción entre capital y trabajo en el sentido fuerte, es decir, relaciones cuyo objetivo es la creación de valor y plusvalor en la industria manufacturera. China no es solamente un mercado. Es *“the factory of the world”*, una de las más importantes bases de producción manufacturera del mundo, sino la principal. Esto implica que es una base productiva que exige una esfera de realización, es decir un mercado, de dimensión proporcional al monto de las mercancías producidas. La extensión de las relaciones productoras de valor y plusvalor fue alentada por la dirección del Partido Comunista Chino, que convocó al capital extranjero a participar y hacer ganancias. Las empresas extranjeras, encabezadas por las estadounidenses y japonesas, se desplazaron desde mediados de los años 1990 hacia China, para aprovechar una mano de obra disciplinada, bien formada y barata. El incremento de la capacidad productiva debido al flujo de inversiones extranjeras fue acentuado por mecanismos político-económicos específicos que propiciaron la súper acumulación. Por todas estas razones, China es el terreno en el que se decidirán la dimensión y duración de la crisis, y tal vez su desenlace.

15. Volvamos a la aceleración de los procesos de utilización de los recursos no renovables hasta su agotamiento, del desgaste de la capacidad productiva de los suelos por largos períodos en cada vez mas lugares del planeta, y del incremento de las emisiones de gas con efecto invernadero. En el primer caso, la cuestión está abundantemente documentada. La destrucción de las selvas primarias en África, en el Amazonas y el archipiélago indonesio, para vender maderas raras, para cultivar especies que sirvan para los agro carburantes o posibilitar los cultivos extensivos y la quimificación cada vez más pronunciada de la gran agricultura, tienen lazos estrechos con el pago de la deuda, con la liberalización del comercio y la acentuada penetración en el sector agrícola ganadero del capital concentrado y los accionistas de los fondos de colocación financiera.

16. En el caso de la aceleración de las emisiones de gas con efecto invernadero, el lazo no es ciertamente tan directo, pero existen al menos un “ramillete de indicadores”. Cabe la hipótesis de que sea, al menos parcialmente, una consecuencia de muchos procesos ligados a la liberalización de intercambios, a la desreglamentación y la mundialización de las inversiones y las privatizaciones: el salto salto cualitativo en el transporte de carretera con camiones, así como los transportes marítimos y aéreos ligados a la tercerización y el “justo-a-tiempo”, a las mercancías chinas baratas, a los gastos de invierno, etc.; las deliberadas subinversiones en los transportes públicos; la urbanización que tiende a hacer obligatorio el uso del automóvil (para todos los que pueden pagarlo...), etc. (¿será realmente una casualidad que Renault y Peugeot, Bouygues y cia. sean los principales destinatarios y beneficiarios del “plan de relanzamiento”?).

Dos cuestiones políticas a tratar

17. La primera es la del “decrecimiento”. Estamos en un sistema que tiene como núcleo y racionalidad característica, la valorización del dinero devenido capital, en un movimiento infinito. Valorización que se hace (y no puede dejar de hacerse) mediante dos procedimientos: 1º) una relación intrínseca-

mente antagónica con el trabajo, de la que nacen (excepto en situaciones políticas excepcionales y transitorias que las atenúan como ocurriera durante los “30 gloriosos”) la polarización social, la pobreza, la miseria; y 2º) la venta infinita de mercancías, hasta la saturación, con las implicaciones ecológicas que antes vimos. La liberalización y la mundialización hicieron saltar los mecanismo que contenían el primer procedimiento y han acentuado terriblemente al segundo. El único momento en que este sistema “decrece” es durante las crisis, como ocurre actualmente.

18 Otro sorprendente error de los teóricos del decrecimiento es colocarse políticamente en un terreno de *súplica* al capital: que sea más razonable, que tome conciencia de sus intereses “bien entendidos” a largo plazo... Son sensibles a la pobreza, pero no colocan en el centro la lucha de clases. Pueden unirse a las luchas en el punto de intersección entre las consecuencias de la explotación y tal o cual cuestión de orden ecológico, y sienten la presión popular cuando se desarrolla. Pero la búsqueda sistemática de puentes entre ambas les es ajena, porque no comprenden la naturaleza del sistema capitalista o porque piensan que “ya ganó”, como los social-liberales.

19. Una segunda cuestión política tiene que ver con la utilización del término “ecosocialismo”, en vez de socialismo a secas. Tengo la impresión de que, en definitiva, los únicos argumentos reales en tal sentido son a) el descrédito de la palabra socialismo a causa del estalinismo y de la socialdemocracia y b) la poca importancia concedida a las cuestiones ecológicas por los marxistas, incluyendo los revolucionarios, al punto que se “redescubrió” a Marx en esta cuestión recién en los años 1990 y gracias sobre todo a gente como Bellamy Foster.

20. Por lo tanto, mis dos respuestas son (invirtiendo el orden): 1) la cuestión ecológica no es la única subestimada por los marxistas, incluidos los revolucionarios (ver el texto de Jean-Louis Marchetti para la reunión del 13-14 de diciembre); 2) el contenido de la palabra socialismo puede y debe ser repensado a partir de los jalones puesto por Max en relación a los “productores asociados” y sus relaciones con la naturaleza. En uno de

los últimos capítulos de *El capital* Marx asigna a los hombres socializados, devenido “productores asociados”, la perspectiva de “combinar racionalmente y controlar sus intercambios materiales con la naturaleza, de modo tal de realizarlo con el menor gasto de fuerza y en las condiciones más dignas y más acordes a la naturaleza humana”. Esto nos indica que la protección de la naturaleza contra la mercantilización capitalista es inseparable del hombre en tanto parte de la naturaleza. Dicho otra manera, toda política que asuma la cuestión ecológica deberá combatir también la alienación -la alienación mercantil, pero también la alienación en el trabajo- y esto con verdadera eficacia, y no como esas campañas en “defensa del empleo” donde vemos a los sindicatos aliados a los empleadores en torno a cuestiones como las normas en materia de polución. De lo que se trata es de actuar de tal manera que el individuo “individual”, creación del capitalismo escindido en productor y consumidor y privado de toda instancia que pueda ayudarlo a comprender las principales determinaciones de su experiencia social, pueda devenir un productor asociado, en condiciones de administrar sus relaciones con el medio natural según una racionalidad colectiva. El socialismo, así redefinido, es la palabra que debemos reaprender a defender.

Notas

¹ Publicado originalmente en <http://www.carrerouge.org>. Revisión de traducción Aldo Casas y Andrés Méndez, redacción de *Herramienta*, com direitos, gentilmente, cedidos pela Revista Herramienta, nº 41, julio 2009. www.herramienta.com.ar.

² Elaboração do Resumo e das Palavras-Chave para o português - profº Luis Acosta (ESS/UFRJ) - luis@ess.ufrj.br.

François Chesnais

*Marxista francés, integrante del Consejo científico de ATTAC, director de *Carré rouge* y miembro del Consejo asesor de *Herramienta*, con la que colabora asiduamente. Próximamente Ediciones Herramienta publicará *La finanza capitalista*, último libro editado en Francia bajo su dirección.

“Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”

Ronaldo Coutinho*

Para José Paulo Netto: amigo, irmão, camarada

“O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem” (Karl Marx, *Crítica do Programa de Gotha*)

“Crise Ambiental” e Desenvolvimento Insustentável

Resumo: O artigo faz a crítica das abordagens da chamada “crise ambiental” baseadas nas concepções que defendem a possibilidade da criação de práticas econômicas e sociais alternativas capazes de operar transformações expressivas nas relações entre sociedade e meio ambiente, à luz do paradigma do “desenvolvimento sustentável”, com a internalização de uma nova ética, mediante o surgimento de uma “consciência ecológica”. Essas abordagens, independente do caráter multissetorial assumido pelo movimento ambientalista desde os anos 80 e do desenvolvimento dos estudos e das ações orientadas pelo objetivo da proteção do meio ambiente, enveredam para uma formulação ideológica e politicamente voltada para a construção de uma verdadeira utopia liberal de justiça socioambiental que, em última instância, se realizaria no próprio âmbito da lógica mercantil do modo de produção capitalista. Trata-se, em suma, de um reformismo aparentemente ingênuo no sentido da “humanização” do “capitalismo selvagem”.

Palavras chave : Desenvolvimento sustentável. Consciência ecológica. Lógica mercantil. Crise ambiental

Mercantile logic and environmental crisis

Abstract: The paper reviews the so-called ‘environmental crisis’ approaches, based on conceptions that stand up for the creation possibility of alternative economic and social practices able to accomplish significant changes in the relations between society and the environment, from the perspective of ‘sustainable development’ paradigm, by the internalization of a new ethic, by means of the emerging of an ‘ecologic consciousness’. In parallel to the multiple nature took up by the environmental movement since the 1980’s, and to the development of studies and actions guided by the purpose of environmental protection, these approaches led to an ideological and political formulation addressed to the building of an ideal liberal utopia of a social and environmental justice which, without further appeal, would take effect within the capitalist way of production mercantile logic owns scope. In short, what is at stake is an apparently naïve improvement as a way to ‘humanize’ the ‘wild capitalism’.

Keywords: Sustainable development. Ecologic consciousness

Recebido em 30.07.2009. Aprovado em 04.09.2009

O título deste breve ensaio anuncia o nosso propósito de estabelecer alguns elementos fundamentais para a crítica das abordagens sobre a chamada “crise ambiental” baseadas nas concepções aparentemente ingênuas das relações entre meio ambiente e sociedade que, em muitos e significativos casos, supõem que há uma “crise ambiental” em curso, de proporções avassaladoras, que coloca em risco, em prazo relativamente curto, a própria sobrevivência da humanidade. Suposição que, além disso, não identifica a crise ambiental com a reestruturação produtiva do capitalismo e indica alternativas de solução centralizadas na convicção de inteira possibilidade de transformações expressivas do comportamento individual com a adoção de uma nova ética, de cunho ecológico e humanista, marcada pelo altruísmo e pelo senso de responsabilidade coletiva.

Essas abordagens, que constituem a esmagadora maioria da literatura voltada para a tematização referida, são legatárias (e reféns) da categoria de *sustentabilidade* e seus desdobramentos teóricos e, no plano ideopolítico, como consequência do próprio ponto de partida teórico, não representam qualquer tipo de projeto de superação do modo de produção hegemônico, embora a propaganda enganosa sistematicamente tente apresentá-las como *alternativa* e, até mesmo, *contraposição* ao mesmo, com a proposição de um *projeto de civilização*, com um novo estilo de vida, valores próprios, um conjunto de objetivos socialmente definidos pelo *paradigma do desenvolvimento sustentável*¹

Há todo um histórico que é necessário registrar e sua reconstituição, mesmo sumária, possibilita uma contextualização das abordagens ora criticadas, na medida em que a influência dos movimentos ambientalistas, juntamente com significativas transformações no âmbito da acumulação capitalista, exerce um papel relevante na construção das linhas centrais da passagem de uma “ideologia do desenvolvimento” para o novo paradigma assentado no “desenvolvimento sustentável”, conceito polissêmico, volátil, que alberga, com a força de um mito, as mais diversas aspirações e planos de ação e pensamento, sem no entanto questionar o modo de produção hegemônico².

Vale notar, como aponta Cantor, que embora a ecologia como disciplina científica “exista há mais de um século, somente adquire relevância a partir

do final da década de 1960 e, sobretudo, depois da primeira grande crise do petróleo de 1973” (CANTOR, 2007: 99). Mas a intensificação, na segunda metade do século XX, dos problemas relacionados à exploração desenfreada dos recursos da natureza e o caráter global que assume a degradação ambiental mobilizaram a atenção para os problemas ambientais em muitos segmentos da sociedade, dando origem ao *movimento ambientalista*³.

Segundo Leis, na metade da década de 1960, quando começa o que se conhece como “revolução ambiental norte-americana”, cresce progressivamente a preocupação com os problemas da degradação ambiental. Nos anos 70, “tal preocupação expande-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália e culmina na década de 80, quando essa preocupação atinge a América Latina, Europa Oriental, União Soviética e Leste da Ásia” (LEIS, 1996: 90). A partir de 1970, uma série de processos e organizações constitui o movimento ambientalista global: organizações e grupos que lutam pela proteção ambiental, agências governamentais encarregadas desta proteção, grupos de cientistas que pesquisam os temas ambientais etc. Assim, o ambientalismo transformou-se “num ramificado movimento multisetorial” (Ibidem: 91).

Leis e D’Amato (1995) tentam definir o curso do movimento ambientalista desde o seu surgimento até constituir-se em movimento globalizado. Na análise dos referidos autores, os anos 50 o ambientalismo praticamente restringe-se ao âmbito acadêmico, pois é pela atividade científica que emerge a preocupação ecológica em escala mundial. A década de 1960 é marcada pelas organizações não-governamentais e a de 1970 destaca-se pela *institucionalização do ambientalismo*, sobretudo pela Conferência de Estocolmo (1972) sobre meio ambiente, na qual se evidenciou a preocupação de governos e partidos, e da própria Igreja Católica com os problemas ambientais, ao mesmo tempo em que surgem diversas agências estatais vinculadas ao meio ambiente.

A década de 1980 distingue-se pela elaboração e divulgação, em 1987, do documento “Nosso Futuro Comum”, como é mais conhecido o Relatório da comissão especial criada pela Assembléia Geral da ONU para, sob a presidência da então primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um

desenvolvimento sustentável, em termos mundiais, a partir do ano 2000, documento também conhecido como Relatório Brundtland, e que contém as origens daquele que é, ainda hoje, o discurso ambientalista predominante e que está na raiz da institucionalização rápida e intensa do tema nas duas últimas décadas.

O modelo de diagnóstico e de análise do mencionado Relatório reproduziu-se desde a sua divulgação e gerou uma forma de tratar as questões ambientais que assumiu uma extensa abrangência. A Constituição brasileira, por exemplo, nos seus dispositivos fundamentais, “filia-se diretamente ao Relatório Brundtland e foi seu produto normativo mais imediato e bem-sucedido, servindo de modelo para outros países” (BERNARDO, 1996:161).

O Relatório forneceu o suporte para a compreensão naturalista da questão ambiental, na medida em que descreve o “desenvolvimento sustentável” como um processo de mudança, na busca da harmonia entre necessidades atuais e futuras, no qual o tipo de exploração dos recursos naturais é uma variável, entre outras, incluindo aí a “mudança institucional”.

Com relação a diretrizes políticas, “Nosso Futuro Comum” alinha acesso mais justo a recursos, “aprimoramento humano por meio da educação”, “planejamento familiar, “reforço às culturas dos povos tradicionais”, segurança alimentar, contenção da destruição da biodiversidade, reforma do padrão industrial (“para produzir mais com menos”...) e solução para “a crise urbana do mundo em desenvolvimento”. Enfatiza, ainda, o documento a relevância dos projetos comunitários de elevação da qualidade de vida, nicho onde se fortaleceram as correntes mais independentes do ambientalismo, de sólida inserção comunitária, porém de reduzida visibilidade política.

O conjunto do diagnóstico e das diretrizes apresentadas em *Nosso Futuro Comum* constitui, na verdade, um manifesto *essencialmente ético*, que passa ao largo das dificuldades estruturais implícitas na realização de sua proposta. Poderia mesmo ser considerado, sem exagero, a formulação de uma utopia liberal de justiça social e ambiental, dentro dos cânones de uma sociedade regida pelo mercado.

A observação dos usos do conceito de “desenvolvimento sustentável” mostra a pertinência dessa

afirmação. O próprio mercado “mercantiliza” vigorosamente suas recém-descobertas imanências éticas de fundo ambiental. Os rumos tomados pela chamada questão ambiental desde meados dos anos 80 mostra a grande força do mercado que, de réu, passou a maior detentor de iniciativas nesse campo, a ponto de fazer com que, objetivamente, “desenvolvimento sustentável” seja identificado mais com seus interesses do que com quaisquer outros.

Entretanto, mais do que cumprir o papel de viabilizar a consecução do projeto de institucionalização da problemática ambiental, o conceito de “desenvolvimento sustentável” busca estabelecer o pressuposto de efetiva possibilidade de uma ordem social ecológica e democrática, *sem que isto implique necessariamente a ultrapassagem do capitalismo* (COUTINHO, 2009a), ou seja, o desenvolvimento sustentável tem como diretriz a organização da economia em que na formulação de Sachs, vigore uma solidariedade sincrônica e diacrônica entre as pessoas e entre as sociedades e que, ao mesmo tempo, seja “socialmente almejavável, economicamente viável e ecologicamente sadia” (1984: VI), o que, em última análise, significaria que desenvolvimento econômico e meio ambiente (no sentido de “estoque de recursos naturais” e de “capacidade de absorção do ecossistema humano”)⁴ não seriam contraditórios, *independentemente do modo de produção*.

Mas o mundo da pura abstração não é o terreno indicado para o exame das questões aqui tratadas. Afinal, não estamos falando de “desenvolvimento econômico” no sentido genérico, mas de um momento da história “em que as consequências ambientais da acumulação no quadro da dominação mundial do capital financeiro tendem a materializar-se sob formas extremamente graves e num ritmo que se acelera” (CHESNAIS; SERFATI, 2003: 41).

O caráter universal do desenvolvimento das forças produtivas expressa a especificidade de uma forma de apropriação da natureza, que é a *apropriação privada*. O metabolismo estabelecido pelo capital em sua relação com o meio ambiente pressupõe riscos ambientais crescentes, inerentes a um modo de produção que necessita destruir a natureza para transformá-la em mercadoria. A água, o solo, a vegetação, entre outros elementos, a partir do momento em que

são contaminados, poluídos e degradados, justificam sua transformação em bens destinados ao mercado. Por isso, a reprodução desse modo de produção não sugere processos revitalizantes, posteriores ao esgotamento dos ciclos biológicos vitais dos ecossistemas.

Vale retomar uma das passagens de *O Capital* em que Marx aponta algumas conseqüências do desenvolvimento capitalista:

“(...) cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (1988: 100).

O caráter planetário da economia de mercado consumou a divisão internacional do trabalho e os compromissos ambientais dessa divisão não podem ser analisados separadamente, isto é, ela incorpora compromissos que são *desiguais e combinados*. As relações entre o Norte (capitalismo avançado) e Sul (capitalismo periférico), do ponto de vista ambiental, não escapam do processo caracterizado pelo constante deslocamento das bases técnicas da dependência e não pela sua ruptura.

O predomínio do privado sobre o coletivo, do artificial sobre o natural, do tempo sobre o espaço, do mundial sobre o local, induziu realocações e concentrações desigualmente integradas dos recursos, técnicas e diretrizes voltadas para a apropriação do espaço e do meio ambiente. Em conseqüência, os riscos das operações que mediatizam a relação do capital com o meio ambiente são desigualmente distribuídos⁵ e, nesta divisão desigual, os maiores ônus recaem sobre os segmentos periféricos do sistema⁶.

Em escala mundial, registra-se a transferência de núcleos industriais poluidores para regiões de força de trabalho barata e de farta energia e matéria-prima: “A energia que vai escasseando ou encarecendo nos centros do capitalismo avançado incorpora-se às áreas periféricas via transplante de processos eletrointensivos (consumidores de muita energia), como no caso do processamento da bauxita para a produção de alumínio que, além disso, é extremamente poluente” (WALDMAN, 1992:21).

Primeiro e Terceiro Mundo ostentam situações diferentes, mas complementares em sua desigualdade. Enquanto nos países centrais verifica-se crescente avanço da agricultura orgânica, da reciclagem do lixo, da luta contra o lixo tóxico, contra as indústrias poluentes e/ou eletrointensivas, aqui no Terceiro Mundo ocorre o contrário.

Importa assinalar, contudo, que estas situações de manifesta desigualdade e a transferência de tecnologias onerosas, ultrapassadas e dotadas de elevado potencial de agressão ao meio ambiente, dos países capitalistas avançados para os periféricos, devem ser analisadas no conjunto das possibilidades produtivas abertas ao sistema capitalista pela *taxa de utilização decrescente*. Na verdade, é indispensável que tais situações sejam examinadas sob a perspectiva das *engrenagens do desperdício*, por meio das quais o capitalismo avançado atende aos imperativos de sua autoexpansão: desde a dissipação sob as expressões mais simples da subutilização, passando pela obsolescência planejada de bens e serviços, até a produção da destruição, isto é, a nulificação direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como meio dominante de ordenação do capital superproduzido, o que se tornou possível, porque consumo e destruição são equivalentes funcionais do ponto de vista do perverso processo de realização capitalista. Lógica implacável que promove a superação das limitações imediatas da demanda flutuante do mercado, e também leva o capital a se desembaraçar radicalmente das restrições estruturais do valor de uso enquanto atado à necessidade humana e ao consumo real, o que significa, em suma, *recusar qualquer padrão ou medida humana* no estabelecimento de objetivos e aspirações. Neste sentido, para a lógica do capital, as restrições necessárias para a adequação do processo produtivo à preservação do meio ambiente se convertem em entrave intolerável de sua reprodução ampliada⁷.

A presumível exequibilidade do “desenvolvimento sustentável” é questionada por Chesnais e Saferti em termos da relação necessária entre determinados tipos dominantes de indústria e a maior parte das tecnologias empregadas na produção industrial:

“Uma das dimensões essenciais da ameaça que a dominação prolongada do capitalismo faz pesar contra o futuro da(s) sociedade(s) humana (s) está ligada ao fato de que a acumulação encarnou-se, de forma cada vez mais imobilizada, em indústrias, em ramos e trajetórias tecnológicas determinadas. A maior parte dessas, senão todas, têm fortes efeitos poluidores. Uma das maiores expressões da fraqueza do pensamento antiliberal crítico (ou pretensamente), em particular do que se interessa por ‘desenvolvimento sustentável’ é aceitar essas indústrias e tecnologias como ‘irreversíveis’, como as únicas possíveis” (2003:58).

Todavia, uma análise da literatura produzida a partir do documento do Clube de Roma, *Os Limites do Crescimento* (1972) que, à luz da relação entre as tendências econômico-demográficas, estoque de recursos, degradação ambiental etc., propõe uma alternativa fundada na contenção de ritmo do crescimento econômico para evitar o previsível agravamento da crise ambiental, evidencia a emergência de uma nova perspectiva crítica, representada pela *economia ecológica*⁸

Essa proposta, em linhas gerais, toma como ponto de partida as leis da termodinâmica, especialmente a *lei da entropia* e considera que a produção econômica, sobretudo a atividade industrial, dissipa grande quantidade de matérias-primas e energia. Como a ecologia é direcionada por uma ótica sistêmica, que privilegia a *entropia* (medida da quantidade de desordem de um sistema), esses economistas supõem a possibilidade de medir o chamado “crescimento entrópico” (aumento da desordem no sistema), e com base nesse tipo de análise, conter o crescimento entrópico com o emprego de processos de reciclagem, a utilização de recursos naturais renováveis em taxas inferiores à produtividade sustentável dos sistemas naturais, redução da produção de lixo tóxico e respectiva re-

ciclagem em sistemas fechados, redução sistemática da geração de resíduos etc. (STERLING, 1995; MARTINEZ-ALLIER; SCHLÜPMANN, 1991; MONTIBELLER-FILHO, 2001).

O exemplo da reciclagem de materiais parece bastante expressivo para dimensionar a inconsistência teórico-metodológica das abordagens da chamada “crise ambiental” fulcradas na suposta especificidade de suas causas e orientadas pela convicção da possibilidade de humanizar o capitalismo e, assim, compartilhar os seus objetivos com uma espécie de “ética ecológica” a ser assumida pelos indivíduos.

Um tema recorrente na perspectiva do desenvolvimento sustentável é o da reciclagem de materiais usados. A reciclagem de materiais como objeto de estudo tem importância por abordar, de um lado, o tema da destinação dos rejeitos da produção e consumo; e, de outro, pela questão da disponibilidade atual e futura de recursos naturais não renováveis.

As visões sobre o tema são conflitantes. Para alguns, a reciclagem aparece como uma forma de solucionar o problema da poluição ambiental (MAIMON, 1992). Para outros, a reciclagem de materiais aparece inclusive como uma nova oportunidade econômica para “reciclar o próprio capitalismo”, ao mesmo tempo que resolveria o problema da degradação ambiental e o da disponibilidade de recursos naturais. A reciclagem é vista, então, como o futuro na resolução da crise ecológica da deposição de resíduos (HORTON, 1995). Entre os pensadores liberais, afirma Leff (1996), o otimismo ecológico faz acreditar no sistema econômico funcionando como *tecnologia da reciclagem*.

Pretendo demonstrar que, entretanto, razões de ordem física e econômica impossibilitam o desenvolvimento de uma economia da reciclagem efetivamente relevante do ponto de vista econômico e ambiental. Assim, embora seja importante para o meio ambiente, a reciclagem de materiais encontra limites que impedem o desenvolvimento do seu aparente potencial.

O descarte realizado cotidianamente requer destinação. A uma grande parcela tem que ser dado destino final, por não caber nenhum tipo de aproveitamento. Outra parcela é potencialmente aproveitável, sob a forma de *reuso* ou de *reciclagem*. A reciclagem de materiais diz respeito diretamente ao reaproveitamento de refugos. A algo inútil, na

forma como se apresenta, define-se como lixo, refugo ou rejeito⁹. A atividade humana produz resíduos, alguns deles recicláveis. Nas palavras de Elmar Altvater: “No sistema econômico, materiais não podem ser destruídos, mas apenas transformados e dissipados. Os processos de transformação produzem rejeitos, dos quais alguns podem ser reciclados” (1995:48).

Reciclar materiais refere-se ao aproveitamento de lixo, tornando-o novamente útil: é a recuperação e a conversão de materiais residuais em novos produtos. Seu objetivo principal consiste em “reduzir a quantidade de materiais que entram na economia e que dela saem, evitando assim os custos ambientais da extração e do processamento de materiais virgens e da remoção de detritos” (YOUNG, 1991:78). A expressão-chave na reciclagem é, então, *custo ambiental*, tanto da extração de matérias-primas como da disposição final de rejeitos. O custo ambiental pode referir-se a um gasto efetivo da empresa privada que deve arcar com valores monetários para compensar ou para evitar o problema ambiental decorrente de sua atividade produtiva; ou dizer respeito ao custo social – mesmo o suportado pelos órgãos público -relacionado a dano ambiental

O problema do lixo localiza-se em dois aspectos. Um, concerne à enorme e crescente quantidade de *não recicláveis*, aos quais tem que ser dada uma destinação final. Esta destinação requer o descarte em depósitos (áreas de aterramento) ou a incineração. Outro aspecto do problema refere-se ao lixo reciclável, o qual se defronta com a barreira imposta pelos limites inerentes à reciclagem dos materiais.

Com relação à destinação final da parte não reciclável tem-se, como já mencionado, as possibilidades de manter em depósito e a de incinerar. Mas ambas as hipóteses são problemáticas.

No que respeita à deposição, um fator a considerar é de que se trata de um *processo cumulativo*. Isto quer dizer que áreas utilizadas para estocagem, uma vez esgotada sua capacidade, não estão mais disponíveis. Conseqüentemente, o fluxo de lixo a ser depositado pressiona a procura por novas áreas. Todavia, aqui, há a presença de um outro fator: o alto custo marginal para transportar impede que áreas muito distantes da fonte geradora do descarte inicial seja utilizadas para fins

de aterramento. Assim, há a produção crescente de lixo, esgotamento das áreas próximas e inviabilidade econômica de transportá-lo a longas distâncias para depósito em novos sítios.

A incineração, por sua vez, não é menos problemática que a deposição. A queima expelle partículas, fumaça e gases, inclusive cancerígenos.

Uma alternativa recorrentemente apontada é a da reciclagem; “a reciclagem, guardadas suas limitações, é aclamada como uma alternativa emergente, que fará reduzir a necessidade de áreas de terra para depósitos” (HORTON, 1995:3). Além de resolver em grande parte o problema dos depósitos de lixo, a reciclagem também propiciaria o desenvolvimento de um novo tipo de atividade produtiva. Até que ponto se sustenta a idéia de uma economia da reciclagem de materiais?

Um dos aspectos a considerar relaciona-se ao *alcance da reciclagem*, isto é, ao patamar que esta pode atingir em relação ao volume total de lixo produzido. Avalia-se que, em geral, cerca de 10% a 25% do total de lixo produzido, considerando suas diversas fontes, é passível de reaproveitamento (HORTON, 1995:5).

Por outro lado, há que considerar a impossibilidade física de uma *reciclagem total dos materiais*, conforme se deduz da aplicação dos princípios da termodinâmica às condições do processo econômico de reciclagem dos materiais.¹⁰

Segundo Altvater, “qualquer processo de transformação material ou energética é associado a um aumento irreversível de entropia (...) as energias e matérias transformadas *não estão mais disponíveis para uma nova utilização que faça sentido*, isto é, que sirva à satisfação das necessidades humanas, sem que haja novos dispêndios de energia” (1995:52) [grifos meus]. A reciclagem de materiais é um processo de transformação; quando não transforma, é *reuso* de produto, conforme vimos. Transformar implica utilizar mais energia, novos materiais e outros insumos e recursos. Além disto, tem-se que, no curso destas transformações, a energia é degradada, vale dizer que, de forma progressiva, *a capacidade de reabilitação é consumida definitivamente*.

Mas evidencia-se outro problema, que diz respeito à *qualidade* do material e do produto final que passam por sucessivas transformações. O produto resultante de materiais reprocessa-

dos apresenta, geralmente, qualidade inferior ao que provém da primeira transformação. E quanto mais repetidas vezes for reciclada a matéria, pior a qualidade do produto. Isto ocorre principalmente nas transformações derivadas do calor, ou por reações químicas, que são a essência da tecnologia industrial moderna.

Ambas as formas de processamento utilizadas pela indústria de transformação –através do calor, ou por reações químicas - são modificadoras da qualidade da matéria, porque modificam sua essência. Desta maneira, à medida que é resultado de sucessivas reciclagens, o produto novo apresenta qualidade inferior ao anterior, como é o caso da sucata de ferro, usada para elaborar aço em forno elétrico, com a presença de elementos de liga indesejáveis, alguns dos quais permanecem no aço acabado (HOGAN, 1998:709). Convém destacar, ainda, o problema da contaminação dos materiais (quando ainda se encontram em forma de rejeito ou sucata) por elementos que necessitam de um tratamento especial antes de seu processamento.

Quanto à perda de qualidade do produto fabricado mediante reciclagem de materiais, ela se reflete, também, no uso final. Assim, por exemplo, no caso do PET, de uma utilização inicial como garrafa plástica para refrigerante, seu mercado como PET reciclável é representado principalmente pelas indústrias de cordas, cerdas de vassouras e escovas, garrafas de detergente, carpetes e enchimento de travesseiros (ABM, 1998:700). Ou seja, presta-se, o reciclado, a usos considerados menos nobres e de menor valor no mercado.

Em outras palavras, reciclar materiais implica maior custo de processamento e devido à série de custos adicionais que o processo demanda, os rejeitos ou lixo recicláveis (as matérias secundárias) não encontram bom mercado, pois é mais interessante para a indústria produzir a partir de matérias-primas que de material reprocessado ou matérias secundárias.

O preço de mercado de matérias secundárias, sendo sensivelmente inferior ao valor, indica que a empresa pré-processadora não consegue o lucro médio. Uma forma de ampliar sua margem consiste em aumentar, no ciclo da reciclagem, a *quantidade de trabalho não pago*. Esta é a razão pela qual Horton (1995) conclui ser viável a reciclagem somente quando o Estado paga a pré-seleção do lixo.

Pela mesma razão, o trabalho sub-remunerado e altamente perigoso para a saúde dos biscateiros explorados e o trabalho doméstico não pago relacionado ao lixo constituem componente direto do processo de acumulação de capital, a despeito do deleite que provocam entre antropólogos e outros cientistas sociais, que tem nos catadores de lixo um mercado etnográfico substancial, o que pode ser demonstrado, aliás, pela bibliografia produzida nas duas décadas recentes.

O que parece não ser considerado é que políticas públicas em relação ao lixo interessam à empresa privada somente quando esta pode apropriar-se, através da ação do Estado, de mais uma parcela de trabalho não pago. Os programas de coleta seletiva, adotados em muitas cidades, baseiam-se no recolhimento por veículos da prefeitura municipal ou empresas concessionárias de serviços públicos, do descarte domiciliar e rejeitos do setor comercial recicláveis, pré-selecionados nas residências, escritórios, lanchonetes e congêneres.

O capital não valoriza a natureza. De um lado, faz uso do meio ambiente para nele despejar rejeitos da produção, sem pagar pelo serviço ambiental que utiliza. De outro, quando os despejos superam a capacidade de absorção da natureza, gera-se a poluição ambiental em forma de custos socializados, pois o capital não assume os gastos com a recuperação da qualidade ambiental.

Em suma, poluição ambiental e reciclagem de materiais estariam, em tese, intimamente relacionadas, uma vez que esta contribui para reduzir aquela, porém a viabilização da reciclagem está condicionada a uma série de fatores, alguns dos quais já enumerados, e, por outro lado, a produção de rejeitos da produção (e do consumo) alcança montantes que viabilizariam a escala industrial, mas que relativizam significativamente o potencial da reciclagem como inibidor da poluição¹¹

Neste sentido, é oportuna a observação de Bárbara Lynch acerca dos programas financiados pelas instituições internacionais para a proteção ambiental em cidades latino-americanas:

“(…)meu exame da literatura sobre essas e outras iniciativas ambientais urbanas internacionais não indicou nenhum esforço no sentido de democratizar a gestão do meio ambiente. Os documentos revelam *uma ênfase contínua no microprojeto de auto-ajuda*, que não envolve nenhuma retribuição

significativa de recursos, e em formas de participação da população pouco capazes de desafiar qualquer má distribuição de bens e males ambientais” (2001: 79).

A crença na possibilidade de uma transformação profunda da estrutura da sociedade atual, mediante a assunção de novos padrões de comportamento social, assentada na matriz da solidariedade¹² mobiliza o heterogêneo campo dos ambientalistas na luta pela instauração de uma verdadeira “democracia ecológica”. Mas esta luta, por outro lado, também se projeta – e expressivas manifestações surgidas nas reuniões do Fórum Social Mundial, desde 2001, corroboram tal interpretação—como *contraposição à globalização* e possibilidade de redenção para as sociedades contemporâneas:

“Pode-se afirmar que o caráter da globalização, ou pelo menos a difusão da ideologia neo-conservadora sustentada pela atual modernidade hegemônica, só permite às nossas sociedades optar por dois caminhos alternativos. Ou bem se integram de forma subordinada e dependente ao mercado-mundo, ou não lhes restará outra alternativa a não ser a ilusão da autonomia, com a realidade do atraso. No entanto, o verdadeiro problema a ser debatido não é a existência mais que evidente de tendências que buscam se inserir na economia globalizada, e sim que tipo de inserção nos é conveniente, nos permite tomar as rédeas do crescimento em bases nacionais e conservar a identidade cultural, a coesão social e a integridade ambiental em nossos países” (GUIMARÃES, 2001: 46-47) [grifos meus].

Diversas questões surgem na esteira da categoria de *sustentabilidade*, como a recorrente ênfase na *autonomia* e *autodeterminação* das comunidades (locais, regionais e nacionais) com desdobramentos ideopolíticos e ensejando abordagens tanto progressistas como conservadoras das *novas formas da gestão* e da *qualidade de vida*, visto que a “sustentabilidade” é uma categoria que, pela própria imprecisão, propicia diferentes apropriações: tanto pode servir para uma nova apresentação da eficiência empresarial como pode delinear a proposição de que, mesmo

no capitalismo possa ocorrer o desenvolvimento sustentável. Por isso, vale mencionar a observação de Enrique Leff, de que “a dialética da questão ambiental” engendrou o seu contrário, ou seja, *o discurso neoliberal da sustentabilidade*:

“(…) a retórica do desenvolvimento sustentável reconvverteu o sentido crítico do conceito de ambiente em um discurso voluntarista, proclamando que as políticas neoliberais haverão de conduzir-nos aos objetivos do equilíbrio ecológico e justiça social pela via mais eficaz: o crescimento econômico guiado pelo mercado” (1996:18).

O exame mais atento da noção de *desenvolvimento sustentável*, abstração feita das diferenças de estilo ou meramente formais entre diversos autores, evidencia que ele significaria, *ao mesmo tempo*, o desenvolvimento de um país (ou região) baseado em suas próprias potencialidades, isto é, *endógeno*, realizado de forma compatível com a *gestão ecologicamente equilibrada*. Além disso, este “novo” modelo de desenvolvimento seria lastreado por uma nova *ética*, na qual os objetivos econômicos seriam subordinados ao funcionamento dos ecossistemas e aos parâmetros da *qualidade de vida* das pessoas.

Não parece necessária uma análise mais aprofundada para constatar, de saída, duas dificuldades concretas no sentido da consistência desta concepção de “desenvolvimento sustentável”.

Primeiro, a contradição de propor um modelo endógeno de desenvolvimento exatamente numa quadra histórica marcada pela mundialização do capital financeiro e pela globalização¹³ e, depois, a formulação capaz de resolver o problema da almejada subordinação dos interesses e ações da economia de mercado à gestão dos recursos naturais referente à qualidade de vida das pessoas.

Embora historicamente evidenciada, pelo menos desde o século XVI, a conjugação das trocas internacionais de bens e serviços, fluxos de investimento direto e circulação de capitais, três dimensões econômicas da chamada globalização, o que mudou, nas três últimas décadas do século XX foi a proporção em que elas se conjugaram. Conforme assinala Chesnais:

“A integração internacional dos mercados financeiros resulta da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real. Mas baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às ‘benesses das finanças de mercado’. Como veio lembrar a crise mexicana de 1994-1995, basta pouca coisa para que um lugar financeiramente ‘atraente’ deixe de sê-lo em questão de dias e, de certa forma, fuja da órbita da mundialização financeira” (1996:17) [grifos meus].

No desdobramento deste raciocínio, não há como ignorar o fato de que os mecanismos econômicos institucionalizados consolidados pela financeirização do capital operam de forma extensamente predatória nas áreas periféricas, simplesmente aniquilando as condições de reprodução das classes trabalhadoras e ampliando a pilhagem dos recursos naturais, a partir da base oligopolista sobre a qual repousa a estratégia do capital financeiro. A propósito, anotam Chesnais e Serfati:

“A transferência das atividades industriais dos grupos multinacionais só diz respeito a uma minoria de países, aqueles que combinam baixos custos salariais e uma mão-de-obra freqüentemente qualificada e, se possível, uma demanda interna de dimensão importante. Em outros países, a exploração dos recursos naturais permanece como o maior objetivo do capital” (2003:69) [grifos meus].

Michael Löwy após considerar a continuação do progresso capitalista e a expansão da civilização baseada na economia de mercado uma ameaça direta à própria sobrevivência da espécie humana e que a racionalidade do mercado capitalista, assentada no cálculo imediatista do lucro é intrinsecamente contraditória com a racionalidade ecológica, que leva em consideração a temporalidade longa dos ciclos naturais, adverte:

“(…) as reformas parciais são totalmente insuficientes: deve-se substituir a microrracionalidade do lucro por uma macrorracionalidade social e ecológica, o que exige uma verdadeira mudança de civilização. Isso não é possível sem uma profunda reorientação tecnológica que vise a substituição das fontes atuais de energia por outras fontes, não poluentes e renováveis, tais como a energia solar (...). Torna-se necessária uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista” (2000: 236) [grifado no original].

Na verdade, o que propugna Löwy é por uma *economia de transição para o socialismo*, “re-encaixada (como diria Karl Polanyi) no meio ambiente social e natural, porque baseada na escolha democrática das prioridades e dos investimentos pela própria população - e não pelas ‘leis do mercado’ ou por um *politburo* onisciente” (2000:237) [grifado no original].

Um conjunto de intenções, um desenho da “nova civilização”, para além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos e da produção ao infinito de mercadorias prejudiciais ao meio ambiente, numa espécie de *reformismo utópico*...

A propósito, vale mencionar a indagação de Foladori: “pode-se organizar uma produção econômica alternativa que contemple os recursos renováveis e não renováveis, bem como os detritos, dentro da lógica mercantil da sociedade capitalista?” (2001: 153).

A resposta só pode ser *negativa*, sem tergiversações.

Embora não tenha sido o meu objetivo analisar as crises do capitalismo nas três últimas décadas do século passado, cabe sublinhar que entre a metade dos anos 70 e os dias atuais há um conjunto de ciclos marcado por crises de superprodução / recessão generalizada (1974/75; 1982/86), mas, sobretudo, o inter-relacionamento da crise econômica com a crise ambiental, fato que se contrapõe definitivamente às análises da chamada “crise ambiental mundial” dissociadas da economia capitalista. Foi exatamente nestes ciclos de crise que ocorreram duas grandes ondas de fome mundial (1973/1974 e 1984/1985),

com características significativas para a linha de raciocínio deste ensaio: o fato de que a fome de 1973/74 foi, segundo Mandel, “em grande parte fabricada pela política deliberada de *sustentação de preços através de uma redução artificial das áreas plantadas e da produção*” (1990: 115), ou seja, através da lógica infernal da economia de mercado. Naquele momento, metade da humanidade passava fome não porque o mundo estivesse carente de produtos alimentares, mas porque a demanda solvível não pôde seguir a demanda física.

Por isso, importa enfatizar que a chamada “crise ambiental” em escala planetária não se estruturou de forma independente das leis econômicas que organizam as relações de produção sob o capitalismo. Entre os colapsos do progresso e a constatação da generalização crescente dos riscos está a descoberta de que *o desenvolvimento é insustentável* e, assim, surge o mito do “desenvolvimento sustentável”. Afirma-se que é preciso evitar o colapso da humanidade e do meio ambiente com o “desenvolvimento sustentável”, corrigindo problemas locais, regionais e mundiais, evitando-se riscos de contaminação, da destruição de riquezas naturais. Ocultam-se as causas e os maiores responsáveis pelos problemas do presente e do futuro, colocando como meta o “bem comum” e as responsabilidades da “geração atual” com relação à “futura”. As centenas de definições de “desenvolvimento sustentável” sempre referem o “equilíbrio do meio ambiente” visando o bem estar das “gerações presentes e futuras”, ou seja, os conflitos são vistos como se fossem entre gerações, *sem consideração das classes sociais que compõe a sociedade*. A “humanidade” – categoria genérica – tem que contribuir para o “bem comum”, mas como considerar *comum* o que é *apropriado privadamente*? Como considerar que a geração presente (abstrata) seja responsável pela geração futura (virtual)? Se as formas de produzir comprometem a reprodução da vida presente como esperar que a geração atual resolva abstratamente os problemas para as gerações futuras?

Enfim, reitero que a proposta de uma alternativa econômica compatível com a preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado tem os seus pressupostos em princípios da termodinâmica, o seu ponto nodal no vago “desenvolvimento sustentável”, o seu sujeito numa genérica “humanidade” e coloca a *ética* no lugar da política ou, na

melhor hipótese, a política centrada numa ética universal que dependeria, para se efetivar, da “consciência ecológica” individual assumir a dimensão de “cidadania ambiental coletiva”. Não se deve estranhar, portanto, a primazia analítica atribuída à “crise ambiental” e sua desconexão das condições concretas da sua própria produção histórica.

“(…) os enunciados dos problemas sociais, elaborados a partir da virada do século XX, são desqualificados na medida em que só dizem respeito às relações dos homens entre si: daí em diante, é unicamente nas interfaces da sociedade humana e de seu meio ambiente natural que está em jogo o destino comum da humanidade e do planeta (...). O ecologismo abole a história como teatro da mudança e do progresso, em suma, o tempo moderno. A natureza sistêmica, com efeito, não tem história a não ser a de sua possível degradação” (TOPALOV, 1997: 36) [grifos meus].

Referências Bibliográficas

ALTVATER, Elmar. “*Ecological and economic modalities of time and space*” In *Capitalism, nature, socialism.*; 3, 1989, pp.59-79.

_____. *O Preço da Riqueza*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

ALTVATER, Elmar; MAHNKOPF, Birgit. *Los limites de la globalización*. México: Siglo XXI, 2002.

BECKENBACH, Frank. “*Social cost in modern capitalism*”, *Capitalism, nature, socialism*, 3, 1989, pp.72-91.

BERNARDO, Maristela. “*Impasses sociais e políticos em torno do meio ambiente*”, *Sociedade e Estado*, n.1, jan-jun., 1996, pp.159-168.

BORATTI, Larissa Verri. “*Riscos e Cidades: Resíduos Sólidos e Planejamento Urbano-Ambiental*” In LEITE, José Rubens Morato e FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila (Orgs.). *Aspectos destacados da Lei de Biossegurança na sociedade de risco*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

- CANTOR, Renan Veja “Marx, a ecologia e o discurso ecológico” In: NÓVOA, Jorge (Org.). *Incontornável Marx*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri “A reprodução da cidade como ‘negócio’” In: CARLOS, Ana F.A.; CARRERAS, Carles (Orgs.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude “Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas”, *Crítica Marxista*, nº16, março-2003, pp.39-75
- COUTINHO, Ronaldo. “Mercado cultural e proteção jurídica do patrimônio cultural urbano” In COUTINHO, Ronaldo; AHMED, Flávio (Coords.). *Patrimônio Cultural e sua Tutela Jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.
- _____. “Sustentabilidade e risco nas cidades do capitalismo periférico” In: FERREIRA, Helene Sivini; LEITE, José Rubens Morato; BORATTI, Larissa Verri (Orgs.). *Estado de Direito Ambiental: Tendências, Aspectos Constitucionais e Prognósticos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. “Direito ambiental das cidades: questões teórico-metodológicas” In: COUTINHO, Ronaldo; ROCCO, Rogério (Orgs.). 2ª ed. revista, atualizada e ampliada. *O Direito Ambiental das Cidades*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.
- _____. “Direito à Saúde, Meio ambiente e urbanização” In: COUTINHO, Ronaldo; AHMED, Flávio (Coords.). *Cidades sustentáveis no Brasil e sua tutela jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009
- _____. *Indústria e degradação ambiental no Estado do Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: UERJ, 1995
- _____. “Direito ambiental e capitalismo (Introdução à crítica do ecologismo jurídico)” In: *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*. v.2, 1994, pp.397-416.
- FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. *A Sociedade do Lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental*. Piracicaba; Editora Unimep, 1995.
- FOLADORI, Guillermo. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. “The entropy law and the economic problem”, In: DALY, Herman (Org.). *Economics, ecology, ethics: Essays toward a steady-state economy*. San Francisco: Freeman, 1980.
- GUIMARÃES, Roberto P. “A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento” In VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOGAN, William “A siderurgia no próximo século” In *M & M-Metalurgia e Metais*. v.54, n.472, jan.1998, pp.701-716.
- HORTON, Stephen “Rethinking recycling: the politics of the waste crisis” In *Capitalism, nature, socialism*, 6 (1), mar.1995, pp.1-19.
- IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. *Teorias da Globalização*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JAMESON, Fredric. *A Cultura do Dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEFF, Enrique. “La capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad” In *Formación Ambiental* v.7, n.16, 1996, pp.17-20.
- LEIS, Héctor Ricardo. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia, 1996.

- LEIS, Héctor R.; D'AMATO, José Luís "O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial" In CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LYNCH, Bárbara Deutsch "Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas" In ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades; sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: D.P.& A Editora, 2001.
- LÖWY, Michael. "De Marx ao Ecosocialismo" In LÖWY, Michael e BENSÄID, Daniel. *Marxismo, Modernidade, Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- MAIMON, Dália. *Ensaio sobre economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 3ªed. São Paulo: Abril Cultural, 1988, Tomo I, vol.1.
- MARTINEZ-ALLIER, Joan; SCHLÜPMANN, Klaus. *La ecologia y la economia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- Mc CORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MENEZES, Maria Thereza C.G.de. *Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável*. Florianópolis: Editora UFSC, 2001.
- MOREIRA, Danielle de Andrade. *Responsabilidade Ambiental Pós-Consumo: Da Prevenção à Reparação dos Danos*. Rio de Janeiro: UERJ/PPGD, 2008 (Tese de Doutorado em Direito da Cidade).
- NOBRE, Marcos "Desenvolvimento Sustentável e Problemática Ambiental", In: *LUA NOVA – Revista de Cultura e Política* N.47, 1999, pp.137-156.
- OKADA, Denise Setsuko. "Resíduos: Consumo e Pós-Consumo" In COUTINHO, Ronaldo; AHMED, Flávio (Coords.). *Cidades Sustentáveis no Brasil e sua Tutela Jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.
- PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. 2ªed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.
- PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Editora UnB, 1991.
- SACHS, Ignacy. "Developing in Harmony with Nature: Consumption Patterns, Time and Space Uses, Resources, Profiles and Technological Choices" In GLAESER, B. (Org.) *Ecodevelopment: concepts, projects, strategies*. Oxford: Pergamon, 1984.
- _____. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- STERLING, Stephen "Rethinking resources" In COOPER, David E.; PALMER, Joy A. (Orgs.). *The environment in question*. London: Routledge, 1995.
- TOLEDO, Victor M. "Modernity and ecology: the new planetary crisis" In *Capitalism, nature, socialism* 4, 1993, pp.31- 48.
- TOPALOV, Christian. "Do Planejamento à Ecologia; nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat" In *Cadernos IPPUR*, n.1 e 2, jan/dez.1997, pp.19-42.

VIOLA, Eduardo J.” *O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1 (3), 1987.

VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.

YOUNG, J.E. *Reduzindo o desperdício, economizando materiais*. São Paulo: Globo, 1991.

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

Notas

1 Cf. SACHS, Ignacy. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986 e *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel / Fundap, 1993.

2 É interessante observar que é esta característica de polissemia que faz universalmente aceito o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, o seu uso consensual deriva principalmente de sua imprecisão e vagueza.

3 Empregamos a denominação singular, apenas por facilidade de exposição, pois a aparente unicidade do ambientalismo jamais ocorreu.”Ambientalismo” como um modo restrito (e geralmente restritivo) de ver e agir no mundo, sim, mas a transposição dessa perspectiva para a prática social e a ação política assume dimensões diferenciadas e frequentemente antagônicas. Para o aprofundamento da questão ver, entre outros, LEIS, Héctor Ricardo. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia, 1996; PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. 2ªed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. VIOLA, Eduardo J et alli *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995; LEIS, Héctor R; D’AMATO, José Luís.

“O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial” In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995; McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992; VIOLA, Eduardo J. “ O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecopolítica”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1 (3), 1987.

4 Cf. NOBRE, Marcos “Desenvolvimento Sustentável e Problemática Ambiental” In: *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, n.47, 1999 (pp.137-156).

5 A propósito dessa questão ver SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988 e *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. CARLOS, Ana Fani Alessandri “ A reprodução da cidade como ‘negócio’” In: CARLOS, Ana F.A; CARRERAS, Carles (Orgs.). *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005; MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001; BECKENBACH, Frank “ Social cost in modern capitalism” , *Capitalism, nature, socialism*, 3, 1989 (pp.72-91). ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza*. São Paulo: Editora UNESP, 1995; ALTVATER, Elmar; MAHNKOPF, Birgit. *Los limites de la globalización*. México: Siglo XXI, 2002.

6 Não se trata, como poderia parecer, de um processo geograficamente circunscrito ao Terceiro Mundo, pois Primeiro e Terceiro Mundo intercalam-se em todos os países, ou seja, temos um Primeiro Mundo no Terceiro e vice-versa.

7 Além da indispensável leitura de Marx (*O Capital, Grundrisse e Teorias da Mais-Valia*), o aprofundamento desta questão e os respectivos desdobramentos contemporâneos pode

- ser desenvolvido em MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo e Editora da UNICAMP, 2002 (especialmente caps. 15 e 16).
- 8 Ver, a respeito, GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas “The entropy law and the economic problem” In: DALY, Herman (Org.). *Economics, ecology, ethics. Essays toward a steady-state economy*. San Francisco: Freeman, 1980 (pp. 48-60); MARTINEZ-ALLIER, Joan; SCHLÜPMANN, Klaus. *La ecología y la economía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991; ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995 e “Ecological and economic modalities of time and space” In: *Capitalism, nature, socialism*, 3, 1989 (pp. 59-79); TOLEDO, Victor M. “Modernity and ecology: the new planetary crisis” In; *Capitalism, nature, socialism*, 4(4), 1993 (pp. 31-48); STERLING, Stephen. “Rethinking resources” In: COOPER, David E.; PALMER, Joy A. (Orgs.) *The environment in question*. London: Routledge, 1995
- 9 Utilizamos os termos qualificando-os quando se tratar de lixo que necessita de deposição final (aquele realmente jogado fora) ou, pelo contrário, tratar-se de refugo passível de reaproveitamento. O rejeito pode ser classificado, segundo sua fonte, como: industrial; doméstico; comercial; hospitalar; entulhos de construção civil; e resíduos especiais urbanos públicos (referem-se a materiais resultantes de limpeza das vias públicas).
- 10 O primeiro e o segundo princípios da termodinâmica podem ser expressos, respectivamente, da seguinte maneira: *a energia não pode ser criada ou destruída e não é possível transformar todo o calor em energia mecânica*. O primeiro princípio é a lei da conservação de energia: a energia contida no universo é constante, podendo haver mudança de forma e de lugar. O segundo princípio é a lei da entropia (entropia é a medida de desordem de um sistema). O segundo princípio baseia-se na dissipação de energia e implica que “a propagação irreversível de calor é, neste contexto, sinônima de perda de rendimento”
- PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Editora da UnB, 1991, p. 94.
- 11 Muitas questões aqui superficialmente abordadas podem ser melhor esclarecidas com a consulta de alguns trabalhos, entre outros, MOREIRA, Danielle de Andrade. *Responsabilidade Ambiental Pós-Consumo: Da Prevenção à Reparação de Danos*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008 (Tese de Doutorado em Direito da Cidade); OKADA, Denise Setsuko. “Resíduos: Consumo e Pós-Consumo” In: COUTINHO, Ronaldo; AHMED, Flávio (Coords.). *Cidades Sustentáveis no Brasil e sua Tutela Jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009; BORATTI, Larissa Verri. “Riscos e Cidades: Resíduos Sólidos e Planejamento Urbano-Ambiental” In; LEITE, José Rubens Morato & FAGÜNDEZ, Paulo Roney Ávila (Orgs), *Aspectos destacados da Lei de Biossegurança na sociedade de risco*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008; Figueiredo, Paulo Jorge Moraes. *A Sociedade do Lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental*. Piracicaba: Editora Unimep, 1995; FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. “Resíduos sólidos: ponto final da insustentabilidade econômica”. In: *Revista de Direitos Difusos*. V.13:1, 717-1.731, São Paulo, 2002.
- 12 Exemplo singularmente expressivo dessas concepções é o das propostas que consubstanciam os programas e as ações da chamada *economia solidária*, que representa, no campo da economia, concepção semelhante, sob muitos e decisivos aspectos, àquela que orienta os programas e as ações dos diversos ramos do movimento ambientalista e de ONGs de inserção ecológica. Para uma crítica profunda, frontal e decisiva da “economia solidária”, há o trabalho pioneiro de Maria Thereza Menezes (MENEZES, Maria Thereza C.G. de. *Economia Solidária: Elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.
- 13 Não cabe neste ensaio uma discussão sobre o tema da globalização, mas o leitor interessado pode consultar, dentre os títulos mais expressivos, CHESNAIS, François. *A Múndia-*

lização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996; IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 e *Teorias da Globalização*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; FIORI, J.L.; LOURENÇO, M.S; NORONHA, J. C. de (Orgs.). *Globalização: O Fato e O Mito*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998; JAMESON, Fredric. *A Cultura do Dinheiro; Ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001; HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1998;

Ronaldo Coutinho

* Livre-Docente em Sociologia. Professor Titular (aposentado) da UFF e da UERJ. Coordenador do Grupo de Pesquisa *Gestão Urbana e Direito Ambiental* no Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ (1997 a 2005). Sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, publicou: “Direito Ambiental das Cidades: Questões teórico-metodológicas” In: COUTINHO, Ronaldo; ROCCO, Rogério (Orgs.). *O Direito Ambiental das Cidades*. 2ª ed. revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.; “Mercado Cultural e Proteção Jurídica do Patrimônio Cultural Urbano” In: COUTINHO, Ronaldo; AHMED, Flávio (Coords.). *Patrimônio Cultural e Sua Tutela Jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009; “Direito à saúde, meio ambiente e urbanização” In COUTINHO, Ronaldo; AHMED, Flávio (Coords.). *Cidades Sustentáveis no Brasil e sua Tutela Jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009; “Sustentabilidade e Risco nas Cidades do Capitalismo Periférico” In: FERREIRA, Helene Sivini; LEITE, José Rubens Morato; BORATTI, Larissa Verri (Orgs.). *Estado de Direito Ambiental: Tendências, Aspectos Constitucionais e Diagnósticos*. 2ª ed. (rev. ampliada). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009; “Direito Ambiental e Capitalismo (Introdução à Crítica do Ecologismo Jurídico” In; *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, v.1, Rio de Janeiro, 1994; *Indústria e Degradação Ambiental no Estado do Rio de Janeiro*. Brasília; Rio de Janeiro: CNPq;UERJ, 1995.

A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade

Ana Elizabete Mota*

Maria das Graças e Silva**

A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade

Resumo: Neste artigo a problemática ambiental é tratada como um fenômeno socialmente determinado pelas relações capitalistas de produção. O argumento central é de que a ausência de uma crítica radical e classista à problemática ambiental tem possibilitado aos ideólogos da ordem, a construção de um consenso que unifica interesses de classes antagônicas em torno da defesa do desenvolvimento sustentável. Aventa a hipótese de que as propostas e iniciativas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em geral, produzem uma verdadeira insustentabilidade social, diante da impossibilidade de compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social. Por fim, conclui que o debate ambiental tem conferido centralidade aos aspectos biofísicos do ambiente, secundarizando a dimensão social, tratada genericamente como meio da promoção de uma sociedade “ambientalmente sustentável”.

Palavras-chave: Questão ambiental. Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade ambiental.

The environmental matter and the contradictory speech of the sustainability

Abstract: In this article the environmental matter is treated as a phenomenon socially determined by the capitalist relations of production. The central argument is about the absence of a radical and class critique to environmental question has enabled to the ideologues of the order, the construction of a consensus that unify benefits of opposite classes around the defense of sustainable development. Raises the hypothesis about the proposals and initiatives directed to the environmental sustainability, in general, produce a true social unsustainability, before of the impossibility of compatible the economic increase with social development. Finally, concludes that the environmental controversy has given focus to the biophysical aspects of the ambience, relegating to the second plan the social dimension, generally treated as promotion means of an “environmentally sustainable” society.

Keywords: Environmental matter. Sustainable development.

Recebido em 29.07.2009. Aprovado em 11.09.2009.

Questão ambiental: do que se trata?

A depredação da natureza bem como o movimento empreendido pelas classes no seu enfrentamento tem sido objeto de intensos debates entre intelectuais, movimentos sociais e agências internacionais, obtendo ampla cobertura dos meios de comunicação.

A centralidade e divulgação deste debate são amparadas pela emergência de fenômenos como a escassez dos recursos não renováveis, as mudanças climáticas, o volume de dejetos industriais e poluentes, ao que se soma a quantidade de lixo doméstico urbano, resultado, dentre outros, da descartabilidade dos produtos impulsionada pela obsolescência programada.

Este cenário de exacerbação da “questão ambiental”¹ é revelador da destrutividade inerente ao modo de produção capitalista, cujas crescentes necessidades de produção e acumulação de riqueza, vêm se defrontando com os seus próprios limites de expansão.

A dinâmica destrutiva do sistema se mantém e se aprofunda a despeito das iniciativas e prescrições sobre a necessidade de preservação/ conservação dos bens naturais, tais como a adoção das “tecnologias limpas”, os processos de educação ambiental ou, mesmo, a incorporação de indicadores sócio-ambientais no cálculo e na especificação de alguns produtos e processos produtivos nas transações comerciais.

Relatório produzido por 1.350 especialistas a pedido da ONU vê declínio nos ecossistemas globais². Este estudo representa um ponto importante no debate sobre a “questão ambiental”, visto que aponta a ação humana e o consumo irracional dos recursos naturais³ como causa fundamental da insustentabilidade no planeta. O resultado, segundo os pesquisadores, é um colapso futuro na capacidade de fornecer recursos naturais aos seres humanos, cujo primeiro efeito prático deve ser a impossibilidade de atingir as metas das Nações Unidas de combate à fome em 2015.

O relatório conclui:

O cerne desta avaliação constitui um aviso simples, mas primordial: as atividades humanas estão exaurindo as funções naturais da Terra de tal modo que a capacidade dos

ecossistemas do planeta de sustentar as gerações futuras já não é mais uma certeza. (...) Neste período de consumo sem precedentes das provisões gentilmente oferecidas por nosso planeta, chegou a hora de verificar as contas e é isso que esta avaliação fez. Ela constitui um balanço que, sobriamente, aponta muito mais números em vermelho no final das contas. (...) Quase dois terços dos serviços oferecidos pela natureza à humanidade estão em rápido declínio em todo o mundo. (...) Em muitos casos, estamos literalmente vivendo uma ‘prorrogação de jogo’ (...) Os custos disso já se fazem sentir, geralmente por aqueles que estão longe de se beneficiar desses serviços naturais. Se não nos conscientizarmos de nossa dívida e evitarmos que ela aumente, colocaremos em perigo os sonhos de cidadãos em todo o mundo de acabar com a fome, pobreza extrema e doenças⁴

Em outros termos, os estudos científicos vêm apontando que os níveis de depredação do planeta seguem se aprofundando⁵, apesar dos avanços obtidos com a introdução de tecnologias de produção menos absorventes de recursos naturais e com mecanismos de controle de poluentes mais eficazes, dentre outros. As interpretações para este aparente paradoxo – os investimentos em gestão ambiental e os avanços sobre a degradação do meio ambiente – vão desde a referência às tecnologias “suja” até a crítica ao consumo exacerbado, face ao esgotamento dos recursos naturais e ao aumento dos resíduos.

Embora ganhe espaço e notoriedade, as referências críticas à problemática ambiental se voltam mais para a adoção de práticas poupadoras de recursos naturais – de que são exemplos os processos de reciclagem e a utilização de produtos biodegradáveis – do que para o enfrentamento do produtivismo e do consumismo que marcam as sociedades contemporâneas. Ainda que assim seja, não se pode negar que há maior visibilidade e divulgação das questões afetas ao meio ambiente. Neste sentido, chamamos a atenção para a necessidade de ultrapassagem desta cultura dos “efeitos” da produção destrutiva que se revela insuficiente para instrumentalizar

ações que, efetivamente, ponham em xeque os determinantes da “questão ambiental”.

A ausência de uma crítica radical e classista à problemática ambiental tem possibilitado aos ideólogos da ordem, a construção de um consenso que unifica os interesses dos trabalhadores, dos empresários e do Estado em torno da defesa de uma “pretensa sustentabilidade”, sustentabilidade esta, impossível de ser alcançada na sociedade do capital que resiste a qualquer tipo de controle sobre a destrutividade social e material que lhe é inerente.

As alternativas de enfrentamento da problemática ambiental vêm sendo engendradas desde os anos 70 do século último, mas, só na década passada adquirem visibilidade na agenda pública, conferindo legitimidade e visibilidade às programáticas ambientalistas. É neste contexto que a formulação do “desenvolvimento sustentável” ganha centralidade nas propostas de amplos segmentos da sociedade, mobilizados em torno do desafio de compatibilizar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e social.

O apelo que exerceu e exerce o termo desenvolvimento sustentável sinaliza uma dada dinâmica de enfrentamento à “questão ambiental”, presente nos acordos internacionais, cujo objetivo é orientar ações em nível local e nacional, seguindo uma tendência do debate sobre a temática do desenvolvimento nos anos 90. Trata-se de uma construção que tem suas bases fincadas na chamada crise do desenvolvimentismo, no avanço do pensamento neoliberal e no determinismo das políticas de ajuste macro econômico.

Neste contexto, a sustentabilidade apresentou-se como “princípio ético e moral”, por imputar à atual geração a responsabilidade pela preservação das condições de reprodução das gerações futuras. O caráter sedutor e encantador da proposição reside/residiu no apelo à preservação da natureza, ao enfrentamento da desigualdade social e ao comprometimento individual e coletivo da sociedade com o meio ambiente, ignorando as determinações históricas do processo destrutivo.

Esta unanimidade, ao se constituir numa ideologia do enfrentamento da “questão ambiental”, em uma sociedade marcada por fortes antagonismos, revela os limites do seu alcance, constatados, inclusive, pelos próprios organismos formuladores como é o caso da CEPAL quando afirma que,

A inflação de enfoques tem derivado em um conceito de sustentabilidade cada vez mais nebuloso e mais gasto, enquanto mais freqüentemente as distintas partes têm se apropriado dele. Desta maneira, o discurso corre o perigo de ir parar onde já têm ido outras discussões sobre a política e desenvolvimento: no fosso de uma opinião pública, política e acadêmica que se reproduz em ciclos cada vez mais curtos, através da fabricação de termos e conceitos novos CEPAL (2006, p.7).

O desenvolvimento sustentável destaca-se, no conjunto das propostas e ações implementadas na área socioambiental, como uma mediação fundamental e suporte ideopolítico necessário à construção de um consenso de classes. A tríade sustentabilidade econômica, social e ambiental orienta práticas as mais diversas, oferecendo-lhes justificativa e amparo, sejam estas ações locais, em âmbito nacional ou mesmo internacionais. Por este caminho é que empresas e instituições vêm redefinindo programas e projetos denominados de responsabilidade sócio-ambiental, inclusive demandando atividades especializadas, onde se inclui a dos assistentes sociais⁶.

Desenvolvimento sustentável – a construção de uma ideologia

Como já exposto, defendemos a idéia de que o desenvolvimento sustentável ao se constituir na proposta predominante de enfrentamento da questão ambiental, orientando ações e iniciativas, se configura como uma ideologia. Ao invocar a sustentabilidade ambiental, social e econômica, a proposta nega as contradições da sociedade de classes; daí o seu fetiche que, ao defender a sustentabilidade da base material, sem alterar a relação sociometabólica que rege as relações sociais de produção, estaria reiterando, a reprodução de uma verdadeira “insustentabilidade social”.

O caso da indústria de reciclagem é emblemático desta tendência: ao mesmo tempo em que contribui para a redução dos resíduos sólidos, este ramo da produção – ancorado no discurso da sustentabilidade e integrado às práticas inscritas no âmbito da responsabilidade social – impulsiona o seu processo de

produção mediante a utilização de matérias-primas obtidas com trabalho informal, superexplorado, realizado sob condições subumanas.

A unidade entre *sustentabilidade ambiental* e *sustentabilidade social*, apresenta-se impossível na dinâmica sociometabólica do capital. Ao mesmo tempo em que assegura a contínua produção e reprodução da “questão ambiental”, o capital se empenha em atenuar as suas manifestações, administrando suas contradições através do impulsionamento de programas compensatórios, lastreados pelo discurso do solidarismo, do respeito aos direitos humanos e da defesa do meio ambiente.

As razões ideopolíticas que dão esteio a esta concepção residem na impossibilidade da sociedade do capital enfrentar a desigualdade social sem comprometer a sua dinâmica de acumulação, razão pela qual o debate ambiental tem conferido centralidade aos aspectos biofísicos do ambiente – de forte inspiração na ecologia – secundarizando a dimensão social, tratada genericamente como objeto e meio da promoção de uma sociedade “ambientalmente sustentável”.

No plano teórico, esta concepção confere centralidade à dimensão ecológica da “questão ambiental”. Neste sentido, a defesa da natureza comparece divorciada do enfrentamento da questão social *ou como hierarquicamente superior a esta*, negando-se, moto contínuo, a estreita vinculação entre ambas. Assim, as dimensões social, econômica, ideológica, cultural e política aparecem descoladas, despojadas de sentido crítico, posto que não são apreendidas como partes constitutivas de uma totalidade complexa.

Nestes termos, o que se revela é a implementação de saídas técnicas, posto que as mesmas não colocam em questão os determinantes históricos e sociais da produção destrutiva, cujas bases encontram-se fincadas na apropriação privada dos elementos naturais e sua conversão em fatores de produção, mediada pelo uso da ciência e da tecnologia.

A moldura simbólica que funda esta aceção vincula-se à ideologia do progresso técnico, à crença na onipotência do desenvolvimento tecnológico face às outras dimensões da vida social.

Retomando Mandel, (1985):

Essa ideologia proclama a capacidade que tem a ordem social vigente de elimi-

nar gradualmente todas as possibilidades de crise, encontrar uma solução “técnica” para todas as suas contradições, integrar as classes sociais rebeldes e evitar explosões políticas. (p. 351)

Ao exibir uma leitura metafísica e ahistórica da existência, esta concepção assume uma visão dicotômica da relação entre sociedade e natureza: ao mesmo tempo em que afirma a condição natural da vida humana – o que torna a defesa da natureza imprescindível para assegurar a reprodução da espécie – esmaece as determinações histórico-estruturais da “questão ambiental”, o que implica, ao fim e ao cabo, uma negação do ser social.

Como afirma Pedrosa, (2007 p. 108):

Estas definições, comuns nas mensagens ambientalistas, sintonizam-se com a ideologia da produção e do consumo na medida em que a natureza é tida apenas como o meio ambiente, o habitat, o lá fora, a casa do homem. Assim, o homem, ele próprio não é um ser natural. O habitante não é natureza (...) não compreendem o homem como ser natural- histórico, desqualificam e objetualizam a natureza e confundem humanidade com animalidade (grifos nossos).

Negar a condição, a um só tempo, de imanência e de diferencialidade que ocupa o gênero humano face às demais espécies vivas e ao mundo abiótico, atribuindo um sentido pretensamente universal e perene aos traços essenciais do homem burguês – egoísta, individualista e competitivo – implica conceber que o limite de nossa “existência genérica” está na formação social capitalista, tal qual propagam as teses do fim da história. Assim, caberia-nos, tão somente, atenuar os efeitos da ação destrutiva sobre a natureza, seja através de recursos tecnológicos ou da disseminação de uma “consciência ambiental”⁷.

Nestes termos o que se revela é a impossibilidade de superação da “questão ambiental” por esta via: se a sua gênese encontra-se plasmada na apropriação privada dos elementos naturais e sua conversão em fatores de produção, mediada pelo uso da ciência e da tecnologia, é na esfera das relações sociais que reside a sua superação. Dito de outra maneira: as saídas

técnicas – que não tencionam as relações sociais e, portanto, as condições históricas da produção e do consumo de mercadorias – têm-se revelado insuficientes como alternativas à depredação ambiental, desafiando contínua e sistematicamente a humanidade à superação da civilização mercantil. A razão para isto reside no fato de que a “*produtividade e destrutividade são inseparáveis, posto que a tecnologia é desenvolvida para que o capital possa se apropriar da totalidade dos recursos humanos e materiais do planeta*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 527).

As expressões empíricas do aprisionamento da sustentabilidade a uma questão técnica manifestam-se tanto em sua *dimensão ambiental*, quanto *social*, assim como na fratura entre ambas. Decerto que os avanços nas medidas voltadas à *sustentabilidade ambiental* devem ser creditados ao fato de que as forças produtivas da natureza (recursos e serviços ambientais) sinalizaram limites à reprodução da ordem do capital, seja através do esgotamento de algumas matérias-primas, da baixa produtividade do solo, das intempéries, além da decrescente capacidade do planeta de absorver os dejetos e poluentes diversos.

Nestes termos, o desenvolvimento sustentável constitui uma resposta a esses limites, reveladores da forma de apropriação dos recursos – essencialmente caracterizada por uma velocidade de utilização superior à velocidade de recomposição dos ecossistemas – o que implica aventar que todo desenvolvimento só seria sustentável à medida que revertesse a dinâmica de utilização destes recursos (FOLADORI, 2001a).

No entanto, as tentativas de compatibilizar as necessidades crescentes de expansão da produção – ainda que balizadas no uso de tecnologias limpas e com menores níveis de desperdício – com a preservação da natureza têm-se demonstrado impotentes, face à condição anárquica e perdulária da produção capitalista, cuja expressão mais emblemática é a obsolescência programada de mercadorias⁸.

Assim, a *sustentabilidade ambiental* segue uma dinâmica contraditória: constatam-se alguns avanços (medidas de redução da poluição, redução do desperdício na produção, reaproveitamento e reciclagem dos descartes, formação de uma “consciência ambiental”), mas persistem questões essenciais que afetam a reprodução da vida no planeta. O aquecimento global, a questão energética, a degradação do solo⁹, o desperdício, a produção para

o descarte são dilemas cada vez mais emergentes para o futuro da humanidade.

As discussões quanto aos mecanismos de enfrentamento se deparam com interesses cada vez mais conflitantes, impasses e paralisias. A Convenção de Johannesburgo (Rio +10), assim como as reuniões do G8 são bastante ilustrativas desta tendência¹⁰.

Ao fim e ao cabo, um paradoxo se revela: ao lado dos discursos que anunciam um futuro de catástrofes, que apelam para as ações emergenciais, que conclamam todos a se envolverem na defesa do planeta, o capital submete a humanidade – e as demais formas de vida na terra – aos riscos originários da reprodução de sua ordem sociometabólica.

O apelo ético – a promoção da vida e da liberdade, a solidariedade intergeracional e a edificação de uma ordem global “ética, solidária, pacífica e justa” – vai lentamente degenerando em um puro mecanismo formal, transmuta-se em um receituário moral¹¹, destituído de sua lógica coletiva e universalizante, destinando-se, quase exclusivamente, a orientar as ações individuais, a buscar mudanças de comportamentos e de atitudes face ao meio ambiente, atitudes estas plenamente sintonizadas com o mercado, também empenhado em adotar uma face “ecologicamente correta”.

Neste contexto,

O universo dos valores éticos¹² só pode aparecer como um discurso vazio, que jamais pode ser efetivado praticamente. Trata-se, então, de um discurso vazio, mas socialmente necessário (...) Essa ética abstrata não só não se opõe à desumanização da vida como é um elemento funcional a ela (...) Não pode impedir nem mudar integralmente esse movimento desumanizador. Quando muito contribui para amenizar e mesmo assim de forma bastante tópica e epidérmica, os aspectos mais graves e perversos (TONET, 2002, p. 20-22).

Assim, a “questão ambiental” é tratada na perspectiva do indivíduo, criando-se no plano ideológico o fetiche da humanização do capital, a partir das mudanças atitudinais. A ilusão de realizar o irrealizável esconde a necessidade de realizar o factível (TONET, 2002).

Também no âmbito da *sustentabilidade social* as ações destinadas ao combate à pobreza, através

de acordos e protocolos internacionais, revelam-se insuficientes. A cada dia o capital oferece novas evidências de sua impossibilidade de resolver ou mesmo atenuar a desigualdade social sem comprometer a sua dinâmica de acumulação. Os arranjos para sair da crise estrutural em que se encontra (financeirização, reestruturação produtiva, as privatizações, a precarização do trabalho, o desemprego) exibem a barbárie social que ronda as sociedades contemporâneas.

Neste processo, a *sustentabilidade social* se faz cada vez mais controversa e quimérica. Afirma Amaral (2005):

No horizonte da racionalidade burguesa, mesmo a argumentação dos traços progressistas que o crescimento econômico tem produzido esbarra na incapacidade de os problemas mais fundamentais serem resolvidos, sem que o custo deles implique o aviltamento das condições de vida da imensa maioria do planeta, pois “esses problemas tendem a cronificar-se, a receber pseudo-soluções ou soluções de altíssimo custo sócio-humano” o que torna impossível a convivência entre o desenvolvimento social e o capitalismo (p. 61).

A programática ambientalista posta em ação a partir da lógica de reprodução do capital acaba por aprofundar a contradição entre sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. Verifica-se, nesses casos, que avanços na sustentabilidade ambiental se colocam lado a lado com os retrocessos na sustentabilidade social, a exemplo da contenda em torno dos agro-combustíveis, do biodiesel e sua contribuição para a intensificação da crise dos alimentos e precarização das condições de trabalho. Desta forma, a racionalidade do capital manifesta suas profundas contradições: a busca da sustentabilidade ambiental, guiada pelo cálculo financeiro, acaba por aprofundar a insustentabilidade social, agravando as já precárias condições de vida e trabalho nas sociedades atuais.

A própria ONU alerta para a questão ao denunciar o fato de 100 milhões de pessoas já estarem sendo afetadas pela alta nos preços dos alimentos, observada nos últimos meses e chama a atenção para o aprofundamento da pobreza em todos os

continentes. Considerando a “**crise dos alimentos**” como a pior em quase meio século, a ONU denominou este fenômeno como verdadeiro “tsunami silencioso”¹³.

Embora não se trate de um fenômeno exclusivamente afeto à produção de agrocombustíveis, o fato – apontado por especialistas – é que a expansão desordenada de plantios destinados à produção de novas fontes de energia tem agravado a questão social. Na outra ponta encontram-se o aumento dos preços do petróleo, utilizado tanto na produção quanto no transporte de alimentos, e as mudanças climáticas que vêm afetando o rendimento da terra seja pelas estiagens ou pelas inundações¹⁴. Assim, a fome do século XXI exhibe novas causas, dentre elas, os aumentos especulativos de mercadorias determinados pelo movimento do capital financeiro, através dos bancos, fundos de pensões, fundos hedge, etc, que investem especulativamente nos mercados internacionais de produtos agrícolas.

Estas determinações conjunturais inscrevem-se em um contexto histórico de progressiva substituição da agricultura familiar, camponesa – voltada para a auto-suficiência alimentar e para os mercados locais – pela agroindústria, orientada para a monocultura de produtos de exportação, fato que, além de não resolver a questão da fome no mundo, a tem agravado. Vale ressaltar, ainda, que a agricultura industrial hoje contribui com mais de 1/3 das emissões globais de CO₂ de efeito estufa (ALTIERE, 2008).

A complexidade destas questões manifesta, enfaticamente, que iniciativas voltadas à “sustentabilidade ecológica” podem ser reveladoras de uma profunda insustentabilidade social, quanto mais a lógica que as preside reafirme as necessidades de expansão capitalista, reforçando os traços de crescente barbarização da vida social.

Nestes termos, a natureza contestatória dos discursos e movimentos voltados para a problemática ambiental, paulatinamente vêm se subsumindo às necessidades da acumulação de capitais, impulsionando a integração à ordem, naturalizando a “questão social” e, por conseqüência, a “questão ambiental”. Tal retrocesso é patente no argumento que todos são responsáveis, indiferenciadamente, pela atual situação do planeta e que as mudanças atitudinais e um comportamento mais respeitoso face à natureza

– aí incluídas mudanças na base produtiva – são as grandes saídas para superar este quadro.

Assim nos lembra Lima (2002),

Para a manutenção de uma sociedade cada vez mais consumista tornou-se oportuno construir uma proposta eficaz para assegurar o crescimento econômico de forma menos destrutiva para o meio ambiente, um desenvolvimento ecologicamente sustentável (...) No caso do “Desenvolvimento Sustentável” embora não seja um conceito identificado com a classe trabalhadora, o discurso crítico do ambientalismo que mostrava a contradição entre crescimento econômico e preservação ambiental fora substituído por um conceito de “ecologização do mercado” (p. 72).

O peso ideológico do desenvolvimento sustentável assume a forma de um amplo pacto transclassista, envolvendo os principais segmentos representativos do empresariado, dos trabalhadores e do Estado, sob a batuta das agências internacionais, as quais vêm se destacando como verdadeiros intelectuais orgânicos do capital em nível mundial. As bases programáticas deste pacto mundial encontram-se amplamente disseminadas em todas as estruturas da sociedade, influenciando atitudes e ditando comportamentos tidos como sustentáveis: a formação do “consumidor consciente”, a gestão ambiental dos negócios empresariais e o “combate ao desperdício”, em geral, são algumas das consignas que emolduram este “pacto cidadão”.

A conformação deste pacto desenvolve-se na esteira do amplo movimento de reestruturação do capital em nível mundial, o qual resvalou para o campo político através da desqualificação dos projetos de classe, da “quebra da alteridade do trabalho” e da conformação de uma cultura das “saídas possíveis”, cuja finalidade precípua é sedimentar novas bases ideopolíticas que legitimem o processo de reprodução das relações sociais de produção.

O desenvolvimento sustentável imbrica-se neste movimento, constituindo-se numa ideologia que favorece a *indiferenciação* de classes frente à “questão ambiental”, posto que a sustentabilidade, neste circuito, assenta-se em um ideário supraclassista, etéreo, atribuindo a todos os cidadãos, indis-

tintamente, as responsabilidades pela dilapidação da natureza e pela sua preservação.

Por outro lado, se o desenvolvimento sustentável pode cumprir importante papel no que se refere às estratégias de ação em determinados ecossistemas ou em áreas e regiões específicas. Outrossim, os esforços para compatibilizar a sustentabilidade ambiental e social, têm demonstrado seus limites em face da criminalização e repressão dos movimentos que lutam por aquele ideário, a exemplo das comunidades quilombolas, indígenas, dos “povos da floresta”, dos afetados pela construção de barragens.

O ideário da sustentabilidade implica um conjunto de potencialidades no sentido de criar alternativas à destrutividade gerada pela ordem burguesa. Porém, ao ver-se confinado à dinâmica societária em curso – a um modelo de desenvolvimento para o capital – não indica superação das contradições essenciais evidenciadas na relação sociedade e natureza, o que suprime qualquer margem de dúvidas quanto à incapacidade do sistema resolver as contradições por ele próprio gestadas. E, acrescentamos, do desenvolvimento sustentável, tal como conceituado.

A título de conclusão

A irracionalidade do capital pereniza os traços perdulários do sistema à medida em que, para fazer face à sua crise estrutural, aprofunda os traços financistas da economia mundial, ao mesmo tempo em que adota a obsolescência programada como estratégia privilegiada, acentuando, assim, o reino da destruição. O parasitismo, expressão das múltiplas formas do capital rentista, impõe a subordinação dos países periféricos, acarretando o desmonte das economias de regiões inteiras do planeta, arrasadas pela concorrência desigual. A formação de novos blocos ou arranjos econômicos expressam a exacerbação da concorrência, tencionando as bases do “domínio imperial”.

Este movimento tem para Antunes (2003) um sentido inequívoco:

“Pela própria lógica que conduz essas tendências (que em verdade são respostas do capital à sua crise estrutural) acentuam-se os elementos destrutivos. Quanto mais au-

mentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são as suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização sem paralelos em toda a era moderna da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente (...) Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado, e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital” (p.34).

As contradições oriundas deste processo passam a ser cada vez mais inquietantes para a auto-reprodução do capital. À escassez de algumas matérias primas e aos efeitos catastróficos da produção industrial – a exemplo da incomensurável produção de lixo e dejetos de toda ordem – o sistema vem engendrando um conjunto de respostas de natureza técnica, cujo intento é atenuar as marcas de sua destrutividade e encontrar novos campos de valorização do valor.

O desenvolvimento científico e tecnológico destinado a assegurar os mecanismos de apropriação da natureza e do trabalho alienado, também tem revelado que os níveis de esgotamento da natureza não só coloca em risco a existência de inúmeras espécies vivas, como também indica um agravamento das condições materiais para a reprodução do sistema. Dessa forma, a efetiva apropriação da natureza pelo capital manifesta uma modalidade de desenvolvimento das forças produtivas, na qual os avanços científicos e tecnológicos subordinam-se às necessidades da acumulação.

Como nos informa Foster (2006):

O capital do final do século XX e início do século XXI esbarra em barreiras ecológicas no nível da biosfera que não podem ser superados, como acontecia anteriormente, mediante o “ajuste espacial” da exploração e expansão geográficas. O imperialismo ecológico – o crescimento do centro do sistema a taxas insustentáveis mediante a contínua degradação ecológica da periferia – está gerando um conjunto de contradições ecológicas em escala planetária que põe em risco a biosfera em sua totalidade (p.239).

Esta tendência se torna mais evidente nos momentos de crise quando as dificuldades e contradições do sistema tencionam as bases de sua reprodução. Faz-se, assim, notória a crescente queima de forças produtivas, através das guerras, da dilapidação social da força de trabalho, da destruição de mercadorias, da degradação da natureza, dentre outros.

Para Chesnais e Serfatti (2003:66):

As crises econômicas, as guerras, a elevação a um grau inédito do militarismo (que Rosa de Luxemburgo mostrava, já no início do século XX, ser “um campo de acumulação para o capital”) nos países vencedores da Segunda Guerra Mundial indicam o modo pelo qual o capitalismo do século XX (o imperialismo) ultrapassou provisoriamente suas contradições, suas “próprias barreiras”. Elas ergueram-se novamente, no final dos anos de 1960. São elas que o capitalismo vai buscar transpor, ao mesmo tempo, pela acentuação de suas agressões contra os trabalhadores e pela exploração cada vez mais insana de suas condições exteriores ambientais.

Nestes termos o capital necessita difundir e socializar ideologias e práticas que buscam tornar universal os seus interesses e, para tanto, tentam imputar à sociedade a responsabilidade pela dilapidação da natureza, tecendo politicamente a idéia de que é possível compatibilizar produção da riqueza com sustentabilidade social e ambiental. A síntese desta ideologia se espalha no conceito de desenvolvimento sustentável e alcança as políticas e programas ambientais.

Por isso mesmo, observamos que as propostas originais sobre o desenvolvimento sustentável vêm se reduzindo ao discurso da sustentabilidade ambiental, restrita aos ditames da economia ambiental. Vale destacar a tendência a que vêm sendo submetidos os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), cujo manuseio e uso por parte das classes dominantes e do seu Estado, revelam uma ofensiva daqueles no sentido que esvaziar seu papel de instrumento de controle, transformando-os em meio e argumento em favor do crescimento econômico, sob a hipó-

tese que o mesmo, desborda, invariavelmente, em desenvolvimento social. Seguindo esta argumentação, nossa hipótese de que a sustentabilidade ambiental gera, paradoxalmente, a insustentabilidade social, ganha densidade, haja vista não haver qualquer mecanicismo na relação entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Neste sentido, a *insustentabilidade social* segue, a despeito de algumas medidas voltadas à sustentabilidade ambiental não por causa da utilização de tecnologias “limpas” ou “verdes”, mas em razão da própria acumulação capitalista, em cuja essência reside a dilapidação do patrimônio ambiental e a crescente concentração de riquezas.

Ao tempo em que o capital desenvolve uma ofensiva contra as já degradantes condições de vida da parte majoritária da população mundial, intensifica a apropriação do patrimônio ambiental do planeta e põe em questão as já tímidas e insuficientes medidas de mitigação dos efeitos da destrutividade. Observe-se que o próprio cumprimento dos tratados internacionais, inclusive o acordo “20-20-20”¹⁵, da União Européia passa a ser questionado em nome da sustentabilidade econômica.

Se do ponto de vista ambiental esta tendência é desalentadora, especialistas apontam para suas graves repercussões sociais em diversas áreas. Estudo recente revela, por exemplo, que o maior impacto das alterações climáticas, será o aumento da fome.

A insustentabilidade social emerge aos olhos do mundo. O número de pessoas que passam fome em todo o planeta aumentou em 2008, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), chegando a 943 milhões, contra os 923 milhões estimados em 2007, sendo que a maior parte da população subnutrida, 907 milhões, vive nos países em periferia¹⁶. Mais: em razão das alterações ambientais – enchentes, secas, desertificação ou mesmo da construção de obras públicas – até o final desta década estima-se que os refugiados ambientais somarão 50 milhões em todo o mundo, chegando a 200 milhões nos próximos 30 anos¹⁷.

Por outro lado, a América Latina enfrenta a ofensiva capitalista no avanço sobre o seu patrimônio ambiental, intensificando a ocupação do território, através da biopirataria, do desmatamento e dos investimentos em grandes projetos

de infra-estrutura – energia, transporte e comunicações – cujo objetivo é inserir cada vez mais o continente no circuito mundial das *commodities*, na qualidade de fornecedor de produtos primários à custa da devastação de seus recursos naturais, numa nítida estratégia de “reprimarização” do subcontinente.

Numa estratégia de reedição da falida ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, o governo FHC, patrocinado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) impulsionou a formação da IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Sul-Americana – cujo objetivo é “dotar a região de infra-estrutura para extrair, em níveis nunca vistos, todo tipo de commodities, exportando-as para os mercados consumidores mais ricos”¹⁸ (TAUTZ, 2009 p. 7).

Palco de diversos conflitos, a execução destes mega-projetos é criticada pelos ambientalistas e militantes dos movimentos sociais, como é o caso do Projeto do Rio Madeira na Amazônia¹⁹, corroborando com o que afirmamos anteriormente, posto que este projeto se constitui numa oportunidade de novos investimentos capitalistas em agricultura de larga escala, criação de gado, reforçando o perverso trinômio madeira-gado-soja que avança sobre a região.

Decerto que o exemplo do rio Madeira, assim como a transposição do rio São Francisco, reafirma a implementação de um modelo de desenvolvimento cuja essência é favorecer a expansão da produção, circulação e consumo de mercadorias cada vez mais irracional, com graves custos sociais e ambientais. Trata-se de remover todos os obstáculos à acumulação capitalista, seja de matiz geopolítica, social ou mesmo legal. Ou seja, a insustentabilidade das condições de vida e trabalho das populações dessas Regiões é uma “condição” para a sustentabilidade econômica, apesar de a mesma receber a nomeação de sustentabilidade ambiental.

No Brasil, os setores ligados ao agronegócio e às obras de infra-estrutura vêm desenvolvendo uma ofensiva política para reverter pontos da legislação ambiental por eles considerados como um entrave ao desenvolvimento produtivo do país. Esse movimento tem como objetivo a aprovação no Congresso de duas Medidas Provisórias que alteram o atual Código Florestal²⁰ e também

pela tentativa de retirar da União e transferir aos Estados a prerrogativa de definir as políticas ambientais²¹ (THUSWOHL, 2009).

Outro importante ponto de tensão no âmbito da legislação ambiental brasileira, na atualidade, foi a Medida Provisória – MP 458, a qual originalmente propunha a regularização fundiária de terras pertencentes à União, para propriedades de até 1,5 mil hectares, nos nove Estados da Amazônia Legal. O apoio do movimento socioambientalista, dado o seu caráter social, foi revertido em virtude das profundas modificações introduzidas pelo Congresso, as quais expressavam os interesses dos grandes latifundiários, dos grileiros e especuladores, abrindo caminho para a exploração desmedida e a intensificação do desmatamento na região. Após pressão dos movimentos sociais e ambientalistas, a Medida Provisória 458/09, foi sancionada, com veto ao artigo 7º, o qual proíbe a transferência de terras públicas para empresas privadas e a exploração *por* e *para* terceiros, embora ainda deixe em aberto questões referentes ao combate ao desmatamento.

Este contexto, prenhe de contradições, expõe um conjunto de questões que indicam enfrentamentos teóricos e políticos, em particular dos países periféricos, na perspectiva de superar concepções que, ora confinam o debate ambiental à sua dimensão econômica e ecológica, ora negam a dimensão ambiental como parte da “questão social”.

Nesta discussão não há lugar para fatalismos e a dinâmica da sociedade sugere a exacerbação dos conflitos, fato que pode contribuir na redefinição de estratégias de enfrentamento da questão ambiental como demonstram as lutas de resistência dos povos periféricos contra a pirataria e toda sorte de expropriação dos bens naturais, além dos movimentos dos atingidos do clima e a organização de múltiplas formas de resistência à “acumulação por espoliação”.

Embora a superação da sociedade de classes e da lógica da acumulação de riqueza seja basilar para a construção de uma sociabilidade emancipada, há que se desconstruir a concepção produtivista da história, própria ao mundo mercantil, cuja essência imbrica-se à produção destrutiva, inerente ao capitalismo.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **A falência de um modelo: sistema alimentar na era pós-petroleira**. Disponível em <www.cartamaior.com.br> Acesso em 29/04/2008.

AMARAL, A. S. **Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.

CEPAL. **Medio Ambiente y Desarrollo**. Estilos de desarrollo y medio ambiente América Latina, un cuarto de siglo después. CEPAL, 2006. Disponível em www.cepal.org.br

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. **“Ecologia” e Condições Físicas de Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas**. In: Revista Crítica Marxista nº16, São Paulo: Boitempo, março 2003

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Unicamp, 2001a.

FOSTER, J. B e CLARCK, B. Imperialismo Ecológico: a maldição do capitalismo. In: **Socialist register 2004: o novo desafio imperial**. PANITCH L.; LEYS C. (Org.) Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LIMA, A. Elementos reflexivos sobre a insustentabilidade do desenvolvimento sustentável na sociedade do capital. In: **Presença ética**. Pós-Graduação em Serviço social, UFPE n. 2. Recife: Unipress, 2002.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Coleção Os Economistas. Trad. Carlos Matos et al. Editora Abril Cultural: São Paulo, 1985.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da UNICAMP, 2002.

PEDROSA, José Geraldo. **O capital e a natureza no pensamento crítico**. In: A Questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (org). Rio de Janeiro: Quartet, 2007

TAUTZ, C. **Da Alca à IIRSA**. Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 2, Nº 19, Fevereiro de 2009

THUSWOHL, M. **Ruralistas iniciam sua maior ofensiva contra leis ambientais**. Disponível em <www.cartamaior.com.br> 2009. Acesso em 30.06.2009

TONET, I. Ética e capitalismo. In: MUSTAFÁ, A. **Presença Ética**, Pós-Graduação em Serviço social, UFPE n. 2. Recife: Unipress, 2002. p 13-26.

Notas

- 1 Entre aspas, posto que no nosso entendimento a problemática ambiental não se constitui num fenômeno natural ou numa mera consequência do desenvolvimento das sociedades; trata-se de uma “questão” em função da natureza socialmente determinada da sua existência.
- 2 De 2001 a 2005, sob a égide da ONU, 1.350 cientistas de 95 países, inclusive o Brasil, produziram o diagnóstico mais completo já feito da saúde dos ecossistemas e de sua relação com a manutenção da vida humana. O documento final foi intitulado “Vivendo além dos nossos meios”.
- 3 “Recurso” é tudo a que o homem recorre da Natureza para satisfazer suas necessidades. Neste sentido, é componente do ambiente (relacionado com frequência à energia) utilizada por um organismo e, b) qualquer coisa obtida do ambiente vivo e não-vivo para preencher as necessidades e desejos humanos. Se os recursos naturais, após seu uso voltarem a estar disponíveis, são renováveis; caso contrário são não renováveis. Dullely, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. Disponível em < www.iea.sp.gov.br >. Acesso em 15.08.2008. A principal crítica a este conceito aponta a sua natureza instrumental, já que, em tese, supõe que o conjunto do patrimônio ambiental do planeta estaria submetido aos desígnios humanos, indiscriminadamente.
- 4 ONU “Vivendo além dos nossos meios” disponível em <www.cebds.org.br> acesso em 22.01.2007
- 5 Alguns dados, ainda, fazem-se necessários: 6 milhões de hectares de terra produtiva se perdem a cada ano desde 1990, pela desertificação (UNCCD, 2004); As Nações Unidas informam que cerca de 100 espécies diárias são extintas, sem falar do aumento na produção dos gases de efeito estufa.
- 6 Os anais dos Congressos Brasileiros de Serviço Social – CBASS e dos Encontros de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS (ambos realizados a cada dois anos) revelam um crescente número de trabalhos sobre pesquisas e experiências profissionais envolvendo a temática do meio ambiente.
- 7 Isto não significa que estejamos a negar a importância da gestão ambiental como regulação pública do meio ambiente e como possibilidade de controle da apropriação privada dos recursos do planeta. Antes: o aprofundamento das conquistas coletivas sobre a lógica privatista na relação com o meio ambiente faz-se imprescindível no sentido da constituição de uma nova ordem social, na qual se realize a apropriação social da natureza. Neste sentido, o conjunto destas iniciativas devem ser generalizadas e radicalmente democratizadas.
- 8 Com o objetivo de reduzir o seu tempo de rotação, o capital adota a aceleração desenfreada nos ritmos de consumo como mecanismo que visa possibilitar novo impulso à produção. Assim, o sistema do capital impõe que uma gama cada vez maior de produtos, considerados anteriormente bens relativamente duráveis, deva ser descartada prematuramente.
- 9 Este fenômeno vem afetando um quarto da população mundial, segundo recente estudo da

- FAO. A degradação do solo está aumentando em gravidade e extensão, afetando mais de 20% das terras agrícolas, 30% das florestas e 10% dos pastos. Estudo indica que, desde a assinatura da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, em 1994, o problema está se agravando, ao invés de diminuir. Disponível em <www.cartamaior.com.br>. Acesso em 03/07/2008.
- 10 Convocada para discutir os desdobramentos da ECO-92 e os desafios futuros a Rio + 10 exibiu um cenário de impasses políticos que acabou por frustrar as expectativas da maioria dos presentes. De igual maneira, as reuniões do G8 têm sido reveladoras de sucessivos impasses quanto às metas de redução dos gases de efeito estufa, dentre outras questões presentes nas pautas do grupo.
 - 11 Referimo-nos a um complexo social, constitutivo da superestrutura ideológica, destinado a criar valores que sirvam de referência à conduta dos indivíduos em sua convivência social. Trata-se da redução dos valores universais (ética) ao interesse de classe, por meio de uma lógica utilitarista (BARROCO, 2001).
 - 12 Valores que elevam o indivíduo de forma a superar a esfera da particularidade para conectar-se com a universalidade do gênero humano.
 - 13 ONU diz que a fome provoca um “tsunami silencioso” no mundo. Disponível em <www.sintrafesc.org.br> Acesso em 23/4/2008. Neste informe a ONU denuncia a escassez de alimentos em muitos países da Ásia e da África. Precisamente, há 33 países à beira da instabilidade social devido à falta e à alta nos preços dos alimentos.
 - 14 “As crescentes pressões sobre a área agrícola, que está se reduzindo, estão minando a capacidade da natureza de suprir as demandas da humanidade quanto a alimentos, fibras e energia. A tragédia é que a população humana depende dos serviços ecológicos (ciclos de água, polinizadores, solos férteis, clima local benevolente, etc.) que a agricultura intensiva continuamente empurra para além de seus limites”. Altieri. A falência de um modelo: sistema alimentar na era pós-petroleira. Disponível em <www.cartamaior.com.br> Acesso em 29/04/2008.
 - 15 Trata-se meta estabelecida pela União européia de reduzir as emissões de gás carbônico em 20%, estabelecer 20% da energia final consumida seja renovável e diminuir em 20% o consumo até 2020.
 - 16 De acordo com o informe da FAO intitulado: O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo – SOFI 2008. Sintrafesc, 10/12/2008.
 - 17 De acordo com a ONG espanhola Ecologistas em Ação. Revista Aquecimento Global, ano I, nº 3.
 - 18 O orçamento é vultoso (US\$ 608 bilhões), divididos em 10 eixos de projetos internacionais. O BNDES adotou como missão atuar como instituição financeira da integração sul-americana, de cujos cofres sairão, só em 2009, o montante de 70 bilhões de dólares. (Le Monde Diplomatique Brasil – ano II, nº 19, fevereiro de 2009).
 - 19 Alegam os ambientalistas que os estudos de impacto ambiental não abarcaram todo o projeto, mas apenas as duas usinas do Madeira. Um exemplo, citam, é o fato de que nem mesmo os 2.450 quilômetros de linhas de transmissão, necessárias para levar a energia produzida aos mercados do sudeste, foram incluídas nos estudos. Estudos estes em que se baseou o Ibama para emitir a licença prévia. Para os críticos, trata-se de uma estratégia de aprovar o projeto em etapas para que não sejam discutidos com a devida clareza os impactos que todo o complexo teria.
 - 20 Entre as mudanças propostas pelos ruralistas estão o fim da obrigatoriedade de recompor as Áreas de Proteção Permanente (APPs) no mesmo bioma onde houve desmatamento, a permissão para compor 50% da reserva legal com espécies exóticas ao bioma e a manutenção das áreas “consolidadas pela agricultura” mesmo em biomas considerados ameaçados.

21 O ponto fundamental de um novo “Código Ambiental Brasileiro”, de acordo com o desejo dos ruralistas, seria a transferência para os Estados da atribuição de definir as políticas ambientais, o que hoje é prerrogativa exclusiva da União.

Ana Elizabete Mota

*Assistente Social, Professora Titular do Departamento de Serviço Social da UFPE.

Maria das Graças e Silva

**Assistente Social, Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFPE.

A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica

Henri Acelrad*

Raquel Giffoni Pinto**

A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica

Resumo: O presente texto propõe-se a identificar os sentidos da noção de risco social tal como empregada por representantes de grandes empresas no Brasil, a partir do início dos anos 2000, bem como das ações justificadas em nome da necessidade de “gerir” tais riscos. O texto destaca o papel das agências multilaterais, mais especificamente do Banco Mundial, na gênese da noção de “populações em situação de risco social” e na formulação de propostas de que tal risco seja gerido através de políticas governamentais ditas “compensatórias”. Busca-se também entender a noção específica de “risco social corporativo” e identificar as condições em que grandes empresas têm evocado tal noção em sua retórica, a partir de uma análise mais detida das políticas de “gestão do risco social” adotadas por empresas monocultoras de eucalipto no Brasil.

Palavras-chave: Risco social. Movimentos sociais. Monoculturas.

The entrepreneurship management of the “social risk” and the neutralization of criticism

Abstract: The text tries to identify the meanings currently given to the notion of “social risk” by representatives of big corporations in Brazil since the beginnings of 2000, as well as the justifications given by them to the need of “managing” these events. The paper stress the role of multilateral agencies, specifically the World Bank, in the emergence of the notion of “population in situation of social risk” and in the formulation of proposals that those risks should be managed through governmental compensatory policies. The specific notion of “corporate social risk” is discussed in particular in the context of “social risk management” policies adopted by the corporations dealing with eucalyptus monoculture for pulp and paper production.

Keywords: Social risk. Social movements. Monocultures.

Recebido em 28.07.2009. Aprovado em 04.09.2009

Correntemente, a linguagem empresarial refere-se ao risco como elemento inerente às mecânicas do investimento capitalista. Esta linguagem evoca, por certo, o risco diretamente econômico, associado ao vislumbre da eventualidade dos empreendedores não obterem o rendimento esperado do investimento. A partir de conjunturas mundiais recentes, porém, no período do chamado “segundo Consenso de Washington”, quando os ideólogos das reformas liberais dos anos 1980-90 assumiram a necessidade de compensar os efeitos sociais indesejáveis de tais medidas, representantes de interesses empresariais começaram a evocar a noção de “risco social”, adotando discursos e ações relativos à pretensão de administrar a indesejabilidade de tais eventos. O presente texto propõe-se a identificar os sentidos da noção de risco social tal como empregada por representantes de grandes empresas no Brasil, a partir do início dos anos 2000, bem como das ações justificadas em nome da necessidade de “gerir” tais riscos.

Inicialmente, destacaremos o papel das agências multilaterais, mais especificamente do Banco Mundial, na gênese da noção de “populações em situação de *risco social*” e na formulação de propostas de que tal *risco* seja gerido através de políticas governamentais ditas “compensatórias”. No segundo momento, buscaremos entender a noção específica de “risco social corporativo” e identificar as condições em que grandes empresas têm evocado tal noção em sua retórica. No terceiro momento, procederemos a uma análise mais detida das políticas de “gestão do *risco social*” adotadas por empresas monocultoras de eucalipto no Brasil. A observação deste setor empresarial em particular justifica-se não apenas pelo grande número de conflitos sociais e ambientais em que suas firmas estiveram envolvidas desde meados dos anos 1990, mas também pelo fato de neste setor encontrarmos um número significativo de estudos empresariais sobre o perfil e a eficácia dos programas ditos de gestão de “relações comunitárias”, de “monitoramento de populações do entorno”, de “responsabilidade social empresarial”³ ou de “gestão do *risco social*”, destinados a promover a aproximação entre as empresas e as comunidades, como forma de mitigar conflitos e, em consequência, evitar prejuízos que a organização da sociedade possa representar para os negócios.

O Banco Mundial – nas origens da “gestão do *risco social*”:

A noção de *risco social*, juntamente com suas formas de “gerenciamento”, afirma-se no âmbito das agências multilaterais a partir dos anos 2000. Em 1998 todos os setores do Banco Mundial estiveram encarregados de desenvolver “*Sector Strategy Papers*”, estudos que teriam como objetivo fazer um balanço das experiências passadas e construir os objetivos estratégicos das futuras operações de cada setor. Foi num destes *papers* que o setor de proteção social (SP) desenvolveu a noção de “gestão do *risco social*” (HOLZMANN, SHERBURNE-BENZ, TESLIUC, 2003). Este novo quadro conceitual reformularia a noção de proteção social, passando

“de uma definição segundo instrumentos (tais como seguridade social) a uma definição por objetivos (isto é, por seu auxílio na gestão do risco); do tradicional foco na pobreza ex-post à redução da vulnerabilidade ex-ante; da visão da proteção social nos países clientes como redes de segurança à sua conceituação como trampolim” (HOLZMANN, SHERBURNE-BENZ, TESLIUC, 2003).

Prosseguindo nesta linha, no relatório de 2000-2001, o Banco Mundial redefiniu a sua política social em termos do alívio à pobreza extrema por meio da melhor administração dos riscos, sejam eles sociais, econômicos, políticos, ambientais. Além da forma monetária de pobreza, considerou-se a existência de uma pobreza “individualizada” – referente a determinadas capacidades cuja ausência exporia indivíduos a riscos. Nesse contexto, foi introduzida a noção de “gestão do *risco social*”. A idéia é que a “Gestão do Risco Social” (também conhecida por GRS) opere em duas frentes: a da proteção da subsistência básica do indivíduo, por um lado, e a da promoção, por outro, da disposição do mesmo a aceitar determinados riscos. A GRS, nos termos do Banco Mundial, visaria “empoderar” o indivíduo que se encontra em situação de “pobreza crônica”, nele desenvolvendo, por um lado, a capacidade de aliviar riscos previsíveis do funcionamento do mercado de trabalho, estimulando-o, por outro lado, a adotar uma conduta dita “empreen-

dedorista”, caracterizada pela disposição a aceitar riscos (TRICARICO, 2007). A capacitação, através da educação e da promoção do chamado “capital social” seria fundamental, pois só desta forma ele poderia sair de uma situação de desvantagem competitiva, obtendo acesso a melhores oportunidades econômicas e culturais (TRICARICO, 2007; SUBBARAO). Trata-se aqui, por certo, da operação da metáfora indivíduo-empresa que, na linha do individualismo possessivo (MACPHERSON, 1979), constrói a noção de sujeito como “empresário de si mesmo”.

K. Subbarao, economista do departamento de Proteção Social do Banco Mundial, sustenta que os pobres estão mais expostos a riscos, que podem ser “naturais” – tais como terremotos, enchentes e doenças – ou “artificiais” – como discriminação racial, cultural ou sexual, desemprego, aqueles referentes a danos ao meio ambiente e à guerra. Eles teriam, porém, menos instrumentos para lidar com eles. É essa alta “vulnerabilidade” que torná-los-ia avessos aos riscos e, portanto, “incapazes ou sem vontade” de se envolver em atividades de maior risco e maior retorno, desabilitando-os nas possibilidades de sair da pobreza crônica. A “pobreza” é vista, assim, como resultado da ausência de ânimo empreendedor: as maiorias despossuídas seriam compostas de indivíduos carentes dos atributos lockeanos da capacidade de acumular riqueza. O dito “capital social”, por sua vez, termo pelo qual as agências multilaterais passaram a reconhecer e valorizar os atributos tradicionais do estabelecimento de redes sociais e interação comunitária entre populações ditas “pobres” – justamente aquilo que sempre valeu aos despossuídos a possibilidade de resistir às ameaças da modernização perversa – é traduzido agora como mais um “recurso”. Os próprios movimentos sociais são, nesta mesma perspectiva, reduzidos a “fator produtivo” no projeto desenvolvimentista. Assim é que num processo contínuo de apropriação da crítica formulada por setores dominados da sociedade e seus aliados, através do deslocamento permanente de seu vocabulário e dos esforços renovados de legitimação do desenvolvimentismo capitalista, os técnicos do Banco Mundial culminaram, por sua recente noção de “capital social”, na realização da operação discursiva de “capitalizar” a própria luta de classes.

No entanto, ainda que nos discursos do Banco esteja presente a idéia de que a vulnerabilidade e a pobreza sejam processos socialmente produzidos, o foco do combate ao risco social é colocado no indivíduo – o “pobre” em particular, visto como desprovido da perspectiva “empreendedorista”. A vulnerabilidade é entendida, assim, como inerente a certos indivíduos, e não como um fenômeno eminentemente relacional (ACSELRAD 2006). Pois numa perspectiva relacional da “vulnerabilidade”, sob a denominação de “ausência de capacidades” evocada pelos técnicos do Banco Mundial, encontraremos, ao contrário, a condição de destituição de direitos que são devidos a essas populações e poderemos visualizar os mecanismos sociais e institucionais que concorrem para a vulnerabilização dos indivíduos, não nos satisfazendo, portanto, em mensurar os déficits em suas capacidades de auto-defesa. Pois sendo a vulnerabilidade uma relação e não uma carência, ela não pode ser atacada eficazmente através da oferta compensatória de bens ou de supostas competências gerenciais, como sugerem os programas das agências multilaterais. Para interromper o processo de vulnerabilização de determinados grupos sociais, seria preciso, isto sim, interromper os processos que concentram os riscos do projeto desenvolvimentista sobre os mais desprotegidos. (ACSELRAD, 2006:2).

Apesar de individualizar os déficits de “competência para não ser pobre”, por sua política de gestão do risco social o Banco Mundial objetiva o gerenciamento e controle da “pobreza” enquanto condição potencial para a emergência de uma ação coletiva – ou seja, trata-se de controlar os riscos que as populações destituídas possam oferecer ao bom andamento dos negócios. Assim é que em 1999, em uma reunião do BIRD com o Fundo Monetário Internacional, ao comentar a conjuntura econômica brasileira, James Wolfensohn, então presidente do BIRD, assim afirmava a necessidade do Brasil não descuidar do “social”: *“A agenda social não é uma questão de opção, mas uma questão de necessidade. É preciso estabelecer um conjunto de prioridades no tema da paz social. Lidar com a pobreza tem de ser a prioridade central.”* Segundo ele, para reduzir o índice de pobreza no Brasil seria preciso *“equilibrar dois orçamentos: um financeiro e o outro, social”*: *“Se existir um orçamento financeiro, mas as pessoas saírem às ruas para sa-*

quear; não se obtém a restauração da confiança e tampouco qualquer grau de estabilidade a curto prazo. (...)“Não se trata de uma questão de ter alta consciência social. É preciso ser pragmático.”⁴ Se a “redução sustentável da pobreza é fundamental para a paz social”, segundo o economista Subbarao⁵, a condição dos indivíduos em “risco social” deve ser “gerenciada” a fim de não colocar “em risco” a confiança dos investidores. Visa-se assim o “indivíduo pobre” para que ele não se transforme em ator social, a saber, no caso, um “saqueador” em potencial, tal como apontado por Wolfensohn.

O risco social do ponto de vista corporativo

Os consultores empresariais norte americanos Kytte e Ruggie (2005) afirmam que as grandes corporações estão se defrontando com mudanças na natureza dos riscos que habitualmente enfrentavam. A relação de interdependência típica de um mundo globalizado teria, para esses autores, um efeito duplo, pois ao mesmo tempo em que possibilitou importante conquista de mercados e maior eficiência comercial, expôs as empresas a maiores riscos, tornando-as mais vulneráveis. Hoje, portanto, as grandes empresas estariam mais sujeitas a pressões de ordem ambiental, social e trabalhista do que antes. A essas pressões da sociedade civil, os autores chamaram de *risco social*: “O risco social” – dizem eles- “ocorre quando um *stakeholder* empoderado leva adiante uma questão social e pressiona a corporação (explorando sua vulnerabilidade através da reputação, da imagem corporativa)” (KYTLE; RUGGIE, 2005). Para estes consultores, a probabilidade de um *risco social* ser difundido aumentou com a proliferação dos poderes de ONGs e das novas formas de mídia. Estas organizações, dizem eles, estariam em permanente disputa por “financiamento e atenção”, e, como estratégia para causar impacto, estariam associando sua plataforma de protestos à crítica a grandes multinacionais. Os consultores apresentam, assim, o “negócio da crítica” como uma forma imperfeita e desviante de empreendedorismo, posto que obtiria seu lucro específico por meio de atividades que ameaçam a lucratividade dos negócios em geral.

Construindo uma espécie de “sismologia social” das ameaças às empresas, Kytte e Ruggie sustentam que a sociedade organizada pode transmitir

risco social a várias divisões da companhia, tais como: os investidores podem mobilizar “*shareholders*” para mudar políticas da companhia; os clientes podem exigir mudanças na política ambiental da companhia; funcionários podem questionar a terceirização de empregos no exterior e solicitar uma cobertura de plano de saúde... Os consultores atentam, assim, para o fato de que aquilo que antes era visto como uma importante estratégia de negócios, uma “boa decisão empresarial”, pode, sob a ação crítica da sociedade, tornar-se uma fonte de riscos sociais. “A busca de trabalho barato para fazer baixar os custos pode ser bom negócio com base no senso da vantagem competitiva. No entanto, a decisão de empregar trabalhadores em um país em desenvolvimento sem a adesão aos padrões trabalhistas internacionais poderia causar resultados indesejáveis, como críticas públicas a sua cadeia produtiva.” (KYTLE; RUGGIE, 2005). Enquanto “empreendedores institucionais do risco social”, estes autores alertam para as possíveis repercussões negativas das práticas de deslocalização das empresas que colocam os trabalhadores de diferentes localidades e diferentes países em competição, aproveitando-se dos enormes ganhos de mobilidade dos capitais após a liberalização das economias e dirigindo-se sistematicamente para as localidades menos reguladas, com menores salários e com menor vigências de direitos sociais. Tal preocupação é, com efeito, compatível com o que mostra a pesquisa empírica de Brofembrenner (2000) nos EUA, a saber, que após a liberalização das economias, a maioria dos empregadores diz aos trabalhadores, direta ou indiretamente, que se eles pedirem demais, ou tentarem se organizar, fizerem greve ou lutarem por seus direitos, fechará suas empresas e sairá do estado, como outros o fizeram antes. A ameaça de deslocalização torna-se, assim, um importante instrumento de luta anti-sindical. Constitui-se assim como parte de uma nova cultura do risco empresarial, associada como está à percepção de que o capitalismo neoliberalizado não pressupõe mais contar tanto com o Estado na estabilização das relações sociais pelo atendimento corrente às demandas da “sociedade organizada”, notadamente das classes populares. Caberia, doravante, aos próprios capitais – pela chantagem da deslocalização e pelo controle do “risco social”, prevenirem-se contra tais ameaças.

Diversos manuais e artigos do campo empresarial elegem os programas de responsabilidade social como instrumento eficaz para enfrentar esta “nova modalidade de risco”. Sustentam que à medida que o risco social afeta a reputação e mesmo as operações fabris e comerciais, os programas de responsabilidade social devem ser retirados da margem e elevados à condição de importância estratégica nas decisões corporativas. Para Kytte e Ruggie (2005b), até o surgimento das questões relacionadas ao risco social, as empresas poderiam pensar a responsabilidade social como uma simples forma de cumprir suas obrigações cívicas. Entretanto, asseguram eles, o risco social não é um acontecimento rotineiro, exigindo, por isso, o desenvolvimento das novas técnicas ditas de “responsabilidade social”:

“Enquanto os riscos tecnológicos, econômicos e políticos forem o principal suporte da gestão empresarial de riscos, o risco social não deverá ser tratado com igual importância na agenda de riscos. O risco social é inicialmente isolado num departamento; mas à medida em que a atenção da sociedade e da mídia cresçam, ele deve espalhar-se através da companhia de modo a afetar o coração mesmo das operações e funções de negócios.” (KYTTE; RUGGIE, 2005)

Os consultores sugerem que na tarefa de gerenciar os riscos sociais, os programas de responsabilidade social empresarial (RSE) deveriam oferecer, através do contato com as comunidades do entorno, “informações, conscientização e insights sobre quais são os riscos sociais, e ao mesmo tempo, um meio eficaz para responder a eles.” Defendem que programas sociais protagonizados pelas empresas, sejam eles de geração de renda, educação ou saúde, ao proporcionarem melhores condições sociais às comunidades, diminuiriam a probabilidade de surgirem riscos para as empresas. Seria fundamental para a sobrevivência das empresas a antecipação dos “riscos sociais”, através da criação de sistemas de gestão que incluam “conexão com as comunidades, partilha de informação e integração da RSE com os suas operações comerciais”. Segundo estrategistas empresariais como Braga *et al* (2007), a análise do contexto em que o empreendimento

será realizado, “contabilizando todos os riscos possíveis” deve ser parte essencial do processo decisório, pois conhecer as variáveis que podem influenciar o retorno dos investimentos é fundamental para “reduzir as surpresas, antecipar ou simular comportamentos defensivos ou agressivos”. Bezerra (2004:235), por exemplo, confirmou empiricamente a adoção de estratégias desta ordem, ao identificar como uma empresa de processamento de resíduos no estado do Rio de Janeiro passou a manejar os equipamentos de ventilação a partir das queixas dos moradores das vizinhanças, dirigindo as emissões poluentes sucessivamente para outras áreas. Através de tais práticas, configurou-se o que Bezerra chamou de um modelo ‘just in time’ de resolução de conflitos, fundado num ‘monitoramento contínuo de demandas’. Buscou-se, pois, através dele, alcançar um “estoque zero” de protestos, tendo por base a colaboração involuntária e gratuita, dos moradores, de modo a evitar custos suplementares de controle ambiental e prevenir multas eventuais.

Podemos perceber que o objetivo das empresas de consultoria que se têm especializado no estudo do “risco social” é o de convencer a sua clientela que este tipo de risco apresenta-se como a próxima grande questão estratégica para as corporações e que, assemelhando-se a outros riscos de mercado, deverá ser tratado com igual importância. Este trabalho de convencimento parece, na ótica empresarial, se justificar, pois supõe que a “gestão do risco social” ainda é tratada, para boa parte do empresariado, como algo externo aos negócios. A esse respeito, é ilustrativa a frase do presidente da Ara-cruz, referindo-se ao tempo dedicado à resolução dos conflitos com indígenas no norte do Espírito Santo: “Tenho inveja dos executivos que podem dedicar todo seu tempo aos negócios”⁶.

Conscientes de que a maioria das empresas não possuem o que chamam de *business intelligence* para a previsão dos riscos e que são inexperientes no controle da sociedade civil, as empresas de consultoria em causa pretendem mostrar que os impactos de um risco social (citam-se principalmente protestos, intervenção política e boicotes) podem arruinar uma empresa porque afetam diretamente suas operações produtivas e comerciais. A empresa que ignora uma crítica social, afirma a vice presidente da Booz Allen⁷, incorre em um perigo real,

pois não mede a gravidade das conseqüências que esta crítica pode trazer. O “clima” integra a metáfora utilizada por ela para ressaltar a importância de se antecipar aos riscos sociais:

“O mau tempo requer, tipicamente, uma proteção moderada e padrão. Poucos e simples elementos como um guarda-chuva e uma capa são apropriados em geral para um clima inclemente; mas e se você for atingido por um tornado, um ciclone ou um furacão? A maior parte das empresas não vai sofrer mais do que um temporal ou uma nevasca, mas se alguma delas for atingida por um risco social significativo, isto poderá lhe ser mortal. Identificar se sua empresa se localiza numa planície inundável ou numa zona de furacões é difícil de se fazer; mas as pesquisas sugeririam que o tamanho, o tipo de indústria (se poluente) e visibilidade (bens de consumo) são bons indicadores”.
Esta climatologia dos negócios mostra-se, portanto, bem mais relevante para estes setores do empresariado do que a preocupação com as mudanças climáticas entendidas correntemente como risco atmosférico.

Empresas nacionais de análise e gerenciamento de risco

No Brasil não é muito comum encontrarmos estudos ou empresas de consultoria que utilizem esta noção de risco social. São mais freqüentes os serviços de análise e gerenciamento de risco financeiro e ambiental. Mas na apresentação da metodologia de trabalho destas empresas observamos descrições amplas e um tanto vagas dos serviços de análise e gerenciamento de riscos, a saber: “são compilados os dados relativos às características do empreendimento, contemplando aspectos construtivos e operacionais, além das peculiaridades da região onde este se encontra ou será instalado este empreendimento. Objetivo: Identificar possíveis eventos indesejáveis que podem levar à materialização de um perigo, através da definição de hipóteses acidentais que poderão acarretar conseqüências significativas. Para isso são utilizadas as seguintes metodologias: 1. Lista de Verificação (Checklist); 2. Análise “E se...” (“What If...”); 3. Análise Preli-

minar de Riscos; 4. Análise de Modos de Falhas e Efeitos 5. Estudo de Perigos e Operabilidade.” Esta definição bem poderia se aplicar a qualquer espécie de risco ao empreendimento, inclusive o dito “social”. Outras empresas de consultoria de riscos já falam da importância de programas de responsabilidade social e mencionam estratégias para lidar com as “comunidades do entorno”. Uma empresa de consultoria defende, em consonância com a perspectiva dos consultores norte-americanos, que os programas de responsabilidade social das empresas podem servir como gerenciadores de risco: “O envolvimento com as comunidades constitui oportunidades ideais para gerar pressão positiva e aprimorar os gastos e o apoio ao cliente. A responsabilidade social pode torná-lo mais competitivo e reduz o risco de danos imprevistos à sua reputação (e vendas). Investidores reconhecem o mesmo e ficam mais dispostos a financiá-lo.”⁹ Afirma-se ainda que o bom relacionamento com autoridades locais, por exemplo, poderia facilitar a negociação da aprovação de novos empreendimentos. Outra empresa de consultoria associa, por exemplo, o trabalho voltado à questão do gerenciamento dos riscos sociais a “Mapeamento de Stakeholders, Canais de Diálogo com Stakeholders, Relatórios de Sustentabilidade e Certificações”.¹⁰

Um esforço de construção de uma metodologia mais sistemática deste instrumento pode ser encontrado no chamado setor “florestal”, como o exemplifica o caso de uma experiência com as comunidades localizadas no entorno das fazendas monocultoras de árvores na região norte de Minas Gerais. A prática dita de “monitoramento social” tem ali como objetivo conhecer “a realidade local através de uma metodologia participativa” – de estimular e apoiar os membros dos grupos sociais para que possam investigar, analisar e avaliar obstáculos e chances de desenvolvimento local. Segundo Lobo (2007), essa metodologia seria inovadora porque anteriormente os empreendimentos atuavam sem o conhecimento da realidade social e ambiental local, além da total falta de diálogo com os movimentos sociais. A utilização desta técnica de monitoramento social das comunidades do entorno da região norte de Minas Gerais teria assegurado, segundo seus promotores, a confiança das comunidades com relação às empresas e diminuído os conflitos históricos na região.

Uma fundação sem fins lucrativos que trabalha com membros da comunidade científica, entidades de fomento internacionais e empresas nacionais, criada em 1992 com o objetivo de implementar os tratados aprovados na ECO 92¹¹, caracteriza o risco social como “intangível”. Intangível porque, na maioria das vezes, não sendo diretamente econômico e financeiro, afetaria o valor de mercado da empresa. Entre os exemplos oferecidos de tais riscos encontramos citados o relacionamento com comunidades do entorno e ONGs; a gestão ambiental falha que possa levar a acidentes, afetando a reputação da empresa (como no caso do vazamento de óleo na Baía de Guanabara); medidas de legislação ambiental que aumentem as exigências e diminuam a rentabilidade empresarial; tratamento inadequado da mão-de-obra e/ou fornecedores que afetam lucratividade e reputação. O desafio para lidar com tais riscos, segundo seus formuladores, seria a elaboração de medidas e indicadores quantitativos que possam servir como detectores de riscos (LINS, 2005). Metodologias de detalhamento das características do meio ambiente e da sociedade na região de grandes empreendimentos industriais, minerais, projetos agrícolas ou “florestais” são vistas como “um diferencial competitivo para as empresas”, oferecendo “*segurança institucional, proporcionando soluções em tempo real para as mais diferentes demandas empresariais e governamentais*”.¹²

Uma organização voltada para a discussão de programas de responsabilidade social e ambiental (RSE) – o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBEDS) – recomenda que se façam questionários para fins de avaliação preliminar do contexto social e dos impactos potenciais da operação das empresas. Este Conselho também acredita que os programas de RSE são fundamentais à busca por contextos sociais estáveis e previsíveis – analogamente ao que os consultores norte-americanos acima citados chamam de gestão risco social. Eles defendem que a RSE deve ser entendida como qualquer outro plano de investimento, em que se busca um retorno positivo ou redução de riscos: “*Se as empresas internacionais estabelecerem políticas a partir de suas matrizes (à longa distância) sem promover parcerias e o envolvimento das comunidades com as quais fazem seus negócios, estarão correndo*

o risco de instigar sentimentos de alienação e de suspeita nesse público, mesmo se estas políticas forem bem intencionadas. No entanto, as empresas não podem se arriscar a instigar esses sentimentos pois essas comunidades são vitais para a manutenção de seu sucesso comercial.”¹³ Vemos, assim, que o consentimento das populações afetadas pelos empreendimentos integra a cadeia produtiva da lucratividade. “Parceria e envolvimento”, prevenção “da alienação e da suspeita” são os passos da transformação do capital econômico em capital político, fundamental à reprodução do capital tout court (GUILHOT, 2004).

Os riscos sociais e o setor de monocultura de árvores

O setor dito “florestal”, notadamente monocultor de eucalipto e pinus, esteve envolvido, desde o final da ditadura, em diversos conflitos com as populações tradicionais e trabalhadores rurais. O crescimento e a visibilidade destes conflitos motivaram a disposição a se fazer frente as críticas dos movimentos sociais. Esta preocupação se traduziu em diversas iniciativas – ora de peças publicitárias, ora de materiais incorporando discurso científico – anunciando “o impacto positivo do eucalipto” sobre o meio ambiente e a oferta de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor, propondo-se a gerir o risco social, monitorar comunidades do entorno etc. A necessidade de tais estudos e ações é justificada por Braga et al (2007) como parte da tarefa de decidir por investimentos de longa maturação nos chamados “cenários turbulentos”, caracterizados por demandas e críticas em proveniência das comunidades locais.

Os estudos acadêmicos da área de administração e engenharia florestal a respeito dos riscos de conflitos sociais e da responsabilidade social no monocultivo de árvores resultam em construção discursiva de justificativas e normas. Gomes et al (2006), por exemplo, enfatizam a importância de se minimizar riscos potenciais para agregar ou manter o valor das empresas através do estabelecimento de relações “positivas” com a comunidade local. Desta maneira, transformar-se-iam riscos em ativos, contribuindo para o que chamam de acumulação de capital social, necessária “para garantir a licença para operar”. O que os agentes do mundo

corporativo vêm chamando de licença para operar não se refere apenas à licença dos órgãos públicos, mas fundamentalmente à “licença social”, ao apoio da sociedade local ao empreendimento, ao ambiente estável à sua realização. Para tanto, as empresas não deveriam, segundo estes autores, medir esforços através da contratação de pessoal especializado, investimentos financeiros em programas comunitários etc. (MONAGHAN et al., 2003 apud GOMES et al., 2006). Tais ações deveriam ser concebidas a partir da natureza das críticas direcionadas à empresa. Os autores concluem, porém, que os programas de fomento florestal e os projetos de geração de renda estariam contribuindo para “agregar valor para as empresas e para sociedade” (GOMES et al., 2006), sem dar conta dos conflitos sociais traduzidos em riscos para as empresas.

A pesquisa de Lôbo (2007) sobre monitoramento social nas empresas “florestais” localizadas no norte do estado de Minas Gerais sugere que, diante da situação de conflito social, seria importante a realização de atividades que “estimulem a auto-estima nas pessoas pertencentes às comunidades do entorno”. Tais iniciativas assegura, seriam eficazes na quebra das resistências à aproximação entre comunidades e empresas, possibilitando uma atitude mais solícita por parte das primeiras. Lôbo sistematiza o que seria um cenário caótico para as empresas plantadoras de eucalipto, elencando os fatores de riscos para elas. O favorecimento ou o estímulo à retirada de resíduos das florestas plantadas trariam o risco de atitudes radicais, como o corte de madeira e incêndios¹⁴. A imagem das empresas de celulose poderia também ser atingida pelo fato de que muitas carvoarias – destino destes resíduos – estão envolvidas com trabalho infantil. A baixa taxa de emprego nos plantios de eucalipto pode ocasionar o risco de ocupação de terras por parte dos movimentos sociais. O acionamento de aparato policial contra a retirada e queima de madeira clandestina e contra a ocupação de áreas da empresa pode gerar o risco de reação violentas contra o patrimônio das empresas. O clima de permanente tensão com as comunidades e movimentos sociais pode prejudicar os processos de licenciamento e de certificação. Como solução, o autor sugere às empresas o controle destes riscos pelo estabelecimento de compromissos morais na relação de troca “dar-receber-retribuir”. O chamado

“licenciamento social” não integraria, pois, uma suposta dinâmica de democratização dos processos de decisão relativos aos projetos da monocultura, mas, sim, a formalização das vias materiais de obtenção do consentimento pelo investimento de partes (mais ou menos “residuais”) dos rendimentos das empresas na construção “da auto-estima” das populações afetadas.

A respeito dos conflitos ligados ao exercício do “facho” – nome local atribuído à coleta de resíduos da madeira – até 2004, uma grande empresa permitia que carvoeiros da região norte do Espírito Santo coletassem estes restos do eucalipto. Entretanto, em seu relatório, a empresa afirma ter decidido suspender as “doações de resíduos” devido a problemas de ordem tributária e trabalhista (carvoeiros da região utilizavam mão-de-obra infantil, por exemplo) que sujeitavam a empresa a ações judiciais por co-responsabilidade (com o pagamento de indenizações trabalhistas).¹⁵ Posteriormente, a empresa passou a permitir apenas a retirada dos resíduos por intermédio da APAL-CB (Associação Produtores e Lenhadores de Conceição da Barra), entidade cuja fundação foi estimulada pela empresa. Esta associação é composta, em sua maioria, por membros de comunidades quilombolas da região. Todavia, institucionalmente, ela não evidencia qualquer vínculo com a identidade quilombola, segundo critérios estabelecidos da própria empresa.

A aproximação com comunidades quilombolas, no entanto, consta dos planos da empresa. A fala de uma líder da comunidade quilombola de Helvécia, BA, transcrita a seguir exemplifica essa estratégia de aproximação da empresa com tais comunidades:

“Eu fui em Brasília; a minha denúncia foi a questão que nós, hoje, estamos asfixiados pela monocultura de eucalipto. Então, depois disso, uns quinze dias depois, eu sei que vieram umas pessoas fazer entrevista porque que a comunidade estava insatisfeita, o que que as empresas poderiam fazer; a gente não sabia de onde eram essas pessoas, falavam que eram de ONGs. Recebíamos telefonemas e tudo. E aí, passados mais ou menos quatro ou cinco meses após nossa ida à Brasília, aí começou a empresa se identi-

ficando, mandando pessoas entrevistar líderes da comunidade, pessoas da Associação, escola, instituições, de modo geral.” (MALERBA, SCHOTTZ, 2006).

Hoje esta comunidade tem “parcerias” com a empresa de celulose, que, por exemplo, colaborou para a montagem de um laboratório de informática, a reforma da escola e o projeto de uma unidade de produção de mudas. É interessante notar que esta comunidade ainda não teve suas terras demarcadas como quilombolas, e muitas dessas áreas estão cobertas por eucalipto. A comunidade, por sua vez, interrompeu, desde 2006, a mobilização para exigir suas terras. Segundo um membro da associação de moradores de Helvécia, “*recuamos na questão da territorialidade e estamos trabalhando mais a questão cultural.*” (...) *acho que vai dar problema quando formos discutir a questão da territorialidade. Como a presidente da comunidade tem muito contato com a empresa, então para Helvécia eles ainda liberam para pegar o facho.*” (Entrevista realizada no dia 05/03/2009 em Helvécia, BA.)

Igualmente inquietantes para a empresa são os conflitos envolvendo a apropriação de terras indígenas e as denúncias de devastação da Mata Atlântica. No ambiente hostil que as críticas às monoculturas geraram, a empresa contratou lobistas especializados em meio ambiente e firmas de benchmarking, desenvolvendo projetos locais de RSE e aperfeiçoando sua política de comunicação para granjear apoio local (VINHA, 1999). Consultorias contratadas para analisar a imagem da empresa elegeram algumas questões prioritárias: a solução da questão indígena, o processo de certificação pelo Forest Stewardship Council (FSC), a realização de estudos sobre impactos econômicos regionais de suas atividades e sobre o impacto dos plantios de eucalipto na biodiversidade, assim como a melhoria na qualidade do relacionamento com as comunidades quilombolas.

A falta de divulgação das atividades “socialmente responsáveis” e das atitudes ditas “sustentáveis” é apontada por consultores como um problema do setor de celulose e papel. Sugere-se, assim, que uma estratégia de ampla divulgação das ações sócio-ambientais da empresa tente melhorar a sua reputação, gerando maior “*receptividade dos órgãos de financiamento, trânsito em meio*

às autoridades, receptividade junto ao público”. Com efeito, pressões sobre o financiamento ocorreram. Em novembro de 2004, o Banco Mundial, por meio da Corporação Financeira Internacional (IFC), havia emprestado 50 milhões de dólares a esta grande empresa. Pressionado pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde e pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, o IFC informou, em abril de 2005, que a empresa realizara o pagamento antecipado de sua dívida e, com isso, o Banco encerrara a relação com o cliente, perdendo a responsabilidade e capacidade de influenciar na obtenção de respostas às denúncias.¹⁶ O Bank Track, aliança de organizações não-governamentais que atua contra o financiamento bancário às empresas e projetos que estejam causando danos sociais e ambientais, citou em seu relatório de 2008 que esta empresa possui um “histórico controverso” em conflitos com comunidades indígenas, quilombolas e fazendeiros locais, acusando-a de ter se envolvido em “agressivas campanhas contra povos indígenas”.¹⁷ Neste contexto, programas de relações comunitárias haviam começado a se ampliar no final da década de 1990 e no início dos anos 2000: visitas à empresa, oficinas para menores “em situação de risco social”, contratação de ONGs para propor projetos de geração de renda e etc.

Além de tentar obter o consentimento das populações do entorno das monoculturas, de modo a prevenir os riscos oferecidos pelos movimentos sociais ao empreendimento, as empresas recorrem igualmente, com este mesmo fim, a estratégias locais, ou seja, as empresas mudam os planos de localização de seus plantios ou ameaçam mudá-los como forma de constranger seus críticos, responsabilizando-os pela possível perda localizada de empregos e de receita pública. Três exemplos podem ilustrar as estratégias locais de mitigação de riscos: 68 mil hectares de terras *foram comprados* no extremo sul da Bahia, já em 1989, devido a restrições legais adotadas pelo governo do estado do Espírito Santo às grandes extensões de cultivos de eucalipto¹⁸; pela mesma razão, tentou-se formar uma base de plantios no norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro; por fim, procedeu-se à escolha de Guaíba, no Rio Grande do Sul para sediar uma grande fábrica de celulose, em razão do acirramento dos conflitos no Espírito Santo. Nas palavras de um responsável da empresa à impren-

sa, “o estado (do Espírito Santo) ainda não está descartado para sediar futuros projetos da empresa. Entretanto, hoje ele não é considerado pela empresa como território prioritário para novos investimentos. Os conflitos com os indígenas que reivindicam posse de terras; o trabalho contra a empresa junto a grandes clientes no exterior por parte de grupos defensores dos índios; as tentativas da Assembléia Legislativa de impedir novos plantios de eucalipto; e as comissões de inquérito instaladas contra a Aracruz, acionaram o sinal de alerta para os diretores e acionistas da empresa. (...) “Tudo isso leva não a sair do Espírito Santo, mas a buscar outras opções. Não se pode colocar todos os ovos em uma única cesta”¹⁹. Assim, observa-se a influência dos conflitos nas decisões corporativas da empresa e constata-se que a diversificação das áreas de plantio é parte da estratégia locacional de minimização dos riscos.

No episódio da destruição de um viveiro de mudas de uma grande empresa no Rio Grande do Sul, em março de 2006, por mulheres da Via Campesina, evocou-se a noção de “risco social” operada pela e empresa, associada ao prejuízo de milhões de dólares, segundo as fontes empresariais. Ante as notícias de que, após este episódio, a empresa iria desistir de seu projeto no estado, seu diretor operacional procurou atenuar a importância do evento: “Esse ato de barbárie é alienígena ao ambiente do Rio Grande do Sul. Está claro para nós que não expressa, nem de longe, o que pensa a sociedade como um todo. Vamos manter nossos estudos no Estado”.²⁰ Segundo reportagem da imprensa local, uma empresa de consultoria havia sido contratada para analisar o “risco social” incorrido em caso de implantação de uma nova unidade no entorno de Porto Alegre.²¹ A este respeito, consultores também se manifestaram afirmando que “as invasões de terra são para o setor agrário o que o roubo de cargas representa para o segmento do transporte. Se atingir um ponto de descontrole por parte do governo, torna-se também um risco político.”²²

Braga, Bruni e Monteiro (2007) analisaram o caso de uma grande empresa instalada no extremo sul da Bahia, cujos representantes alegam que as variáveis risco social e ambiental são muitas vezes “eliminadas na origem” através de estratégias de localização: quando os requisitos prévios de eliminação de risco ambiental ou social estabelecidos

pela empresa não são observados, a empresa desiste daquela localização do empreendimento. “Se existe chance visível de problemas, o projeto não é realizado”, disse um dos entrevistados, exemplificando com a recusa de instalação em terras com áreas desmatadas após o período estabelecido por lei ou situadas dentro de áreas de proteção ambiental e a menos de cinco quilômetros de comunidades indígenas. (BRAGA et al, 2007). A despeito de tal pretensão, esta empresa enfrenta concretamente conflitos com ambientalistas, grupos Pataxós e movimentos de luta por terra. Ante as críticas, denúncias e ocupações, a empresa buscou contato com a aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, localizada em Porto Seguro, oferecendo financiamento para a realização de festas tradicionais, viagens de caciques, medicamentos etc. Por outro lado, a empresa, que já teve fazendas suas invadidas pelo MST²³, diz ter oferecido aos Sem-Terra a possibilidade de comprar a produção de seus assentamentos para a alimentação dos operários. De acordo com seu diretor-presidente, a intenção da empresa é construir “uma agenda positiva com o movimento”. “Ai veio a orientação do MST nacional de não aceitar a proposta”, diz ele. “Temos tentado contato com o MST por meio da Igreja, organizações não-governamentais, entidades civis, mas não temos nenhuma resposta.” “Eu sou um mercado para o MST e posso garantir a compra de produtos”.²⁴ Tais exemplos sugerem que a estratégia de saída e desistência não é tão aplicada quanto evocada verbalmente, podendo fazer parte do que se tem chamado de “chantagem locacional” dos empreendimentos, pela ameaça de não gerar localmente empregos e receitas públicas. A este propósito, a mesma empresa encomendou estudo técnicos sobre a quantidade de emprego e de renda gerados por suas atividades. Busca-se assim responder com estatísticas às críticas de que as indústrias de celulose geram poucos empregos. Segundo o presidente da empresa, uma das razões para a contratação do estudo foi a de obter dados a serem contrapostos aos movimentos sociais contrários às fábricas de celulose pois, segundo ele, “existem organizações não-governamentais, movidas por ideologia, e outros grupos sem argumentos técnicos que se opõem ao nosso tipo de empreendimento.”²⁵

O crescimento de conflitos fundiários e ambientais envolvendo as práticas da monocultura de

árvores no país tem por certo motivado a construção de uma “questão empresarial do risco social”. Mas tal preocupação não é exclusiva deste setor produtivo, compreendendo um conjunto maior de firmas que têm no território e seus recursos a base do rendimento de seus investimentos. Assim é que representantes de grandes empresas de energia, mineração, alumínio e celulose reuniram-se, segundo fontes da grande imprensa, em janeiro de 2006, tendo por objetivo, nos termos de um dos participantes, que cada empresa relatasse “os problemas sociais e ambientais que enfrenta e a forma encontrada para resolvê-los”²⁶

Considerações Finais

A categoria risco social é evocada por representantes empresariais em acordo com os interesses situacionais da empresa. É possível distinguir, nas fontes consultadas, duas formas de apropriação desta categoria: um risco social relacionado à pobreza e um risco social associado ao conflito. Ao tratar de projetos voltados à comunidade, a noção mais utilizada é a de risco social relacionado à pobreza (como em projetos que têm por “meta inserir na sociedade jovens em situação de risco social”). Quando se trata do risco social de conflito, as empresas mobilizam a noção buscando obter segurança para o empreendimento através do consentimento da população, com o uso de programas de relações comunitárias e de geração de renda.

Em ambos os casos, trata-se de considerar “as comunidades como vitais para a manutenção do sucesso comercial das empresas”. Seja neutralizando os conflitos já expressos, seja prevenindo-os antecipadamente pela contenção da “pobreza”, está em pauta o risco que a sociedade oferece ao sucesso dos negócios. O “social” do risco em questão designa tanto a sociedade desorganizada – “comunidades” desprotegidas, excluídas dos direitos básicos à saúde e educação, com níveis de renda insuficientes e inseridos em formas precárias de trabalho – como a sociedade organizada em movimentos sociais, sindicatos ou grupos étnicos.

Os consultores aconselham que a gestão do risco social se inicie pela identificação dos stakeholders mais empoderados, bem como das suas principais questões, com o objetivo de escolher as respostas mais adequadas que a empresa

pode fornecer. Na pretensão de gerenciar os riscos sociais, os programas de responsabilidade social empresarial (RSE) procuram oferecer, através da observação das comunidades do entorno, “informações, conscientização e insights sobre quais são os riscos sociais, e ao mesmo tempo, um meio eficaz para responder a eles.”

A organização da sociedade parece desempenhar um papel chave nas atuais estratégias empresariais acionadas para lidar com o chamado “risco social”. As empresas procuram, assim, em certos casos, fomentar a organização das comunidades, mas sob suas perspectivas e segundo seus critérios. Alguns programas de relações comunitárias de empresas propõem-se a formar associações profissionais ou culturais. Este foi o caso da empresa do setor de celulose que incentivou a organização dos moradores que fazem carvão com o fim de, com eles, estabelecer acordos, tendo, porém, como critério para estes acordos, a não identificação do grupo como quilombola. Em casos de organizações já existentes, ocorreu abrir-se mão de disputar territórios com a empresa para dela receber recursos e apoio a projetos.

Para Boltanski e Chiappelo (1999), o capitalismo se reproduz reformando-se através do tempo num jogo entre formas de organização da sociedade e um “espírito capitalista”. Ele aloca as pessoas em lugares sociais de valor desigual no espaço social e configura critérios de justificação que legitimam tais processos de seleção. O espírito do capitalismo constitui, pois, o conjunto de crenças associado à ordem capitalista, que contribui para justificar e legitimar seus modos de operação. As justificativas oferecidas para as ações empresariais transformam a força em legitimidade, reduzindo a necessidade do recurso à força e a seus efeitos destrutivos. Em determinadas conjunturas, certos atores exercem a crítica a esta distribuição desigual de posições. Esta crítica consiste na denúncia da distância observada entre um estado de coisas real e um estado de coisas desejável. A crítica põe, assim, em questão a ordem existente, assim como os critérios que justificam a distribuição desigual da “grandeza relativa” das pessoas. Esta crítica pode ser corretiva, contestando o irrespeito aos critérios de justificação das desigualdades, ou radical, propondo a supressão e substituição dos critérios instituídos a partir de outras lógicas. A prática da crítica

produz, ao mesmo tempo, narrativas unificadoras dos atores e denúncias eficazes tanto dos critérios da distribuição desigual do capitalismo como das justificações constitutivas do espírito do capitalismo, sejam elas relativas à repartição do valor agregado, às posições hierárquicas, às condições de mobilidade sócio-profissional ou às consequências sociais e ambientais das práticas produtivas, seus padrões técnicos e locacionais. Criticado, o capitalismo precisa, em alguma medida, oferecer algo do que promete e tentar reconstituir a implicação positiva e o consentimento dos trabalhadores. Isto ele o faz, ajustando o espírito do capitalismo e, por vezes, o próprio processo de acumulação, tensionando os critérios de alocação de sujeitos em posições sociais e suas justificações. A isto Boltanski e Chiapello chamam de “deslocamentos” – mudanças organizativas ou de critérios de alocação social, efetuadas em termos de força ou legitimidade, pelas quais o capitalismo assegura continuidade a seus mecanismos de obtenção de lucros – algo como as mudanças nos modos de regulação, nos termos da Escola da Regulação. Os deslocamentos são, pois, procedimentos de mudança do lugar/ condição social de enfrentamento crítico, que permitem evitar perdas de superioridade relativa dos atores dominantes e atribuir-lhes forças derivadas de novas circunstâncias. Para Boltanski e Chiapello, tais deslocamentos não são nem inteiramente planejados por atores conscientes, nem fruto de um processo inconsciente sem sujeito, mas obra de elaboração coletiva das críticas por think tanks, consultores, especialistas em gestão, jornalistas etc. O acúmulo e a força das críticas podem levar a deslocamentos que consistem na busca de novos mecanismos concretos de seleção e de sua justificação – mais robustos, estáveis e formalizados. Os deslocamentos procuram contribuir, assim, para esvaziar as críticas, desarticular as formas instituídas de alocação dos sujeitos em posições sociais relativas, bem como criar novos tipos de critérios de seleção e alocação. Efetuados os deslocamentos, as críticas anteriormente existentes não se aplicam aos novos critérios.

A gestão empresarial do risco social integra, por certo, os deslocamentos contemporâneos dos capitais ante seus críticos. A literatura gerencial corrente sustenta que os programas de responsabilidade social “afetam o estoque de capital reputacional e,

conseqüentemente, o valor dos ativos intangíveis da organização”. Desta maneira, “o estabelecimento de relações positivas com a comunidade local” é considerado pelas empresas “como um ativo na forma de acumulação de capital social” e é este capital que vai garantir a esperada “licença para operar” (GOMES et al 2006). A acumulação primitiva do capital, processo pelo qual o capitalismo foi gerado, afirmando-se historicamente, baseou-se numa reorganização das relações de produção, na separação dos camponeses de seus meios de produção e em sua constituição como mão-de-obra assalariável nas cidades. A presente metáfora da acumulação do “capital social” sugere a mesma apoiar-se, analogamente, embora no plano das subjetividades coletivas, na separação entre as comunidades locais e sua força crítica. A antecipação e a neutralização desta força por estudos de “risco social” dos atores sociais mobilizados estão constituindo um dos mecanismos de acumulação deste capital – “social” – em benefício das empresas.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. *Vulnerabilidade ambiental, processos e relações*. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 24/8/2006

BEZERRA, G. *A 'Poluência' de Magé*. In H. Acselrad (org.) *Conflito social e meio ambiente no Rio de Janeiro*, Relume Dumará, 2004, 227-238.
Boltanski, L.; Chiapello, E. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Akal, 2002.

BOLTANSKI, CHIAPPELO. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard.

BRAGA, R; BRUNI, A. L; MONTEIRO, A. *Estratégia e Decisões de Investimento em Condições de Risco: um Estudo na Veracel Celulose S/A*. In: *Anais do XX Congresso Latino Americano de Estratégia*. SLADE, 2007, Barranquilla, Colômbia.

BRONFEMBRENNER, K. *Uneasy Terrain: the impact of capital mobility on workers, wages and union organizing*, US Trade Deficit Review Commission, NY, 2000, mimeo, 73 p.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã. 1996.

GOMES; A. SOUZA; COELHO G; SILVA, M. *Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais*. Rev. Árvore vol.30 no.6 Viçosa Nov./Dec. 2006.

GUILHOT, Nicolas. *Financiers, philanthropes: vocations éthiques et reproduction du capital à Wall Street depuis 1970*. Raisons d’Agir éditions, Paris, 2004

HOLME, R. WATTS, P. *Responsabilidade social empresarial: bom senso aliado a bons negócios*. Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. 2000. Disponível em: <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/pub-rse-bom-senso-aliado-negocios.pdf>. Acesso em 15/03/2009

HOLZMANN, R. JORGENSEN, S. *Social Risk Management: a new conceptual framework for Social Protection, and beyond*, Social Protection Discussion Paper No. 0006, Washington: World Bank, 2000.

KYTLE, B. RUGGIE, J. “*Corporate social responsibility as risk management: a model for multinacionais*”. Corporate social responsibility initiative, Working paper n° 10. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University. 2005

LINS, C. *A questão dos riscos intangíveis na valorização das empresas*. Apresentação no Congresso IBC de Gestão Estratégica de Riscos, 28 a 30 de junho de 2005.

LÔBO, L. *Relevância social das florestas plantadas*. Monitoramento social/ambiental : perspectivas e desafios para o setor florestal no Brasil. XXXI Congresso Brasileiro de ciência do solo. Gramado, 2007.

MACPHERSON, C.B., *A Teoria política do individualismo possessivo- de Hobbes a Locke*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

MALERBA, J; SCHOTTZ, V. *O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia*, Relatório de Pesquisa de Campo, 20 a 30 de setembro de 2006, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.

SUBBARAO, K. *Gestão do risco social: quadro para a compreensão da pobreza e da vulnerabilidade*. Disponível em: <http://info.worldbank.org/etools/docs/library/77738/InitialSeminars/srmafrica/seminarsvc/pdfdppt/srmportuguese.pdf>. Acesso em 25/10/2008

_____. *Avaliações da vulnerabilidade: Introdução & e o Caso do Quênia*. Disponível em: <http://info.worldbank.org/etools/docs/library/77738/InitialSeminars/srmafrica/seminarsvc/pdfdppt/vulneraportuguese.pdf> . Acesso em 25/10/2008

TRICARICO, A. *Banco Mundial, riscos e previdência social*, Observatório da Cidadania, IBASE, Rio de Janeiro, 2007.

VINHA, V. *O Estado e as Empresas “Ecologicamente Comprometidas” sob a Ótica do Neocorporativismo e do State-Society Synergy approach: o Caso do Setor de Papel e Celulose*. Revista Arché Interdisciplinar. Ano VIII, N° 25, 1999. Universidade Cândido Mendes, RJ.

WORLD BANK. *World Development Report: Attacking Poverty*, Washington D.C. The World Bank Group, 2000-2001

Notas

- 1 No original em inglês, spring board.
- 2 Tais programas inscrevem-se na perspectiva empresarial mundializada que tem por pressuposto que “qualquer empresa ou negócio precisa de um contexto social estável que propicie um clima previsivelmente favorável ao investimento e ao comércio. Responsabilidade Social Empresarial constitui o meio pelo qual as empresas contribuem para essa estabilidade ao invés de se afastar dela.”
HOLME, R. WATTS, P. Responsabilidade

- social empresarial: Bom senso aliado a bons negócios. *Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável*, 2000.
- 3 O Globo, 28/04/1999.
 - 4 SUBBARAO, K. "Gestão do Risco Social. Quadro para a Compreensão da Pobreza e da Vulnerabilidade".
 - 5 Rita Bridi. A Gazeta Online, 30/07/2006.
 - 6 A Booz Allen Hamilton é uma empresa líder em consultoria de gestão e de tecnologia sediada Virgínia, Estados Unidos. Fornece seus serviços a diversas corporações internacionais e governos em todo o mundo.
 - 7 Discurso de Chris Kelly vice presidente da Booz Allen, em 2005, na Association of Americans for Civic Responsibility (AACR) Roundtable Conference . Washington, DC. Disponível em: www.boozallen.com/
 - 8 www.fatorambiental.com.br/atuacao/gerenciamento_riscos.php
 - 9 <http://www.overseasbr.com>
 - 10 <http://www.ambientepublico.com.br>
 - 11 <http://www.fbds.com.br>
 - 12 www.fbds.com.br
 - 13 HOLME , R. WATTS, P. responsabilidade social empresarial: bom senso aliado a bons negócios. *Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável*. 2000. <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/pub-rse-bom-senso-aliado-negocios.pdf>. Acesso em 15/03/2009
 - 14 Como o acontecido em Mucuri, no extremo sul baiano, em que incêndios provocados destruíram áreas de plantio de eucalipto. O Globo, 8/12/2007
 - 15 No Relatório de Sustentabilidade da empresa em questão referente ao ano de 2004, há men-
 - ção a uma operação do Governo do Estado da Bahia, coordenada pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), contra o uso de madeira obtida ilegalmente, que resultou na desativação dos fornos de carvão em algumas áreas do sul da Bahia. Segundo fontes empresariais, em represália às ações de destruição dos fornos, alguns desses grupos realizaram atos que resultaram em saques a ônibus e caminhões de prestadoras de serviços das empresas de produção de celulose, e incêndios nas plantações de eucalipto.
 - 16 Agencia Carta Maior 16/03/2006.
 - 17 Valor On line. 22/01/2009. Disponível em: www.valoronline.com.br
 - 18 A gazeta, 8/07/1989.
 - 19 A Gazeta Online, 30/07/2006.
 - 20 Zero Hora, 09/03/06.
 - 21 Zero Hora, 9/3/2006.
 - 22 Zero Hora, 10/03/06.
 - 23 Valor On line. 18/06/2007. Disponível em: www.valoronline.com.br
 - 24 Valor On line. 21/01/2005. Disponível em: www.valoronline.com.br
 - 25 Valor On line.18/06/2007. Disponível em: www.valoronline.com.br
 - 26 Revista Época, 19/03/06. *Alguém vai encarar?*

Henri Acselrad

* Professor do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq

Raquel Giffoni Pinto

** Mestranda do IFCS/UFRJ

A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental

Rachel Zacarias*

A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental

Resumo: Este artigo se propõe a apresentar as relações entre a lógica destrutiva do processo de produção/acumulação do sistema do capital e a destruição ambiental. Para tal discute, no primeiro momento, como se processam as formas de acumulação no regime capitalista, ressaltando as fontes privilegiadas de riqueza, quais sejam: a exploração da força de trabalho, através retirada da mais-valia e a exploração dos recursos naturais. Além disso, busca refletir sobre como os mecanismos que dão sustentação a esse modelo vêm criando obstáculos para sua continuidade, produzindo uma crise estrutural do capital. Num segundo momento, visa a discutir umas das principais manifestações da lógica destrutiva do capital: a chamada “crise ambiental”, apresentando as principais determinações e alternativas nas perspectivas da visão liberal e da visão crítica.

Palavras-chave: Capital. Crise ambiental. Visão crítica. Visão reformista.

The destructive logic of the process of the accumulation of capital and the environment destruction

Abstract: This article aims to present the relationship between the destructive logic of the process of production/accumulation of the system of capital and environmental destruction. To this end, it first discusses how the forms of accumulation are processed in the capitalist regime, emphasising the privileged sources of wealth, that is: the exploitation of the work-force through the withdrawal of surplus value and the exploitation of natural resources. It also attempts to reflect on how the mechanisms that sustain this model have been creating obstacles to its continuity, leading to a structural crisis of capital. In second place, it aims to discuss one of the main manifestations of the destructive logic of capital: the so-called “environmental crisis”, presenting the main determinations and alternatives in the perspectives of the liberal view and the critical view.

Keywords: Capital. Environmental crisis. Critical view. Reformist view.

Recebido em 20.07.2009. Aprovado em 11.09.2009

Introdução

A questão ambiental, ao final do século XX e início do século XXI, torna-se um tema vital para toda a humanidade. No entanto, essa questão é analisada quase que exclusivamente por setores reformistas que buscam relacionar as causas da chamada “crise ambiental” ao desperdício de matéria e energia, portanto um limitador para a expansão da economia e para o crescimento do mercado. Esses setores defendem ações da chamada modernização ecológica, destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e ativar mercados. Agem principalmente no âmbito da lógica econômica, conferindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, economizando o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas, sem mudar o modelo econômico vigente.

O presente estudo utiliza um quadro teórico bastante distinto, pois ao contrário dessas formulações, parte-se da tese de que a destruição ambiental, ou a chamada “crise ambiental”, é uma manifestação da lógica destrutiva do processo de produção e acumulação do capital. Isso significa que as condições que levam à degradação ambiental têm causas econômicas e políticas, ou seja, sua gênese está ligada às relações sociais que se firmam entre os seres humanos a partir da maneira como se distribuem os meios de produção.

Partindo desses pressupostos, este artigo discute, num primeiro momento, como se processam as formas de acumulação no sistema do capital, demonstrando que esse regime consegue se produzir e reproduzir a partir de uma lógica destrutiva que se materializa através da exploração da força de trabalho e da natureza. Além disso, discute como os mecanismos que dão sustentação para a produção e reprodução do capital vêm criando obstáculos para sua continuidade, produzindo uma crise estrutural do capital. Num segundo momento, discute uma das principais manifestações da lógica destrutiva do capital – a chamada “crise ambiental”, apresentando as principais determinações e alternativas na perspectiva da visão liberal/reformista e da visão crítica.

O processo de acumulação do capital: uma lógica destrutiva

A acumulação do capital constitui a força motriz, o imperativo da sociedade burguesa. Marx

(1988:726) ao identificar a “Lei geral da acumulação capitalista” revela essa tendência, afirmando que “com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo especificamente capitalista a acumulação do capital”. Essa tendência mostra que a acumulação é vital para esse regime, por isso se pode afirmar que sem a acumulação não é possível a sobrevivência do modo de produção capitalista.

A história do capitalismo demonstra que a sua existência é definida pelo artifício da acumulação. Esse método, presente desde a pré-história do capitalismo, a partir da chamada acumulação primitiva, é baseado numa ampla gama de processos violentos e predatórios – mercadificação e privatização da terra, expulsão violenta de populações camponesas e supressão de formas alternativas de produção e consumo. Essas e outras atrocidades possibilitaram as condições básicas para o desenvolvimento do modo de produção e acumulação capitalista. A partir desse suporte o regime capitalista desenvolve sua história, passando por uma série de transformações e etapas. Esse processo revelou-se instável, com períodos de expansão e crescimento e outros cortados por depressões, falências, quebraadeiras e miséria, marcados por uma sucessão de crises econômicas.

O capitalismo, vigente ao longo do século XX e ingressando no século XXI, é denominado, pelos críticos da economia política, imperialismo. Essa fase caracterizada por novas determinações tem como característica marcante dois tipos de padrões de acumulação: o rígido e o flexível. A dinâmica de acumulação no padrão de acumulação rígida tem como base o sistema taylorista/fordista. Esse padrão produtivo se baseia na produção em massa de mercadorias, a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. Além disso, sua base é o trabalho parcelar e fragmentado. Nele a ação operária se reduz a um conjunto repetitivo de tarefas em decorrência da decomposição das atividades.

Apesar de o período de acumulação rígida ser considerado os anos dourados do capitalismo, ou seja, um período em que houve um longo processo de acumulação de capitais, um olhar mais atento demonstra que esse momento é marcado por um regime de acumulação baseado na lógica destrutiva do capital. Tal lógica baseia-se na extração da mais-valia do trabalhador, no aprofundamento da separação

entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e das necessidades de auto-reprodução do capital, na retirada insustentável de recursos naturais, entre outros. Tudo isso evidencia mais uma vez que, apesar das mudanças e transformações ocorridas nessa nova etapa do capitalismo, os métodos utilizados para o acúmulo do capital continuam espúrios e ilegítimos.

A partir do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, o capital começa a dar sinais de um quadro crítico. A ilusão de um processo efetivo, duradouro, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho, mediado pelo Estado, começa a ruir. Em decorrência da crise que se instalara, a alternativa do capital foi reestruturar o padrão produtivo, objetivando recompor os índices de acumulação existentes no período anterior. O capital reorganiza o ciclo produtivo de forma a preservar seus fundamentos essenciais, ou seja, utilizando os velhos mecanismos de acumulação. Nesse contexto, inicia-se uma mutação no interior do padrão de acumulação, e não no modo de produção capitalista, visando alternativas que pudessem atribuir maior dinamismo ao processo produtivo. Essa reestruturação altera os processos do regime de acumulação anterior, a fim de garantir e ampliar os fundamentos da acumulação capitalista. Desse modo, o chamado toyotismo e a era da acumulação flexível emergem nesse período.

O regime de acumulação flexível é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ele se ampara na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Distingue-se pelo “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2007:140).

No processo de acumulação flexível são identificados dois movimentos considerados fundamentais para a organização mais coesa do capital: o acesso à informação precisa e atualizada e a reorganização do sistema financeiro. No entanto, o movimento mais importante foi a completa reestruturação do sistema financeiro global. Esse sistema passa a funcionar numa perspectiva dual, ou seja, de um lado, a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder glo-

bal; de outro, uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio de criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos.

Isso significa que há um deslocamento qualitativo do processo de acumulação, ou seja, de uma acumulação a partir da reprodução expandida, através da exploração da mais-valia para uma acumulação com predominância financeira. Essa dinâmica de acumulação tem como característica a centralização em instituições especializadas de “lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros- divisas, obrigações, ações, mantendo-os fora da produção de bens e serviços” (CHESNAIS, 2005:36).

Para Harvey (2004) esse tipo de acumulação, assim com as suas consequências têm um estilo predatório, levando-o a designar esse processo de “acumulação por espoliação”. Para o referido autor esse tipo de acumulação, vem requerendo algo fora de si mesmo para acumular. Isso significa que, além das tradicionais formas de acumulação – exploração do capital sobre o trabalho, extração da mais valia – o capital passa a utilizar novos mecanismos para sustentar a lógica interminável de acumulação. Além da financeirização, podem-se citar ainda: (i) o patenteamento e licenciamento de material genérico, do plasmato de semente e de todo o tipo de outros produtos, que podem ser usados contra as populações que tiveram um papel importante no desenvolvimento desses materiais; (ii) a biopirataria de recursos genéticos que atua em benefício de poucas companhias farmacêuticas; (iii) a escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, água, ar) e as degradações cada vez maiores de habitats; (iv) a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual; (v) a corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades); e (vi) a privatização da água e de utilidades públicas de todo o gênero.

O processo de acumulação atual, assim como as respostas do capital, entre as quais, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, vêm trazendo graves implicações sociais, econômicas e ambientais. Dentre outras podem ser apontadas: instabilidade monetária permanente; transformação do mercado de câmbio em mercado especulativo, dos quais os

capitais financeiros procuram obter lucros financeiros, mantendo o maior grau de liquidez possível: ausência de moeda internacional, exceto o dólar. No mundo do trabalho, as consequências são danosas, como o grande desemprego estrutural, trabalhadores em condições precarizadas. Em relação ao meio ambiente pode-se apontar a destruição da natureza em escala globalizada com vários problemas ambientais: aquecimento global, desflorestamento, contaminação de rios e mares, desertificação, extinção de fauna e flora, entre outros. Tudo isso vem demonstrando a lógica destrutiva do processo de acumulação do capital, um processo que destrói o trabalho, a natureza, a vida ocasionando uma crise estrutural do capital.

No entender de Mészáros (2006), não se está diante de uma crise cíclica do capitalismo, como vividas no passado, mas sim, de uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital, no qual o sistema encontra com seus próprios limites intrínsecos. Para o referido autor, a crise atual é sistêmica, orgânica, endêmica, permanente e se manifesta na destruição da força humana de trabalho em escala global. Uma prova disso é a presença do trabalho precário em todos os países. É uma crise sistêmica por que o nível de destruição ambiental atual coloca no horizonte a possibilidade do fim da vida humana.

A partir dessas considerações iniciais, no próximo item se discute uma das principais manifestações da lógica destrutiva do capital, que é a destruição ambiental, apresentando as principais determinações e alternativas nas perspectivas da visão liberal e da visão crítica.

A chamada “crise ambiental” e a visão reformista

A situação de precariedade encontrada nos sistemas naturais que sustentam a vida no planeta passa a ser reconhecida, oficialmente, por diversos setores da sociedade global, a partir da década de 70 do século XX. Desse reconhecimento, surgem diversas reações sobre as determinações da chamada “crise ambiental”, assim como a busca de alternativas para o enfrentamento desses problemas.

Uma posição hegemônica defendida por setores reformistas entende que o cerne da destruição ambiental está ligado às seguintes causas: ao desperdício de matéria e energia, aos limites físicos e

naturais dos recursos naturais, ao excesso da população, aos altos padrões de produção e ao consumo, entre outros. Nessa concepção, esses problemas são causados por uma disfunção que dificulta compatibilizar desenvolvimento e proteção do meio ambiente, portanto a chamada “crise ambiental” está ligada ao estilo de desenvolvimento vigente, considerado insustentável.

Uma das causas mais frequentes e consensuais apontadas por esse campo para explicar a destruição ambiental é a escassez e a finitude dos recursos naturais. Para demonstrar essa relação vários estudos vêm sendo realizados. O relatório “Planeta Vivo”, produzido pelo WWF em 2008, revela que 20% da população mundial consome entre 70% a 80% dos recursos no mundo. Esses 20% comem 45% de toda a carne e de todo o peixe, consomem 68% de eletricidade, 84% de todo o papel e possuem 87% de todos os automóveis. Diante desses números uma das conclusões presentes no relatório é: “caso o modelo atual de consumo e degradação não seja superado, é possível que os recursos naturais entrem em colapso a partir de 2030, quando a demanda pelos recursos ecológicos será o dobro do que a terra pode oferecer”.

Não resta dúvida que os resultados do estudo produzido pela WWF são importantes, pois demonstram as iniquidades presentes no acesso ao consumo pelo conjunto da humanidade. Nesse sentido, é legítima a preocupação com a economia dos recursos naturais – água, solo fértil, florestas. No entanto, o estudo deixa de lado o que se pode considerar o cerne da discussão em relação a um novo modelo de produção e consumo que são os fins pelos quais esses recursos estão sendo usados, ou seja, “são eles usados para produzir o quê, para quem e na satisfação de quais interesses? Para produzir tanques ou arados? Para servir a especulação fundiária ou para produzir alimentos? Para assegurar uma vida digna às maiorias?” (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009:28).

Além dessa lacuna, o documento reforça uma concepção dominante no seio da sociedade que é a defesa de que as causas da “crise ambiental” estão relacionadas a uma contradição insuperável entre um mundo com recursos finitos e um crescimento infinito da produção. Essa é uma das visões mais consensuais a respeito da crise, mas, quando se passa por uma análise mais pro-

funda, emergem várias dificuldades teóricas que vão desconstruir essa visão.

A primeira dificuldade apontada por Foladori (2001) está relacionada à defesa da finitude dos recursos naturais, pois o planeta Terra, como tal, é finito como lugar de vida, haja vista que qualquer espécie tem seu ciclo de vida determinado. Isso significa que o problema não está na finitude dos recursos naturais ou das espécies – já que o limite ou a finitude é uma característica da própria vida na Terra –, mas sim da velocidade de sua utilização. Portanto, nessa perspectiva, o problema dos limites deve ser considerado um problema de velocidade de utilização.

A segunda dificuldade está ligada à utilidade de um determinado recurso. Um recurso pode ser ou não utilizado, estando seu caráter de utilidade ligado à evolução através do tempo. Um dos exemplos é o petróleo: esse recurso passa a ser utilizado sistematicamente em meados do século XIX, antes disso, apesar de existir, não era considerado útil. Nesse sentido, o que conta é o ritmo da sua utilização, de seu emprego pela sociedade humana. Para Foladori (2001:120), “ritmo e utilidade, mostram que os limites físicos ao desenvolvimento humano dizem respeito primeiro a como se produzem e se consomem os recursos, isto é, aos ‘limites’ humanos, acima dos físicos”.

É por isso que a contradição entre os limites físicos e o desenvolvimento social parece ser equivocada, uma vez que a sociedade nunca se defronta em seu conjunto com limites físicos, pois como muito bem esclarece Foladori (2001:18) “a sociedade humana antes de deparar com limites naturais ou físicos está frente a frente com as contradições sociais”.

No entanto, na perspectiva reformista e liberal, os problemas ambientais são frutos de um mau funcionamento no sistema, derivados de um estilo de desenvolvimento considerado insustentável. É a partir desse entendimento que esse setor advoga a necessidade de se adotar um novo estilo de desenvolvimento, agora “sustentável”. Esse novo conceito passa então a ser referência para se pensar o desenvolvimento no contexto do domínio do capital.

A implantação desse novo tipo de desenvolvimento defende ações reformistas da chamada modernização ecológica, destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e ativar mercados.

Suas alternativas estão no âmbito da lógica econômica, conferindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, economizando o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas. Um exemplo de alternativa dentro dos parâmetros da lógica do mercado é o Protocolo de Quioto. Ele prevê, segundo os marcos atuais, que a redução das emissões de carbono na atmosfera seja estabelecida dentro de um “limite médio” imposto globalmente. As nações ricas ganham o direito de poluir, aumentando a produção industrial e compensando suas emissões de carbono através de um mecanismo de mercado, ou seja, compram as cotas dos países pobres, possuidores de baixa atividade industrial para manterem o crescimento econômico. Trata-se do velho princípio: “eu pago, eu poluo”.

Pode-se dizer que esse novo modelo de desenvolvimento, proposto dentro da ordem do capital, traz ações remediadoras, ajustes feitos estritamente nos efeitos e consequências. Essas ações reformistas remediadoras não são surpresas e nem poderia ser de outra maneira, pois, enfrentar a destruição ambiental em suas causas exige adoção de estratégias reprodutivas que mais cedo ou mais tarde enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital.

A chamada “crise ambiental” e a visão crítica

Diferentemente da proposta reformista, a perspectiva crítica entende que a chamada “crise ambiental” deve-se a um conjunto de variáveis interconexas, dadas em bases sociais, econômicas, culturais e políticas, estruturalmente desiguais, que conformam a sociedade capitalista. Portanto, a “crise ambiental” não tem como causa o desenvolvimento tecnológico, o excesso de população, os altos padrões de produção e consumo, mas é de responsabilidade da lógica destrutiva da acumulação do capital. Diz respeito a um processo que tem duas fontes privilegiadas de riqueza: a exploração da força de trabalho, através retirada da mais-valia, e a exploração dos recursos naturais. Essas duas fontes contribuem fundamentalmente para o acúmulo de capital, a primeira gerando valor, pois só o trabalho tem essa capacidade. Já a natureza é incorporada como agente no processo de produção pelo capital, através da apropriação dos recursos naturais coletivos que não são pro-

priedades privadas, possibilitando, assim, a redução dos custos da produção, de modo a cumprir o desígnio da obtenção do lucro fácil e imediato do regime de produção capitalista.

Para Foster (2005), a história do capital mostra que o processo de acumulação impôs a necessidade de expandir fronteiras a todas as regiões do mundo para a exploração de seus recursos, assim como da força de trabalho. Esse processo começa a configurar-se na fase de desenvolvimento mercantil, período em que o capital conseguiu transformar em mercadorias: minerais, vegetais, animais e espaços do mundo permanecidos até então usufruto das sociedades pré-capitalistas. Esse processo de saqueamento dos recursos naturais tornou-se uma guerra de extermínios: animais mortos em numerosas zonas do planeta; ouro e prata pilhados da América, convertidos em moeda; destruição das florestas com a introdução da agricultura; e retirada de madeiras para a transformação em carvão.

Pode-se dizer que essa pilhagem de recursos naturais é uma tendência exclusiva de comportamento em relação ao meio ambiente própria do modelo de produção capitalista. Foladori (2001) ressalta que a primeira tendência exclusiva mais geral é de produção ilimitada, fruto direto e fundamental de um modelo econômico que gira em torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades diretas.

Para Mészáros (2007), a lógica da expansão do capital vem induzindo a uma série de contradições, uma delas é o crescimento da produção a todo custo e a concomitante destruição ambiental. Tais contradições levam à destruição dos recursos naturais, solapando uma importante fonte de acumulação do capital. Para o referido autor, a busca pelo crescimento, em última instância incontrolável, sempre foi uma característica fundamental do capital, como uma determinação sistêmica intrínseca. Sem isso o capital não teria conquistado o palco histórico, como de fato conquistou. Esse crescimento está fundamentado na taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias.

Para Mészáros (2006:671), essa tendência em reduzir a taxa de utilização real das mercadorias “tem sido um dos meios pelo qual o capital conseguiu atingir o seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico”. Trata-se de uma técnica empregada, sobretudo,

na área de consumo durável como eletrodomésticos, eletrônicos etc., que consiste em piorar a qualidade dos produtos, levando-os a possuir resistência e durabilidade menores, “é o obsolescência artificial, a deterioração dos produtos” (HAUG, 1997:52).

Durning (1992) aponta que estudos realizados na Inglaterra revelam uma tendência na direção a essa obsolescência planejada. Os eletrodomésticos datados de 1950 são muito mais sólidos, feitos, em sua maior parte, de metal, com suas partes parafusadas ou soldadas. Com o passar dos anos, essas máquinas tornaram-se mais inconsistentes, frágeis, sendo a maioria delas feita de partes de plástico coladas, em vez de parafusadas. Atualmente, um exemplo significativo dessa tendência decrescente do valor do uso dos objetos é a indústria de computadores. Um equipamento recém-lançado torna-se obsoleto em pouco tempo, pois a utilização de novos sistemas passa a ser incompatível com as máquinas, que se tornam arcaicas.

Para Mészáros (2006) a taxa de utilização decrescente é uma técnica intrínseca ao próprio capital, sendo necessária para a sua reprodução. Portanto, é incerto afirmar que, extrapolado certo ponto da história do capitalismo avançado, esse processo intrínseco ao avanço produtivo em geral seja revertido da mais integrante forma, “em que a sociedade dos descartáveis encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para sua contínua reprodução” (MÉSZÁROS, 2006, p. 640).

Para o referido autor, somente se a sociedade puder consumir artificialmente e em grande velocidade (descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias, antes pertencentes à categoria de bens duráveis, é que ela se mantém como sistema produtivo, manipulando até mesmo a aquisição dos chamados bens de consumo, lançados ao lixo antes mesmo de se esgotar sua vida útil. Ademais, o que é benéfico para a expansão do capital não é um incremento na taxa com que uma mercadoria é utilizada, e sim ao contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário.

Pode-se dizer que isso só foi possível, pois, nesse sistema, o vínculo entre o uso e a produção foi rompido, impondo a implacável submissão da necessidade humana à necessidade alienante do capital. Nessa perspectiva, a produção é voltada não para o atendimento das necessidades humanas e sim para as necessidades de auto-reprodução do capital.

Para Mészáros (2006), tudo isso demonstra como o sistema do capital é essencialmente antagonico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital. De acordo com o autor, esse antagonismo prevalece em todo o lugar, e é precisamente por ser estrutural que o sistema do capital sempre deverá permanecer assim – irreformável e incontrolável. Partindo desses princípios o referido autor ressalta que é inconcebível introduzir mudanças fundamentais, requeridas para remediar a situação, sem superar o antagonismo estrutural destrutivo do sistema do capital.

Nesse contexto o campo crítico defende que a alternativa capaz de apontar uma saída para a crise verdadeiramente global da humanidade é uma “reorientação qualitativa da reprodução metabólica” (MÉZÁROS, 2006:632). Isso significa que a construção de uma ordem de reprodução economicamente viável e historicamente sustentável requer modificar as determinações internas em si mesmas, contraditórias da ordem estabelecida, que impõe a submissão da necessidade e do uso humano à necessidade alienante da expansão do capital. Essa nova ordem que vai além das regras de acumulação e da lógica do lucro da mercadoria é o socialismo.

É possível afirmar que somente uma solução socialista pode enfrentar a gravidade da atual crise, pois as soluções moderadas revelam-se completamente incapazes para enfrentar o processo catastrófico. Löwy (2008:82) ressalta que para os ecologistas conservadores, ou não socialistas, a opção socialista seria impossível, uma vez que consideram Marx tão produtivista como os capitalistas. Para o autor essa crítica parece completamente equivocada, pois foi justamente Marx quem colocou a crítica mais radical à lógica produtivista do capitalismo, ou seja, a ideia de que a produção de mais e mais mercadoria é o objetivo fundamental da economia e da sociedade.

Mészáros (2006) defende que nessa nova ordem societal deve existir uma reorientação da produção de riqueza, de limitadora e perdulária para a direção de uma riqueza de produção humanamente enriquecedora, com sua taxa de utilização ótima, antinômica àquela perigosamente decrescente. Portanto, o tipo de crescimento necessário e plausível no socialismo só pode basear-se na qualidade diretamente correspondente às necessidades humanas: “as necessidades reais e

historicamente desenvolvidas desde a sociedade como um todo quanto de seus indivíduos particulares” (MÉSZÁROS, 2007:251-2).

Para Mészáros (2006), é inconcebível eliminar as determinações internas conflituais/adversas do sistema do capital sem confrontar de forma consciente o antiquíssimo problema da desigualdade substantiva. Essa conquista é um desafio, pois a ordem social é inseparável de uma cultura da desigualdade substantiva. Isso significa que o socialismo deve rejeitar a falsa alternativa do não-crescimento, pois a sua adoção eternizaria a miséria e a desigualdade que atualmente debelam o mundo, assim como a luta e a destrutividade que lhe são inseparáveis.

A partir de todas essas reflexões pode-se dizer que um dos maiores desafios é aquele que envolve a transformação de toda ordem social. Isso requer, de acordo com Mészáros (2007:358), “uma consciência crítica inflexível da inter-relação cumulativa, em lugar de buscar garantias reconfortantes no mundo da normalidade ilusória até que a casa desabe sobre nossas cabeças”.

Considerações finais

O processo de acumulação do capital é a força que movimenta a sociedade burguesa. É um processo permanente e vital que se desenvolve no modo especificamente capitalista, a partir da subordinação formal do trabalho ao capital, tendo como substância principal a extração da mais-valia.

A história do capitalismo demonstra que a sua sobrevivência foi assinalada por conflitos, contradições e transformações. Tais mudanças deram origem a diversas configurações no processo de acumulação do capital: acumulação rígida e flexível, essa última marcada pela espoliação financeira. Apesar das modificações ocorridas, essas etapas são delimitadas pela utilização de métodos espúrios e “ilegítimos” no processo de ampliação do capital. Artíficos os quais, fundamentados na lógica destrutiva do capital, são baseados na extração da mais-valia do trabalhador, na retirada insustentável dos recursos naturais, entre outros. Todo esse processo vem gerando uma série de contradições e uma delas é o crescimento da produção a todo custo com a concomitante destruição ambiental.

Na visão reformista a chamada “crise ambiental” tem suas causas restringidas à poluição, à de-

predação e ao excesso da população, aos altos padrões de produção e consumo. Tal visão defende, principalmente, que a crise está relacionada a uma disfunção no atual modelo de desenvolvimento, passando a ser considerado insustentável. Partindo dessas primícias, propõe atrás de uma cortina de fumaça chamada “desenvolvimento sustentável”, soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, ou seja, a lógica de expansão infinita do capital. Nesse sentido, é importante reafirmar que não é de se estranhar que as medidas propostas sejam incapazes de responder aos desafios dessa crise. Isso não poderia ser diferente, já que enfrentar a destruição ambiental em suas causas, exige adoção de estratégias reprodutivas que mais cedo ou mais tarde enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital.

A visão crítica adota uma perspectiva diametralmente oposta à perspectiva reformista. Considera a chamada “crise ambiental” como uma das principais manifestações da lógica destrutiva do capital. Essa lógica destrutiva está presente tanto na exploração do capital pelo trabalho quanto na irracionalidade do uso dos recursos naturais, criando uma série de contradições e produzindo obstáculos à continuidade da produção e reprodução do capital. Além disso, vem gerando uma crise estrutural do capital. Uma crise que, diferentemente das anteriores, caracterizadas por serem cíclicas e mais ou menos longas, vem proporcionando ao sistema encontrar com seus próprios limites intrínsecos.

É importante ressaltar que as contradições produzidas sob a ordem sociometabólica do capital vêm demonstrando não apenas seus limites, como também aventando para o estabelecimento de uma nova ordem, que vai além das regras de acumulação e da lógica do lucro da mercadoria – o socialismo.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H. ; MELLO, C.C. A.; BEZERRA, G. N. *O que é injustiça ambiental*. Rio de Janeiro: Grammond, 2009.
- CHESNAIS F. *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In: _____. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-84
- DURNING, A. *How much is enough? the consumer society and the future of the earth*. New York: W. W. Norton&Company, inc.1992.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 2001.
- FOSTER. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HAUG, W. F. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: UNESP, 1997.
- LÖWY, M.; BOFF, L. *A natureza e o meio ambiente: limites do planeta*. In: MENEGAT, M.; BEHRING, E. R.; FONTES, V. (Org.). *Dilemas da humanidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, página inicial e final do capítulo. p. 75-126.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro, o processo de produção do capital v.II., 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- MÉSZAROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- WWF. *Relatório planeta vivo 2008*. Disponível em:<www.wwf.org.br>. Acesso em: 03 nov. 2008.

***Rachel Zacarias:** pesquisadora colaboradora do Núcleo de Educação, Ciência, Matemática e Tecnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão das Faculdades Integradas Vianna Júnior - Juiz de Fora. Doutoranda do PPGSS/UFRJ.
rachel.zacarias@gmail.com.

Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental

Neli Aparecida de Mello Théry*

Hervé Théry**

Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental

Resumo: Na Amazônia como em qualquer outro lugar a preocupação da população é o desenvolvimento local, mas a compreensão do que ele representa foi alterada por novas idéias difundidas, especialmente no ultimo quartel do século passado.

Em escala mundial, as novas idéias agregam novos valores, entre os quais a preocupação ambiental. Em escala local, vários atores modificam-no, adequando-o às suas especificidades. São grupos privados, como a Vale, que exercem um papel fundamental para consolidação de numerosas ações regionais, ou grupos associativos, como a Cooper, interessados em desenvolver alternativas ao modelo dominante na região ou mesmo a prefeitura municipal, valendo-se de programas nacionais. Gerado no bojo das transformações das sociedades capitalistas desenvolvidas, o modelo de desenvolvimento local reproduz certezas e incertezas do movimento global.

Em escala nacional, a concretização desses conceitos aparece nas ações de políticas públicas e na implantação de instrumentos financeiros como os fundos (FNO, FNMA), no PPA e programas como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família).

Carajás-Parauapebas: conflict between models of development in the Eastern Amazon

Palavras-chave: Modelo de desenvolvimento. Políticas. Parauapebas. Carajás.

Abstract: In the Amazon, as everywhere else, the main public concern is local development, but the understanding of what it represents has been changed by new ideas spread, especially in the last quarter of the past century.

Globally, the new ideas add new values, including environmental concerns. On the local scale, several actors modify it, by adapting themselves to their specific requirements. They are private groups, such as Vale, which have a key role in the consolidation of numerous regional activities, associations or groups, such as Cooper, interested in developing alternatives to the dominant model in the region, or even the Parauapebas municipality, drawing on national programs. Raised in the midst of change in developed capitalist societies, the local development model reproduces certainties and uncertainties of the global movement.

On a national scale, the implementation of these concepts appears in public policy actions and implementation of financial instruments and funds (FNO, FNMA), the PPA and programs like PRONAF (National Program to Strengthen Family Agriculture)

Keywords: Development model. Policies. Parauapebas. Carajás.

Recebido em 30.07.2009. Aprovado em 11.09.2009

Desde os anos 1970 a região de Parauapebas/Carajás tem sido palco de experiências variadas. Arena da guerrilha do Araguaia nos anos 1960, a região foi vista como um espaço a ser integrado ao restante do país. As ações governamentais foram, em especial, voltadas para a colonização da região. Instalar migrantes, aumentar a densidade demográfica e econômica, criar redes de transportes e comunicações permitiria alterar o perfil da mesma. Estratégia governamental representada pela implantação de projetos de colonização agrária, tanto pelo INCRA quanto pelo GETAT, garantiria o fluxo de migrantes. A população que chega à região vai, aos poucos e com a ajuda da Igreja católica, construindo vínculos comunitários.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 surgem outras temáticas e alteram-se os objetivos dos projetos. Da substituição inexorável da floresta nativa pela agricultura e pecuária, surgem experiências diversificadas para garantir a implantação de outro processo produtivo, sem depredar totalmente os recursos naturais existentes.

Foram diferentes políticas em diferentes momentos. O contexto nacional modificou-se substancialmente bem como os objetivos, diretrizes e estratégias das políticas públicas nacionais.

A temática da sustentabilidade conquistou populações, governantes e empresários, legitimando-a no discurso. As práticas ainda restam ser avaliadas.

No Brasil dos anos 1970 e 1980 somente as políticas ambientais definiam diretrizes voltadas para a conservação do meio ambiente e defendiam este discurso. No início dos anos 1990, a pressão externa e interna sobre os governantes se faz sentir por meio da ampla disseminação do ideário e das ações que visavam cumprir os compromissos dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Aparece uma multiplicidade e um viveiro de experiências demonstrativas do desenvolvimento sustentável, ainda que não fosse muito claro qual era(m) a(s) concepção(ões). Veiculada nos programas e projetos, a ambigüidade das proposições aparece nos discursos dos atores-chaves para o desenvolvimento sustentável.

As análises e as críticas ao modelo de desenvolvimento predominante se propagaram em grande velocidade. Enfocavam as transformações das estruturas de Estado em decorrência da globalização da economia. Esse processo impôs e direcionou novos padrões e funções do Estado, fazendo-o recuar em assuntos ligados à economia, mas, ao mesmo tempo, as novas exigências relacionadas ao meio ambiente demandavam sua presença. A forte crise vivida pelo Estado foi parte inerente deste processo. As políticas públicas “perderam o vigor” dos períodos ditatoriais para ganhar uma nova face. A estrutura do Estado brasileiro abdicou de seu papel de defensor de todos os segmentos sociais, concentrando-se no atendimento aos grupos mais organizados e de maior poder.

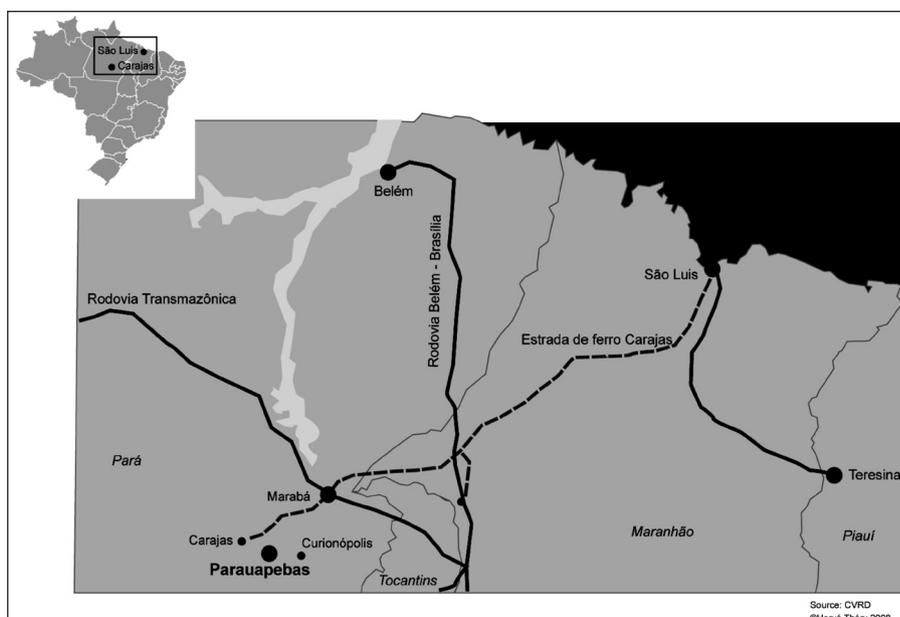


Figura 1: localização de Parauapebas

”Essa crise impôs a necessidade de redefinir as funções do Estado, provê-lo de mais governabilidade e governança, tornando-o mais eficiente em atender as demandas do cidadão e mais capaz de “complementar o mercado na tarefa de coordenar a economia e promover uma distribuição de renda mais justa”. Seu novo papel, assim, é o de “garantir os direitos de cidadania e promover o desenvolvimento econômico com um mínimo de equidade” (PEREIRA, 1998: 33-34, in ARAUJO; NASCIMENTO)

O financiamento de planos e programas, com recursos nacionais, classificados como sustentáveis, no entanto, somente vai ocorrer no início dos anos 2000.

O contexto regional das experiências de desenvolvimento sustentável

A experiência de desenvolvimento sustentável em Parauapebas, situada no Sudeste do Estado do Pará, se inscreve no contexto de uma região cuja base econômica, ainda hoje, é a exploração direta dos recursos naturais. Como compatibilizar as dimensões ambiental, social e econômica?

A gênese territorial

Vincent de Reynal *et al* (1997), em seu estudo sobre a dinâmica agrária da região de Marabá, distinguiu cinco fases notáveis no processo de ocupação da região. Destacamos as quatro primeiras:

- *A primeira fase estendeu-se de 1970 até 1984, quando os agricultores e a oligarquia local foram apoiados pelas políticas governamentais de integração da Amazônia, que tinham como referência a construção da estrada Belém-Brasília, concluída em 1973.*
- *Na segunda fase, de 1985 até 1989, a colonização foi principalmente motivada pela construção de Tucuruí, uma das maiores barragens do mundo, marcada por intensos conflitos entre posseiros e grileiros, causados pelo aumento do preço das terras após a construção das estradas.*

- *O período da Nova República foi igualmente marcado pela homologação, pelo Estado, da posse de grandes setores de terras, no âmbito do conflito de “Polígono dos Castanhais”, nas proximidades da cidade de Marabá.*
- *A quarta fase, a partir dos anos 1990, teve como marco principal as ocupações de terras, com difícil acesso à infra-estrutura existente e ao mercado, sendo caracterizada, também, pela pressão social em prol da implantação de políticas que contemplassem os interesses dos pequenos agricultores.*

Outra cronologia, paralela a esta história agrária, é o lançamento dos grandes projetos de mineração, iniciado em Serra Pelada, no Complexo de Carajás, no fim dos anos 70 e que dura até os nossos dias. Justamente nessa zona montanhosa, ao pé da qual se situa Parauapebas, se encontra a maior reserva mineralógica brasileira, muito provavelmente a que contem a maior concentração mundial de minério de ferro de alto teor, além de manganês, cobre, ouro e minérios raros.

Carajás foi instalado para produzir divisas, principalmente quando a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), então sociedade pública, assumiu o controle majoritário deste complexo, em 1979, e lançou o Programa Grande Carajás. Desde então, acumula os recordes de produção e de rentabilidade, sobretudo após a sua privatização, em 1997, sendo atualmente a segunda maior empresa mundial de exploração de minérios. As suas reservas são estimadas em mais de 200 anos, nos atuais ritmos de produção.

Atualmente, a exploração mineral na região não se concentra exclusivamente na produção de ferro. A produção de cobre, bauxita e alumínio se desenvolveu com a abertura de novas minas, a partir de 2000. Além disso, a Vale (seu novo nome) faz grandes investimentos em logística (vias férreas e portos) e outros setores.

Visando a proteção destas jazidas foram criadas cinco unidades de conservação, incluindo floresta nacional, reserva biológica e – mais tarde – uma área de proteção ambiental (APA), para cobrir o flanco do norte, por onde passa a ferrovia. Além das UC, a terra indígena Xicrim do Cateté inviabiliza o acesso ao sudoeste da área.

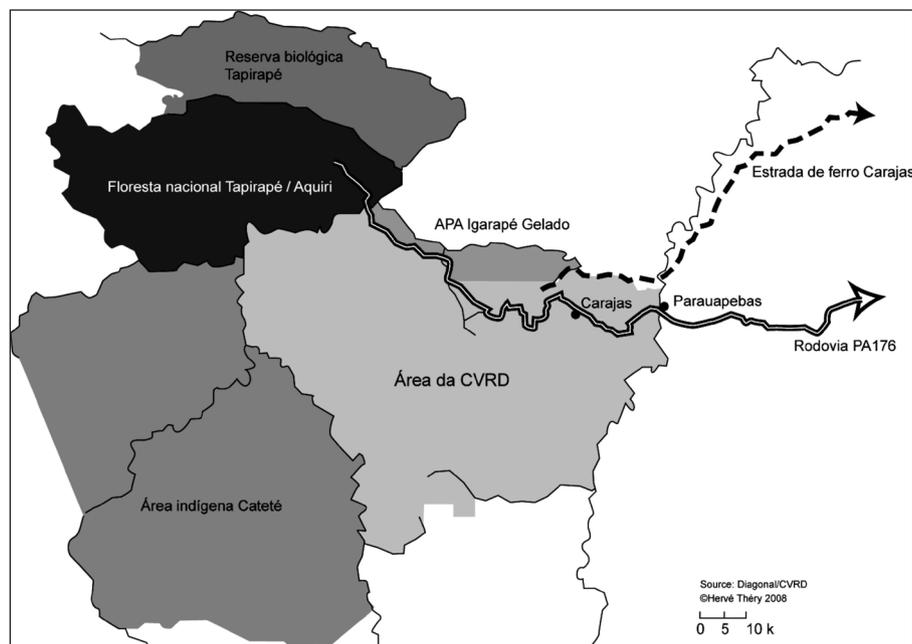


Figura 2: a proteção da Serra da de Carajás

Desenvolvimento da pecuária e conflitos agrários

O projeto de integração promovido pelos governos militares (anos 70) e a descoberta de ouro na região produziram um grande fluxo migratório, que pôs a questão da ocupação da terra no centro dos conflitos sociais. Com a crise do abastecimento de carne (que começou desde o começo dos anos 1950 em Belém), os proprietários de zonas de castanhais encontraram, na criação de bovinos uma alternativa que permitia atividades o ano todo. A combinação castanha-gado consolidava, assim, a grande propriedade, exigia a abertura de novos setores e tirava o comércio local da dependência quase exclusiva da castanha. Em poucos anos a região tornou-se auto-suficiente em carne e começou a produzir excedentes, exportados para a capital.

A força de trabalho utilizada para a implantação dos pastos e cuidados com o gado era a dos antigos catadores de castanhas, favorecendo a fixação dos trabalhadores e diminuindo a sazonalidade. O escoamento da produção de carne era assegurado pela estrada Belém-Brasília, cuja construção facilitou amplamente o transporte e estabilizou a produção. O aumento da atividade agravou os conflitos sobre a posse da terra entre os próprios produtores, alguns dentre eles se modernizaram e passaram a controlar as zo-

nas de castanhais, as quais passavam por sérias dificuldades financeiras. Este processo de concentração da terra reduziu o seu número quase à metade (eram aproximadamente 90) e uma boa parte da produção concentrou-se essencialmente nas mãos de seis grandes grupos econômicos (VELHO, 1976, p. 87).

As únicas organizações de trabalhadores que mantinham alguma atividade no final dos anos 70 estavam ligadas à Igreja Católica enquanto os STR (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) eram considerados como “pelegos”. A lei proibia a criação de mais de um sindicato que representasse a mesma profissão. A conquista destes sindicatos pelas organizações de trabalhadores, a partir de 1985, permitiu relançar as lutas agrárias e negociar, em 1988, a expropriação de 300.000 hectares das terras ocupadas. Foi a origem do Centro Agro-ambiental do Tocantins (CAT). A partir de 1996, quando foi criada a Fetagri – Federação dos Trabalhadores da Agricultura, acampamentos ganharam novas dimensões, reunindo até 12.000 pessoas e levando, além da questão da terra, reivindicações sobre as infra-estruturas ou o crédito.

Atualmente, a região Sudeste do Pará vive uma nova fase, iniciada em 1996, quando o governo federal começou a implantar, em todo o Brasil, uma

política mais positiva de ajuda à agricultura familiar. Na escala regional, esta política toma a forma da regularização fundiária das terras dos pequenos agricultores e serve de apoio a alguns tipos de atividades. A criação de uma diretoria regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA) em Marabá, em 1997, permitiu reforçar a política agrária aplicada no Sul e Sudeste do Pará, até então gerenciado pelo escritório de Belém. Isto explica a criação de 396 assentamentos agrários até abril de 2007, contrastando com os 77 criados no período de 1987 para 1996.

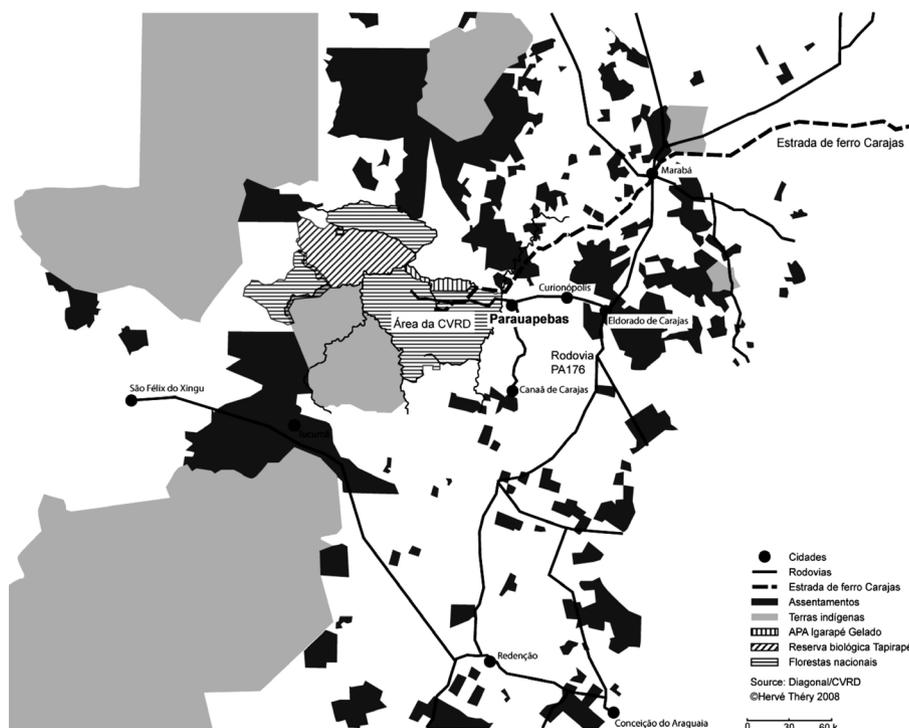


Figura 3: assentamentos no sudeste do Pará

São 33,6% de área destinada aos assentamentos, embora não sejam suficientes para satisfazer a demanda, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e, no sudeste do Pará, cerca de 9.000 famílias ainda ocupam estabelecimentos agrícolas e esperam a expropriação de terras para se

fixar. Seriam estas famílias beneficiárias da MP 458, conhecida como a “MP da grilagem”?

Além dos assentamentos, outras formas de uso da terra mais comuns são as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, conforme o estudo “Território do Sudeste do Pará” do LASAT/MDA (2006):

Quadro 3: formas de uso da terra no território				
Município	PA's (%)	UC's (%)	TI's (%)	Total (%)
Eldorado dos Carajás	64,6	0,0	0,0	64,6
Itupiranga	43,2	0,0	18,1	61,3
Marabá	31,0	15,7	0,0	46,7
Nova Ipixuna	28,2	0,0	0,0	28,2
Parauapebas	17,4	42,2	37,0	96,5
São Domingos Araguaia	32,1	0,0	1,1	33,2
São João Araguaia	31,1	0,0	0,0	31,1
Total	33,6	14,3	10,8	58,7

Fonte: LASAT/MDA (2006).

Desenvolvimento local: experiências marginais ou de grandes corporações?

O desenvolvimento local, defendido atualmente por instituições multilaterais como o PNUD, seria uma derivação do conceito de ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável? Seria apenas uma vertente de apropriação e adaptação da visão de sustentabilidade?

Apesar de ter surgido nos anos 1970 (reunião de Founex) o conceito continua evoluindo. Um quadro teórico-conceitual-metodológico inacabado permite as mais diferenciadas formas de apropriação e de utilização.

Sachs (1979, 1980) considerava que “ecodesenvolvimento é uma abordagem do desenvolvimento harmonizando o social e econômico, objetivando a gestão ecológica, no espírito de solidariedade com as futuras gerações”. Representava a terceira via (entre catastrofistas e desenvolvimentistas) requerida pelo crescimento qualitativo, que incorpora estratégias de baixo consumo de energia, fontes e recursos recicláveis, uso do solo e assentamentos planejados com base em princípios ecológicos e tecnologia apropriada. Para ele, o desenvolvimento tem que se alicerçar numa ética que inclui o princípio de prudência ecológica, solidariedade diacrônica com as gerações futuras que não pode ser dissociado do princípio de equidade social – a solidariedade sincrônica com as gerações presentes. A rápida difusão logo após a Conferência mostrou que, apesar das incertezas, havia um ambiente propício à sua implantação. Endógeno, participativo, autônomo e autoconfiante, o desenvolvimento deveria apoiar-se sobre a *lógica das necessidades* e não a da produção e ser aberto às mudanças institucionais.

Estas idéias se aproximam dos conceitos de desenvolvimento sustentável e do pensamento acerca da sustentabilidade da década seguinte e posteriores: i) o foco nas necessidades básicas; ii) demanda de participação; iii) trabalha com idéias de tecnologias apropriadas.

Como a instituição oriunda da Conferência de Estocolmo, a UNEP procurou enfatizar a descentralização da burocracia, se aproximou da linguagem e das idéias econômicas e políticas, oferecendo uma agenda diferente da tradicional. A aplicação dessas idéias se traduziria em constrangimentos de

ordem econômica e social, de implicações políticas, incitaria conhecimentos tecnológicos e poder. Esta percepção foi capaz de colocar o essencial das idéias ambientalistas na matriz do desenvolvimento. A diversidade de idéias, ai inclusas, está ancorada no título de desenvolvimento sustentável, em função de suas origens intelectuais e dos outros movimentos dos quais elas emergiram. Mas, as opiniões não são, necessariamente, convergentes.

O conceito atual de desenvolvimento sustentável é um conciliador de interesses e visa dissolver a contraposição desenvolvimento e meio ambiente. A função do Estado é ser o *mediador* entre os interesses de apropriação dos recursos naturais, as estratégias das empresas transnacionais e os direitos das comunidades e não mais o *estrategista* e planejador de um modelo que altera as macroorientações do processo produtivista.

De que maneira estes embates têm contribuído para alterar as políticas locais?

Escalas e conflitos de distintas visões: o municipal e o nacional: as áreas protegidas na região de Carajás / Parauapebas e o município

A política ambiental federal incentiva a manutenção de um complexo mosaico de unidades de conservação na região de Parauapebas, formado por categorias de proteção integral e de uso sustentável, como as Florestas Nacionais (Carajás, Tapirapé-Aquiri, Itacaiúnas), Reserva Biológica (Tapirapé) e Área de Proteção Ambiental (Igarapé Gelado). Isto nos permite dizer que é uma área privilegiada, organizada aos poucos desde o lançamento do Programa Grande Carajás. Seus atos constitutivos foram aprovados em dois momentos, no ano de 1989, três delas e em 1998, outras duas. Além das UC, inclui-se também uma Terra Indígena (Xicrin do Cateté), criada pelo decreto 384, de 24 de dezembro de 1991 e homologada em 1996.

Compõe, do ponto de vista da conservação ambiental, um cinturão de proteção ao núcleo mineralógico de Carajás, constituído por terras públicas federais, com funções determinadas, com área de 1,23 milhões de hectares.

Atualmente este mosaico de conservação é o único remanescente do que foi, outrora, a floresta amazônica, apesar de numerosos problemas. Por isso pouco importa se o objetivo não explícito te-

nha sido a formação deste cinturão de preservação para a província mineral de Carajás, segundo Aquino (2006) e diversas vezes citado em entrevistas em julho de 2007, ou como Paulo Nogueira Neto dizia, era a compensação do Estado pela implantação de grandes projetos públicos impactantes (MELLO, 2006). Para Aquino (2006) significam, “antes de qualquer preocupação com a devastação da biodiversidade, a salvaguarda dos interesses do setor mineral, hoje privados, na área”.

Associando-se políticas públicas com responsabilidades privadas, nos atos legais menciona-se a obrigatoriedade da Vale em dar suporte à gestão destas Unidades de Conservação (cota de combustível, residência funcional dentro do Núcleo urbano de Carajás para os gestores do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ex-Ibama), melhorias de infra estrutura (estrada, pontes, terraplenagem, drenagem e pavimentação), como compensação pela implantação do projeto Salobo – projeto de exploração de cobre).

O primeiro bloco, aprovado em 1989 é formado pela Floresta Nacional Tapirapé / Aquiri, a Reserva biológica Tapirapé e Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado. O segundo bloco, aprovado em 1998 é formado por duas outras Florestas Nacionais: a) A Floresta Nacional de Itacaiúnas criada em 1998 pelo decreto nº 2480, de 02 de fevereiro, com 141 400 hectares, localizada no município de Marabá em uma área que era do Exército (Gleba Aquiri). Dois problemas fundiários a afetam: sobreposição com a Flona Tapirapé/Aquiri (mais da metade de sua área) e áreas ocupadas por fazendas (cerca de 40 mil hectares está ocupado, segundo informações do gestor do Ibama em Parauapebas); b) A Floresta Nacional de Carajás foi criada em 1998 pelo decreto 2486, também de 02 de fevereiro e contorna a Serra de Carajás. São 395 826 hectares, localizados nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás.

De que lado está a Prefeitura?

A Prefeitura Municipal de Parauapebas definiu como política ambiental cinco eixos prioritários: incremento da arborização urbana com espécies nativas; revitalização do igarapé Ilha do Coco; combate à poluição sonora; remoção de ocupações em áreas públicas e APP e educação ambiental voltada

para o ecoturismo (formação de guias no Centro de Educação Ambiental) na Flona. Apesar da parceria com o Instituto Chico Mendes para o ecoturismo, a Prefeitura só investe na formação dos guias.

Incêndios atingem as cinco unidades de conservação de maneira recorrente. Anualmente, no período seco, há ocorrência de fogo nos limites da Flona com a APA Igarapé Gelado, mas, a cada dois anos estes são mais intensos e mais perigosos. Somadas, as áreas destruídas dentro da Flona atingiram cerca de 800 hectares. O pior ano foi 2003, quando o incêndio florestal atingiu cerca de 550 hectares de floresta. A gravíssima situação só foi resolvida com a participação de brigadistas (voluntários) junto com a equipe do Ibama, da Vale e do Corpo de Bombeiros do Pará. Em 2005, oito focos de fogo destruíram mais de 200 hectares e atingiram principalmente a zona de campos altos, com presença de pedras e vegetação de pequeno porte. Os aceiros, porém, só foram construídos na parte externa da unidade em 2007, objetivando a redução dos riscos de fogo no interior da Unidade, que, naquele ano destruíram cerca de 30 hectares.

O combate ao fogo é feito pelo Centro Nacional de Combate e Prevenção aos Incêndios Florestais (Prevfogo), com apoio logístico da Vale. (ISA, 2008). Foi aprovado o Plano de Combate a Incêndios para o mosaico de Carajás e em dezembro de 2005 teve início o projeto de combate ao fogo (PADEQ). Discutido com pelo menos 100 pessoas, somente 20 delas se engajaram. Os parceiros do projeto são Ibama e Cooper.

Do financiamento nacional de ações ambientais às ações da agricultura familiar local

O Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA – criado em 1990, voltado exclusivamente para estimular projetos ambientais iniciou, em 2003, uma segunda fase com a inclusão de novas temáticas e novos atores. Novas regras inseriram o fortalecimento da agricultura familiar como representativa da conservação ambiental, beneficiando os agricultores familiares como atores.

A prioridade para a Amazônia é demonstrada pela análise dos valores entre 1990 e 2001. O quadro abaixo demonstra o número de projetos e valores aprovados.

Linhas temáticas	Numero de projetos	Projetos na Amazônia	Recursos FNMA	Recursos contrapartida
Extensão Florestal	80	12	1 350 245,84	474 043,32
Gestão Integrada de Áreas Protegidas	76	7	327 993,78	219 122,94
Manejo Sustentável de Flora e Fauna	117	14	598 705,83	193 590,23
Usos Sustentáveis Recursos Pesqueiros	30	6	510 437,09	77 142,58
Educação Ambiental	227	28	1 203 918,63	597 223,95
Qualidade Ambiental	90	13	779 777,67	3 088 094,64
Gestão integrada de resíduos sólidos	31	7	885 187,66	304 468,26
Amazônia Sustentável	61	61	4 288 894,37	3 504 476,02
TOTAL	651	147	9 945 160,87	8 458 161,94

Fontes: MMA: Relatórios 1990 a 2001; 1999 a 2004; carteira de projetos 2002, 2003 e 2004. Organização dos autores.

Podemos assinalar o poder de influência do FNMA na Amazônia brasileira nos dez primeiros anos de sua atuação. O investimento e apoio foram majoritariamente aplicados na região, sob todas as formas possíveis, beneficiando desde associações, cooperativas e organizações não governamentais até institutos de pesquisa e prefeituras.

A partir do início dos anos 2000, algumas modificações foram realizadas, tanto na origem dos recursos disponibilizados quanto nos temas. Os editais mostravam a abertura gradual para outros objetivos e temas distintos das linhas de ação anteriores do FNMA. Novas modalidades de apoio e parcerias foram estabelecidas. Com isso permitiram ampliar o universo de atores atendidos e abranger novas regiões dentro do país.

Segundo o relatório do MMA de 2003 a 2006 foram apoiados 622 projetos e R\$ 90,58 milhões de recursos investidos, nas duas áreas estratégicas para a política de meio ambiente: i) apoio à agricultura familiar e acesso ao Pronaf Florestal – foi um dos eixos priorizados, tendo investido em assistência técnica para 4000 produtores na Amazônia e ii) Fortalecimento da gestão ambiental, com capacitação de atores sociais e fundos socioambientais, por meio de a) proteção e recuperação de

nascentes; b) gestão de resíduos sólidos, c) apoio a comunidades de pescadores e d) fortalecimento à gestão ambiental municipal e elaboração das Agendas XXI Locais. Como os dados são globais, dificilmente se conseguirá localizar onde estão estes 4000 produtores.

Um olhar especial pode ser dirigido à política agrícola e agrária. Estas incorporaram avanços da Agenda XXI e de conceituações como proteção ambiental e função social da propriedade, que ocorreram do final dos anos 1990 (1994-1996), quando a Embrapa traçou um plano estratégico em que deu prioridade aos pequenos agricultores, até então de pouca importância no desenvolvimento da pesquisa agrícola. Em 1996 o Pronaf foi criado; em 2002 lançou-se o primeiro edital conjunto agricultura/meio ambiente, incluindo-se nas linhas de financiamento do FNMA a agricultura familiar e a política nacional de florestas. A lei 11 326, datada de 2006, estabeleceu a função de preservação ambiental da propriedade.

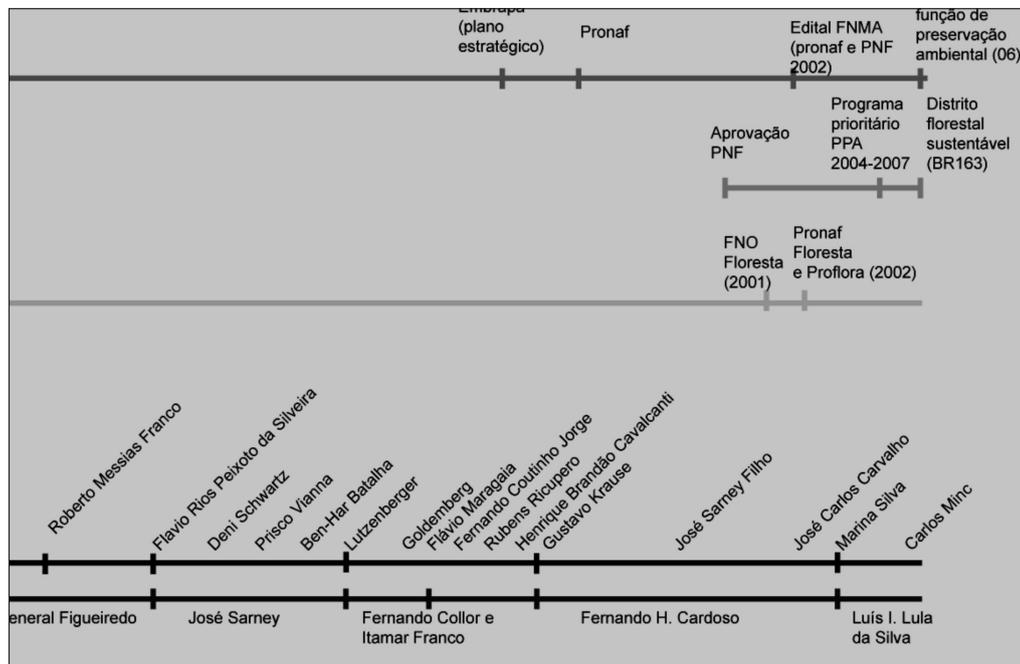
Ainda que, desde os anos 1990, aparecessem menções ao financiamento de projetos ambientais, nas diretivas dos conselhos gestores dos fundos constitucionais, o Fundo Constitucional do Norte, de fato incorporou a problemática ambiental específica em seus financiamentos, somente após 2000.

As ações públicas em escala nacional estimuladoras da política local

As políticas públicas contemporâneas no Brasil assumiram, seja por pressão externa ou por mobilização interna a inclusão da dimensão ambiental e do desenvolvimento sustentável entre seus atributos.

Simplificando-as em uma linha do tempo em que se articulam as políticas ambientais, as agrícolas e

os instrumentos técnicos e financeiros, procuramos ressaltar os períodos em que os discursos se transformam em meios para, de fato, implantá-las. O quadro abaixo concentra no final do período – do meio da década de 1990 ao início dos anos 2000 – praticamente todas as ações e todos os mecanismos financeiros e técnicos (fundos, planos estratégicos, programas internacionais de conservação ambiental; articulação entre programas ambientais e agricultura familiar, distritos florestais sustentáveis, etc.).



O discurso de políticas sustentáveis vem crescendo no Brasil desde os anos 1970, porém, somente nas políticas ambientais, a institucionalização de mecanismos facilitadores ocorre desde os anos 1930. Entre os anos 1930 a 1972 é considerado um período de regulação no uso dos recursos naturais (elaboração dos Códigos de Água, Floresta, Minas e Pesca). De 1972, quando houve a criação da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República até 1988 pode ser considerado a era de “glória” para as concepções de harmonização entre o desenvolvimento e o uso dos recursos naturais. É o momento de aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente e dos instrumentos de controle como o SLAP (Sistema de Licenciamento das Atividades Potencialmente Poluidoras) e o sistema AIA, dos instrumentos de planejamento como o zoneamento ambiental e daqueles de voltados à mudança de comportamentos, como a educação ambiental.

Embora a relação entre a Federação e Unidades Federadas fosse piramidal, no âmbito do sistema ambiental, Estados e municípios, contribuíam com as decisões, ainda que as competências não estivessem claramente definidas entre os níveis de administração.

A Constituição federal de 1988 é o novo marcador: a partir da década de 1990, um movimento gradativo de modificações das estratégias de incorporação de regiões descapitalizadas adota as novas referências do desenvolvimento sustentável. Em todos os seus programas, os governos, em especial, o federal, incluem-nas. Criaram-se novos instrumentos de gestão ambiental territorial (zoneamento ecológico-econômico, plano de bacias, planos diretores ambientalizados, etc.), estimulando o estabelecimento de mecanismos econômicos indutores e reduzem-se significativamente os instrumentos de comando e controle que tinham um

importante papel nos anos 1970-1980. Ao mesmo tempo, estimulam-se os mecanismos participativos, tanto nos Conselhos como nas comissões gestoras de programas e projetos.

A implantação de infra-estruturas públicas passa, no início dos anos 1990, a ser submetida aos instrumentos legais criados como os licenciamentos. Não se utilizam, ainda do discurso da sustentabilidade, diferentemente do período posterior a 1995, que, a cada dia mais se incorpora o discurso da coexistência de políticas ambientais com as de infra-estrutura.

Este discurso ocupou a pauta de instituições governamentais e não governamentais, dos debates acadêmicos e até mesmo dos segmentos produtivos e dos meios de comunicação. Os segmentos produtivos o utilizam com frequência. Em termos de discurso, nenhum segmento social ou produtivo deixa de afirmar a incorporação incondicional do respeito ao meio ambiente, sejam empresas, bancos, produtores rurais e industriais, políticos.

Certamente há um excesso de discurso e uma ausência de prática.

Os Programas Brasil em Ação, Avança Brasil, Brasil para todos e Planos de Aceleração do Crescimento (1995 a 2010) incluíram grandes obras de infra-estrutura rodoviária e hidrovária, construção de portos, hidrelétricas ou termelétricas, entre outros. As contradições aparecem nos valores diferenciados destinados às ações de infra-estrutura (47 a 50% dos investimentos), das ações de meio ambiente (menos que 6% do orçamento nacional) (MELLO, 2006) e na definição do uso do território. Do ponto de vista locacional, as estratégias dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento cortavam as áreas definidas como prioritárias para a conservação da biodiversidade (MELLO, 2006).

A visão nacional da região: o Plano Amazônia Sustentável – PAS

As diretrizes políticas para a Amazônia alteram-se a partir do primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva¹. Seu programa de governo indicava mudanças na política de incentivos federais, estaduais e municipais em relação à tributação de projetos de exploração mineral, na reorientação das megabarragens (Belo Monte, Santa Isabel e São Luis, no Pará e no rio Tocantins) com o estabelecimento de parcerias tecnológicas para a construção

de novas hidrelétricas e geração de energia, e, sobretudo, a articulação de temas integradores entre os diferentes ministérios, obrigando as instituições a se coordenarem para ter uma visão global do problema e não setorial. O “redesenho” institucional do presidente Lula visava construir a base política de um novo espaço de poder, baseado no capital social acumulado, superando a dispersão, desconexão e conflito entre diferentes políticas e projetos. Dessa maneira implantaria o *desenvolvimento ambiental com inclusão social*, colocando a população como centro dos investimentos governamentais na região. O uso do conhecimento pela população seria a base do desenvolvimento regional. O Plano incorporou o *Programa Amazônia Sustentável*, iniciado com Fernando Henrique Cardoso e reorientou os recursos públicos e privados para a região (BASA, SUFRAMA, ADA ex-SUDAM, BNDES).

Internamente o governo Lula adotou o discurso da transversalidade, do controle social, do desenvolvimento sustentável e fortalecimento do setor. A prioridade estratégica foi acelerar a criação de mosaicos de unidades de conservação, especialmente na Amazônia. Contudo, apesar deste discurso de transversalidade, o setor ambiental fez reduzidas parcerias e é constantemente bombardeado por ações contraditórias: autorização de plantio transgênico, transposição do rio S. Francisco, aprovação de hidrelétricas apesar dos grandes impactos ambientais. Externamente divulga as vantagens do biocombustível como o combustível verde. Aparentemente de posição nacionalista, seu governo optou por diminuir a importância dos financiamentos internacionais, valorizando o Plano Amazônia Sustentável, com recursos do orçamento nacional.

No relatório de gestão do MMA (2003-2006) o Plano Amazônia Sustentável foi colocado como a principal estratégia da política ambiental integrada do governo Lula e deveria articular-se com outros planos (de prevenção e combate ao desmatamento e o BR163 sustentável) e estimular ações em todos os ministérios setoriais.

Destacam ações articuladas com os outros ministérios, dentre as quais selecionamos alguns resultados mais importantes:

- i) *Ordenamento: portaria conjunta n.º 10 In-cra/ MDA criando mecanismos de promoção do ordenamento fundiário e inibindo*

- práticas de “grilagem”; aprovação da lei 11 196/2005 de regularização fundiária de posses entre 100 e 500 ha.; assentamento de 18 mil famílias na região de Santarém; cadastramento pelo Incri de 500 posses em Novo Progresso, Itaituba, Santarém e Altamira (Castelo de Sonhos) no PA; elaboração do ZEE e de planos diretores em 23 municípios da área de influência da BR163; criação de dois mosaicos de Unidades de Conservação, um no centro-oeste e sudoeste do Pará (Terra do Meio) com 12,64 milhões de ha. e outro no sudeste do Amazonas, com 7 unidades com 2,31 milhões de ha., incluindo o Parque Nacional do Juruena.
- ii) *Monitoramento, controle e gestão: 6 bases do IBAMA (Altamira, Itaituba, Alta Floresta, Novo Progresso, Guarantã do Norte e Sinop); instalação do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento no centro técnico operacional do Sistema de Proteção Ambiental (Sipam) em Belém; operações integradas da Polícia Federal, Ibama e Funai; fortalecimento da Polícia Federal na região.*
- iii) *Fomento às atividades produtivas: Criação do DFS da BR-163; lançamento do edital Projeto Alternativas ao Desmatamento e Queimadas (PADEQ) na área de influência da BR 163 (7 projetos no MT e 6 no PA); implantação do projeto Gestar (Gestão Ambiental Rural) em Itaituba e Santarém e Alta Floresta; implantação do pólo da Transamazônica (Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio – PA) do Proambiente; implantação do núcleo de desenvolvimento sustentável da Amazônia em Santarém pela ADA; elaboração do estudo “arranjos produtivos locais da BR-163” visando identificar as principais cadeias produtivas; ampliação de créditos do PRONAF na Amazônia.*
- iv) *Inclusão social e cidadania: Programa Bolsa Família em 67 municípios (98 287 famílias e repasse mensal de R\$ 7,65 milhões); crédito de R\$ 39,3 milhões em 2005 e 2006 e apoio à habitação para famílias residentes nas Florestas Nacionais do Tapajós e Sara-*
- ca-Taquera, Reservas Extrativistas Verde para Sempre e Tapajós Arapiuns, Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Cumari, Divinópolis e Novo Mundo e projetos de assentamento Moju e Pueri, e Oeste do Para – PA (em 2005, foi R\$ 7,4 mil por família);*
- Porém, o Governo que fixa como meta reduzir a grilagem, aprova uma MP (458) que não pune invasões e posses de terra, ao contrário, beneficia quem fez uso desse artifício.
- Ainda que entre as atividades planejadas e as executadas exista uma defasagem, o importante é que se criou um ambiente favorável na região em relação a outro modelo de desenvolvimento. Se de um lado, o fomento à produção está fundamentado nas concepções de desenvolvimento local com sustentabilidade e na incitação às novas cadeias produtivas, no fortalecimento da indústria, mineração, manejo sustentável das florestas públicas e no financiamento público da produção; do outro lado, ampliou os créditos para o PRONAF e incluiu, para as populações residentes nas florestas, a possibilidade de participar desta atividade produtiva por meio do manejo sustentável.
- As experiências sustentáveis ganharam visibilidade nos anos 2000, ocorrendo de maneira mais concreta, comparando-se às décadas anteriores onde havia predominância de discursos e escassez de ações. Resta saber o quanto representa para o desenvolvimento sustentável todo este movimento e mobilização e o quanto pode avançar em relação ao modelo predominante. Por enquanto parece ser ainda marginal.

As experiências diversificadas do desenvolvimento sustentável: a Cooper concentra apoios de diferentes fontes

O conjunto de ações públicas na região criou um ambiente altamente favorável à participação e ao desenvolvimento de novas práticas agrícolas. Desde 1995 o Subprograma Projetos Demonstrativos (parte do PPG7) apoiou a formação de redes sociais e técnicas geradas (como o GTA, COIAB ou FETA-GRI), fundamentado na visão de que “tanto a idéia de conservação restrita quanto a de práticas agrícolas, florestais e agroflorestais sustentáveis [é], em um cenário de equidade social, peça fundamental da conservação” (Relatório consolidado do Programa Piloto, MMA, 2006). Como um programa piloto,

visava basear-se nas contribuições das comunidades locais e fundamentar-se em mecanismos de gestão (governo, sociedade, doadores), entendendo a importância que, com a crise do Estado, novos atores e novas estruturas sociais assumem papéis importantes na relação entre a sociedade e o Governo. Apoiou projetos oriundos de redes socioambientais por todo o país, mas foi na Amazônia onde se disseminou de maneira mais ampla a apresentação de projetos e propostas de sistemas agroflorestais, de

exploração de produtos florestais não madeireiros, de transformação de recursos naturais em produtos consumíveis (frutas nativas, castanhas, açaí, etc.) atendendo migrantes dos assentamentos, populações tradicionais ou indígenas.

A estratégia de apoio centrou-se em 8 (oito) pólos de caráter regional. O pólo em Marabá incluiu 8 municipalidades, financiando tanto a implantação de unidades agroflorestais demonstrativas quanto o beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais.

Quadro nº 1 – Pólos regionais dos subprojetos do PD/A na Amazônia e Nordeste				
Pólos	Municípios	Recursos US\$	Itens financiados	Produtos principais
Marabá (PA)	8	1,1 milhões	Estruturas de beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais, implantação de unidades agroflorestais demonstrativas	Polpa de frutas
Rede Frutos do Cerrado (MA e TO)	12	1,2 milhões	Estruturas de beneficiamento e comercialização de produtos do Cerrado e implantação de unidades agroflorestais de regeneração do cerrado	Polpa de frutas
Transamazônica	6	900 mil	Produção mel, óleos, manejo florestal comunitário e implantação de unidades agroflorestais	Mel, óleos, palmito e pescado
Eixo BR-364 (RO)	7	1,1 milhões	Estruturas de beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais, implantação de unidades agroflorestais demonstrativas	Mel, palmito de pupunha, doces e outros derivados de frutas e polpas
Purus (AM)	1	80 mil	3 subprojetos: Estruturas de beneficiamento e comercialização de óleos	Óleos, castanha e frutas desidratadas
Baixo Amazonas (AM)	3	900 mil	Capacitação, introdução de práticas agrícolas agroflorestais, agroindustrialização de frutos, manejo de recursos aquáticos, recuperação	Fibras vegetais, pescado, frutos, artesanato
Sul do Amapá (AP)	3	360 mil	Estruturas de beneficiamento e comercialização	Castanha
Nordeste do Brasil	4	900 mil	Capacitação em práticas agroflorestais, produção especializada de mudas nativas e recomposição florestal	Serviços ambientais tecnologia agroecológica, frutas desidratadas

Fonte: Mancin, 2001.

O incentivo em transformar em polpa a produção local e comercializá-la de maneira mais organizada provocou um movimento de aceitação dos pequenos produtores da região. Isto representava mais do que apenas uma nova forma de produção. Representava a possibilidade de obter recursos para produzir e garantia de venda. A Cooper (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás) soube aproveitar a disponibilidade de recursos financeiros para poder, aos poucos se consolidar. Foi um longo período de experimentação (o primeiro financiamento para a Cooper foi em 1990) e, desde a implantação do PD/A a cooperativa conta com apoio financeiro.

Para Mancin (2001), os resultados positivos do PDA evidenciam o acerto em introduzir no PPG7 um componente de apoio a projetos comunitários. O maior resultado do PD/A foi a formação do capital social junto às comunidades e suas organizações assim como um aumento significativo de setores da sociedade civil organizada na implementação de experiências inovadoras de manejo de recursos naturais. A influência dos diversos segmentos da sociedade civil no PD/A foi reconhecida desde o seu início, embora não tenha conseguido superar um de seus maiores entraves que era a transformação das experiências piloto em políticas públicas.

Do Pronaf ao Pronaf-Verde: a agricultura familiar passa a contribuir com o modelo

O paradigma da agricultura sustentável, segundo Sachs (1996) consiste em não segregar a base tecnológica da base social e trabalhar ao máximo com o ecossistema natural, ao invés de substituí-lo artificialmente por outro. Além disso, afirma que a solução para o gerenciamento do ecossistema só pode ser obtida quando associada ao conhecimento e à participação da população local.

Em 1996 cria-se o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – e parte do crédito é redirecionado especialmente para a agricultura familiar. Altafin (s/d.) considera que o fato de ter-se estabelecido o conceito operacional da agricultura familiar deu uma nova significação para as políticas públicas, especialmente esta, dedicada a um segmento específico de produtores agrícolas. A disponibilidade de créditos é um dos mais importantes aspectos de uma política pública, ao qual se agre-

ga, pelo menos, a assistência técnica. Mas, todos os ganhos decorrem da alteração de forma de atuação dos grupos organizados, que pressionam o Estado por políticas agrícolas específicas e para o acesso à terra. São estas pressões, decorrentes da atuação dos movimentos sociais, que promovem a reinserção da reforma agrária na agenda política, por meio dos projetos de assentamento, e a criação do PRONAF, como fonte de crédito e assistência técnica.

Se o PRONAF é o principal mecanismo de estímulo à agricultura sustentável, a análise de Araújo e Nascimento (2004 citando ALTAFIN, s/d) mostra que o mesmo ainda permanece muito aquém do almejado e que, na verdade, há predominância de incentivo à produtividade e às super safras, sem contestação dos processos produtivos vigentes.

Mas com a aprovação desta política, objetivos e estratégias voltadas para a garantia da sustentabilidade se fazem presentes. Evidentemente uma política não funciona apenas com a destinação de créditos, mas também de pesquisa. O Programa de Pesquisa em Sistemas de Produção da Agricultura Familiar foi criado na Embrapa somente em seu Plano Diretor de 1994 (a 1998) e visa alterar o baixo nível de tecnologia deste segmento. Mas, em que momento exato os resultados de pesquisa beneficiam a sustentabilidade da agricultura familiar? Segundo Flores e Silva (1992, in ALTAFIN, s/d) "era necessário executar programas que permitissem organizar, capacitar e capitalizar os pequenos produtores para que eles pudessem entrar no circuito de mercado" e pudessem participar do circuito tecnológico, contribuindo de forma mais incisiva no processo produtivo, atingindo a condição de classe média rural, avançando, assim, na direção da cidadania plena. Este Programa correspondia ao objetivo estratégico da Embrapa de "viabilizar soluções tecnológicas que contribuíssem para diminuir os desequilíbrios sociais. Nesse objetivo, a melhoria do desempenho de sistemas de produção da agricultura familiar, visando sua sustentabilidade econômica e ecológica foi definida como uma das atividades específicas a ser desenvolvida".

A Lei 11.326 define, também, a função de preservação ambiental atribuída à agricultura familiar. A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo.

Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar. A gestão familiar requer maior cuidado no manejo dos recursos. Por outro lado, a vocação tanto para a produção como para o consumo, o que faz com que a agricultura familiar valorize a diversidade, esta essencial à preservação ambiental. Soares (2002), denuncia que são as próprias regras embutidas nas políticas de crédito que muitas vezes desconsideram o potencial preservacionista do agricultor familiar, que é conduzido ao uso de sistemas produ-

tivos inadequados à sustentabilidade ecológica. Para o autor, a função ambiental é um bem público que a agricultura familiar produz para a sociedade e deve ser compensada por isso, ao invés de ser incentivada ao produtivismo dos pacotes tecnológicos.

A prioridade do Programa é fornecer crédito subsidiado e assistência técnica para que o agricultor familiar deixe de ser um assentado ou consiga superar a linha da pobreza. A assistência técnica tem favorecido a inclusão da dimensão ambiental com novas tecnologias e novas experimentações no sistema produtivo. Para cumprir tal meta, ampliaram-se os contratos e os valores investidos:

Quadro 4: PRONAF A: número de contratos e montante liberado, 1999-2005		
Município	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
Marabá	3.657	37.587.597,29
Parauapebas	2.576	17.275.680,17
Itupiranga	1.760	18.800.026,49
Eldorado dos Carajás	2.891	31.562.265,90
São João do Araguaia	525	4.022.736,32
São Domingos do Araguaia	401	4.171.139,98
Nova Ipixuna	85	382.278,78
TOTAL	11.895	113.801.724,93

Fonte: LASAT/MDA, 2006

O impacto da agricultura familiar na ocupação do território na região de Parauapebas abrange sete municípios, assistidos tecnicamente pelo LASAT/MDA: Marabá, Itupiranga, Parauapebas, Eldorado dos Carajás, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Nova Ipixuna.

Para o estudo “Território do Sudeste do Pará” (LASAT/MDA, 2006) realizado com o objetivo de elaborar um diagnóstico e um plano territorial de desenvolvimento rural sustentável, a maioria da população migrante dos assentamentos de Parauapebas² é oriunda do Maranhão. Estes assentamentos ocupam uma área total de 121.631,1135 e 1400 famílias beneficiadas. Em Parauapebas a população migrante é bastante antiga, considerando-se o núcleo Paulo Fonteles, onde moram 250 famílias, numa área de 25.000 hectares; o CEDERE I com 50 famílias numa área de 2.500 hectares e a Área de Proteção Ambiental do Igarapé-Gelado, com 195 famílias numa área de 12.000 há (LASAT,

2006). No entanto, para o prefeito municipal de Parauapebas, são pelo menos 32 assentamentos com centenas de famílias que procuram apoio na Prefeitura de Parauapebas, no campo da educação, saúde, infraestrutura.

Um dos grandes desafios é a escolha de como e o que produzir e, em seguida, como proceder à comercialização. Sistemas múltiplos, que envolvam a fruticultura além do gado, foram tomados como alternativa pelas famílias, o que exigiu que elas mesmas planejassem e organizassem sua produção, buscando, em seguida, as etapas de beneficiamento e comercialização. Os agricultores se organizaram e optaram por plantios definitivos, escolhendo culturas perenes.

Este sistema, apesar de pequeno, envolve todas as fases, da produção à transformação, beneficiamento e comercialização. A FECAT – Federação das Cooperativas do Araguaia Tocantins, que reúne sete cooperativas municipais, e ARCASU (Agência de Comercialização) atuam com o obje-

tivo de demonstrar e ratificar a viabilidade do uso de sistemas diversificados de produção.

A experiência tem sido motivadora e conta com apoio institucional da Prefeitura de Parauapebas, que aprovou e gerencia um projeto de fruticultura. Com o objetivo de gerar emprego e renda, a instalação do pólo regional de fruticultura voltado para a agricultura familiar é a estratégia que vem sendo desenvolvida na região, por algumas prefeituras, como no caso do Município de Parauapebas, que em parceria com o Governo Federal está implantando o pólo regional de fruticultura voltado para agricultura familiar.

Conclusões

As novas formas de gestão ambiental incluem estratégias de descentralização e de participação. Este processo demonstra a tendência de intensificar a inclusão da sociedade, enfatizando que, na política pública, outros atores sociais e organizações exercem sua influência e atuam no âmbito do Estado. As instituições estatais tornaram-se o *locus* central de articulação dos atores estatais e não estatais, das ONG, das corporações. A gestão participativa tem sido construída por meio de diferentes formas de parcerias entre o poder público e sociedade civil e estas articulações são, muitas vezes, decorrentes das linhas de financiamento e suas condicionalidades, embora acabem contribuindo para a consolidação das condições de implantação de projetos.

Numerosos conselhos locais de defesa do meio ambiente e/ou comissões nacionais (de meio ambiente, de bacias hidrográficas, do zoneamento, etc.) foram criados e têm servido para ampliar a atuação da sociedade.

As políticas públicas de apoio à agricultura familiar, especialmente o PRONAF promoveram forte impacto na região seja pela diversidade dos atores apoiados seja pela preocupação ambiental presente. A presença de políticas ambientais na região assim como a atuação de ONG ambientalistas de outros estados ou países estimula a implantação e a discussão de experiências diversificadas, fundamentadas na idéia de sustentabilidade. Conseguiremos, com tamanha dinâmica, modificar, de fato o modelo de desenvolvimento para a Amazônia?

Referências bibliográficas

ALTAFIN, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. s.e. / s.d./

AQUINO, Maria José da Silva. *O Ferro e a "Canga": Disputas e parcerias na Conservação e Exploração Mineral em Carajás*. III Encontro da ANPPAS, Brasília, 23 a 26 de maio de 2006.

ARAÚJO, F. C.; NASCIMENTO, E. P. - O papel do estado na promoção da sustentabilidade da agricultura. *Revista da UFG*, Vol. 7, No. 01, junho 2004 on line [consultado em 20 abril 2008].

ATLAS DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA BRASILEIRA. *Unidades Federais*. São Paulo: Metavideo SP Produção e Comunicação Ltda., 2004.

LASAT (Laboratório Socio-Agrônomo do Tocantins) e MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Diagnóstico Socio Econômico e Ambiental da Agricultura Familiar e Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará*. Marabá (PA), outubro 2006. [www.condraf.org.br/ biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_pa_sudeste_paraense.pdf 2. consultado 22 de Maio de 2008]

MANCIN, Rinaldo César. *Estado e sociedade na busca do desenvolvimento sustentável em projetos demonstrativos*. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de mestrado, 2001, 135 p.

MELLO, Neli *Ap. de Políticas Territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO / FAO. *Perfil das Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e Assentados no Brasil*. Região Norte. s/data, s/editora, s/ano.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, *Coordenação do Programa Piloto*. Relatório Consolidado de Avaliação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Coordenação de Rafael Pinzón Rueda. Brasília, agosto de 2006, 157 p.

MUCHAGATA, Marcia, DE REYNAL, Vincent e FIGUEIREDO, Raul Batista. *Perspectivas e potencial econômico da agricultura familiar numa região de fronteira amazônica: o caso da região de Marabá*. Simpósio Internacional Amazônia XXI. Agenda e Estratégias de Sustentabilidade. NAEA-UFPa.: Belém. 1996. <http://www.nrsp.org/database/documents/14.pdf>. [Consultado em 20 abril 2008]

SACHS, Ignacy. *L'écodéveloppement de l'Amazonie: strategies, priorités de recherche, coopération internationale* » in Cahiers du Brésil Contemporain, Paris n° 11, 1996, p. 121-146.

SACHS, Ignacy. *Colonisation et écodéveloppement* In COLLOQUE EM L'HONNEUR DE PIERRE MONBEIG. Les phénomènes de « frontière » dans les pays tropicaux, 1979, Paris. Conferências... Paris: Travaux et Mémoires de l'IHEAL, n° 34, 1981, p. 201-208.

SACHS, Ignacy. *Stratégies de l'écodéveloppement*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1980.

VELHO, Otávio. *Modos de Desenvolvimento Capitalista, Campesinato e Fronteira*. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 13, p. 15-32, 1976.

Notas

- 1 *Documento de Propostas*: Programa divulgado durante a campanha presidencial de Lula, durante o ano de 2002.
- 2 Foram estudados oito assentamentos, sendo que em dois deles não constava a origem dos migrantes.

Neli Aparecida de Mello Théry

*Professora livre docente na Universidade de São Paulo – EACH e credenciada nos Programas de pós-graduação em Geografia Humana e em Ciência Ambiental (GEO e PROCAM).
namello@usp.br

Hervé Théry

**Geógrafo, pesquisador CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), França e professor convidado USP (Departamento de Geografia).
hthery@aol.com

O meio ambiente sob a ótica das políticas de empreendedorismo urbano: a natureza como espetáculo e produto de consumo

Isabel Cristina da Costa Cardoso*

O meio ambiente sob a ótica das políticas de empreendedorismo urbano: a natureza como espetáculo e produto de consumo.

Resumo: O artigo analisa as políticas de empreendedorismo urbano formuladas pelas práticas de planejamento estratégico do Rio de Janeiro. Discute a forma como estas políticas estão ancoradas na indústria do turismo e do entretenimento e em uma concepção de cidade baseada em um modo de vida desigual, além de ambientalmente e socialmente insustentável. A partir destes eixos de análise, o texto problematiza algumas experiências recentes de políticas de empreendedorismo urbano da cidade do Rio de Janeiro que aprofundam a mercantilização da vida social e da própria natureza.

Palavras Chave: Meio ambiente. Empreendedorismo urbano. Cadeia produtiva do turismo. Rio de Janeiro

The environment in the perspective of urban policy entrepreneurship: the nature as un spectacles and product consuption

Abstract: The article analyzes the politics of urban enterprising, formulated through the practices of strategic planning of Rio de Janeiro. Discuss the form these politics are anchored in the tourism and entertainment industry and in a conception of city based in a uneven way of life, also ambiently and socially unsustainable. From these analysis, the text envisage some recent experiences of urban enterprising politics in the city of Rio de Janeiro that deepen the mercantilization of social life and nature.

Keywords: Environment. Urban entrepreneurship. Tourism productive chain. Rio de Janeiro

Recebido em 30.07.2009. Aprovado em 11.09.2009.

Introdução

O artigo objetiva demonstrar que as políticas de empreendedorismo urbano, formuladas pelo planejamento estratégico do Rio de Janeiro, são indutoras de um modo de vida desigual e insustentável ambientalmente e socialmente – posto que fundado sobre uma concepção de cidade não como um direito, mas como um bem a ser consumido. Mas como o consumo é um subproduto da renda, a cidade também se fragmenta territorialmente pelos seus “públicos de consumo” e suas maiores ou menores capacidades de solvência financeira. A partir desta hipótese inicial, o texto analisa como esta concepção de cidade, enquanto mercadoria, produz um campo de novas tensões e problemáticas ambientais como resultado de processos sociais que organizam desigualmente a produção do espaço da cidade do Rio de Janeiro.

Para fundamentar esta perspectiva, o texto utiliza uma cena urbana da cidade do Rio de Janeiro para ilustrar os processos sociais que fundamentam a produção de uma cidade ambientalmente e socialmente desigual e insustentável a partir de uma concepção de desenvolvimento econômico e social que aprofunda a mercantilização da vida social e da própria natureza.

Esta cena está articulada ao circuito do valor da economia do efêmero. Tal segmento estrutura tanto a cadeia produtiva do turismo e do entretenimento, quanto um modo de vida baseado na aceleração do tempo da mercadoria e na conseqüente produção crescente e cíclica de necessidades desnecessárias e logo descartáveis. Sob este registro, são analisadas as políticas de empreendedorismo urbano dos planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro, especialmente àquelas voltadas para a inserção da cidade do Rio de Janeiro no circuito dos grandes eventos internacionais capazes de ancorar processos de reestruturação urbana voltados para o consumo na e da cidade. A partir deste diagrama de formas e conteúdos do espaço, busca-se destacar como a questão ambiental, especialmente a imagem da natureza, é acionada tanto pelas políticas de empreendedorismo urbano, quanto pela cadeia produtiva do turismo e do entretenimento, de forma paradoxal: 1) como elemento fundamental e definidor da própria cidade e da atividade econômica do turismo e do lazer e, neste sentido, neces-

sário ser preservado; 2) como produto da atividade econômica e, neste caso, necessário ser consumido e subordinado ao seu valor de troca.

Para apreciação teórica das questões abertas pela “cena metodológica” proposta, o texto dialoga com a literatura especializada sobre os processos de produção social do espaço, notadamente os processos de empreendedorismo urbano das cidades (HARVEY, 2005); o conceito de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001); e o conceito de espaço como forma-conteúdo, como “síntese sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 2004: p.109).

Frente a esse marco introdutório de questões a serem analisadas, o texto pretende contribuir para o estudo da questão ambiental a partir da produção social do espaço e enquanto questão relacionada à natureza social do mundo, rejeitando-se tanto a naturalização dos processos sociais, como também a polarização irreconciliável entre natureza e sociedade. Para tanto, inicia pela contribuição do pensamento de Milton Santos.

Considerações teóricas acerca da relação natureza-sociedade: a contribuição do pensamento de Milton Santos

Santos (2004), ao incorporar a idéia de híbrido, conforme formulada por Bruno Latour (1994), privilegia uma definição de espaço geográfico que parte da relação indissociável entre forma-conteúdo de forma a não reiterar a separação entre a natureza e a sociedade. A partir deste pressuposto, a técnica é vista também como um híbrido e principal mediação para análise da relação entre natureza e sociedade, notadamente da transformação do meio natural em um “meio cada vez mais artificializado, isto é sucessivamente instrumentalizado por esta sociedade” (SANTOS, 2004:p.233).

É do pressuposto acima que nasce a proposta teórico-metodológica de Milton Santos de conceber o espaço como forma-conteúdo, como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ou seja, o espaço é o conjunto das formas naturais e artificiais que se acumulam ao longo da história e que expressam diferentes tempos e relações entre o homem e a natureza. Sob esse registro, temos o espaço como paisagem. Porém o espaço não é apenas a paisagem, mas também a vida que a anima. Portanto,

antes de serem sinônimos, paisagem e espaço definem os termos dialéticos da forma-conteúdo.

Os objetos materiais que formam a paisagem não possuem vida própria, dentre estes estão os objetos e eventos frutos da dinâmica específica da natureza e da dinâmica artificial do homem sobre a natureza. O espaço é esse acúmulo histórico de paisagens e também os conteúdos sociais atribuídos, recriados, destruídos, subordinados pela sociedade ao longo do tempo sobre estas mesmas paisagens. Logo, no espaço, o que há são formas-conteúdo e não apenas formas.

É interessante observar que esta preocupação de análise transversal e indissociável entre a forma e o conteúdo do espaço também está presente em Lefebvre (2001). Para este pensador a cidade e o urbano formam uma relação dialética entre uma dupla morfologia: a prático-sensível ou material e a social. A cidade congrega, reúne a estrutura social e é neste âmbito que as ditas estruturas se fazem realidade sensível. Ao mesmo tempo, a cidade também está contida na ordem social e a revela em suas diferentes formas prático-sensíveis. Atravessando estes dois níveis da cidade – que também podem ser entendidos como as ordens próximas e distantes – está a vida cotidiana a dar densidade à práxis humana.

Lefebvre pensa a relação natureza-sociedade a partir do conceito de práxis que pressupõe, de um lado, a articulação entre o sensível e a atividade criadora e, de outro, a centralidade do trabalho neste exercício de articulação. Nas palavras de Lefebvre (1979: p.32)

“O homem difere do animal na medida em que, para conseguir o objeto de suas necessidades, criou instrumentos e inventou o trabalho. A necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com outros seres humanos, com objetos. Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela. O trabalho não pertence à natureza. Ele chega a ser ‘contra a natureza’ em dois sentidos: enquanto labor, existe esforço e disciplina, modifica a natureza em torno do homem e dentro do homem. O trabalho torna-se uma necessidade. (...) Assim, o homem emerge da natureza, sem poder se

separar dela. O prazer reconcilia o homem com seu fundamento, a natureza. Por um momento, ele põe fim à cisão, à luta, ao rompimento. O trabalho substitui a necessidade como sinal de impotência, pela necessidade como capacidade de gozo, como poder de realizar tal e qual ato.”

Voltando ao pensamento de Santos (2004), é na passagem do meio natural ao meio técnico e deste ao meio técnico-científico-informacional que o autor fundamenta sua concepção da relação entre natureza e sociedade e, notadamente, do papel da técnica nesta transformação.

Quanto ao meio natural, Santos (2004, p.235-236) assim se expressa:

“Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo. Esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação.(...) Nesse período, os sistemas técnicos não tinham existência autônoma. (...) Assim, a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização. A harmonia sócioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza, no processo de criação de uma nova natureza. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida”

Já sobre o período técnico, observa-se a crescente artificialização da natureza. É o surgimento do espaço mecanizado e a introdução da lógica de dominação instrumental da natureza e sua razão mercantil.

“Os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais,

criando lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. (...) Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais. (...) A razão do comércio, e não a razão da natureza, é que preside à sua instalação. Em outras palavras, sua presença torna-se crescentemente indiferente às condições preexistentes. A poluição e outras ofensas ambientais ainda não tinham esse nome, mas já são largamente notadas.” (SANTOS, 2004, p.237)

Contudo, será sobre o conceito de meio técnico-científico informacional que Santos elaborará sua teoria sobre o estágio mais avançado de transformação das relações entre natureza e sociedade. Esta nova experiência de transformação tempo-espacial é caracterizada pela articulação orgânica entre técnica e ciência hegemônica pelo mercado, cada vez mais global. Assim, para Santos (2004, p.238-239) esta nova fase tempo-espacial da humanidade lança repercussões importantes sobre a questão ecológica, inclusive sobre a sua interpretação.

“Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. (...) Estamos diante da produção de algo novo a que estamos chamando de meio-técnico-científico-informacional. (...) Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato. (...) Cria-se um verdadeiro tecnocosmos, uma situação em que a natureza natural, onde ela ainda existe, tende a recuar, às vezes brutalmente.”

A partir dos elementos expostos pelo pensamento de Milton Santos, pode-se afirmar que o chama-

do “meio ambiente” não existe separadamente do “meio” visto como materialidade e sociedade. Do ponto de vista do período histórico atual, a análise dos dois referidos elementos deve considerar o estágio atual de transformação do meio geográfico em meio técnico-científico-informacional e o papel preponderante do capital nesta dinâmica global/local de produção e exploração desigual do espaço, o que inclui a relação com o meio ambiente. Assim, “o que hoje se chama agravos ao meio ambiente, na realidade, não são outra coisa senão agravos ao meio de vida do homem, isto é, ao meio visto em sua integralidade” (SANTOS, 2006, p3).

Não obstante a enunciação dos três distintos tempos históricos de produção e reprodução da relação sociedade-natureza, é na dinâmica e na articulação dialética entre estas três temporalidades que Milton Santos pensa o sentido do espaço e de seu componente ambiental. Assim, a configuração do espaço nos denominados períodos natural; pré-técnico e técnico-científico-informacional é analisada através do movimento dialético entre a diacronia da sequência temporal e a sincronia da existência comum dos eventos sociais e naturais, num dado momento. Ou seja, os referidos períodos não apenas se sucedem historicamente, mas também podem coexistir simultaneamente no espaço. Desta forma, é possível compreender como um dado território ou, de forma global, o mundo, podem conter, ao mesmo tempo, as dinâmicas do meio-técnico-científico-informacional e do meio técnico. O elemento que elucida esta dinâmica é o estágio alcançado pela divisão do trabalho e pelas relações de poder e dominação entre as classes sociais, ou seja, os termos explicativos principais são: trabalho e política.

Em suas palavras, o “trabalho e a política” (SANTOS, 2001) são os elementos da ação humana que conferem conteúdo à forma material do território, transformando-o em “território utilizado”¹. É por esta razão que o seu olhar busca as formas de divisão territorial do trabalho vivo e do trabalho morto, este último acumulado no espaço como meio ambiente construído a expressar diferentes temporalidades simultâneas. Em outras palavras, há rugosidades que revelam a concomitância no espaço entre diferentes tempos e formas da divisão do trabalho. O território acolhe as atuais e novas dimensões temporais da divisão social do trabalho ao

mesmo tempo em que acumula as suas formas pré-teritas. É da interseção entre estas temporalidades que nascem as rugosidades do espaço. Contudo, estas “formas-conteúdo” só podem se transformar em novas formas-conteúdo através da ação humana, dos novos usos e sentidos atribuídos ao meio ambiente construído. E, sem dúvida, esta também é uma esfera de disputas e tensões.

Os diferentes artefatos do desenvolvimento técnico-científico, as intervenções urbanísticas, os equipamentos coletivos criados pelas políticas sociais públicas, as plantas industriais e demais estabelecimentos das atividades econômicas, os estilos e tipos de moradia, de transporte, entre tantas outras formas-conteúdo que materializam o espaço cotidiano das cidades, atribuindo-lhes uma dada paisagem urbana, se acumulam no espaço e correm o risco do “desligamento” temporal – que é também do conteúdo das práticas sociais.

Ao se considerar que o tempo do capital é o da aceleração/destruição contínuas; é o tempo do efêmero, da aceleração técnico-científica-informacional desigual – processo sem o qual a perenidade do desenvolvimento técnico, das necessidades de consumo e das trocas não se viabiliza para dar lugar a novos ciclos sucessivos de desenvolvimento tecnológico, novas necessidades (desnecessárias) e relações desiguais de consumo e de trocas – as possibilidades de desencontro entre o espaço e as suas formas de uso estão exponencialmente elevadas.

É importante destacar que as formas históricas assumidas pela relação sociedade-natureza também se empíricizam no espaço de forma a compor esta mesma paisagem. Estas formas-conteúdo assumidas pela natureza no espaço são resultados de eventos sociais e não apenas naturais. Ou seja, dependem, por exemplo, da maior ou menor presença de regulações e instituições políticas criadas para proteger ambientalmente o território considerado em escala global e/ou local. Assim, a depender do perfil desta relação e dos interesses que ela representa, podemos ter paisagens de maior ou menor devastação e/ou preservação do meio ambiente natural.

Frente a tal noção de aceleração do tempo do capital, como olhar para o espaço e acolher as simultâneas e distintas temporalidades sem reiterá-las como traços do “arcaico” ou de um passado que não dialoga com o presente e vice-versa? Ou ain-

da, como dotar a relação natureza-sociedade de um conteúdo que não se encerre na visão utilitarista de dominação e exploração dos recursos da natureza em prol do progresso e do desenvolvimento?

A partir deste marco de conceituação torna-se, então, necessário desmistificar, conforme Loureiro (2006), a concepção aparentemente não-ideológica, neutra, sobre a questão ambiental, baseada em um ideal de espírito solidário, em valores homogêneos e na compatibilidade entre desenvolvimento capitalista, preservação da natureza e justiça social. Tal concepção encontra-se presente na formulação do desenvolvimento sustentável conforme sua original formatação pela Declaração de Estocolmo², fruto da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972. A extensão mundial desta concepção adquiriu maior envergadura a partir da década de oitenta, quando da elaboração do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, intitulado “Nosso Futuro Comum” (Ibidem). Já nos anos noventa, o documento conhecido como “Agenda 21”, fruto de uma nova Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, a Rio-92, e o tratado internacional de fins dos anos noventa, denominado de protocolo de Kioto, tornaram-se os principais nortes ideológicos e programáticos do desenvolvimento sustentável para os governos, as organizações não governamentais e as agências internacionais.

Não obstante a introdução da problemática ambiental na agenda mundial das instituições multilaterais e das nações, importa destacar o núcleo reificador das idéias de natureza e de desenvolvimento presente nestas agendas de discussões e propostas. Trata-se de uma concepção ideológica que compatibiliza crescimento e aceleração do desenvolvimento capitalista mundial com a preservação da natureza. Para tanto, bastaria introduzir critérios ecológicos e de mensuração dos riscos ambientais nos processos globais e locais de desenvolvimento capitalista. Não se questionam, assim, os fundamentos destrutivos e desiguais do próprio desenvolvimento capitalista. O centro da discussão desloca-se para o gerenciamento dos riscos, para o manejo sustentável dos recursos naturais e para o fomento de uma ética ambiental no plano dos comportamentos individuais, notadamente no plano do indivíduo consumidor.

O real alcance mercantil da pretensa compatibilização entre desenvolvimento capitalista e meio ambiente pode ser melhor ilustrado através da monetarização dos riscos ambientais e do manejo inadequado dos recursos naturais. Trata-se aqui da criação dos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e do que Porto-Gonçalves (2006, p.345-346) classifica como “neoliberalismo ambiental”. Em suas palavras,

“A geopolítica do desenvolvimento sustentável vê com otimismo a solução das contradições entre economia e ecologia ao propor, ainda, a reconversão da biodiversidade em coletores de gases de efeito estufa (principalmente dióxido de carbono), com o qual se exime de responsabilidades os países industrializados pelos excedentes de suas cotas de emissões, enquanto se induz uma reconversão ecológica dos países do terceiro mundo. (...) Sobre a premissa do ‘valor total da biodiversidade’, que restringe seu valor a sua função de absorção de carbono e à oferta de suas riquezas cênicas, estas estratégias de revalorização da natureza se justificam mediante sofisticados cálculos da biodiversidade baseados na atribuição de preços da captura de carbono e as taxas de desconto que conformam os modelos do neoliberalismo ambiental.”

Frente a este marco inicial de questões problematizadas, onde se enfatizou a análise da questão ambiental a partir da produção social do espaço e enquanto questão relacionada à natureza social do mundo, pretende-se, agora, passar à consideração da relação sociedade-natureza a partir da cena metodológica anunciada na introdução do trabalho.

O consumo na Cidade e o Consumo da Cidade vistos através da Cadeia Produtiva do Turismo e do Entretenimento: a produção da natureza como espetáculo e produto de consumo

O discurso empresarial e as políticas governamentais de desenvolvimento do setor de turismo classificam a indústria do turismo como uma “indústria limpa”. Tal designação opera em oposição à imagem clássica de uma “indústria de chaminés”,

e está organicamente vinculada ao fato de que as atividades econômicas do turismo são fortemente dependentes do meio ambiente e dos seus atrativos em termos de belezas naturais e do patrimônio histórico-cultural. Tal correlação, entretanto, mais encobre do que permite vislumbrar o conjunto das questões e problemáticas que circunscrevem não apenas a indústria do turismo, mas, de uma forma mais ampla, a cadeia produtiva onde tal indústria se insere e se relaciona com outras atividades como as atividades de produção e de comercialização de bens e serviços de entretenimento e com as políticas de empreendedorismo urbano.

De forma paralela à construção da idéia de “indústria limpa”, pode-se destacar o esforço de construção do conceito de “ecoeficiência” ou turismo sustentável. Tal ação de definição de um marco ambiental para o desenvolvimento das atividades econômicas do turismo segue a orientação da Organização Mundial do Turismo (OMT)³ no sentido do estabelecimento de medidas de redução dos riscos advindos dos impactos das mudanças climáticas mundiais. A este respeito o “Documento Brasileiro para o Dia Mundial do Turismo” (Senado Federal, Câmara dos Deputados, CNC/SESC/SENAC, 2008), organizado a partir do eixo temático “Mudanças Climáticas: o Turismo em busca da ecoeficiência”, destaca quatro tipos de impactos sobre as atividades econômicas do turismo: impactos climáticos diretos; impactos indiretos das mudanças ambientais; impactos das políticas de mobilidade e da redução do turismo; impactos indiretos das mudanças sociais (Senado Federal, Câmara dos Deputados, CNC/SESC/SENAC, 2008). Ainda sobre o referido documento, a ecoeficiência é estabelecida como meta para redução dos impactos citados e seu conceito é definido de forma a acompanhar de perto os princípios liberais sobre desenvolvimento sustentável (LOUREIRO, 2006).

“Todas as estratégias apresentadas pela OMT [Organização Mundial do Turismo] se traduzem numa única palavra ‘Ecoeficiência’. Uma empresa ecoeficiente é aquela que consegue produzir mais e melhor, empregando menos recursos e gerando menos resíduos. Independentemente do setor produtivo em que se esteja operando, organizações podem alcançar a ecoeficiência a partir de

algumas ações básicas: a) reduzir a intensidade com que emprega materiais; b) minimizar a intensidade de seu consumo energético; c) eliminar a dispersão de produtos tóxicos/poluentes; d) fomentar a reciclagem de material; e) maximizar o uso sustentável dos recursos renováveis; f) ampliar a durabilidade dos produtos; g) promover a educação dos consumidores/clientes para um uso mais racional dos recursos naturais e energéticos.” (Senado Federal, Câmara dos Deputados, CNC/SESC/SENAC, 2008, p.23)

A eleição da temática “mudanças climáticas” pelo documento referido acima evidencia a estreita relação entre os negócios da cadeia produtiva do turismo e a questão ambiental. Seja porque a natureza e o meio-ambiente construído de valor histórico-cultural são tidos pela cadeia produtiva como elementos fundamentais e definidores da própria cidade e da atividade econômica do turismo e do lazer e, neste sentido, é necessário preservá-los ou reduzir os riscos de sua degradação/extinção; ou, ainda, porque a natureza e o patrimônio são também produtos desta atividade econômica e, neste caso, tornam-se objetos a serem vendidos e consumidos no circuito das trocas mercantis deste negócio. Neste último caso, o que importa não são as qualidades intrínsecas ou extrínsecas de cada um destes elementos, como o seu valor histórico-cultural, a beleza e o direito à biodiversidade, a função ecológica dos diferentes biomas para a preservação da vida, entre outras qualidades que se possam atribuir tanto ao meio-ambiente natural, quanto ao meio-ambiente construído. O que fundamenta esta segunda articulação entre o negócio do turismo e a questão ambiental é a subordinação destas qualidades à lógica do valor de troca do espaço, seja ele na forma do meio ambiente construído ou do meio-ambiente natural. É a partir desta dinâmica que são vendidos os produtos turísticos de acordo com o atrativo do espaço a ser consumido: turismo de sol e mar; turismo rural, turismo ecológico, turismo de aventura; turismo de negócios; entre outros. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulada “Economia do turismo: análise das atividades características do turismo”, quando se considera a característica de

negócio econômico desta atividade, o que se deve evidenciar é a sua dinâmica de formação de valor e os elementos que interagem como agregadores de valor aos produtos do turismo.

“(…) as tradicionais descrições do turismo baseadas nas características dos visitantes, nas condições que levaram a cabo suas viagens e estadias, no motivo de sua visita, etc. têm sido complementadas por uma perspectiva de caráter econômico. Nesse sentido, observa-se crescente consciência sobre o papel que o turismo desempenha ou pode desempenhar, tanto de forma direta quanto indireta ou induzida, sobre uma economia em termos de geração de valor. A análise econômica do turismo faz-se, principalmente, a partir da mensuração dos produtos (bens e serviços) que os visitantes consomem durante suas viagens e dos impactos que a oferta desses produtos exerce sobre as variáveis macroeconômicas e sua inter-relação com as demais atividades da economia.” (IBGE, 2003, p.7)

Quanto à cadeia produtiva do turismo, esta se organiza a partir dos produtos característicos e de produtos conexos que, reunidos, organizam os produtos específicos do turismo (IBGE, 2003). A centralidade é da primeira categoria de produtos onde se destacam: 1) os serviços de alojamento; 2) serviços de alimentação e bebidas; 3) serviços de transporte de passageiros; 4) serviços de agências de viagens, operadoras e guias de turismo; 5) serviços culturais; 6) serviços recreativos e outros serviços de entretenimento; 7) serviços turísticos diversos (nesta última categoria estão incluídos serviços financeiros e seguros, outros serviços de aluguel de bens e outros serviços turísticos).

Os serviços estruturadores da cadeia produtiva do turismo e seus produtos correspondentes são organizados por empresas privadas e pela atuação de políticas públicas. Aqui interessa destacar, pelo ângulo da intervenção pública, a capacidade potencializadora das políticas de empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005) para a dinâmica de funcionamento da referida cadeia produtiva, notadamente através do estímulo aos grandes eventos culturais e esportivos, como a organização das Olimpíadas de 2016 (COMITÊ DE CANDIDA-

TURA RIO 2016, 2009), e aos grandes projetos urbanos como os processos de requalificação de área urbanas, onde se destaca o atual projeto “Porto Maravilha”, uma operação Urbana Consorciada da Zona Portuária da Cidade. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009)

Segundo os consultores mundiais do planejamento estratégico de cidades que vendem seus serviços pelo mundo, a condição de sucesso de tais políticas de empreendedorismo urbano é a transformação da cidade em “cidade empresa” e em “cidade mercadoria” (COMPANS, 2005; VAINER, 2000; SANCHES, 2003). A cidade empreendedora ou “cidade-empresa” é aquela que adota alguma das medidas de requalificação urbana visando a sua transformação em uma cidade competitiva e adaptada, ainda que de forma subalterna, às disputas por um lugar nos fluxos e processos das redes globais do capital.

“O planejamento estratégico se constitui no principal instrumento de adaptação das formas institucionais locais aos objetivos da inserção competitiva, ao referenciar uma agenda de intervenções físicas e de modificações na estrutura legal e administrativa a tendências mercadológicas observadas na dinâmica da economia global. Atribuindo a relevância estratégica a determinadas ações e projetos, exclui a possibilidade de que outras, não incluídas nesta agenda, sejam efetivadas ou mesmo reivindicadas. Por outro lado, o planejamento estratégico favorece a construção de alianças políticas com os segmentos médios e empresarias e o marketing público, ambos conferindo legitimidade às prioridades estabelecidas e à participação do setor privado na gestão dos negócios públicos. Desta forma, torna-se um veículo privilegiado para a adoção do empreendedorismo competitivo na gestão das cidades.” (COMPANS, 2005:p.23)

Da mesma forma, a gestão urbana de tal cidade se orienta pela formulação de uma política de “marketing urbano” através da qual a cidade se coloca na “vitrine” do mercado mundial de cidades (VAINER, 2000). É sob esta condição que a cidade assume a característica de cidade-mercadoria.

“Talvez esta seja, hoje, uma das idéias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão das cidades. (...) A cidade, porém, reconhecerão mesmo seus mais convictos vendedores, é certamente a mais complexa de quantas mercadorias jamais existiram. Nestas condições, o que é que, afinal de contas, se vende quando se põe à venda uma cidade? A resposta não é fácil, pois, na verdade, ela depende de quem se tem em vista como comprador.” (VAINER, 2000, p.78)

Como conclusão a esta pergunta o autor afirma, com base no receituário das consultorias mundiais para o planejamento estratégico de cidades, à exemplo da que foi contratada pela cidade do Rio de Janeiro nos anos 90, que

“Entre estes compradores virtuais, é evidente a preferência pelos investidores internacionais. (...) Tem-se aqui o perfeito e imediato rebatimento, para a cidade, do modelo de abertura e extroversão econômicas propugnado pelo receituário neoliberal para o conjunto da economia nacional: o mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localização pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria. O realismo da proposta fica claro quando nossos pragmáticos consultores deixam claro que esta abertura para o exterior é claramente seletiva: não queremos visitantes e usuários em geral, e muito menos imigrantes pobres, expulsos dos campos ou de outros países igualmente pobres; queremos visitantes e usuários solventes. (Ibidem, p.80)

Assim, o “salto” que demanda ser dado é o de se “consumir a cidade” como uma mercadoria tão efêmera quanto as mercadorias que circulam através dela. Assim, a cidade escapa crescentemente

à definição de formas mais duráveis – tanto em termos dos objetos que configuram a paisagem urbana, quanto das práticas sociais que constroem o espaço e criam as regulações. Ou melhor, a sua forma é cada vez mais esta capacidade de “transmutar” ou “escapar” à própria forma, naquilo que ela traz de elemento mais “durável” e permeável à ação política dos sujeitos e à regulação pública.

Não se trata apenas, portanto, de associar a imagem da cidade à economia do terciário avançado, como reza a doutrina do planejamento estratégico das cidades que se pretendam globais, mas de recordar e privilegiar aqueles segmentos das atividades econômicas voltados para a economia do efêmero, como os que se dedicam à produção e circulação de bens e serviços culturais mercantilizados e de forte impacto midiático, aos grandes eventos esportivos ou similares, à indústria do entretenimento e ao modelo dos *shoppings centers* como espaços centrais da circulação e do consumo.

O Rio de Janeiro possui a liderança de alguns dos principais segmentos econômicos desta chamada “economia do efêmero” que são elaborados, hoje, enquanto cadeias produtivas pelos segmentos empresariais do comércio, dos serviços e da indústria. Assim, por exemplo, o recente documento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, intitulado “Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro – 2006-2015” (FIRJAN, 2006), reitera a posição estratégica do Rio de Janeiro, frente às demais regiões do Estado, a partir da sua vocação em atividades de serviços. É este perfil que posiciona a cidade em uma divisão territorial do trabalho e da economia do Estado do Rio onde os chamados serviços avançados e a indústria criativa e do conhecimento se concentram na capital, enquanto que algumas regiões do interior e a região metropolitana passam a caracterizar as atividades tradicionais do desenvolvimento industrial. Como o documento afirma, “*Nesse processo, a cidade do Rio de Janeiro segue sua explícita vocação especializando-se em serviços – tais como o turismo, as telecomunicações e a indústria criativa e do conhecimento – enquanto que as atividades industriais tradicionais migram para a periferia metropolitana*”. (FIRJAN, 2006). Ainda no referido documento encontram-se formulados as propostas dos principais “segmentos âncoras” do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Tais

segmentos são, na verdade, objetivos prioritários do mapa do desenvolvimento. Merece destaque o peso da cadeia produtiva do turismo e da indústria do conhecimento no conjunto dos segmentos âncoras. O que demonstra um deslocamento sensível no campo do sentido e da idéia de desenvolvimento e, em particular, de desenvolvimento industrial, por parte de um tradicional órgão de classe dos empresários, como a FIRJAN. O conjunto dos segmentos âncoras é assim composto: 1) fortalecer a cadeia produtiva de petróleo, gás e segmentos adjacentes; 2) fortalecer a cadeia produtiva do turismo de lazer e de negócios; 3) fortalecer a indústria do conhecimento no Rio de Janeiro; 4) estado destaque na exportação de produtos e serviços; 5) referência internacional de turismo; 6) referência nacional em produção de conhecimento.

Quanto ao segmento da cadeia produtiva do turismo de lazer e de negócios, o desenho da referida cadeia posiciona uma pluralidade de agentes, setores e atividades econômicas onde se destacam os chamados “setores líderes”. É aí que se encontram os ramos de hospedagem, alimentação, promoção de eventos, operadoras turísticas, agências de viagens e de entretenimento. Não casualmente, uma das principais forças de produção e estruturação do espaço no Rio de Janeiro e em São Paulo que se articula à cadeia do turismo e do entretenimento é a “indústria de *shopping centers*”, conforme designação do discurso empresarial.

Faz parte das tendências atuais de reestruturação deste setor a adoção de estratégias de uso misto do espaço, ou densificação dos *shopping centers*. Isso significa diversificar o “mix” das atividades comerciais e de serviços oferecidas pela cadeia dentro de um mesmo espaço edificado. A partir deste novo perfil os *shopping centers* passam a abrigar universidades, cursos diversos, academias, agências de turismo e viagens, teatros e salas de espetáculos, mas também hotéis e torres de negócios e de residências. Assim, tal processo de densificação faz dos *shopping centers* um dos principais componentes na cadeia produtiva do turismo e do entretenimento.

Segundo dados da Associação Brasileira de *Shopping Centers* – ABRASCE, relativos ao ano de 2009, esta “indústria” possui uma clara concentração dos empreendimentos na região sudeste. Do total dos 384 empreendimentos existentes no

Brasil, 55% se concentram na referida região. Os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades líderes da região sudeste. Juntas, apenas estas duas cidades, concentram 38% do total dos *shopping centers* localizados em toda a região sudeste. Quando se compara a participação da cidade do Rio em termos dos empreendimentos existentes em seu território (32 *shopping centers*), frente ao número total de empreendimentos existentes no estado do Rio de Janeiro (50 *shoppings centers*) verifica-se a alta concentração deste negócio na capital do estado (64%) (disponível em <http://www.abrasce.com.br>, acesso em 31/07/2009).

O forte impacto ambiental deste crescimento da indústria dos *shopping centers* associado à cadeia produtiva do turismo e do entretenimento é relegado a um plano secundário do discurso empresarial, ou apenas capturado sob a forma de medidas mitigadoras. A lógica econômica e cultural de produção incessante de necessidades desnecessárias, indutoras da aceleração do tempo de vida útil das mercadorias e, portanto, sustentadoras de um padrão também acelerado de consumo de bens e serviços, não é questionado em sua racionalidade destrutiva do meio-ambiente de vida do homem em sua integralidade, nos termos de Santos (2006).

Importa ressaltar que a associação entre as características tempo-espaciais da produção, da circulação e da realização do valor neste segmento dos serviços, depende de um espaço urbano cada vez mais planejado de forma flexível e adaptada a estas características. É esta exigência que o modelo de cidade-empresa vem responder, pois a sua referência de gestão urbana, por excelência, é a das parcerias público-privadas nas suas diferentes modalidades como, por exemplo, a forma reivindicada pelo projeto das “Áreas de Revitalização Econômica”, formulado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACERJ), e inspirado na experiência mundial do Business Improvement District (BID)⁴. No tocante a inserção da cidade do Rio de Janeiro na agenda das políticas de empreendedorismo urbano, o momento considerado como marco inaugural desta inserção foi, com certeza, o da elaboração do primeiro plano estratégico da cidade (I PECRJ).

No início dos anos 1990, mais precisamente em novembro de 1993, foi firmado um acordo de cooperação entre a Associação Comercial do Rio

de Janeiro (ACRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a Prefeitura da cidade para dar início ao I Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), posteriormente intitulado “Rio sempre Rio”. Para tanto, um consórcio mantenedor, majoritariamente composto por empresas ou organizações privadas, foi formado e através dele custeada a contratação da firma catalã “Tubsa – Technologies Urbanes de Barcelona S.A.”⁵. Tal empresa foi responsável pelo Plano Estratégico da cidade de Barcelona e pelo sucesso da fórmula – a partir daí multiplicada em escala global – de associação do planejamento urbano a um grande evento, de preferência inserido no calendário mundial de festividades e competições, ou a um produto cultural de forte valor agregado em torno de sua marca, como os museus internacionais, capaz de funcionar como estratégia de marketing e venda da imagem da cidade. No caso específico de Barcelona, a estratégia foi a realização dos Jogos Olímpicos de 1992.

Do conjunto das estratégias e objetivos que compõem o I PECRJ, interessa destacar a estratégia denominada “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996) pelo papel estruturador que ainda desempenha na produção social do espaço urbano da cidade e, notadamente, no campo das políticas de desenvolvimento urbano da cidade fortemente ancoradas no incremento da cadeia produtiva do turismo. Neste sentido, é sobre a atualidade desta estratégia que interessa refletir.

A referida estratégia foi estruturada, à época do I PECRJ, a partir da centralidade das atividades do turismo e do entretenimento. Para tanto, a candidatura do Rio de Janeiro à condição de cidade sede das Olimpíadas de 2004, e a transformação do centro do Rio de Janeiro em um mercado cultural, foram as duas grandes idéias a centralizar o conjunto dos objetivos, ações e projetos da estratégia.

As ações e projetos de marketing da cidade, transversais e sustentadoras desta estratégia, foram responsáveis pela criação, venda e consumo de uma “marca da cidade” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996). Para tanto, os grandes eventos inseridos no calendário internacional e a construção de equipamentos urbanos culturais passaram a operar como agregadores de valor à marca da cidade. O principal evento que

estruturou esta estratégia, após a derrota do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2004, foi a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007.

A estratégia “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional” deflagrou uma gama de ações “agressivas” da cidade em busca de “grandes eventos” ou “produtos emblemáticos” que vendessem a imagem da cidade como uma espécie de “Marca Rio de Janeiro”.

A compra frustrada de uma filial do museu Guggenheim, assim como as políticas de candidatura da cidade do Rio para sediar grandes eventos esportivos internacionais, merecem uma atenção especial neste imenso mosaico das ações de empreendedorismo urbano baseadas no “consumo da cidade” como produto turístico.

Para que se compreenda a função desempenhada por equipamentos culturais, como o museu Guggenheim, junto às políticas de empreendedorismo urbano é necessário considerar o que Otilia Arantes adverte como o lugar estratégico ocupado pelo “negócio das imagens” nas “novas fronteiras da acumulação” (2000:16). Lugar este possibilitado e ampliado através do retorno ao planejamento chamado ou não de estratégico, mas claramente direcionado a estes novos negócios e fronteiras. Como afirma a autora

(..) como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação e promoção, compreende-se que tal âncora identitária recaia de preferência na grande quermesse da chamada animação cultural. Inútil frisar nesta altura do debate – quase um lugar comum – que o que está assim em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de image-making.” (2000:16-17).

Data de 2002 o início dos acordos entre a prefeitura do Rio e a Fundação Solomon Guggenheim para a construção de uma filial do museu na cidade. Em abril do ano de 2003 foi assinado o contrato entre as partes que, logo em seguida, se tornou objeto de ação popular movida pelo vereador Eliomar Coelho, na época, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT). A seguir é destacado um dos mo-

mentos do debate na imprensa que flagra o papel subordinado das cidades frente ao capital transnacional das grandes corporações. No caso do museu Guggenheim, foram as corporações culturais e do entretenimento que ocuparam a cena.

“(..) mesmo sem entrar no mérito da iniciativa, e ainda que esta fosse a maneira mais adequada de gastar US\$ 133 milhões (lá fora se fala em US\$ 250 milhões), por que se submeter a tão drásticas imposições? Para evitar outras discussões vamos aceitar a idéia do museu e só falar das condições. A primeira em absurdo obriga a prefeitura a pagar mais nove milhões como parcela inicial pelo uso do nome, mesmo que o projeto não saia. O total seria de US\$ 40 milhões, mas depois que a editora de arte do Wall Street Journal, Lee Rosenbaum, denunciou que isso significaria o dobro do que foi cobrado a Bilbao, o preço baixou para US\$ 28.650.000. Uma outra cláusula exige que o município se comprometa a cobrir os déficits operacionais do museu durante dez anos, ou US\$ 12 milhões anualmente. Além dos US\$ 2,1 milhões que já pagamos pelo estudo de viabilidade, pagaremos 12.563.000 de euros (mais de R\$ 48 milhões) ao arquiteto Jean Nouvel. Durante a construção, o município ainda vai remunerar a Fundação Guggenheim pela supervisão das obras em mais de US\$ 4 milhões, divididos em parcelas de US\$ 836 mil anuais, de 2003 até 2007. Como lembrou o juiz João Marcos Fantinato ao conceder a liminar, o contrato cria obrigações financeiras que vão muito “além do mandato da atual administração municipal” (JORNAL O GLOBO, Coluna de Zuenir Ventura, 18 de junho de 2003:07)

Os altos custos do empreendimento refletem os mecanismos de máxima exploração do valor da marca “Guggenheim”. A cidade que compra produtos ou serviços culturais, como no caso do museu em questão, compra também os direitos sobre a marca à espera que estes agreguem valor à própria “marca da cidade”. Assim, o circuito das trocas só se fecha quando a própria cidade se torna um objeto de consumo. Foi este o raciocínio mercantil que justificou os altos investimentos projetados pela cidade.

O projeto de construção do museu Guggenheim fez parte das ações de reestruturação urbana da zona portuária do Rio, planejadas pela estratégia do I PECRJ denominada “Rio Integrado”, com o objetivo de revitalizar a região do Centro dotando-a de uma nova centralidade para a cidade (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996). Tais ações atravessaram diferentes gestões da cidade e adquiriram maior visibilidade entre o governo do ex-prefeito Cesar Maia e o atual mandato do prefeito Eduardo Paes.

Não obstante a presença de diferentes temporalidades e as alterações no conteúdo e na forma deste projeto de reestruturação urbana da região portuária da cidade, ancorado em uma forte centralidade cultural, pode-se afirmar que as atuais propostas de reestruturação urbana da região portuária do Centro do Rio de Janeiro reiteram a forma como o I PECRJ concebeu o Rio de Janeiro a partir da estratégia “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional”.

Assim, importa destacar que o lastro histórico da estratégia “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional” ultrapassa o horizonte temporal do ano de 2004 e o evento olímpico que à época se constituiu em objeto do I PECRJ. De tal forma que o II Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (II PECRJ), denominado “As Cidades da Cidade” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2002), não apenas reiterou como aprofundou as políticas urbanas previstas para a região do Centro e, dentro desta, para a zona portuária da cidade. Assim, o desdobramento do plano estratégico em sua segunda versão, referente ao período de 2001-2004, aprofundou o largo processo das políticas de empreendedorismo urbano iniciado nos anos 90, ao reproduzir a mesma concepção de cidade do I PECRJ.

Utilizando-se do linguajar característico dos planos estratégicos, o II PECRJ também elaborou um conjunto de estratégias específicas para o desenvolvimento regional do Centro da Cidade. Entre estas, destaca-se o desenvolvimento de “ações para tornar a região o centro histórico-cultural do país” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2002). A partir desta estratégia, dois objetivos foram formulados, a saber: 1) “estabelecer as bases institucionais para criação do centro de referência histórico-cultural da cidade”; 2) “definir política de recuperação, revitalização e utilização dos espaços

públicos e prédios históricos”. Dentro deste último objetivo está a revitalização da Zona Portuária. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002)

Entre o intervalo dos dois planos estratégicos da cidade, o foco da estratégia de desenvolvimento de um “pólo de atratividade regional, nacional e internacional”, prevista pelo primeiro plano, permaneceu o mesmo, alterando-se apenas o evento e o horizonte temporal. De tal forma que o vigor ainda presente desta concepção pode ser medido pela atual condição que o Rio de Janeiro ocupa enquanto cidade-sede de jogos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A sinergia pretendida entre estes dois grandes eventos é medida através do legado urbano que tais eventos prometem deixar no território da cidade. A reestruturação urbana da zona portuária comparece no discurso governamental e empresarial enquanto indicador deste “legado”, conforme matéria do dia 04 de junho de 2009, disponível no site oficial da “candidatura Rio 2016”.

Muitos compromissos assumidos pelo Rio de Janeiro para a Copa de 2014 se refletem na candidatura da cidade à sede dos Jogos de 2016, como o aumento da capacidade do aeroporto internacional para 20 milhões de passageiros por ano, a ampliação de incentivos para aumentar a capacidade da rede hoteleira, a revitalização do porto, e a modernização do sistema de transporte, com a implantação do Bus Rapid Transit, sistema com três corredores expressos para ônibus, com estações tubulares semelhantes às do metrô, conectando a Barra da Tijuca com as Zonas Norte e Oeste. – São melhorias que geram renda e negócios, além de aumentar o número de visitantes na cidade. Grandes eventos esportivos deixam legados urbanísticos e sociais fundamentais para a cidade, disse Sérgio Cabral. : (disponível em: <http://www.rio2016.org.br/pt/Noticias/Noticia.aspx?idConteudo=964>)

A convergência, entre a política de organização de grandes eventos internacionais e a reestruturação urbana da zona portuária do Rio de Janeiro, envolve diferentes interesses locais, nacionais e in-

ternacionais. De tal forma que o resultado de desta convergência é a produção de uma cena política na qual estão presentes os mais diferentes representantes do Estado e da iniciativa privada: a prefeitura da cidade, o governo estadual, o governo federal, empresários dos mais distintos setores, como da construção civil e da incorporação imobiliária, do turismo e do entretenimento, do capital financeiro, entre outros.

É deste patamar que se pode compreender porque os resultados visados pelo atual projeto de reestruturação urbana da zona portuária, denominado “Porto Maravilha”, estão fortemente ancorados sobre a potencialização da cadeia produtiva do turismo e do entretenimento. Da mesma forma, é interessante observar como este mesmo projeto produz um discurso de apelo ambiental e de incentivo a formas de desenvolvimento sustentável para a revitalização da região do Porto, que se esvai no ar, quando se analisa, de um lado os fundamentos mercantis de seus projetos e políticas urbanas, e de outro quando se problematiza o potencial de produção de práticas de segregação como vetor de estruturação deste território.

Para compreensão destes elementos, torna-se necessária a remissão aos conteúdos do projeto “Porto Maravilha” através da fala, veiculada pela mídia, de alguns dos agentes que atuam na produção social deste espaço, notadamente o Estado, os representantes empresariais do segmento imobiliário e comercial. A fala política dos movimentos sociais que atuam no espaço local, não é publicizada pelos meios de comunicação que veiculam as informações e discursos de *marketing* do projeto “Porto Maravilha”. Entre estes movimentos, pode-se citar o movimento dos sem teto representativo das inúmeras ocupações existentes nesta região da cidade; as associações de moradores do Morro da Conceição, do Morro da Providência, entre outras organizações⁶.

Em um primeiro momento, destacam-se alguns fragmentos que caracterizam as ações urbanas e organizam o projeto Porto Maravilha em duas fases. Na primeira fase, o investimento previsto, em termos de recursos públicos, é de duzentos milhões de reais, além dos investimentos advindos de parcerias com a iniciativa privada em equipamentos urbanos. As intervenções urbanas planejadas se encontram descritas na matéria a seguir.

A primeira etapa do projeto prevê uma série de obras de infraestrutura, de habitação e de cultura. O projeto inclui a transformação do Píer da Praça Mauá em um parque, que terá anfiteatro, chafarizes, restaurantes, quiosques e uma garagem subterrânea na Praça Mauá. Além disso, estão previstos calçamento, iluminação pública, drenagem e arborização das principais vias da Zona Portuária, como a Avenida Rodrigues Alves, onde será demolida a alça de acesso ao elevado da Perimetral. O edifício D. João VI abrigará a Pinacoteca do Rio e o Museu do Amanhã será implantado nos armazéns 5 e 6. O Morro da Conceição passará por obras de reurbanização, com abertura de vias, o enterramento da rede elétrica e a restauração de patrimônio histórico. Além disso, edifícios do Patrimônio da União serão recuperados e transformados em habitação de interesse social. (Disponível em http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=81755#, acesso em 25/08/09)

Acrescenta-se, ainda, nesta primeira fase a construção de mais um equipamento urbano, o AquaRio, que será o maior aquário marinho da América Latina, a ser construído em um dos antigos armazéns desativados do cais do porto.

A novidade será uma das grandes apostas para o turismo local. O projeto prevê, além das grandes atrações marinhas, diversas atividades de entretenimento, como, por exemplo, um complexo que reproduz os biomas da Amazônia e do Pantanal, um museu marinho, um centro de convenções, restaurantes e lojas. A estimativa de público anual é de 1,5 milhão de pessoas. (disponível em <http://petmag.com.br/noticias/rio-de-janeiro-abrigara-o-maior-aquario-marinho-da-america-latina/>, acesso em 10/09/2009.)

Dentre os equipamentos urbanos sob responsabilidade de parcerias público-privadas, cabe destacar o Museu do Amanhã, pela eleição da temática ambiental e do desenvolvimento sustentável do planeta como seu núcleo central. Note-se, contudo, que a eleição da questão ambiental como temática

estruturadora do negócio, encontra-se subordinada à transformação da natureza em espetáculo a ser consumido pelo público solvente dos bens e serviços do turismo, à exemplo do projeto “AquaRio”. Assim, o Museu do Amanhã opera como mais uma âncora cultural das políticas de empreendedorismo urbano, com forte poder de atratividade de outros negócios e de público consumidor para a região.

O Museu do Amanhã tem o objetivo de enfocar a sustentabilidade e mostrar as conseqüências da relação entre o homem e a natureza. Em fase de estudos, o museu será um espaço inovador. Para enfocar questões relevantes para a sobrevivência humana e a preservação do planeta haverá salas temáticas. Entre os temas abordados estão: o efeito estufa, o uso racional da água e do solo e as diversas formas de energia. – O Museu do Amanhã, numa parceria da Fundação Roberto Marinho com as instituições públicas, é mais um golaço na recuperação desta área fantástica da cidade. Nós temos certeza que, ao longo de anos de trabalho, ela se transformará numa nova área para a cidade do Rio de Janeiro, em uma área de entretenimento, de residência e de negócios. É um presente para 2014, para a Copa do Mundo, e um grande presente para as Olimpíadas de 2016. Eu vou hoje para Istambul e vou contar lá a novidade do Museu do Amanhã na área portuária do Rio – declarou o governador Sérgio Cabral. (...) Previsto para ser inaugurado em 2012, o Museu do Amanhã será mais um atrativo da Cidade Maravilhosa, que recebe anualmente milhares de turistas de todo o mundo. (Disponível em http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=60021, acesso em 14/08/2009).

Quanto à segunda fase, esta será executada através da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio. Contudo tal operação necessita de aprovação ainda não votada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro⁷. Para esta etapa são previstos recursos necessários na ordem de quatro bilhões de reais captados inteiramente através da emissão e da venda de títulos mobiliários. Segundo o discurso da prefeitura do Rio de Janeiro, reside aqui um

dos elementos de maior “inovação” do Plano para ultrapassar os limites financeiros do município, frente à escala dos investimentos necessários nesta segunda fase. Trata-se, na verdade, da emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), uma experiência já realizada pela cidade de São Paulo, através da Operação Urbana Água Espreada e da Operação Urbana Faria Lima⁸.

O projeto de lei que regulamenta a criação dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) e a revisão da legislação urbanística da Zona Portuária foi entregue ontem, pelo prefeito Eduardo Paes, ao presidente da Câmara dos Vereadores, Jorge Felipe (PMDB). De acordo com o secretário-chefe da Casa Civil, Pedro Paulo Carvalho, a expectativa da prefeitura é arrecadar até R\$ 4 bilhões com a venda dos Cepacs, que serão leiloados em lotes na Bolsa de Valores de São Paulo. Cada Cepac deverá custar R\$ 400, e os títulos poderão ser adquiridos tanto por construtores que tenham interesse direto em empreendimentos na região como por investidores em busca de novos papéis. – A expectativa é que os certificados comecem a ser vendidos seis meses após a aprovação do projeto na Câmara. Nesse prazo, teremos que licitar a instituição financeira que modelará os títulos e os submeterá à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os Cepacs serão vendidos por lotes e devemos começar pela área da Praça Mauá ao armazém 6, que concentra maior interesse. Todos os recursos seriam aplicados na área do Porto, em infraestrutura, drenagem e recuperação do patrimônio histórico – explicou Felipe Góes, presidente do Instituto Pereira Passos (IPP). (Disponível em http://ademi.webtexto.com.br/paraimpressao.php3?id_article=31895, acesso em 18/08/09)

Quanto às obras previstas, destacam-se, entre outras intervenções, grandes projetos viários e de transporte, como a derrubada do Viaduto da Perimetral, no trecho entre a Praça Mauá e a Rodoviária Novo Rio, e a construção de um túnel e da via binária que irão substituir o trecho do viaduto a ser extinto, além da mudança dos atuais pontos de atracação de

navios de turismo, com a construção de três novos píeres. Quanto a esta última ação citada, objetiva-se restituir aos moradores da cidade o usufruto da vista da Baía da Guanabara como uma espécie de bem intangível. Ou seja, esta paisagem urbana da cidade é reivindicada menos pelas características materiais que este elemento da natureza possui e mais pela sua condição de identificação cultural com a cidade do Rio; com sua capacidade de definir a cidade na forma de uma representação coletiva. Neste sentido, devolver aos moradores a vista da Baía da Guanabara, significaria, a partir deste discurso, devolver a cidade aos seus moradores. Contudo, entre o discurso pretendido e as ações implementadas há uma larga distância e, mais uma vez, é sobre a capacidade de consumir tal elemento da natureza e tais imagens da cidade que recaem as ações visadas.

A modificação está sendo estudada pela Companhia Docas para atender ao aumento da demanda de passageiros e abrir espaço para a reestruturação da região. A modificação nos atracadouros, segundo Felipe Góes, liberaria a vista da Baía de Guanabara em frente aos armazéns 1 e 2, onde, pelo projeto de revitalização, deverão ser instalados bares e restaurantes. Segundo projeções do Pier Mauá, a temporada 2009/2010 deverá trazer para o Rio 620 mil passageiros em 208 atracações, 82% a mais que em 2008/2009, quando navios atracaram 144 vezes, com 340 mil pessoas. (Disponível em http://ademi.webtexto.com.br/paraimpressao.php3?id_article=31895 Acesso em 18/08/09.)

Está também previsto para esta segunda fase um conjunto significativo de ações que objetivam estimular tanto o adensamento populacional, através do incremento habitacional na região, quanto à atração de negócios, mediante a edificação de novas unidades empresariais.

Na mesma matéria citada acima, divulgada pelo site da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), as ações da segunda fase foram assim resumidas:

O projeto de revitalização do Porto do Rio prevê duas modificações importantes para a área: a derrubada do Elevado da Peri-

metral (entre o Mosteiro de São Bento e a Rodoviária Novo Rio) e a mudança do ponto de atracação dos navios de turismo, que deixariam de parar ao longo do cais e passariam a ancorar em baias perpendiculares. Segundo o presidente do Instituto Pereira Passos (IPP), Felipe Góes, a derrubada da Perimetral começaria em dois anos e duraria outros quatro. Ela terá que ser precedida da implantação da Avenida Binário, ligando a Praça Mauá à Avenida Francisco Bicalho. A Avenida Binário será uma via interna, paralela à Avenida Rodrigues Alves. O orçamento de R\$ 1,5 bilhão para a derrubada do elevado e a construção de um mergulhão no local corresponde à metade dos recursos necessários para a segunda etapa do projeto, batizado pela prefeitura de Porto Maravilha. Essa fase das obras prevê investimentos pesados em infraestrutura viária, de transportes e em serviços públicos, como melhorias em redes de água, esgoto e energia elétrica. As intervenções vão preparar a Zona Portuária para os novos empreendimentos residenciais e comerciais que deverão surgir com as mudanças que a prefeitura pretende fazer na legislação urbanística da área. (Disponível em http://ademi.webtexto.com.br/paraimpressao.php3?id_article=31895 Acesso em 18/08/09.)

Quanto ao adensamento populacional, a matéria que se segue evidencia a articulação entre tal objetivo e as ações de incremento do segmento hoteleiro, o que significa que o adensamento da população é pensado não só do ponto de vista dos futuros residentes, mas também da população flutuante e sazonal do turismo que deverá ser incrementada como população que “consumirá” este espaço em termos dos serviços característicos da cadeia produtiva do turismo e do entretenimento.

O objetivo é aumentar a população na Zona Portuária de 22 mil para mais de 100 mil habitantes, resolvendo parte do déficit de moradia e dando a chance à região de ter uma vida própria, de bairro, o que já está sendo verificado pelo interesse da iniciativa priva-

da em construir ali – afirmou o secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar (...) O interesse é confirmado pelo presidente da ABIH-RJ [Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro], Alfredo Lopes. Segundo ele, seis grupos hoteleiros querem se instalar ali. (Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/09/14/e14094654.asp>, acesso em 15/09/2009)

Do conjunto das intervenções públicas e privadas que configuram o projeto de reestruturação urbana da Zona Portuária, cabe destacar a centralidade do capital da incorporação imobiliária e da construção civil nos destinos e perfil deste projeto. Não casualmente o discurso destes segmentos empresariais é fortemente favorável às ações de reestruturação urbana daquela que será, segundo o mesmo discurso, a mais nova área de expansão dos negócios imobiliários da cidade. Destaca-se, ainda, o fato de que sem esta grande intervenção urbana por parte do Estado, em seus diferentes níveis de atuação, governos municipal, estadual e, principalmente federal, não seria possível a prefeitura isoladamente ou a iniciativa privada intervir redefinindo as formas de uso e ocupação do espaço da Zona Portuária. Isto porque a avassaladora maioria dos terrenos e edificações desta região é de domínio público da União. Por isso, os protocolos e acordos entre as três esferas de governo, no sentido da cessão de terrenos e imóveis, são peças fundamentais.

O fragmento de notícia, extraído do site da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, é ilustrativo a este respeito.

A proximidade com o Centro da cidade e o fácil acesso a diversos bairros seriam grandes atrativos para que empresas de grande porte se instalassem na zona portuária. A degradação do local, no entanto, fez com que poucas companhias ficassem na região ou para ela se mudassem. Com o projeto Porto Maravilha, a área começa a ser olhada como uma excelente opção para o crescimento empresarial da cidade. O presidente da Concal Construtora, o arquiteto José Conde Caldas (...) explicou que algumas companhias buscam alternativas ao Centro

mudando-se para a Zona Sul ou para a Barra da Tijuca. -Algumas companhias buscam imóveis na Zona Sul, mas os preços são altíssimos. Existem alguns imóveis comerciais na Barra, mas nesse caso o problema é a logística, pois a região fica distante do Centro e ainda tem o trânsito que em alguns casos faz as pessoas levarem até duas horas para ir trabalhar. A falta de locais com capacidade para abrigar empresas poderá ser o principal mote alavancador do projeto na zona portuária. (...) A incorporadora MDL Realty se antecipou ao mercado e há 3 anos comprou um terreno na região. O diretor de incorporação da MDL Realty, Ricardo Freitas, explicou que a empresa identificou que a revitalização da região seria inevitável e começou a busca por um terreno para construir um edifício comercial. (...) A Oi também pode mudar sua sede para as proximidades do porto. -A Oi tem interesse em participar do processo de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro e analisa projeto de transferência de sua sede para o local. Para embasar a decisão, a empresa avaliará as condições e incentivos que constarão do projeto para a região, informou a empresa. (disponível em http://ademi.webtexto.com.br/article.php?id_article=32405, acesso em 02/08/2009)

De forma correlata ao segmento dos negócios imobiliários e de construção civil, pode-se destacar a ação de diferentes atividades empresariais da cadeia produtiva do turismo e do entretenimento na estruturação do espaço local.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH/RJ), Alfredo Lopes, a revitalização é uma redenção carioca. – Estamos seguindo a tendência de todas as cidades evoluídas do mundo. A revitalização do Porto traz, por consequência, novos hotéis na área, gerando centenas de empregos. Luiz Strauss, presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV/RJ), destacou a importância da área para o turismo doméstico e internacional. – O empreendimento não só resgata como fortalece

a área, além de trazer possibilidades de lazer para turista. É mais uma opção para fazer eventos e que certamente vai incentivar a área habitacional do entorno, além do ramo hoteleiro. A tendência é de crescimento. Outra consequência importante do projeto, segundo o presidente do SindRio, Alexandre Sampaio, é o surgimento de um novo pólo concentrador de hotéis. – O crescimento hoteleiro, até então concentrado na Barra, tem a possibilidade de crescimento no Centro da cidade, principalmente com a Copa de 2014 e a possibilidade das Olimpíadas de 2016 – finalizou. (Disponível em http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=32405, acesso em 02/08/2009)

A partir das contribuições de Milton Santos (2004) sobre a relação entre a forma, a função e o conteúdo do espaço, pode-se pensar os armazéns desativados do cais do porto e todos os equipamentos públicos e privados característicos não apenas da atividade portuária, mas também das distintas temporalidades desta região da cidade, como as rugosidades do espaço a que se refere este autor. Estas flagram uma espécie de defasagem, de não sincronicidade, entre a forma, a função e o conteúdo antigos de uso e ocupação do espaço e as do tempo presente. É a cidade, como categoria da prática social e síntese de múltiplas temporalidades, que se evidencia nestas rugosidades e traços urbanos.

Do conjunto dos elementos até o momento expostos sobre as características do Projeto Porto Maravilha, bem como sobre o perfil das ações empresariais, pode-se concluir que as ações chamadas de requalificação do espaço urbano não são neutras ou pretensamente boas para todos, como pretende o discurso de marketing das políticas de empreendedorismo urbano. A questão é saber que as formas, os conteúdos e as funções a serem ativadas, reconstruídas, descobertas no espaço, a partir, por exemplo, das rugosidades a que Santos se refere, são frutos da criação dos sujeitos sociais e de suas formas de apropriação. Não são frutos de um plano (não importa se estratégico ou não), acima das práticas sociais. Quando as ações, voltadas para a “requalificação” do espaço urbano, se apresentam acima das práticas sociais, é porque

o espaço se destinará, desde o seu início, a um tipo de apropriação não cidadã, destinada para os poucos que o poderão “consumir”. Neste caso, o direito à cidade não será ativado como o mais rico conteúdo das práticas sociais.

Considerações finais

O texto pretendeu contribuir para o estudo da questão ambiental a partir da produção social do espaço e enquanto questão relacionada à natureza social do mundo. A partir deste enfoque e considerando-se o conjunto das informações e análises aqui expostas, pode-se concluir que as representações da natureza veiculadas pelas políticas de empreendedorismo urbano, e pela cadeia produtiva do turismo e do entretenimento, são reiteradoras de uma concepção mercantil do meio-ambiente e do que Porto-Gonçalves (2006) conceitua como neoliberalismo ambiental.

A sinergia entre as referidas políticas e a cadeia produtiva do turismo pode ser medida pelos impactos de ambos os elementos sobre a dinâmica daquilo que o texto qualificou como o consumo na cidade e o consumo da cidade. Tal dinâmica é potencializada a partir do seu encontro com as políticas de planejamento estratégico e a transformação da cidade em “cidade empresa” e “cidade mercadoria”.

A partir desta dinâmica, o que importa ressaltar é o conteúdo de segregação que se produz através das formas de uso e ocupação do espaço, como as planejadas para a região portuária, através do privilegiamento das atividades de turismo e entretenimento e da incorporação imobiliária como os novos vetores de crescimento e de centralidade local. Tais atividades demandam um tipo de relação social com o território fortemente baseada no potencial de consumo do espaço. Assim, corre-se o risco do meio-ambiente construído de valor histórico-cultural, como os antigos armazéns do cais do porto, ser transformado em toda sorte de negócio cultural como museus, aquários, restaurantes, onde apenas os públicos solventes podem consumir o espaço transformado em produto de entretenimento local e de consumo turístico nacional e internacional.

Diante deste perfil de uso e ocupação do solo urbano sobre territórios da cidade, a questão am-

biental não é apenas reduzida a um espaço ínfimo de discussão e deliberação, mas principalmente é elevada à condição de “natureza espetáculo”, mais um produto a ser também consumido, como na forma dos produtos turísticos a exemplo do Museu do Amanhã e do Aqua-Rio. Nas condições destas relações, a natureza se enclausura sob a forma-conteúdo da mercadoria e se torna para o homem um objeto de contemplação e visitação à distância.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Otilia. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermíria (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.rio2016.org.br/sumarioexecutivo/>. Acesso em 18 de agosto de 2009.
- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo, Editora UNESP, 2005.
- FIRJAN. *Mapa do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro – 2006-2015*. Rio de Janeiro, Sistema FIRJAN, 2006. Disponível <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE921D5239A0121D554663232BC.htm>. Acesso em 26 de maio de fevereiro de 2007.
- _____. *Decisão Rio*. Investimentos 2010-2012. Rio de Janeiro, Sistema FIRJAN. Disponível em <http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumChannelId=402880811F24243A011F243843420638>. Acesso em 17 de julho de 2009.
- FIX, Mariana – *Parceiros da exclusão*. Duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espreiada. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Anablume, 2005
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Economia do turismo – análise das atividades características do turismo*. Estudos e Pesquisas, Rio de Janeiro, Informação Econômica n.5. Disponível em http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/Conta%20Satelite/economia_turismo_dados_de_2003.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2009.
- LATOURETTE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34, 1994. (Coleção Trans).
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 2ª ed. São Paulo, Centauro, 2001.
- _____. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico – uma abordagem política*. Rio de Janeiro, Quartet Editora, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – As cidades da Cidade*. [on line], disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/>
- _____. *Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro “Rio sempre Rio”*. Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – As cidades da Cidade*. Rio de Janeiro, 2002 Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/>. Acesso em 05 de maio de 2003.
- _____. *Projeto de lei complementar n. 25/2009*. Disponível em http://spl.camara.rj.gov.br/spl/spl_tramit_proj.jsp?id=17816. Acesso em 10 de agosto de agosto de 2009.
- SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, Argos, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo, Edusp, 2004.

_____. *A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar*. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em saúde do trabalho e Meio Ambiente, v.1, n. 1. Trad. 1, agosto de 2006. Disponível em www.interface.sp.senac.com.br. Acesso em 26 de outubro de 2008.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001

SENADO FEDERAL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNC/SESC/SENAC. *Documento Brasileiro para o Dia Mundial do Turismo*. Brasília, 2008. Disponível em www.parceriaturismobrasil.com.br/.../mudancas_climaticas.pdf. Acesso em 05 de setembro de 2009.

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermíria (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

Fontes Impressas de Jornais

O Globo, Coluna de Zuenir Ventura, 18 de junho de 2003, p.7.

Matérias em Fontes Eletrônicas

Revitalização do Centro do Rio. Projeto ARE – Áreas de Revitalização Econômica. Fonte: Website da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.actj.org.br/article.php3?id_article=2430, acesso em 06/07/2009)

Desempenho da indústria de Shopping Centers no Brasil. Website da Associação Brasileira de Shopping Centers–ABRASCE. Disponível em <http://www.abrasce.com.br>, acesso em 17 de julho de 2007.

Museu do Amanhã será instalado no Cais do Porto. Fonte: website da Revista fator Brasil. Disponível em http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=60021. Acesso em 14/08/2009.

“Porto Maravilha”: revitalização da Zona Portuária e bairros adjacentes do Rio de Janeiro. Fonte: Website da Revista Fator Brasil. Disponível em http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=81755#. Acesso em 25/08/09)

Perimetral será demolida da Praça Mauá à Rodoviária. Fonte: Website da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI. Disponível em http://ademi.webtexto.com.br/paraimpressao.php3?id_article=31895. Acesso em 18/08/09.

Rio de Janeiro abrigará o maior aquário marinho da América Latina. disponível em <http://petmag.com.br/noticias/rio-de-janeiro-abrigara-o-maior-aquario-marinho-da-america-latina/>. Acesso em 10/09/2009.

Uma opção privilegiada para empresas. Fonte: Website da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI. Disponível em http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=32405. Acesso em 02/08/2009.

Zona Portuária: Prefeitura quer agilizar parceria estadual e federal. Fonte: Website JB ON LINE. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/09/14/e14094654.asp>. Acesso em 15/09/2009.

Notas

- 1 Território enquanto sinônimo de espaço geográfico, para Milton Santos, é o “território utilizado”. É esta a categoria de análise. Conforme sua própria definição “... o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado.” (Santos e Silveira, 2001:247) Deve-se lembrar que para o autor o espaço é a união indissociável das formas-conteúdo. Logo, o território utilizado é considerado nesta mesma acepção e enquanto categoria de análise deve expressar “como, onde, por quem, por quê e para quê” (Ibid:11) o território é usado.
- 2 Segundo Loureiro (2006: .35-36), tal documento foi influenciado, à época, pelas “conclusões

do Clube de Roma, presentes na obra *Limites do crescimento* (Meadows, 1978). O estudo, iniciado em 1968 e apresentado em 1972, afirma que qualquer que seja a associação feita entre os cinco fatores básicos determinantes do crescimento (população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição), os resultados serão sempre assustadores, com um aprofunda desestabilização da humanidade até o ano 2100. (...) A Declaração de Estocolmo, documento final, assinado por todos os países membros da ONU, apresentou como solução um modelo de desenvolvimento que conseguisse minimizar os efeitos de alguns processos degenerativos do ambiente. A resposta foi baseada em uma pretensa neutralidade ideológica e em alternativas tecnológicas limpas, expressas em vinte e seis princípios. Questões estruturais não foram abordadas.”

- 3 A OMT elegeu o tema “Mudanças Climáticas: o Turismo em busca da ecoeficiência” para comemoração do dia mundial do Turismo, no ano de 2008.
- 4 Segundo a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACERJ) “Fundamentado numa parceria público-privada (PPP) para transformar uma região específica num ambiente limpo, seguro e atrativo, o Projeto ARE (Área de Revitalização Econômica) tomou forma a partir de 2008 e, no início deste ano [2009], assumiu uma nova dimensão, como um superprojeto de recuperação de áreas centrais de médias e grandes cidades. Inspirada no modelo do Business Improvement District (BID), existente em várias cidades do mundo, a ARE consiste numa organização sem fins lucrativos, formada voluntariamente por proprietários de imóveis não residenciais de uma área delimitada, gerida por profissionais e autorizada, por lei, a operar de forma coordenada com o setor público na prestação de serviços suplementares – como limpeza, segurança, sinalização, iluminação, paisagismo, reparo de calçadas, recuperação de fachadas, promoção de eventos, estratégias de marketing, projetos sociais para moradores de rua e outros. (...) a recuperação de áreas urbanas promoverá um círculo virtuoso: empresários e moradores residenciais – estes isentos do rateio das despesas – terão seus imóveis valorizados; o poder público se beneficiará com a ampliação da receita de impostos, já que a região se tornará mais atrativa para novos empreendimentos; e a população em geral ganhará com o aumento da segurança e a geração de novos empregos e de renda. (Revitalização do Centro do Rio. Projeto ARE – Áreas de Revitalização Econômica. Website da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.acrj.org.br/article.php?id_article=2430, acesso em 06/07/2009) Para aprofundamento sobre o tema indica-se Motta (2009).
- 5 Cabe destacar que a empresa de consultoria “Tubsa/Tecnologies Urbanes Barcelona S.A”, presidida por Jordi Borja e Manuel de Forn, também foi contratada pela prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão do então prefeito Luiz Paulo Conde, para participar da elaboração do Plano de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro – Plano Maravilha, de 1997. Este plano, contudo, foi engavetado pelo prefeito Cezar Maia logo após sua posse, em 2001.
- 6 No dia 17 de setembro do corrente ano, foi realizada a segunda audiência pública sobre o Projeto Porto Maravilha, desta vez fora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e sediada no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), localizado na Praça Mauá. Nesta ocasião, a qual participei, o auditório do INT estava repleto de moradores e lideranças locais, em especial de moradores sem teto das ocupações da região portuária, assim como antigos moradores dos bairros de Santo Cristo, Saúde, do Morro da Conceição e do Morro da Providência. Ao contrário da tônica consensual que aparece no discurso oficial e midiático sobre o projeto, prevaleceu no debate da audiência pública um discurso eivado por críticas à forma assodada como tal projeto tem sido conduzido pelo executivo. Além deste elemento, foi criticada a ausência de consulta e de participação dos moradores e representações políticas dos movimentos sociais e culturais locais nos rumos e destinos

do projeto. Notadamente, as representações dos movimentos de ocupação – como a ocupação Quilombo das Guerreiras, localizada em um imóvel da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Avenida Francisco Bicalho, e a ocupação Zumbi dos Palmares, localizada em um prédio do INSS, na Avenida Venezuela – questionaram o fato do projeto não contemplar a questão do déficit habitacional para a faixa de renda de zero a três salários mínimos. Segundo a fala de um destes moradores, o projeto Porto Maravilha é, na verdade, para os moradores sem teto da região, um “Projeto Porto Armadilha”, pois ao não contemplar os segmentos sociais de mais baixa renda e excluídos do direito à moradia, gera preocupação e insegurança quanto ao destino desta população que lá reside e resiste através dos movimentos de ocupação.

- 7 A instituição do instrumento das Operações Urbanas Consorciadas e dos Cepacs, implica alterar o atual Plano Diretor da Cidade que se encontra, desde 1992, sem a devida adequação ao Estatuto da Cidade, além de não ter sido revisto, desde então. O ano de 2009 marca o retorno dos trabalhos da Câmara Municipal sobre o plano diretor, após o poder executivo ter encaminhado a esta casa propostas de emendas modificativas ao Substitutivo nº 3, do projeto de lei nº 25/2001, elaborado pela então gestão do ex-prefeito Cezar Maia. Contudo, a intenção do poder executivo é desvincular a aprovação das alterações do Plano diretor demandadas pelo Projeto Porto Maravilha, do conjunto das discussões da Câmara Municipal sobre a revisão do Plano Diretor. Tal estratégia é considerada fundamental para a rápida implantação dos procedimentos financeiros e urbanísticos da segunda etapa do projeto Porto Maravilha materializada na forma da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio. Para tanto, a prefeitura encaminhou projetos distintos para consideração da Câmara Municipal e propôs a antecipação da aprovação da referida Operação Urbana.
- 8 A este respeito indica-se a leitura de Fix (2001).

Isabel Cristina da Costa Cardoso

*Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro FSS/UERJ); doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo; e pesquisadora do Programa de Estudos de Trabalho e Política da FSS/UERJ.

Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves*

Silvana Compton Barroso**

Talita de Melo Lira***

Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia

Resumo: Este artigo objetiva discutir o *modus vivendi* das populações tradicionais na Amazônia, principalmente, dos povos indígenas e ribeirinhos buscando caracterizar a complexa dinâmica da relação desses agentes sociais com a natureza e as situações vivenciadas por estes em meio aos conflitos socioambientais na região. O estudo parte do pressuposto de que tais populações possuem formas peculiares e complexas de organização social, cultural, econômica e política que demarcam seu convívio com a natureza, no uso e no manejo dos recursos naturais locais, sob o prisma de que sua conservação deve ser constituída a partir de uma lógica particular de sustentabilidade. Neste sentido, se propõe com este debate destacar as especificidades da organização sociopolítica das populações tradicionais amazônicas, assim como suas estratégias de enfrentamento do conjunto de desafios que se interpõem no fluxo complexo dos dilemas socioambientais presentes na região, pretéritos e atuais.

Palavras-Chave: Comunidade tradicional. Populações ribeirinhas. Povos indígenas. Organização sociopolítica.

Traditional populations: handle of the natural resources in the Amazon

Abstract: This article discusses the *modus vivendi* of traditional populations in the Amazon, mainly indigenous people and coastal seeking to characterize the complex dynamics of social relationship with nature and situations experienced by those in the middle socio-environmental conflicts in the region. The study is based on the assumption that these populations have unique and complex forms of social organization, cultural, economic and political that demarcates your living with nature, the use and management of local natural resources, in the light that their conservation should be formed from a particular logic of sustainability. Accordingly, it is proposed to this debate highlight the specificities of the socio-political organization of traditional Amazonian populations, as well as their strategies for coping with challenges of all practices that are in the flow of complex social dilemmas in the region, past and present

Keywords: Traditional community. Riverside populations. Indigenous people. Socio-political organization.

Recebido em 20.07.2009. Aprovado em 04.09.2009.

Introdução

O debate sobre os dilemas da sociedade atual, os riscos e a condição de vulnerabilidade do planeta, não pode prescindir do debate sobre os complexos desafios enfrentados pela região amazônica. Outrossim, na cena amazônica a realidade das populações tradicionais requer um trato muito particular, seja pelas condições de risco a que estão sujeitas, seja pelo papel que podem representar na busca de alternativas aos dilemas atuais.

Na contemporaneidade, o debate sobre o *modus vivendi* das populações tradicionais na Amazônia, principalmente, dos povos indígenas e ribeirinhos, requer estudos e debates buscando caracterizar a complexa dinâmica da relação desses agentes com a natureza e os enfrentamentos vivenciados em meio aos conflitos sócio-ambientais na região.

A definição do termo populações tradicionais ainda abriga uma forte controvérsia seja no âmbito acadêmico-científico, seja no plano dos movimentos sociais, trata-se de uma categoria em processo de construção. Esta categoria serve para explicar as formas de organização sociocultural de diversos segmentos sociais, dentre eles destacam-se: seringueiros, castanheiros da Amazônia, babaçueiras do Sul do Maranhão e quilombolas do Tocantins, ribeirinhos e ainda outros grupos pouco conhecidos.

Vale destacar que a construção conceitual do termo povos ou populações tradicionais está vinculada ao debate sobre as questões sócio-ambientais, principalmente no que corresponde à discussão sobre o desenvolvimento que adote a sustentabilidade como parâmetro. A discussão sobre populações tradicionais e sobre a valorização dos saberes das populações tradicionais ganhou ênfase a partir da década de 80, com a efervescência na cena política dos movimentos ambientalistas, ecologistas, organizações não governamentais, movimentos sociais diversos e movimentos acadêmicos em prol da conservação de ecossistemas e da biodiversidade.

Diante deste debate, este trabalho apresenta a temática, a partir do conhecimento do *modus vivendi* das populações tradicionais na Amazônia, principalmente, dos povos indígenas e ribeirinhos no bojo da complexa dinâmica da relação desses agentes com a natureza e sua organização sociopolítica frente aos enfrentamentos vivenciados em meio aos conflitos socioambientais na região.

Populações Tradicionais na Amazônia

Neste tópico, realiza-se uma discussão sobre o conceito de populações tradicionais, bem como de suas práticas socioculturais na contemporaneidade enfatizando as populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia. Segundo Diegues (1996), não há um consenso na academia em relação à definição de “Populações Tradicionais” no Brasil. O autor entende que este termo surgiu a partir da discussão sobre a presença humana em Unidades de Conservação. Em relação ao uso do termo entende-se que há *um certo consenso* sobre a adoção do termo “população indígena” significando “etnia”, isto é, povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista europeia da América. No entanto, este reconhecimento passa por um intenso e ampliado debate, repleto de dissensões em torno dos termos “populações nativas”, “tribais”, “indígenas”, “comunidade”, “povos” e “tradicionais” adotados mundialmente.

Quanto à origem etimológica da palavra, Roué (1997) reconhece que a mesma originou-se da sigla TEK (*traditional ecological knowledge*), que significa saberes ecológicos tradicionais, utilizada nas esferas a que pertencem as redes de pesquisadores ou nas organizações internacionais.

No Brasil, o reconhecimento jurídico das populações tradicionais ocorreu a partir do texto constitucional de 1988, em que no art. 215 determina que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”. E, como sinais distintivos da identidade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira incluem, dentre outras, suas “formas de expressão e seus modos de criar, fazer e viver” (SHIRAIISHI NETO, 2007).

O marco do reconhecimento jurídico no Brasil ocorreu pelas reivindicações dos diversos movimentos sociais da década de 80, protagonizados pelas populações indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, dentre outros. Passou-se então, a reconhecer grupos sociais específicos e distintos entre si, mas que estavam desprovidos de um reconhecimento legal que garantisse o direito às terras que tradicionalmente habitavam. Este debate culminou com a criação das Reservas Extrativistas (Resex) e, posteriormente, foi criado, em 1992, o Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), vinculado ao IBAMA. A

categoria de população tradicional foi incorporada na nova legislação do SNUC, sancionada em 2000, para identificar as populações residentes em reservas ambientais, como as Resex, Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (FLONAS).

Destaca-se a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (2006) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007). Esta Política define populações tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (ALMEIDA, *apud* SHIRAIISHI, 2007:14). A política está estruturada a partir de quatro eixos estratégicos, que são: 1) acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais; 2) infraestrutura; 3) inclusão social, e 4) fomento e produção sustentável.

Neste estudo, o termo serve para explicar as formas de organização sócio-cultural de diversos segmentos sociais, com destaque para: seringueiros, castanheiros, babaqueiras do Sul do Maranhão e quilombolas (TO), ribeirinhos e ainda outros grupos pouco conhecidos. Estes grupos se caracterizam por adotarem formas de manejo dos recursos com tecnologias de baixo impacto ambiental e apresentam interesse em manter ou recuperar suas áreas. Castro (1997), em sua análise sobre os povos tradicionais explicita que os mesmos possuem uma concepção comunal de uso da terra, a organização das atividades de trabalho não está separada de rituais sacros, de festividades ou outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, com elevado grau de integração nas relações familiares e de parentesco.

Em relação às atividades produtivas, estes segmentos sociais possuem formas complexas de gestão coletiva, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução dos seus grupos, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza, com formas adaptadas de manejo. Estas práticas marcam os *modus vivendi* destas populações, nas quais o tempo de caçar, pescar e plantar, marcados por

mitos ancestrais, pelos avisos da mata, pela expressão da “mãe natureza”, são marcos referenciais para estas populações (CHAVES, 1997).

A modalidade de organização social dos ribeirinhos e das nações indígenas é distinta da lógica da sociedade capitalista. Tendo em vista que estes grupos, ao estabelecerem uma relação simbiótica com a natureza, resguardam as florestas tropicais ou outros ecossistemas em que vivem de serem destruídos pela expansão das relações capitalistas de produção.

Em sua abordagem, Diegues (Op. cit.) enumera algumas características pertinentes às populações tradicionais, quais sejam:

- a) *Dependência e até simbiose (aqui entendido como identificação) com a natureza;*
- b) *Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos expressos na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais, transmitidos de geração em geração por via oral;*
- c) *Noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente;*
- d) *Reduzida acumulação de capital, por não adotarem o modelo capitalista de produção e sim atividades de subsistência;*
- e) *A centralidade da unidade familiar, doméstica ou comunal, bem como das relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;*
- f) *Importância de mito e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas;*
- g) *Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;*
- h) *Autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura singular.*

Para Diegues (1996) um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Assim, a partir dos instrumentais analíticos obtidos no estudo dos autores que discutem população tradicional, será debatido o modo de organização sociocultural das populações ribeirinhas da Amazônia.

Populações indígenas

Reconhecer os povos indígenas como povos tradicionais, implica entender primeiramente quem são esses povos. A Antropologia Cultural, área da ciência que possui uma gama de conhecimentos científicos produzido sobre os povos e populações indígenas, admite o critério étnico como o responsável por definir identidades étnicas de grupos sociais. (CUNHA, 1987).

No entanto, os processos ocorridos ao longo da história brasileira foram decisivos para que os povos indígenas somente a partir da Constituição de 1988 fossem reconhecidos como tais e como detentores de *direitos históricos*. Constituindo-se como um marco na legitimação dos direitos dos povos indígenas, ao instituir um capítulo exclusivo sobre eles, isto é, o Capítulo VIII “Dos Índios”, parte integrante do Título VIII “Da Ordem Social”.

Sob o ordenamento contido neste Capítulo, a Constituição de 88 trouxe uma perspectiva que ultrapassou o viés assimilacionista¹ que conduziu a política indigenista brasileira desde seus primórdios, bem como garantiu o direito originário dos povos indígenas sobre suas terras. Foi por meio do Capítulo VIII “Dos índios” que os povos indígenas passaram a ter direito de serem diferentes da sociedade nacional e de serem reconhecidos como povo.

O conceito de povos tradicionais formulado pela Convenção 169 da OIT, baseados nos debates sobre autonomia territorial e sobre os direitos dos povos dos quais se incluem os indígenas, os quilombolas, os caboclos, os caiçaras, os jangadeiros, os pescadores artesanais, entre outros, tidos como tradicionais, (re)direcionou as discussões e as lutas dos povos tradicionais, contribuindo para a arregimentação de forças políticas em torno de uma categoria. Isto permitiu a estas populações empreenderem as lutas por seus interesses que giram em torno de diversas questões, destacando-se aquelas relativas à territorialidade e suas implicações, tais como atenção à diversidade fundiária brasileira e à dinâmica cultural dos povos estabelecidos em determinados territórios e, ainda, as questões relacionadas ao modo de vida caracterizado pelas particularidades socioculturais. Enquanto luta destas populações em defesa de seus territórios, a demarcação das terras indígenas, tornou-se um elemento

unificador das lutas pelos direitos dos povos tradicionais, tendo como foco principal o reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade comum e das leis que os embasam.

A Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é um documento que reforça e ampara os direitos dos povos indígenas e traz a definição adequada para os mesmos, ao estabelecer que suas disposições se aplicam:

- a) *aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;*
- b) *aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. (Artigo 1º)*

Os povos indígenas são reconhecidos como populações tradicionais por regerem seus grupos “total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições”, conservando as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou pelo menos parte delas. Tal definição reforça o critério étnico ao admitir que os direitos dos povos indígenas são assegurados mesmo aos que conservam parcialmente seus costumes e tradições, podendo ser usufruídos independente de estarem localizados em Terras Indígenas (TI) ou não-indígenas.

Estes povos também guardam consigo a experiência histórica das diversas lutas travadas para manter-se como etnia, dentre as quais se destaca a defesa das Terras Indígenas.

Portanto, este segmento social composto por diversos grupos étnicos possuem direitos devidamente assegurados em legislação própria. A conquista de direitos assegurou, por meio de várias leis e decretos, o acesso à assistência à saúde dife-

renciada, à educação indígena. Todavia, há ainda uma longa caminhada para que tais direitos avancem em sua concretização.

Fazem parte da cultura indígena particularidades que envolvem as representações sociais do meio ambiente, da existência em si e dos mistérios da morte, além de outros aspectos culturais guardados por esses povos e que são manifestações de um saber tradicional próprio das construções culturais dos povos tradicionais. Segundo Cunha (1987, p. 101), o pertencimento ao grupo étnico implica a aceitação de valores e traços culturais, uma vez que para a autora a cultura “não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados e é preciso perceber [...] a dinâmica, a produção cultural [...]”.

Portanto, os indígenas, como grupos étnicos e povos tradicionais por sua particularidade histórica e cultural na sociedade brasileira, independente do espaço geográfico no qual vivem (na reserva, na cidade, em áreas ribeirinhas), se assumem sua identidade, também assumem a sua especificidade cultural.

Populações ribeirinhas na Amazônia

Os ribeirinhos da Amazônia são populações estabelecidas por muitas gerações, fruto do processo de miscigenação (cruzamento de vários povos e culturas), iniciado no período de colonização, intensificando-se durante o período pombalino e consolidando-se no período da borracha, no qual ocorreu um grande fluxo migratório, principalmente retirantes nordestinos que fugiam da expropriação e da seca no Nordeste.

Nesse sentido, o longo processo sócio-histórico as populações amazônicas passaram a adquirir novos valores, incorporar novos padrões de comportamento e conduta, propiciando uma relação diferenciada no trato com a natureza, isto é, as populações tradicionais da Amazônia distinguem uma série de processos complexos inerentes aos ecossistemas da região (SIMONETTI, 2004).

De acordo com Morán (1990), a cultura cabocla² iniciou-se com a chegada dos portugueses (1500 a 1850), seguida por uma fase de aculturação e uma economia extrativista baseada no extrativismo da borracha (1850 a 1970). O estudo de Morán (idem)

evidencia que o caboclo pode ser coletor de seringa ou de castanha, horticultor, canoeiro e pescador, normalmente subsistindo de várias ou algumas dessas atividades. Sobre as populações ribeirinhas Castro (1997:226) afirma que:

Encontramos nos denominados ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagem de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam a noção de território.

Chaves (2001) partilha das idéias de Castro (1997) ao afirmar que os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza. Desde a relação com a água, seus sistemas classificatórios da fauna e flora formam um extenso patrimônio cultural.

Uma das principais características físicas dos ribeirinhos é a sua modalidade de ocupação do território, em geral localizada em áreas de terras firmes (porções de terras altas que não alagam no período da enchente do rio) ou em terras de várzeas³, as margens de rios e lagos, onde buscam se estabilizarem, formando, assim, agrupamentos comunitários constituídos de várias famílias, denominados comunidades.

As habitações possuem uma estrutura física simples composta de madeira ou de palha com poucos cômodos, uma casa comunitária (local onde são realizadas reuniões, festas e eventos comunitários), casa de produção de farinha, canoas (meio de transporte mais utilizado pela população), barcos de pesca, entre outros. Nesta região, são poucas as comunidades rurais que possuem posto de saúde, saneamento, energia elétrica, abastecimento de água, escolas, ou seja, acesso à infra-estrutura básica.

O rio possui um significado muito grande para essas populações, configurando-se como complemento de suas vidas, ou até mesmo suas próprias vidas, como descreve Masulo (1998, p. 04),

[...] Rio e ribeirão são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o ribeirão lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem.

Nesse sentido, Diegues (1997) afirma que para as populações ribeirinhas a vida obedece, em certo sentido e até certo ponto, ao ciclo natural, seja no tempo de fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e esperar o tempo certo de colher, assim como o tempo de esperar as espécies de peixes migratórios, a partir de sinais interpretados como avisos, percebidos e decifrados pelos moradores da floresta.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de trabalho dos ribeirinhos, Chaves (2001) ressalta que estas se fundamentam no desenvolvimento de técnicas simples e apropriadas ao atendimento de suas necessidades prioritárias. Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se: o acesso aos recursos pesqueiros; a produção agrícola para subsistência; o extrativismo vegetal e animal; e os processos de transformação dos recursos locais pelas práticas do artesanato, de tesses de cipós e outras formas de beneficiamento de materiais naturais.

Uso e manejo dos recursos naturais em comunidades tradicionais amazônicas

Neste debate, parte-se do pressuposto que a Amazônia não pode ser entendida pela segmentação das partes, separando ambiente físico da vida social, mas pela percepção integral que abrange a totalidade complexa que envolve relações políticas, culturais, bem como compreende as dimensões tecnológicas e ecológicas, como resultado de uma construção histórica, do estabelecimento de relações sociais dos homens entre si e com a natureza (CHAVES, 2001).

No que se refere à relação homem-natureza na Amazônia, esta pode ser identificada a partir de diversos fatores, dentre os quais se destacam:

- a) *a origem e a organização sócio-cultural das populações amazônicas;*
- b) *as trajetórias históricas de vida dos grupos sociais;*
- c) *as formas de ocupação e uso do território;*
- d) *as formas peculiares de organização política;*
- e) *as modalidades produtivas no manejo dos recursos locais;*
- f) *as modalidades de trocas entre si e dos intercâmbios com outros contextos;*
- g) *as pressões e sobredeterminações externas, impostas pela sociedade envolvente, ao contexto local.*

No que diz respeito ao conjunto das atividades produtivas desenvolvidas pela população amazônica destacam-se o extrativismo vegetal (cipós, óleos, palha e madeira para habitação) e animal, com destaque para pesca. Sendo estas as mais tradicionais práticas realizadas pelas populações que vivem na interlândia amazônica, seja nas terras de várzea ou terra firme, como também nas áreas de entorno das sedes dos municípios.

De acordo com (NODA, 2001; BATISTA, CHAVES *et al.*, 2005), a pesca tem grande representatividade para as populações locais, principalmente, porque o peixe é a principal fonte de proteína das famílias ribeirinhas. A prática da pesca é realizada por todas as populações tradicionais da região, e é executada nos lagos, igapós, igarapés e rios.

No que se refere à produção agrícola, o cultivo de mandioca é o mais comum. As cultivares venenosas são denominadas mandiocas e as não venenosas macaxeira, ambas da espécie *Manihot esculenta Crantz*. A mandioca é o componente básico do sistema de produção agrícola na Amazônia quer seja em regiões de terra-firme ou em regiões de várzea, devido a sua dupla finalidade: subsistência e comercialização. (NODA *et al.*, 2001).

Para Chaves (2001), as populações tradicionais na Amazônia estabelecem o manejo dos recursos locais, desenvolvendo a gestão dos recursos naturais da fauna e flora, numa perspectiva coletiva e participativa, orientadas por saberes que enraízam suas bases em práticas comunicativas e cooperativas.

Neste contexto, as práticas das populações tradicionais são permeadas pelo simbólico, e o manejo dos recursos também deriva de tais orientações. No ambiente da economia tradicional, o componente cultural possui determinantes importantes marcados pelos signos que os homens/mulheres constroem sob a base de suas representações cognitivas, que servem como mapas de orientação para as ações.

Entende-se que as relações homem-natureza encontram-se mediadas pela cultura, por experiências acumuladas pelos povos ao longo de gerações e pelos valores sociais e políticos construídos numa perspectiva sócio-histórica (Morán, 1990). A partir desta ótica de análise, o componente cultural é percebido como, “[...] um conjunto de práticas, idéias e sentimentos que exprimem as relações simbólicas dos homens com a realidade (natural, humana e sagrada) [...]” (CHAUÍ, 1984, p. 11). A cultura pode ser percebida, ainda, enquanto um conjunto de representações, das valorizações efetivas, dos hábitos, das regras sociais, dos códigos simbólicos (THIOLLENT 2004, p. 194).

É importante destacar que as práticas de manejo desenvolvidas por estas populações encontram-se pautadas em um saber diferenciado do saber técnico-científico. Desse modo, não são apenas as modalidades técnicas de gestão da biodiversidade que importam, mas certas formas sociais, que orientam a gestão e implantação técnica, também devem ser consideradas neste processo (DIEGUES, 2001). Assim, nestas formas de gestão, é possível perceber um ordenamento no uso dos recursos manejados por estas sociedades, o que historicamente tem garantido sua sustentabilidade.

Nesta perspectiva, para Godard (1999) a efetiva promoção de uma gestão integrada de recursos naturais e do meio ambiente pode conduzir para além do questionamento de certas modalidades técnicas de exploração, mas, principalmente, devem servir para estimular a busca de transformação das condições sociais que cercam seu exercício.

Nesta linha de discussão, Diegues (2001) afirma que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais estão relacionados intimamente com os conhecimentos e as práticas das populações tradicionais. A relevância das práticas das comunidades tradicionais, no que tange à utilização sustentável dos componentes

da diversidade biológica na contemporaneidade, passou a ser reconhecida no âmbito internacional, nacional e mesmo local, sobretudo a partir da Convenção da Diversidade Biológica – CDB (1992) que afirma, em seu artigo 10, que “cada Parte Contratante deve, conforme o caso: c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável”.

Organização sociopolítica das populações tradicionais no âmbito comunitário

A organização sociopolítica no âmbito comunitário das populações tradicionais possui especificidades quanto à dinâmica de mobilização e participação social em relação a um contexto social mais amplo. Vale destacar que, embora em uma comunidade os interesses possam apresentar-se como sendo comum a todos, é necessário desvendar as tramas que formam a teia das correlações de forças internas e das pressões e sobredeterminações externas que incidem sobre o âmbito local.

A comunidade é um espaço onde o cotidiano subsume relações complexas que vigoram entre os agentes sociais, que estão envoltas e permeadas por contradições. O conjunto destas relações é determinado, sobretudo por elementos da conjuntura mais ampla, entre os quais se destacam os movimentos sociais e a política social que geram impactos os mais diversos e adversos no plano local. As comunidades, território das populações tradicionais na Amazônia, não são uma realidade autônoma ou um contexto social com elementos distintos da própria sociedade na qual se situam, embora possuam inúmeras singularidades.

As formas de organização das populações tradicionais denotam a existência de identidades políticas diferenciadas que, por sua vez, produzem condições propícias para os mais diversos processos sociais, dentre os quais se destacam as ações comunitárias como meio para a organização sociopolítica. No que diz respeito às estratégias utilizadas para a organização destacam-se: a solidariedade interna aos grupos, as alianças políticas com interlocutores externos, as reivindicações feitas nas manifestações públicas e nas campanhas, segundo o grau de politização e conscientização do grupo

social. De certa forma, pode-se afirmar que a principal finalidade da organização sociopolítica destes grupos está na busca pela conquista de seus direitos e na constituição de meios para atendimento das necessidades básicas de seus protagonistas.

Souza (1996) entende a organização comunitária como ação resultante da tomada de consciência da população dos seus problemas locais e da mobilização social para superação dos mesmos, na qual a participação social ganha centralidade. Souza (1996) afirma que a participação é um processo de criação do homem ao pensar e agir frente aos desafios sociais e da natureza, no contexto em que o mesmo está situado.

No contexto rural amazônico observa-se a existência de um heterogêneo conjunto de grupos sociais formados por populações indígenas, caboclas, ribeirinhas, migrantes, entre outras. Cada um destes segmentos é constituído por uma identidade sociocultural e política própria, cuja modalidade de sobrevivência e relações político-organizativas estão relacionadas:

- a) *a origem étnica por meio da adoção e adaptação de saberes e técnicas de acordo com suas necessidades;*
- b) *ao padrão complexo de organização da produção e de gestão dos recursos naturais;*
- c) *a luta pela garantia de sobrevivência e acesso a bens e serviços sociais;*
- d) *as atividades exercidas, como: agricultura, caça, pesca, coleta e extração, desempenhadas de acordo com suas necessidades e recursos naturais disponíveis.*

Neste sentido, considera-se que as condições de vida político-organizativa e ambiental dos povos ribeirinhos nas comunidades amazônicas são marcadas e orientadas por uma identidade pautada nos valores socioculturais e na dinâmica sócio-histórica da região Amazônica.

Na organização sociopolítica da Amazônia podem ser identificadas modalidades de articulação de forças de diversas ordens (políticas, econômicas e culturais), instituídas como processos de resistência pacífica e/ou de luta para garantir o acesso aos recursos necessários à reprodução da vida material e social, instituídos conforme a trajetória socio-histórica de constituição de cada comunidade (CHAVES, 2001).

No âmbito comunitário é possível identificar algumas configurações que marcam a associação entre organização política e produtiva, são elas:

- a) *as associações comunitárias que adotam como referência organizacional as representações e representatividade que os atores possuem para formar seus quadros;* b) *os mutirões nos quais o trabalho é compartilhado por todos os membros da comunidade e se constituem como serviços para coletividade, para melhoria de bens e/ou prestação de serviços comunitários;*
- b) *os ajuris são modalidades de organização do trabalho realizadas pelos comunitários de maneira coletiva, cujos resultados são compartilhados pelos participantes da atividade;*
- c) *os puxiruns são atividades desenvolvidas em grupos para troca de serviços, na qual todos se reúnem para beneficiar um membro, que em momento posterior presta serviço equivalente àqueles que o ajudaram.*

Dessa forma, a organização política e produtiva desses produtores não pode ser dimensionada e nem compreendida tomando-se por base somente seu comportamento econômico, pois possui fortes vínculos comunitários sustentados pelas redes de ajuda mútua que institui entre si (CHAVES, 2001).

As populações têm sua reprodução social e física garantida a partir do manejo dos recursos locais, desenvolvendo estratégias de organização comunitária (tecnologias sociais) para superar as dificuldades decorrentes da carência de bens e serviços sociais, o que se configura como uma potencialidade dessas populações. Tais estratégias se estabelecem por meio de solidariedade e ajuda mútua entre os comunitários, práticas alicerçadas em conhecimentos tradicionais que possibilitam superar a doença por intermédio do uso de plantas medicinais, a ausência de um médico por uma parteira, a falta de um equipamento para fazer farinha através da construção coletiva de uma casa de farinha comunitária e muitas outras.

A pesca realizada para o consumo dos grupos locais é de responsabilidade dos adultos e jovens do sexo masculino, e em menor proporção das mulheres e das crianças. De certo modo, esta divisão do trabalho atua como mecanismo de liberação dos

outros membros da família para outras atividades e como processo formativo para o manejo do ambiente aquático. A pesca para o consumo dos grupos domésticos é praticada em todos os períodos do ano, ao passo que a caça é mais importante na composição alimentar das famílias na época em que os rios estão com seu volume de águas elevado.

As comunidades ribeirinhas estabelecem o manejo dos recursos locais, desenvolvendo a gestão dos recursos da fauna e flora orientados por saberes e práticas comunicativas e cooperativas. Entende-se que a relação dos ribeirinhos com a natureza encontra-se pautada por sua dinâmica peculiar, e não em função das relações de produção para atender as demandas do mercado. São relações de respeito ao meio ambiente e de manutenção da subsistência de seus grupos.

Considerações Finais

Para definição das populações tradicionais na Amazônia, além da necessidade de reconhecer as especificidades do seu modo de vida, suas particularidades históricas e as formas de uso e manejo dos recursos naturais, é importante considerar sua organização sociopolítica e suas estratégias de enfrentamento do conjunto de desafios que se interpõe no fluxo complexo dos dilemas socioambientais, pretéritos e atuais.

Em consonância com o referencial teórico utilizado na pesquisa, as populações tradicionais, indígenas ou não, possuem *modus vivendi* distintos das sociedades urbanas, com relação recíproca com a natureza, contrariando a lógica do capital, caracterizando uma organização socioeconômica particular que visa a manutenção e reprodução dos grupos familiares e da vida em comunidade.

Ao tomar por referência a discussão apresentada neste trabalho, e ainda com o reforço de outros estudos, entende-se que o desenvolvimento com sustentabilidade para os povos da região requer a implementação de um conjunto de medidas de cunho político-institucional e de caráter prático. Entende-se a necessidade de urgentemente criar alternativas econômicas viáveis, compatíveis e direcionadas para a valorização das habilidades e competências regionais para combater as disparidades econômicas e políticas existentes.

Para atender tal compromisso será importante a implantação de políticas públicas integradas que possam promover a distribuição equitativa de recursos e renda para combater a pobreza e atender às necessidades humanas básicas, bem como o fomento de ciência e tecnologia vinculadas às políticas de desenvolvimento social.

Neste contexto, a participação se constitui em um exercício coletivo de tomada de decisões e de gestão das ações, definidas e implementadas por meio da articulação de forças sociais, dentro e fora da comunidade. Assim pode-se entender que a participação dos atores sociais, por meio de suas organizações próprias, contribui para a (re)elaboração de diferentes identidades sociais, em que eles ampliam a sua presença na arena política, impõem à sociedade o reconhecimento de sua existência e de seus direitos enquanto cidadãos.

Por fim, vale enfatizar que, ao discutir sobre as populações tradicionais que vivem na Amazônia, se reconhece a necessidade de ampliar estudos que privilegiem a busca pelo conhecimento do *modus vivendi* desses povos e que as interpretações possam resultar em subsídios qualificados para serem adotados na implementação de políticas públicas visando a sustentabilidade socioambiental. As políticas coerentes podem contribuir fortemente para a superação dos riscos e das condições de vulnerabilidade a que muitas delas estão expostas, respeitando o direito dessas populações de permanecerem em seus territórios com autonomia sociocultural e política. Tal medida se impõe para que a história não nos venha cobrar no futuro um alto preço pela negligência em relação ao compromisso social e histórico que se apresenta à nossa civilização.

Referências

BATISTA, Vandick da Silva; CHAVES, Ma. do P. Socorro R. *et al. Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira e da Estrutura de Comercialização do Pescado na calha Solimões* in: *O Setor Pesqueiro na Amazonia; análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca*. Manaus: Ibama/Pro-Varzea, 2007.

CASTRO, Edna. *Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*. In: *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

CHAVES, Ma. do P. SOCORRO R. et al. *O Estudo das Condições de Vida das Populações e das Formas de Manejo dos Recursos Naturais no Parque Nacional do Jaú (PNJ)*. Projeto Janelas para Biodiversidade. Relatório Final de Pesquisa. Manaus: UFAM, 2001.

_____. M. do P. SOCORRO R. *Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá*. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIRED. 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Et all. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIEGUES, A. C. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras*. In: Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. CASTRO, Edna; PINTON, F. (orgs). Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997. p. 315 – 347

_____. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. (org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade, 4).

GODARD, Olivier. *A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação*. In: VIERIA, Paulo Freire; WEBER, Jaques. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1999.

MORÁN, E. F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. RJ: Vozes, 1990.

NODA, Sandra N et ali. *Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzea*. In: Espaços e recursos naturais de uso comum. Carlos Antônio Diegues, André de Castro C. Moreira (Org). São Paulo, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 169 de 07 de junho de 1989*. Dispõe sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.

ROUÉ, Marie. *Novas perspectivas etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais*. In: Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. E. Castro (Org). Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

SIMONETTI, Susy Rodrigues. *A dinâmica sócio-ambiental das comunidades ribeirinhas do rio Parauari em Maués: um estudo de caso das comunidades Vila Darcy e Açoera*. 2004. Dissertação– CCA/UFAM. Manaus-AM.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 13. ed. – São Paulo : Cortez, 2004.

Notas

- 1 A política indigenista brasileira foi construída tendo como base o pressuposto de que o indígena era um ser primitivo e incapaz, devendo evoluir para que se aproximasse da sociedade nacional, isto é, para que fosse assimilado à sociedade nacional (GARNELO; MACEDO; BRANDÃO, 2003, p. 36).
- 2 Expressão que vem do tupi (kari bora), na sociedade capitalista designa-se de forma pejorativa as populações que habitam na área rural da Amazônia, tais como: índio bravo, mestiço de índio, matuto, indolente, pessoas desconfiadas ou traiçoeiras. Nesse sentido, neste relatório não será utilizado nomenclatura caboclo para designar as populações ribeirinhas.
- 3 Terras anualmente alagáveis, fato que proporciona o enriquecimento nutricional do solo.

***Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves** – Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Doutora em Política Científica e Tecnológica UNICAMP/CIRED; Mestre em Sociologia Rural/UFPB; Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-ambiental

e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (*Grupo Inter-Ação*). A autora possui diversas publicações sendo suas últimas publicações, os artigos: *Recursos Naturais, Biotecnologia e Conhecimentos Tradicionais: Questões sobre o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. Revista Perspectiva, 2008; *Pueblos Ribereños de la Amazonía: Haberes y Habilidades*. MS. Revista Interações (Internacional), 2008.
socorro.chaves@pq.cnpq.br

****Silvana Compton Barroso** – Assistente Social, mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (*Grupo Inter-Ação*). As últimas publicações são: *Processo socioeducativo de organização comunitária ribeirinhas do Município de Maués/AM*. UNESCO: 2004; *Extensão universitária: uma experiência exitosa para construção coletiva da cidadania no Complexo Comunitário Colônia Antonio Aleixo em Manaus/AM*, 2005
silcompton@hotmail.com

*****Talita de Melo Lira** – Assistente Social, mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da universidade Federal do Amazonas e Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (*Grupo Inter-Ação*). As últimas publicações: *Amazônia: as relações sociais sob o prisma da narrativa de Ferreira de Castro*. MPEG, 2007; *Recursos Naturais, Biotecnologia e Conhecimentos Tradicionais: Questões sobre o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. Revista Perspectiva, 2008;
talitademelolira@bol.com.br

Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Yolanda Guerra*

Fátima Grave Ortiz**

Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Resumo: Neste artigo pretende-se traçar, ainda que sumariamente, os “caminhos” que permitiram a “virada” do Serviço Social brasileiro, que tem como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, para o que é incontestado o reconhecimento de que este processo fundou-se em determinações próprias da profissão e outras afeitas à conjuntura sócio-política e econômica, em especial da América Latina; bem como examinar os “frutos da virada” na dimensão do exercício, da formação profissional e da organização política da categoria, o que exige remeter a trajetória histórica da profissão ao movimento das classes sociais na sociedade brasileira nas últimas 3 décadas. Entendemos que só uma correta avaliação acerca dos caminhos da virada e dos seus frutos nos permite clarificar os novos dilemas e dimensionar os desafios contemporâneos.

Palavras-Chave: Serviço Social. III Congresso Brasileiro de Serviço Social. Trajetória histórica.

The paths and the fruits of “switch”: notes on the III Brazilian Congress of Social Workers

Abstract: This article briefly traces back the ways that allowed the turning point in the Brazilian social services as from the III Brazilian Congress of Social Workers held in 1979. There are no doubts that this process stemmed from determinations from both the profession itself and also the social, political and economic framework of Latin America. The article also deals with the results of this turning point regarding the professional formation, the political organization and the daily tasks performed by the social workers. One should not ignore the links established by the historical process of the profession and the Brazilian social class movement in the last three decades. We understand that only a correct evaluation of the process that led to this turning point and its outcome should allow us to clear up the new dilemmas and face the new challenges.

Keywords: Social Work. III Brazilian Congress of Social Workers. Historical development.

Recebido em 31.07.2009. Aprovado em 04.09.2009.

Introdução

O resgate da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil nos indica que data de 1947 a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Promovido pelo CEAS – Centro de Estudos e Ação Social, este congresso, na verdade, objetivava preparar a representação brasileira que almejava participar do então II Congresso Pan-Americano de Serviço Social. A análise dos materiais da época deixa clara a expressiva influência do Serviço Social norte-americano sobre nossa profissão na América Latina (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986), fruto da política imperialista exercida pelos Estados Unidos no segundo pós-guerra.

Mais de uma década depois, realizou-se o II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1961. Também orientado pela necessidade de preparação dos representantes brasileiros para um evento internacional (no caso, a XI Conferência Internacional de Serviço Social), o II Congresso ocorreu em uma conjuntura nacional marcada pelo desenvolvimentismo e teve como tema central – Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986).

Em ambos os Congressos, há uma nítida interlocução do Serviço Social brasileiro com os processos de caráter macroscópico ocorridos no país e na América Latina e a franca necessidade de responder e se articular a estes.

Em 1979, a mesma necessidade de dialogar com a realidade se pôs, afirmando o entendimento anterior de que o Serviço Social tinha muito a contribuir com essa realidade. No entanto, qual era a realidade de 1979? Que contribuição o Serviço Social brasileiro tinha a dar em 1979? Estas são, ao nosso ver, indagações absolutamente imprescindíveis, se quisermos ultrapassar apenas a perspectiva de celebração que, reconhecidamente, o Congresso de 1979 nos invoca.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, justamente conhecido como “Congresso da Virada”, impôs-se desta forma como marco, pois, literalmente, destituiu a mesa de abertura de um congresso e ao fazê-lo rompeu com décadas de histórico conservadorismo (NETTO, 1999), substituindo

autoridades vinculadas às instituições burguesas por protagonistas do movimento da classe trabalhadora. Representava-se ali a opção pelo claro compromisso com as lutas dos trabalhadores e o reconhecimento de sua missão histórica e revolucionária.

O “Congresso da Virada” constituiu-se, de fato, num marco e “marcos” são assim: depois deles, nada fica exatamente igual como era antes. E o Serviço Social brasileiro não foi mais o mesmo e a “Virada” de 1979 desdobrou-se em várias outras: no campo da formação, do exercício profissional e da organização política da categoria.

Contudo, se é verdade que o “Congresso da Virada” foi um marco, ele também foi um processo, uma vez que esteve significativamente hipotecado a determinações exógenas e endógenas à profissão, ou dito de outra forma: foi marcado pelo adensamento da conjuntura nacional e latino-americana da época, de um lado; e do próprio acúmulo da profissão proporcionado pelo Movimento de Reconceituação, de outro.

Neste sentido, este ensaio possui dois objetivos centrais: traçar os “caminhos” que originaram a “virada” no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979 e para isso é incontestemente o reconhecimento de que este processo fundou-se em determinações próprias da profissão e outras afeitas à conjuntura política, em especial da América Latina. O segundo objetivo é examinar os “frutos da virada” para o Serviço Social brasileiro na dimensão do exercício e da formação profissional, bem como da sua organização política.

Com efeito, celebrar a “virada” é importante, sobretudo nos tempos adversos e sombrios da contemporaneidade. Em tempos em que se discute a existência da “barbárie” entre nós, é fundamental o resgate da “virada” e do que ela representou e ainda representa aos assistentes sociais brasileiros.

Resgatar na memória os caminhos e os frutos da “virada” é imprescindível a todos, incluindo as novas gerações, tendo em vista a necessidade imperiosa de se afirmar o inegável papel da história e o peso que as contradições exercem sobre ela e nos rumos dos processos sociais de uma forma geral.

Os “Caminhos da Virada” – *caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento...*

Determinações internas e externas e o papel da Reconceitualização latino-americana

A análise que tomamos aqui quanto à chamada “virada” dos anos 70, do ponto de vista da totalidade, considera que sua possibilidade foi resultado de determinações internas e externas ao Serviço Social.

Em relação às determinações externas, a virada se inscreveu no processo histórico que vai do final da década de 50 e atravessa os anos 70, em especial nos acontecimentos que se realizaram no continente latino-americano. Recebeu influxos dos processos revolucionários que pulularam neste período em toda América Latina e que foram brutalmente reprimidos por ditaduras sangrentas. Concebido como o “quintal” dos Estados Unidos da América, este continente, tão diverso entre si, constituiu-se de uma unidade. Tal unidade de elementos diversos (dentre eles, o idioma, a moeda, as lutas internas, os processos de colonização e trajetórias) se amalgama pela articulação de determinações como: existência de recursos humanos, naturais, energéticos, matérias-primas, mercado interno amplo, com potencial de ser ainda mais explorado e, especialmente, da existência de mão de obra relativamente qualificada e barata. Por estas potencialidades, a América Latina se constituiu em uma “presa cobiçada e ao mesmo tempo temida pelo imperialismo” (CUEVAS, 1983, p. 16). Dadas às contradições sociais que se desenvolvem de maneira desigual e possuem maneiras também distintas de enfrentar o imperialismo, na década de 70, como nota Cuevas, “as massas voltaram a ganhar as ruas e o movimento operário e popular em geral deu mostras de uma renovada vitalidade” (op. cit. p. 19).

Pelo dinamismo e expansão do capitalismo¹, a classe operária se desenvolve e amadurece do ponto de vista da sua consciência de classe e de sua organicidade. A revolução cubana (1959), as novas lutas de classe na Guatemala (1960), a influência dos movimentos desencadeados no maio francês de 1968, o Cordobazo² argentino (1969), a unidade popular do Chile (1970-1973), a grande mobilização social que levou a vitória da Frente Sandinista

de Libertação Nacional (FSLN) em 1979; a recuperação de parte da soberania do Canal do Panamá (1977) pelos Tratados Torrijos-Carter, a guerra de libertação em El Salvador (1980 – 1992), são marcos que confirmam que “em contato com essa realidade, as classes vão forjando sua consciência política, que, portanto, não surge por geração espontânea” (idem, 193).

Com o enfraquecimento e a decomposição da ideologia do panamericanismo, a revolução cubana, expressão do perigo iminente do comunismo – faz nascer o pacto Aliança para o Progresso – vigente dentre os anos de 1961 a 1970, o qual visava garantir a dominação norte-americana no continente. Com a falência deste programa, os EUA passam a financiar as ditaduras militares por toda a América Latina.

Sem dúvida, a reconceitualização, como um movimento de denúncia, recusa, crítica e tentativa de ruptura com o tradicionalismo da profissão, dinamizada pelo contexto de efervescência dos anos de 1970, acaba sendo sufocada pelas ditaduras latino-americanas. Apesar de seus equívocos, recentemente recuperados no contexto de comemoração dos seus 40 anos³, ela expressou-se como parte do caminho que leva à “virada” do Serviço Social brasileiro.

Ressaltamos também o papel da Teologia da Libertação, tendência progressista que nasce no interior da Igreja Católica. Nunca é demais insistir na condição de sustentáculo ideológico ao capitalismo ocupada pela Igreja católica tradicional e ortodoxa. Porém, desde a década de 60 do século passado, a Teologia da Libertação, ao estabelecer seu compromisso com os pobres e com a sua libertação, passa a se constituir referência dos reconceitualizadores⁴. Estes, em sua maioria encontram-se inseridos em contextos universitários ou vinculados a movimentos da Igreja.

Com efeito, observa-se uma clara adesão de um segmento da categoria profissional à Teologia da Libertação, operando uma mudança significativa nos vínculos sociais que estabelece com o “povo” e com suas lutas sociais, seu protagonismo em movimentos de resistência à ditadura e a militância política que exerce, aproximando-se de uma determinada vertente do marxismo.

Cabe, agora, indicarmos as determinações internas à profissão que possibilitaram a virada.

Em primeiro lugar trata-se de uma mudança na concepção de Serviço Social e no perfil da categoria profissional, possibilitado tanto pela inserção do Serviço Social no circuito acadêmico e pela criação da pós-graduação (1972), aproximando-se das teorias sociais, dentre elas do marxismo (ainda que de maneira enviesada), quanto pelo processo de ampliação e laicização da categoria profissional, dadas as novas demandas postas pela ditadura, alterando substancialmente o perfil profissional. Como decorrência tem-se a ampliação e consolidação do mercado de trabalho para os assistentes sociais, especialmente no campo da execução das políticas sociais.

A experiência organizativa da categoria, desde a década de 40, e a existência de uma nova geração de assistentes sociais, cuja luta e experiência advindas do movimento estudantil se propagam nas entidades da categoria, especialmente, no Sindicato e nas Associações Profissionais de Assistentes Sociais – APAS⁵ constituem fatores dos mais importantes neste contexto.

Cabe agora o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas entidades latino-americanas subsidiando e preparando os quadros para a “virada”. Partimos da hipótese de que *para o Serviço Social latino americano a década de 70 foi absolutamente rica no sentido de fortalecer sua articulação, buscando a unidade do diverso, o que permite construir as bases para a “Virada” do Serviço Social brasileiro.*

A análise daquele contexto, apesar de uma insuficiente bibliografia, mostra-nos que, na confluência de elementos externos e internos, sob clara pressão da sociedade e tensão da guerra fria, como parte de um projeto das entidades organizativas da profissão (ALAETS-CELATS), gestam-se os elementos que permitiram a constituição de uma massa crítica a partir da pesquisa sobre as condições do exercício profissional, a trajetória histórica da profissão, a organização política e a dinâmica das classes sociais, possível tendo em vista o convênio de cooperação técnico-financeira assinados entre ALAETS⁶ e a Fundação Konrad Adenauer (democracia-cristã) que permite a constituição do CELATS. Não foi casual que no ano da “virada” estavam na direção destas entidades os colegas brasileiros: Seno Cornely (ALAETS) e Leila Lima Santos (CELATS)⁷.

Como parte de um amplo projeto que pretendia o desenvolvimento de pesquisas, a organização da categoria e a capacitação de quadros⁸, o Centro de Estudos Latino-americanos de Trabalho Social organizou, em conjunto com o Sindicato, a APASSP e o CRAS-SP, um curso do qual participaram segmentos da categoria profissional que foram os inductores da “virada”.

O mais significativo neste contexto para uma mudança radical na profissão foi que, no movimento de confrontos e resistências, se explicitaram os interesses antagônicos das classes sociais, revelando o papel do Estado na defesa intransigente dos interesses da classe dominante e criando as bases para que a profissão realizasse uma apreciação crítica da direção hegemônica da categoria e da organização político-representativa vigente à época, questionando sua funcionalidade aos interesses do capital.

O momento definidor da influência das entidades latino-americanas foi o Encontro Nacional de Capacitação Continuada promovido pelo CELATS. Segundo Yamamoto (2003), este encontro “preparou a ‘virada’ política na luta contra o conservadorismo profissional” (p.108). A autora enfatiza o apoio financeiro e político das referidas entidades latino-americanas na criação de uma base de organização sindical nacional, resultando na Associação Nacional de Assistentes Sociais e na renovação “crítica do conjunto CFESS/CRESS” (idem), processo organizativo que “esteve por detrás da ‘virada’ do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais” (idem, ibidem). Também é importante mencionar o investimento da ALAETS e do CELATS no I Congresso Latino-Americano de Estudantes de Serviço Social, em La Paz (Bolívia) no mesmo ano de 1979.

No Brasil, segundo Netto, a primeira tentativa de se construir um projeto profissional ocorreu na Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte. O chamado método BH constitui-se em uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação” (NETTO, 1990, p.263). Indica também outras alternativas que ai despontaram: a experiência dos assistentes sociais da Universidade Federal do Maranhão, na Comunidade de Boqueirão. O espírito crítico da

formulação de BH, extensivo a outros rincões da sociedade brasileira e latino-americana⁹, passou a fomentar debates e a constituir grupos de profissionais que, inseridos no debate das ciências sociais à época, vão se tornando seus interlocutores qualificados. Aqui, sem sombra de dúvida, podemos localizar o germe da “virada”.

A conjuntura brasileira nos tempos da “Virada”
– *quem sabe faz a hora, não espera acontecer...*

A apropriação de um conhecimento que permite a crítica da sociedade burguesa, de suas relações sociais e sistemas institucionais, reconhecendo a necessidade de transformação desta sociedade, são as características centrais da constituição de uma vertente que se qualifica para operar uma análise mais próxima da realidade, identificando o momento mais oportuno para tal “virada”.

Ao mesmo tempo, a tradição de organização político-representativa da categoria, como legado da profissão e a vinculação de suas lutas àquelas mais gerais da sociedade, em sintonia com a reorganização dos movimentos operário e sindical e com os novos movimentos sociais (da carestia, da habitação, etc), permitiram a renovação do Serviço Social.

Alguns acontecimentos que precederam o “Congresso da Virada” demonstram que a sua preparação esteve hipotecada à competência teórica e política da vanguarda da categoria, que enfrentava a institucionalidade e disputava os espaços por dentro das entidades. Em data próxima ao III CBAS, também em São Paulo, ocorre o III Encontro de Associações e Sindicatos de Assistentes Sociais¹⁰. Nele, a vanguarda se prepara para o que mais tarde foi conhecido como “a virada”. Ali, mais do que nunca funcionou o refrão: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”.

Com isso podemos afirmar que o Serviço Social renovado é resultado de um conjunto de alterações na sociedade brasileira: a classe trabalhadora passa a fazer pressão na sociedade, exigindo o reconhecimento de suas reivindicações, dando visibilidade a suas lutas e adquirindo o reconhecimento de suas demandas e necessidades. A profissão também fez parte destas mudanças, sendo uma referência legítima para os movimentos sociais e sindicais e para as novas gerações de assistentes sociais.

Em entrevista com a Luiza Erundina, na Revista Serviço Social e Sociedade número 1 (1979), constatamos que ela menciona dois acontecimentos que entendemos como emblemáticos. O primeiro foi sua participação no Comando Geral da Greve de funcionários públicos. Na condição de presidente da APASSP, essa inserção não passa incólume; a segunda foi a participação da APASSP na discussão da “nova” Consolidação das Leis Trabalhistas e sua integração ao movimento de unificação sindical que apoiou a greve dos metalúrgicos do ABC. Ai inicia-se a luta pelo direito à sindicalização dos funcionários públicos, somente alcançada em 1988.

Na verdade, a conjuntura nacional que antecedeu e procedeu a “Virada” foi marcada por fortes mobilizações tanto no setor urbano quanto no rural. Merecem destaques os movimentos de base (nas fábricas, no campo, nas escolas, universidades, nos bairros, favelas e mesmo na Igreja)¹¹, a revitalização dos movimentos camponeses, o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1975) e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST, 1984), a constituição do “novo sindicalismo” e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT, 1983).

A profissão, recebendo estes influxos deu-lhes resposta.. Participou das lutas da classe trabalhadora como um todo e das categorias profissionais por melhores salários. Entre nós, a luta por um piso salarial foi significativa. E foi revertida em conquistas para algumas categorias mais fortes e organizadas, especialmente, para trabalhadores do setor público. Ampliaram-se os sindicatos e a categoria se aproximou de outras profissões, abrindo-lhes **uma nova possibilidade de, com elas, estabelecer novos vínculos e alianças sociopolíticas**. Também lhe foram exigidos aportes teóricos que a capacitassem para a interlocução com outras áreas de produção do conhecimento, marcando, o que Iamamoto (1996) chamou de “travessia para a maioria intelectual e profissional dos assistentes sociais, para a sua cidadania acadêmica” (1996, p. 90).

Na década de 80, a profissão investiu ativamente na sua própria organização político-sindical e na luta em prol de uma Constituição que incorporasse os interesses dos segmentos da classe trabalhadora, em especial, no que concerne à construção de uma concepção universal, pública e

gratuita de política social, nomeadamente da política de Seguridade Social, de sua formulação e de sua implementação.

Assim, falar do “Congresso da Virada” sem sucumbir à nostalgia do passado é, não apenas reconhecer uma experiência peculiar, ocorrida em um espaço e um tempo muito singulares, mas é também refletir sobre um momento histórico que produziu experiências significativas que incidiram fortemente nos rumos da sociedade brasileira.

O Congresso da “Virada” – “é preciso estar atento e forte”

O II CBAS realizado em São Paulo, organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Social (CFAS) e o Conselho Regional de Assistentes Social 9ª. Região (CRAS-SP) teve como tema central: Serviço Social e Política Social. Para além da relevância da escolha do tema, especialmente na conjuntura em que ele ocorria – fracasso reconhecido pela ditadura, do plano que previa o “milagre econômico” de fazer crescer o bolo para depois distribuí-lo – cabe mencionar a fala de abertura do evento dos presidentes das entidades organizadoras (CFAS e CRAS), posto que, como se sabe, ela deve retratar os compromissos assumidos pela categoria na defesa de princípios e estratégias, bem como dar o tom do Congresso¹². Nos dias subsequentes, começa a se explicitar e a se exercitar no interior da profissão (não sem enfrentamentos e disputas) o pluralismo. A decisão de substituir a visita técnica, como parte do Programa do Congresso, por uma Assembléia da qual participaram 600 delegados, expressa o trabalho de base realizado pela vanguarda que conduziu a virada. A análise do documento final do evento evidencia o descontentamento dos congressistas e estudantes presentes quanto à falta de construção democrática do evento e da postura antidemocrática adotada pelas entidades da categoria, o questionamento sobre a ausência de profissionais nas mesas em detrimento do quantitativo de representantes das entidades governamentais e sobre a limitação do número de estudantes participantes do mesmo. Foi visível o descontentamento de um segmento significativo de participantes no Congresso no que se refere à proposta e à dinâmica adotada, que impedia os debates e a manifestação verbal dos participantes. A constituição de um es-

paço político significativo, tal como a Assembléia, permitiu dar outra direção política ao Congresso, atribuindo-lhe outro tom e conteúdo: de questionamento, denuncia e crítica à ditadura. Enfim, o que o III CBAS mostra é o amadurecimento da vanguarda da categoria, que militando em outros movimentos sociais e sindicais, vai acumulando forças e competência teóricopolítica para conformar uma nova direção estratégica para a profissão. O III CBAS como marco histórico da trajetória do Serviço Social brasileiro culmina com a sessão de encerramento para a qual foram convidados a participar, Luis Inácio da Silva e José Pedro da Silva, dentre outros, à época, representantes da classe trabalhadora e de suas entidades. Como bem marcou o discurso de Luisa Erundina: “esse Congresso é uma prova de que os tempos mudaram (...) (III CBAS, 1980, p.454).

Os “Frutos da Virada” – “viver e não ter a vergonha de ser feliz...”

Afirmamos neste ensaio que a “virada” de 1979 gerou no Serviço Social brasileiro muitas outras em campos distintos, porém autoimplicados: no exercício e na formação profissional. A destituição da Mesa de Honra prevista para o III CBAS, bem como as deliberações tiradas a partir daí, expressaram a clara opção política do Serviço Social pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e, por conseguinte, a decisão pela construção de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro, e a adoção de um novo perfil profissional para os sujeitos profissionais, sejam eles individuais ou coletivos.

Assim, do ponto de vista da constituição de um novo projeto profissional, embora os embriões já tivessem sido colocados com o chamado “Método BH” (tal como afirmado anteriormente), os anos 80 assistiram os primeiros passos para o processo de constituição do que anos mais tarde – apenas nos anos 90 – se convencionou chamar de “projeto ético-político”. Ou seja, o III Congresso deixava claro que era urgente a ruptura com a herança conservadora presente desde a emergência do Serviço Social no Brasil e a notória importância de um novo projeto de profissão. Era fundamental que o Serviço Social e seus profissionais estivessem articulados com a luta mais geral da classe trabalhadora.

ra, na defesa da cidadania e da democracia. E, neste sentido, tornava-se incontestável a necessidade de que as entidades do Serviço Social – seu sujeito profissional coletivo – **se reconfigurassem na direção do que a “Virada” politicamente apontava**. Foi imbuído desta “virada” progressista que o próprio, e então, conjunto CFAS/CRAS se renovou.

Ademais, desde os anos 60, quando se cria o Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS – através do decreto 994/62 em 15 de maio de 1962, não há uma aproximação do conjunto com questões de caráter macrossocial que envolviam a política e a economia brasileiras, portanto, não constavam das preocupações centrais do CFAS nesse momento (CFAS, 1990). Ou seja, percebe-se nesta entidade uma tendência ainda muito corporativa, voltada para o interior da própria categoria; bastante impermeável aos processos sociais em presença, em comparação com outros organismos da categoria e a despeito do acúmulo que o debate latino-americano fecundara, conforme já mencionado.

Assim, observa-se no Serviço Social brasileiro, e a posição do conjunto CFAS/CRAS na época é expressão disso, a constituição de um processo de renovação marcado sobremaneira por traços que representavam simultaneamente avanços e conservação de aspectos que conformaram o Serviço Social desde uma longa trajetória histórica.

Somente nos anos 80 desencadeia-se um processo de renovação política do então conjunto CFAS/CRAS, o qual é incentivado pela militância no campo sindical (CENEAS/ANAS), e se expressa em especial na organização de ações no campo da fiscalização do exercício profissional [como, por exemplo, a criação de Comissões de Fiscalização em nível regional e contratação de agentes fiscais], no avanço no debate da ética, que resulta numa ruptura com os valores tradicionais vinculados ao neotomismo, logrando num novo Código de Ética [primeiro em 1986 e depois em 1993]¹³ e na revisão da lei de regulamentação profissional, tendo em vista que tais instrumentos tinham se tornado incompatíveis com a nova concepção de profissão e perfil profissional que se consolidava à época. Como exemplo podemos citar que a Lei 3.252 de 27 de março de 1957, que regulamentou inicialmente a profissão, não dispunha, em seu texto legal, de um conjunto de atribuições dos assistentes sociais, o que inviabilizava em muitas situações as

ações da fiscalização¹⁴. Observa-se, que a revisão da referida lei era uma necessidade sentida ainda nos anos 60, mas o debate em torno do tema apenas se fortaleceu na década de 80, quando a categoria profissional, em especial suas entidades – no caso, o conjunto CFAS/CRAS – dispunha de maior amadurecimento intelectual e político para encaminhar as discussões em torno da criação de uma nova lei de regulamentação.

Logo, nos anos 80, era evidente a necessidade de se criar novos aparatos jurídico-formais capazes de garantir esse novo momento da profissão, assim como era imprescindível a existência de uma fiscalização sistemática do exercício profissional, objetivando com isso a ruptura com a herança conservadora e com as históricas práticas de caráter burocrático, integrador e reiterativo. São claras, nessas iniciativas do conjunto CFAS/CRAS, a constituição e afirmação, por meios formais, inclusive, de um novo perfil profissional, portador de novos traços instituintes e de uma autoimagem profissional renovada (ORTIZ, 2007).

Em síntese, tratava-se de consolidar um Conselho de novo tipo voltado para a criação de instrumentos legais (tais como a lei de regulamentação e o código de ética) capazes de, acima de tudo, orientar a realização do exercício referenciado por uma nova concepção de ética e de fiscalização.

Todas as ações desencadeadas na década de 1980 [sistematização da fiscalização do exercício, alteração da lei de regulamentação e do código de ética] pelo conjunto CFAS/CRAS se inscreveram a partir de tal prerrogativa e expressaram seu novo papel: trabalhar no sentido de articular a categoria com vistas à participação no campo político mais amplo. Ou no dizer do próprio Conselho Federal: *“os CRAS devem reivindicar a participação na formulação e operacionalização das políticas sociais, voltadas para os interesses da grande maioria da população.”* (CFAS, 1990).

Assim, os anos 80 e mais ainda os anos 90, assistiram a constituição de um renovado perfil dos sujeitos profissionais, cujo fundamento era a defesa de um novo significado à profissão e ao profissional, que assumiu finalmente sua condição de trabalhador assalariado. Foi inclusive o rompimento com esta perspectiva liberal e corporativa que possibilitou a renovação do conjunto CFAS/CRAS e sua alteração posterior para a nova nomenclatura CFESS/CRESS.

Com efeito, se são notórias as metamorfoses sentidas no âmbito do exercício profissional na fase “pós-Virada”, estas também são observadas na esfera da formação.

No campo da formação profissional, o exame da trajetória sócio-histórica do Serviço Social indica que a segunda metade dos anos 70 assistiu ao fortalecimento das preocupações da categoria e suas entidades, em especial a então ABESS, em torno da formação profissional, e mais especificamente, sobre a necessidade de revisar o currículo mínimo de Serviço Social¹⁵. Assim, foi a partir de uma nova perspectiva de profissão e de profissional, esta resultante do acúmulo teórico e político proporcionado pela renovação do Serviço Social, em especial pela sua vertente de “ruptura”, que se tornou possível a construção dos eixos norteadores do currículo aprovado na XXI Convenção Nacional de Ensino de Serviço Social, promovida pela ABESS em 1979, e, posteriormente, formalizado em 1982 pelo Ministério da Educação.

Tal currículo objetivava promover, em linhas gerais, um determinado projeto profissional muito claro: *“preparar um profissional que, apto para responder às requisições imediatas do mercado de trabalho, esteja qualificado para identificar [...] as necessidades virtuais emergentes no movimento social.”* (NETTO, 1984, p. 13).

Assim, o currículo de 1982, ainda que referenciado pelo chamado “marxismo vulgar”, enfatizava a dimensão política da intervenção profissional e o papel do assistente social como “educador informal” ou como aquele que, intentando romper com a prática da ajuda ou do cuidado, procurava socializar seu conhecimento com o outro, contribuindo dessa forma para sua autoconscientização diante da vida social (PALMA, 1986).

Logo, procura-se trasladar do perfil do militante, do agente de mudança ou da transformação social para aquele profissional que deve apoiar politicamente as massas trabalhadoras, a partir da socialização de conhecimentos necessários para a prática política daquelas e da sua organização. Portanto, o perfil que se espera é o de educador, ou como considera Palma (1986 p. 164): *“o assistente social, intrinsecamente, é um educador social; influir e orientar a consciência popular é um componente da identidade profissional do Serviço Social.”*

A incorporação do papel de “educador” à prática profissional e à proposta curricular contribuiu com a tentativa de renovação da profissão, na medida em que redimensionou uma atividade historicamente tradicional no Serviço Social [no que se refere à reprodução ideológica através do aconselhamento, da orientação individual ou grupal feita pelo assistente social] que agora é colocada sob novos patamares, qual seja, pela via do compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

A absorção do papel de “educador informal” junto aos segmentos populares tendeu a explicitar a “função pedagógica” do assistente social, conforme Abreu (2002), orientando a classe trabalhadora quanto às suas necessidades, aos recursos institucionais disponíveis e, mais tarde, o discurso do usuário como portador do direito.

Ressalta-se, ainda, que o currículo de 1982 propunha também superar a fragmentação existente no tripé caso, grupo e comunidade e, para tanto, foram criadas as disciplinas de Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. A tentativa de superação gerou uma nova dicotomia ao se separar teoria, método e história como compartimentos isolados da vida social¹⁶.

Desse modo, o currículo de 1982 expressou, apesar de alguns equívocos, a tentativa de construção e de afirmação de uma nova tendência profissional: a do assistente social comprometido com a classe trabalhadora. Anos mais tarde, a aprovação em 1996 das Diretrizes Curriculares da ABEPSS tentará superar completamente tais lacunas e, ao mesmo tempo, garantir os ganhos de 1982, através da afirmação da direção social estratégica que deve atravessar o exercício e a formação profissional (ABESS, 1996). A respeito dos avanços oriundos dos investimentos na formação acadêmica, trazemos esta longa e esclarecedora citação de Netto:

“Integrado no sistema universitário em todos os níveis (graduação e pós-graduação), nos anos oitenta o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituía a partir do espírito próprio da Reconceituação. Não se tratou de uma

simples continuidade das idéias reconceitualizadoras, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior; antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceitualização – por isso, é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como herdeiro do espírito da Reconceitualização: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualidade acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na investigação” (NETTO, 2005 p.82).

Com isso se explicita o papel que joga a constituição de uma vertente crítica no Serviço Social brasileiro, responsável por forjar uma imagem renovada da profissão, no estabelecimento de fecunda interlocução com as ciências sociais, na produção de conhecimentos e na intervenção nas políticas sociais, tanto na sua execução quanto na sua formulação.

Assim, os esforços das entidades – CENEAS/ANAS, CFAS/CRAS e ABESS, cada uma com suas especificidades, e dos quais o currículo de 1982 é legatário, bem como o Código de Ética de 1986 e, anos mais tarde, o Código de Ética e a Lei de Regulamentação 8662 – ambos de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996, inscreveram-se na tentativa de ruptura com o histórico conservadorismo presente no Serviço Social desde suas protoformas e com a construção de um novo perfil e projeto profissionais e, neste sentido, sem dúvida alguma podem ser entendidos como grandes “frutos da Virada”.

As determinações internas e externas ao Serviço Social que possibilitaram o Congresso da Virada em 1979 oxigenaram decisivamente a profissão no Brasil nos anos de 1980, favorecendo, de um lado, a superação dos equívocos e controvérsias da Reconceitualização e, de outro, consolidando entre nós uma nova concepção de profissão [na qual as ações das entidades são evidentes] e um renovado projeto profissional, vinculados à ruptura com o Serviço Social tradicional e à afirmação de uma determinada direção social, pautada em uma perspectiva universalista e emancipadora.

Conclusões – “alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial...”

Embora a crise já fosse sentida no mundo capitalista ocidental desde os anos de 1970 e no Brasil ela tenha se manifestado a partir dos anos 1980, é na década de 1990 e, sobretudo, no século XXI que assistimos a sua agudização. Com repercussões profundas sobre as classes sociais, a crise contemporânea assume dimensões dramáticas para a classe trabalhadora; ao mesmo tempo que exige a reconfiguração das esferas econômica, política, cultural e ideológica presentes na realidade social.

Do ponto de vista econômico, processos como a globalização, a financeirização e reestruturação produtiva, alteram o modus operandi da acumulação capitalista à medida que incidem sobre o trânsito de capitais e a produção e a circulação de mercadorias. Já em nível político, observa-se uma clara metamorfose no âmbito público-estatal através das iniciativas neoliberais de contra-reforma dos Estados nacionais (BEHRING, 2003), em especial aqueles considerados emergentes. No plano cultural e ideológico, avançam as concepções pós-modernas tanto no campo epistemológico como na própria política. Todos estes processos, sem distinção, trazem sérios impactos à classe trabalhadora, tanto no âmbito de sua reprodução material quanto ideológica.

Para o Serviço Social e seus sujeitos profissionais – individuais e coletivos – a crise traz consequências deletérias que incidem sobre as diversas dimensões do projeto profissional que expressam a formação profissional, o exercício da profissão e a organização política da categoria.

No plano político, apesar das conquistas obtidas com a promulgação da Constituição de 1988 na área da Seguridade Social, o processo de contra-reforma do Estado as tem descaracterizado a partir do fortalecimento de iniciativas como os programas de transferência de renda em detrimento das demais políticas de alívio à pobreza.

Na esfera da economia, a volatilidade do capital financeiro tem tornado as diversas economias nacionais ainda mais instáveis com consequências sobre as classes sociais, em especial os trabalhadores que sofrem o desemprego, a precarização dos postos de trabalho e a informalidade.

No campo cultural e ideológico, impera o presentismo, a apatia política, o neoconservadorismo e as diversas faces da violência e criminalização.

Todos estes processos incidem diretamente sobre o Serviço Social, sua categoria profissional e entidades tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional e sua organização política. Assiste-se hoje ao crescimento avassalador do número de profissionais no Brasil (quase 90.000) e, embora, não haja indicações drásticas de redução de postos de trabalho (ao contrário, a implantação do Sistema Único de Assistência Social, por exemplo, tem impulsionado a abertura de novas vagas), há notícias de um franco rebaixamento da qualidade e do grau de estabilidade destes postos de trabalho. Seguindo o mesmo movimento que atinge a classe trabalhadora, inúmeros profissionais têm sido contratados por meio de contratos temporários, cooperativas e licitações na condição de “autônomos”, sem vínculo empregatício, o que expressa claramente fortes indícios de precarização das relações de trabalho.

Ainda sendo o Estado o principal empregador dos assistentes sociais, observa-se que a maioria das vagas encontram-se atualmente nos municípios, que além de nem sempre contratarem pela via do concurso público, recriam práticas clientelistas e assistencialistas tão corriqueiras no Brasil, em detrimento da defesa da política pública e do direito do usuário.

Tal quadro concorre com a perspectiva mais ampla de desregulamentação das profissões, que depois de já ter atingido profissionais do jornalismo (pela desobrigação do diploma para o exercício profissional), ameaça o conjunto das profissões regulamentadas, dentre as quais, situa-se também o Serviço Social.

No campo da formação profissional encontram-se desafios sem precedentes na historiografia da profissão. Acompanhando as tendências mundiais de aligeiramento, de redução e otimização de custos, observa-se no Brasil a multiplicação dos cursos universitários privados nas modalidades presenciais e à distância, e a tentativa de reconfiguração do modelo de universidade pública (no caso brasileiro, o Programa de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI – é um bom exemplo). O vantajoso negócio chamado EADs (Ensino à Distância) coloca o Brasil no circuito da total mercantilização da

educação sem qualquer controle e de precarização e empobrecimento do perfil profissional que acompanha a precarização e a configuração das políticas sociais na atualidade: focalizadas, seletivas, direcionadas para o controle da pobreza.

Não obstante o avanço significativo anteriormente mencionados, especialmente o crescimento e consolidação da pós-graduação em Serviço Social no Brasil nos últimos 10 anos, as profundas transformações no processo produtivo induzem a uma política da pós-graduação que visa aos interesses e necessidades da industrialização do país, cuja prioridade tem sido as chamadas áreas duras. Orientada à formação de recursos humanos para o mercado, via consórcios com empresas, essa política prioriza a inovação tecnológica e a inserção competitiva do país no mercado mundial, em detrimento das ciências humanas e sociais (Cf. Andes-SN)¹⁷.

Com efeito, as condições objetivas e subjetivas postas pela crise contemporânea trazem desdobramentos importantes para a organização política da categoria e para o desenvolvimento de suas entidades. Em 1979, foi exatamente o acúmulo teórico-político de nossas entidades, que lhes permitiu protagonizar a “virada”, da qual nosso projeto profissional é caudatário. O contexto de crise e acirramento dos processos supracitados levarão ao também recrudescimento da disputa de projetos profissionais e, neste processo, poderão aqueles minoritários reivindicar uma nova “virada”, alegando o esgotamento de nossas fontes teórico-políticas e/ou a inviabilidade de nossos princípios ético-políticos.

Tais processos trarão, em médio prazo, consequências drásticas para a qualidade da formação e, principalmente, para o fortalecimento do projeto profissional entre as futuras gerações de assistentes sociais

Caberá aos defensores do projeto ético-político em vigor disputar e garantir a manutenção de sua hegemonia e a da herança política do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 – o “Congresso da Virada”.

Porém, uma coisa é certa: recuperar o “espírito e o estilo” da virada dos anos 70, quanto à convicção nos valores de seu projeto profissional e social e quanto ao seu direcionamento radicalmente crítico é, a nosso ver, essencial para enfrentar as exigências destes novos tempos.

Referências Bibliográficas

- ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, Maria do Socorro R. *O novo Sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez editora, 2002.
- ACCIÓN CRÍTICA . nº3. *Centro Latinoamericano de Trabajo Social*. Lima, Peru: CELATS, 1977.
- ALAYÓN, Norberto (org). *Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización*, Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social – Fundamentos Ontológicos*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-Reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. São Paulo: Cortez editora, 2003.
- BONETTI, D. et alli (Orgs). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez-CFESS, 1996.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFAS. *Anais do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, 1980.
- CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). *Relatório do I Encontro Nacional sobre a Fiscalização do Exercício Profissional*. In: CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS, A Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social, Brasília, 1990.
- CUEVAS, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global Editora, 1983.
- GUERRA, Yolanda. *A “virada” do Serviço Social*. Dossiê CFESS, Revista Inscrita, número 12, 2009, no prelo.
- IAMAMOTO, Marilda. Vilela. *O debate contemporâneo do Serviço Social e a Ética profissional*. In: BONETTI, D. et alli (Orgs). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez-CFESS, 1996.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. *Relações sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação metodológica*. São Paulo, Cortez, 1986.
- _____. *Serviço Social brasileiro e articulação latino-americana*. In: Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, 2003.
- LIMA, Leila. *Una parte de la historia del Trabajo Social. 6 años en el CELATS*. Biblioteca Virtual del la Universidad de Costa Rica, acessado em www.universidadecostarica.cr.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. *A Reconceituação: ainda viva, 40 anos depois*. In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo Social Latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio, 2005.
- _____. *À propósito da disciplina de Metodologia*. Revista Serviço Social e Sociedade, no. 14, São Paulo: Cortez editora, 1984.
- ORTIZ, Fátima Grave. *O Serviço Social e sua Imagem: Avanços e Continuidades de um Processo em Construção*. 2007. 309 f. Tese de Doutorado (Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação, Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- PALMA, Diego. *A Prática Política dos Profissionais – O Caso do Serviço Social*. São Paulo: Cortez editora/CELATS, 1986.

Notas

- 1 Segundo Cuevas (1983), a década de 1970 indica uma das mais altas taxas de crescimento do capitalismo tanto nos países periféricos quanto nos EUA, embora o autor considere que este crescimento é meramente conjuntural.

- 2 Movimento de protesto ocorrido na Cidade de Córdoba, Argentina, caracterizado pela mobilização de estudantes em articulação com correntes políticas de esquerda, em maio de 1969.
- 3 Ver a obra “Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización”, organizada por Norberto Alayón, Ed Espacio, 2005.
- 4 Como sabemos, a Igreja também representa uma referência para a profissão desde a sua gênese, especialmente no Brasil, onde ela se constrói com base na doutrina social da Igreja.
- 5 Como sabemos, a Igreja também representa uma referência para a profissão desde a sua gênese, especialmente no Brasil, onde ela se constrói com base na doutrina social da Igreja.
- 6 No Brasil, a primeira Associação Profissional de Assistentes Sociais foi organizada no Rio de Janeiro em 1954, e em 1956 transformou-se no primeiro Sindicato de Assistentes Sociais.
- 6 A Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social – ALAETS – foi fundada em 1965, no marco do IV Congresso Pan-americano de Serviço Social, realizado em Lima- Peru, contando com apoio da Oficina de Serviço Social da OEA. Uma análise sobre o tema encontra-se em Parra, 2002.
- 7 <?> Documentos e registros indicam que a “virada” foi orquestrada pelo CENEAS, mas contou com o fundamental apoio político e financeiro do CELATS, na pessoa da sua diretora, profa. Leila Lima Santos.
- 8 <?> É importante recuperarmos o papel do CELATS como catalisador dos projetos críticos e difusor dos avanços. Para Leila Lima, o CELATS, visto “como canal de comunicação e de coordenação dos grupos de assistentes sociais do continente, através do qual se conhecem variadas experiências e ganhos acadêmicos e práticos, é uma instância motora e dinamizadora do Serviço Social” (LIMA, 1984, p. 61).
- 9 Refiro-me ao projeto da Escola de Trabalho Social de Valparaíso-Chile, capitaneado por Vicente Faleiros.
- 10 Do III Encontro de Entidades Sindicais, realizado em São Paulo, em setembro de 1979, do qual participaram três sindicatos, uma oposição sindical, nove associações profissionais e dois movimentos pró-associação, aprovou a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais – CENEAS e a transformação das associações profissionais em sindicatos, visando a criação de um mecanismo de articulação das entidades sindicais e pré-sindicais (Cf. ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.128). Nele, também, foi aprovada uma moção de repúdio ao caráter antidemocrático do III CBAS.
- 11 Cabe lembrar que no dia 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Saab-Scania do Brasil, em São Bernardo do Campo (SP), entraram na fábrica, bateram o cartão de ponto, vestiram seus macacões, foram para os seus locais de trabalho diante das máquinas, mas não as ligaram: cruzaram os braços.
- 12 Luis Henrique Pedreira, presidente do CFAS, abriu o evento afirmando claramente sua adesão ao III Plano Nacional de Desenvolvimento, recém enviado ao Congresso e convocando a profissão a apoiar as novas medidas do governo militar visando enfrentar o fracasso das recentes medidas econômicas. Mais significativo ainda para indicar o tom que as entidades queriam dar ao Congresso é a fala do presidente do CRAS-SP, Ulisses Bueno: após as boas vindas refere-se à cidade de São Paulo como “terra amiga, acolhedora e boa” e ao seu povo como: “um povo dinâmico e ordeiro, (que) trabalha, estuda, conta e reza, realiza e progride sob a benção do apóstolo Paulo” (III CBAS, 1980, p. 7-8).
- 13 A revogação do Código de Ética de 1975 e a aprovação do Código de 1986 marcaram uma profunda e radical mudança na concepção da ética e sua dimensão profissional. Negando por completo uma perspectiva de ética pautada no conservadorismo confessional e laico, o Código de Ética de 1986 (a despeito de suas

imprecisões e lacunas) materializou os sentidos da “Virada” à medida que afirmou o compromisso com os interesses da classe trabalhadora e com a consolidação de uma nova ordem societária. Anos mais tarde, a revisão deste e a formulação do Código de Ética de 1993, indicaria a manutenção das conquistas de 1986 e a superação de seus equívocos, afirmando o compromisso com valores emancipadores universais, não mais restritos aos interesses particulares de uma determinada classe (BARROCO 2001; BONETTI, 1996)

14 A lei federal 8662 de 1993, que regulamenta o exercício da profissão no Brasil, deixa atualmente bastante claras as competências e atribuições privativas respectivamente em seus artigos 4º e 5º.

15 Outro fator que não é menor, ao contrário, pois retroalimentou os debates no campo da formação profissional, se deveu ao fato de que a profissão passou a ter reconhecimento pelas agências de fomento à Pesquisa como área de produção de conhecimento, graças ao avanço dos cursos de Pós-Graduação inaugurados na década de 1970, inicialmente em nível de mestrado, e nos anos 80 se instalam os cursos de doutorado.

16 Observa-se que a lógica curricular subjacente ao tripé teoria/método/história tendeu a reproduzir a mesma fragmentação até então existente na trajetória da profissão, substituindo o tripé caso/grupo/comunidade por outro. Como esperado, inúmeras críticas foram feitas ao currículo mínimo de 1982, que se mostrou como uma espécie de “acordo” capaz de acolher diversas tendências da época e concepções diferenciadas de profissão. O resultado não podia ser outro – o ecletismo e a possibilidade de recriação, no âmbito privado das escolas, da mesma lógica do currículo anterior. Netto (1984) atenta, ainda, para o fato de que o currículo de 1982 recriou claramente alguns equívocos da Reconceitualização latino-americana na medida em que conferiu ao Serviço Social a existência de uma teoria e uma metodologia próprias como requisitos de cientificidade para a profissão, na tentativa de superação da fragmentação, da subalternidade e da ausência de reconhecimento social.

17 Acessível em: <http://www.andes.org.br>, 25/10/2009.

* **Yolanda Guerra:** assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP, professora adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade - NEFSSC/UFRJ, Pesquisadora do CNPq.

** **Fátima Grave Ortiz:** assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da ESS/UFRJ, professora adjunta da ESS/UFRJ, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade - NEFSSC/UFRJ. Conselheira do CRESS 7a. Região nas gestões 2005-2008 e 2008-2011.

*A Lei de Chico de Brito*¹ e o cenário da exclusão educacional camponesa no Maranhão: primeiras aproximações²

Maria de Fátima da Costa Gonçalves*

*A Lei de Chico de Brito e o cenário da exclusão educacional camponesa no Maranhão: primeiras aproximações*²

Resumo: Trata-se de analisar a relação entre a Lei de Terras promulgada no governo estadual de José Sarney, o processo de expulsão camponesa no Maranhão das áreas inicialmente destinadas pela SUDENE para os remanescentes das secas e o processo de exclusão educacional como uma das mais significativas conseqüências da venda das terras do Estado. Coteja-se essa questão com a resposta dos movimentos sociais, especialmente do MST, apontando a dinâmica e a correlação de forças sociais entre classes e interesses distintos, com ênfase nos dados que mostram a ausência de uma política educacional de inclusão camponesa no sistema de ensino.

Palavras-Chave: Lei de Terras do Maranhão. Expropriação camponesa. Exclusão educacional

The Law of “Chico de Brito” and the scene of educational exclusion peasant in the Maranhão: first approaches

Abstract: It's treated to analyze the relation between the Land Law promulgated in the government of Jose Sarney, the process of peasant expulsion in the Maranhão of the areas initially destined by the SUDENE for the remainders of the droughts and the process of educational exclusion as one of the most significant consequences for sale of lands of the State. It's compare this question with the reply of the social movements, especially of the MST, pointing the dynamics and the correlation of social forces between distinct classrooms and interests, with emphasis in the date that show the absence of one educational politics of peasant inclusion in the education system.

Keywords: Land Law of the Maranhão. Peasant expropriation. Educational exclusion

Recebido em 20.07.2009. Aprovado em 04.09.2009

Introdução

Entre o que podemos chamar de *medievo* e *contemporaneidade*, as formas de aquisição, uso e de produção da terra estão sujeitas às relações sociais geradas historicamente (MARX, 1998). As práticas medievais do *senhorialismo* e a *economia de subsistência* eram exploratórias, mantendo os camponeses (MARX, 1998) em regime de servidão e em dependência direta das técnicas agrícolas primitivas e das formas de controle social (FOUCAULT, 1999) a que eram submetidos.

A questão da terra no *medievo* pode ser lida como uma questão conflituosa e tensa, como um elemento diferenciador entre grupos sociais. Mas, foram essas condições que favoreceram a emergência do sistema capitalista por um longo processo que Marx (1998) denominou de *acumulação primitiva do capital*. Esse processo analisado pelo teórico é uma abordagem que transcende as argumentações da economia clássica de Adam Smith, consideradas por Marx (1998) como uma explicação idílica por não se aterem às questões primeiras, fundamentais. As formulações marxianas apontam para a *acumulação primitiva do capital*:

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles grandes deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proprietários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. (MARX, 1998, p. 829-830).

Uma das marcas históricas do processo de expropriação do camponês e das formas de acumulação do capital foi o *pauperismo dos trabalhadores agrícolas* (MARX, 1998) ao tratar da questão referida à condensação dos trabalhadores nas aldeias e vilas em contraposição ao esvaziamento do campo. Tal fenômeno se estabeleceu com as exigências da acumulação capitalista e que segundo Marx (1998) estaria condensado na relação acúmulo de capital e aumento do proletariado que explica a relação

entre *expropriação – pauperização – emigração – formação de mão-de-obra de reserva* resultando nas condições parcas de salário e da própria vida dos trabalhadores.

Para Marx (1998), o empobrecimento aviltante do camponês no transcurso do processo de *acumulação capitalista* foi tratado pelo poder instituído – o Estado – como casos de *vadiagem* e de *indigência*, conforme as cláusulas da *legislação sanguinária* surgida precisamente na Inglaterra entre os séculos XV e XVI.

As formulações marxianas sobre a questão do campesinato e a sua exploração percorrem dois caminhos: um sobre a *renda em dinheiro* que resulta do trabalho camponês, transmutada em valores monetários e destinada à reprodução da classe proprietária da terra e, a outra, a abordagem sobre os conflitos referidos às *Revoluções de 1848* e de 1871 na França, as quais são paradigmáticas quanto à capacidade de articulação de forças da sociedade e a necessidade de gerar um campo de correlação de forças capaz de provocar contradições inerentes ao movimento de controle e dominação do capital.

Esta abordagem inicial é fundamental para o cerne da nossa reflexão: discutir as ações políticas do Estado do Maranhão que se transformaram a partir de 1969 num dos móveis mais significativos do acirramento dos conflitos agrários no Estado e um dos fatores de maior interferência no processo de exclusão educacional camponesa no Maranhão.

Essas ações de Estado como um *dispositivo* (FOUCAULT, 1997) nas políticas públicas do Estado do Maranhão fazem pensar sobre as práticas *patrimonialistas* (WEBER, 2000) e *dinásticas* (GONÇALVES, 2000) adotadas no Maranhão no decurso dos últimos quarenta anos de história e suas relações com o número de pessoas excluídas dos sistemas oficiais geradores de direitos sociais, dentre os quais o acesso às escolas e o direito de cidadania.

Do esboço das relações entre exclusão escolar e práticas patrimonialistas: um breve repertório conceitual para pensar essas relações

Buscamos conferir neste item um repertório sobre as questões referidas ao movimento histórico de exclusão camponesa, as práticas patrimonialistas de Estado e, conseqüentemente, o cenário de exclusão escolar do sistema de ensino que cons-

titucionalmente é um direito e também uma porta de acesso ao processo de ingresso no mercado de trabalho e ao processo de acesso às formas produtivas das terras a que a classe camponesa (MARX, 1998) tem direito.

Partimos do pressuposto de que a terra em si mesma não se constitui problema, enquanto não houver forças em embate, correlação de forças e lutas sociais.

Bourdieu (1968) afirmou que a luta de forças no mundo social não é dada, não é natural, embora haja todo um esforço por parte das classes dominantes de naturalizá-las. Essa luta, dizemos, emerge da configuração que torna uma questão geralmente da ordem doméstica, do privado, em problema oficial. E assim o é por conta dos movimentos sociais que pressionam pela incorporação do problema na agenda do Estado. Nesse sentido, há duas questões a serem consideradas nesta análise. A primeira se refere à força e presença dos movimentos sociais, como afirma GOHN (1997, p. 251):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade.

A segunda questão se refere ao reconhecimento do papel do Estado no modo de produção de acumulação capitalista, como acentua Macpherson (1991, p. 132): “Porquanto o Estado, mesmo tendo alguma independência em relação aos capitais particulares, está sempre empenhado em manter o capitalismo”. Nesse sentido, há uma subordinação do Estado a interesses do capital, aos interesses privados (PETRAS, 1999) o que acaba por gerar dispositivos estatais que excluam das suas políticas públicas efetivas formas de inclusão da classe trabalhadora nos sistemas oficiais, a exemplo da escola.

Hoje, de acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica 2006 (BRASIL, 2007) mos-

tra que, do total de 203.931 escolas brasileiras, 92.172 estão localizadas em zona rural (45,19%). A Região Nordeste, que nos afeta diretamente, possui 62,53% de suas escolas localizadas em zona rural. E mais das 55.942.047 matrículas da educação básica, 7.469.924 estão em áreas rurais do país. Isso significa que, ainda que em número de estabelecimentos haja quase metade de unidades de ensino fora dos centros urbanos, quando se fala em alunos, constata-se que a maioria deles está concentrada nas cidades. Apenas 13,35% das matrículas da educação básica – que compreende o ensino infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional de nível médio ou técnico – concentram-se nas áreas rurais do Brasil.

Temos aqui as conseqüências mais graves desse processo de expulsão camponesa do campo e sua conseqüente *pauperização*, culminando com a exclusão escolar, com o direito à cidadania.

Por outro lado, tomemos como paradigma o trabalho direcionado à educação pensado pelo *Movimento dos Sem-Terra* (MST) que é a chamada “Educação do Campo”, a qual visa à formação de docentes para atuar junto às comunidades do movimento. Esse projeto de educação nascido de um movimento social tem uma identidade social bem específica é visto por PETRAS (1999, s/p) como “política de classe”, isto é:

O essencialismo das identidades políticas isola os grupos em grupos competitivos incapazes de transcenderem o universo político-econômico que define e confina o pobre, os trabalhadores, os camponeses, os empregados. A política de classe é o terreno no interior do qual se confrontam “identidades políticas” e transformam as instituições que sustentam as desigualdades de classe e outras.

Assim, a abordagem de Petras (1999) respalda-se na concepção marxiana sobre a impossibilidade de separar o que seja político das formas de expressão das classes sociais. É assim que em “A Miséria da Filosofia”, Marx (1985, p. 160) afirmou que o movimento social não exclui o movimento político e que ambos são condições de reciprocidade:

“Não há, jamais, movimento político que não seja ao mesmo tempo social”.

O cerne deste nosso debate gravita em torno da análise das expressões políticas do Estado quanto às suas políticas agrárias ligadas internamente às políticas de educação e que tendam a coibir o impedimento da formação de um campesinato livre, algo que, de resto, é tenso, porquanto se choca com os interesses de grandes latifundiários e grupos agro-exportadores historicamente vinculados às questões agrárias no Brasil.

Do maranhão dinástico à prática incisiva de exclusão escolar no campo: uma construção histórica de uma contra-resposta às práticas patrimonialistas no cenário da exclusão escolar

No Brasil, ao lado das demandas por políticas redistributivas de terra mediadas pelo Estado, temos o alargamento da mobilização das classes dos proprietários dos meios de produção para tentar impedir a mobilização dos camponeses. No entanto, mecânicas seriam as formas históricas se os movimentos sociais não fossem uma espécie de contra-resposta às situações de exploração.

Há de se pensar ainda nas diversas nuances que adquirem a discussão sobre o lugar, por assim dizer, o papel que assume o Estado contemporâneo. As propostas do chamado *Estado Mínimo* em oposição ao modelo do *Estado do Bem-Estar Social*, que estão em toda a parte dada à capacidade de trânsito e de mobilização do capital internacional. E a relação *trabalho – capital – propriedade* na questão fundiária conflui para a idéia secular do binômio *trabalho – expropriação – exploração – mais – valia*.

Os movimentos sociais são expressões da sociedade e o amálgama das lutas sociais que através deles tomam visibilidade social e política. Na análise de GOHN (1997, p. 301): “[...] O conflito social deixa de ser simplesmente reprimido ou ignorado e passa a ser reconhecido, posto e repostado continuamente em pautas nas agendas de negociação”.

Os movimentos sociais de luta pela terra têm estado em direção contrária às formas coercitivas de obstrução da formação de um campesinato livre, como uma das respostas ao agravamento das diferenças de renda e da concentração fundiária

no Brasil, por conseguinte, da exclusão de setores camponeses da educação formal.

No Brasil, a questão fundiária tem complexas tensões desde o momento em que a Coroa portuguesa instituiu o sistema de *sesmarias* como dispositivo de posse legal pelos *sesmeiros* e *concessionários*.

O Estado brasileiro, nos períodos imperial e republicano, referenciou um repertório de leis, decretos e regulamentos os quais tratavam a questão da terra como um negócio privado, dando legitimidade e legalidade da posse de terras – concessões, doações, privilégios – a particulares, o que permite pensar nas formas históricas de distorções na distribuição de riquezas e, conseqüentemente, no agravamento da concentração fundiária do país.

Nesse eixo, nossa preocupação fundante são as relações travadas entre propriedade – terra – capital – trabalho – conflitos agrários, os quais submetidos ao controle do Estado, respondem no Maranhão, especificamente ao longo de quarenta anos de poder político privado (marcando aqui as reatualizações das formas tradicionais de poder local) pelas graves tensões sociais no campo e, assim, pelo expurgo violento de grande contingente de crianças e jovens fora do sistema escolar.

O Maranhão é uma das áreas de maior conflito agrário do Brasil cujo fortalecimento está na instituição do valor formal da terra em 1969 pelo dispositivo jurídico conhecido como “Lei de Terras do Maranhão”, herança maior do governo estadual de José Sarney ao Maranhão entre 1966 e 1969. Uma das formas mais significativas de reinventar o poder dinástico no Maranhão (GONÇALVES, 2000).

O Maranhão tem uma legislação específica – Lei de Terras n. 2.979 de 17 de julho de 1969 – conhecida como *Lei de Terras Sarney* que instituiu o valor formal da terra sem quaisquer referências às formas de uso, pelos camponeses. Ao contrário da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) que definia o Maranhão como fronteira agrícola para o deslocamento de camponeses oriundos do remanejamento das áreas de seca.

E partir dessa modalidade jurídica que foi a *Lei de Terras de 1969*, várias agências foram criadas com o objetivo de executar as políticas fundiárias no Maranhão: COMARCO (Companhia Mara-

nhense de Colonização) substituída pela COTERMA (Companhia de Colonização de Terras do Maranhão) e em 1981, foi criado o ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão).

Mas, ao se discutir esse movimento que ousáramos chamar de *acumulação maranhense do capital*, em referência, guardada as proporções, àquele descrito por Marx em “O Capital” (1998), é imperioso distinguir na dinâmica das forças sociais e nas condições objetivas dadas, o embate de forças de segmentos sociais – latifundiários, campesinato, empresários – e o processo de organização dos movimentos sociais em torno da questão agrária no Brasil. Estamos falando precisamente do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) em torno do qual podemos pensar a questão da intermediação da organização de classes na questão dos conflitos agrários, especificamente no Maranhão, ponto fulcral de nossa análise.

E no bojo desse movimento social é que vamos encontrar uma política educacional específica para os camponeses, cuja premissa é a atenção às diretrizes de formação política e técnica, com viés de inspiração claramente gramsciana quanto se trata de formar o *intelectual orgânico* (GRAMSCI, 2001) formado e engajado nas lutas por políticas de *educação para o campo*.

(In) conclusão

Ao buscar explicitar as diversas dimensões que assumem as práticas políticas e as políticas sociais no Maranhão, uma questão ficou bem marcada: o imbróglgio entre as atribuições da esfera pública e esfera privada de poder, as quais no Maranhão se reverberaram em práticas patrimonialistas e *dinásticas* de poder, como também no alargamento do espaço das questões privadas como sinônimos de “negócios de Estado”. Chamaria essa situação historicamente reinventada nos meados dos anos 60 no Maranhão de *processo de acumulação do capital*.

Principalmente essa inversão de atributos e de atribuições do Estado não foi *efeito de destino* (BOURDIEU, 1992), mas uma construção que permitiu aos setores políticos e econômicos conservadores açambarcarem benefícios públicos em proveito dos “negócios domésticos”.

O Brasil condensa como vimos anteriormente, 92.172 escolas localizadas em zona ru-

ral, ou seja, 45,19%, sendo que destas, 71,65% estão na região Nordeste do Brasil. A tensão é duplamente complexa: são forças políticas capazes de arregimentar políticas de expulsão e aviltamento do trabalhador camponês em nome de um projeto privado de poder – o *Maranhão Dinástico* – que não só contribuiu de sobremaneira para a abertura do Estado aos investimentos estrangeiros e à prática latifundiária, como também se esquivou de políticas sociais de inclusão dos camponeses na rede escolar oficial. Como parte ainda dessa complexidade, houve a articulação de forças sociais capazes de exigir a posição do Estado face à distribuição de terras, à violência do campo e à exclusão escolar representadas paradigmaticamente pelo MST (*Movimento dos Sem-Terra*), hoje com um projeto não só político, mas político-pedagógico de educação do campo, como apropriadamente chamam essa conquista.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. *Campo intelectual e projeto criador*. In: Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1992.

BRASIL. INEP. *Boletim informativo mensal*. Março, 2007, n, 149.

GOHN, M. da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, M. de F. da C. *A reinvenção do Maranhão Dinástico*. São Luís: UFMA, PROIN, 2000.

GRAMSCI, A. *Apontamentos e notas esparsas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.2.

MACPHERSON, C. B. *Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARANHÃO. *Lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969*. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. In: GONÇALVES, M. de F. da C. *A reinvenção do Maranhão Dinástico*. São Luís: UFMA, PROIN, 2000.

MAX, K. *A miséria da Filosofia*. Rio de Janeiro: Global, 1985.

_____. *A chamada acumulação primitiva do capital*. In: MAX, K. *O Capital*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998, Livro 1, vol. 1.

PETRAS, J. *Os intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas*. In: PETRAS, J. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: Editora da FURB, 1999.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UNB, 2000. 2 vol.

Notas

- 1 Expressão nativa *maranhense* usada como sinônimo de uma política férrea, violenta e pessoal.
- 2 Este ensaio se respalda na Comunicação do III Jornada Internacional de Políticas Públicas realizada em 2008 em São Luís do Maranhão sob a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA.

Maria de Fátima da Costa Gonçalves

*Doutora em Políticas Públicas Públicas/UFMA, Professora Ajunta Departamento de Educação II e Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMA. Autora de “A Reinvenção do Maranhão Dinástico” (2000) e “A invenção de uma Rainha de Espada: reatualizações e embaraços no projeto político do Maranhão Dinástico” (2008).

Juventude e cidade: um debate sobre regulação do território¹

Maria Aparecida Tardin Cassab*

Joseana Rodrigues dos Reis**

Juventude e cidade: um debate sobre regulação do território

Resumo: O artigo trata da relação entre juventude e cidade a partir de suas referências e marcos regulatórios. Trata-se da geração que hoje vive sua juventude no contexto do desemprego estrutural e suas experiências profundamente marcadas pelas políticas de gestão do território. Para isso o olhar se concentra sobre as trajetórias dos jovens pobres urbanos e suas trajetórias para, em seguida, discutir a pobreza urbana e brevemente as políticas a eles destinadas em sua feição de controle do território.

Palavras-Chave: Juventude. Pobreza. Cidade. Política

Youth and the city: a debate on regulation of the territory

Abstract: The paper approaches the relation between youth and city by their references and legal boundaries. This generation live their youth in a context of structural unemployment and have their experience deeply impacted by politics of territory administration. The focus on the trajectory of young urban poor individuals leads to a discussion of urban poverty, and briefly, of the politics meant for them.

Keywords: Youth. City. Poverty. Politics

Recebido em 31.07.2009. Aprovado em 11.09.2009.

O processo de reprodução do espaço redefine a dinâmica societária, impactando as relações sociais, práticas sociais e o uso da cidade. Na juventude vive-se a primeira experiência de exercício do direito à cidade. Do mundo protegido da infância estabelece-se o primeiro contato de apropriação efetiva do espaço urbano, propiciado pela maior liberdade de ir e vir, conquistada nesse momento da vida. É na cidade e através de sua apropriação que se produzem diferentes formas de sociabilidade. O espaço urbano torna-se, portanto, para os jovens a primeira experiência política na vivência da vida pública, seja pelo ingresso no mercado de trabalho ou por experiências diversificadas de sociabilidade.

A discussão do espaço ganha relevância, pois é nele que se concretizam as relações sociais, de solidariedade e de poder. Fixa-se, portanto, o entendimento do espaço urbano como palco dos conflitos e por essa razão ele é ao mesmo tempo fragmentado e articulado, ao passo que nesse mesmo espaço diferentes forças se chocam originando territórios distintos.

Já o território ganha dimensão de um espaço realmente ocupado na medida em que nele que os indivíduos se produzem e reproduzem em suas relações sociais. Nessa perspectiva, a noção de território implica não somente a dimensão física, mas também as relações construídas pelos homens que nele vivem. Em sua dimensão local, produz impactos na vida dos sujeitos que habitam as periferias urbanas, mediando a construção da identidade, o sentimento do pertencimento, bem como os anseios e as necessidades daquela população.

“No espaço se dão e estão inscritos os embates de classe e as lutas sociais, na ação dos sujeitos e grupos sociais, pois é nele que as forças produtivas se produzem e reproduzem.” (CASSAB et al, 2008: 01).

A experiência dos jovens no exercício à cidade

Pertencer ao mesmo território franqueia os jovens à situação comum espaço-temporal. Isso delimita um horizonte potencial de conhecimento e possibilidades, condenando-os muitas vezes a uma experiência estratificada de fracasso. Segundo Cassab é na área pauperizada da cidade:

Que se encontra os maiores índices de repetência escolar, gravidez na adolescência e criminalidade, vividas pelos jovens em experiências de isolamento social e dificuldades de acesso à renda e aos benefícios da cidade. (CASSAB et al, 2008: 05).

A lista é sem fim se forem analisar todos os serviços precários que existem nessas regiões pauperizadas da cidade - transporte precário, saneamento deficiente, dificuldade de abastecimento, de acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), de profissionalização, maior exposição à violência, difícil acesso à justiça oficial, ao lazer.

O local de moradia opera diretamente como segmentador de experiências dos jovens, visto que os indivíduos que moram nas áreas mais pobres são marcados por características que lhes são atribuídas. Nesse sentido o local de moradia dos mesmos é um dos fatores que marcam as identificações dos indivíduos.

De acordo com Santos (1996) o valor do indivíduo está condicionado, em grande potencial, ao lugar que ele habita.

As representações construídas acerca do local de moradia dos sujeitos influenciam a forma como os mesmos se reconhecem, se projetam e se apropriam dos espaços da cidade. Logo, a dimensão territorial torna-se um determinante na construção da trajetória dos jovens,

o passo que interfere na sociabilidade e no cerceamento da mobilidade nos espaços urbanos. Assim, a construção e a auto-representação dos jovens a partir do território determinam certos processos de pertencimento e de exclusão peculiares. A segregação do espaço é desse modo, prática importante de organização das identidades dos jovens, influenciando no desenho possível de sua organização e pertencimento.

O jovem da periferia, oriundos de famílias que enfrentam dificuldades econômicas, são introduzidos numa trajetória sem oportunidades e sem perspectiva. Por falta de recursos, muitas vezes esses jovens nem mesmo saem do próprio local de moradia, territorializados não conhecem e acessam aquilo que a cidade pode lhes oferecer. Para

esses jovens apresentam-se escassas oportunidades de acesso às experiências e circunstâncias que permitem ampliação do universo sociocultural em que vivem.

Decerto, as condições de vida desses jovens dependem, em grande parte, da inserção social de sua família. Diante da falta de oportunidades, do desemprego e da inserção precária deles no mundo do trabalho, a família se torna um elemento central para a vida desses indivíduos. É no âmbito da família que os jovens podem vislumbrar alguma possibilidade de inserção social, ou até mesmo a única alternativa para suprir suas necessidades em meio as circunstâncias adversas.

O processo de transição para a vida adulta, por si só pressupõe a desvinculação do jovem da proteção familiar e a sua inserção em uma época áurea caracterizada pela possibilidade de trânsito vislumbrada na vida adulta. Nessa etapa pressupõe que o jovem tenha responsabilidade para gerir sua vida e, sobretudo que adquira independência financeira.

No entanto, esse não é um ponto que envolve somente a vontade do jovem em ser ou não independente. Questões de ordem estrutural tornam-se determinantes, quando estabelecem alternativas para a inserção dos jovens na vida social. Nesse sentido, a crise que logra o processo de inserção do jovem na vida adulta representa uma experiência geracional. Embora com impactos mais agudos na vida dos jovens pobres, essa é uma instabilidade mais ou menos comum a todos.

Os jovens pobres, no processo de transição para a vida adulta, não encontram espaço para desempenhar os novos papéis socialmente estabelecidos, relacionados à vida produtiva. Para esses jovens, o trabalho além de ser o único caminho para uma vida melhor, tem um sentido existencial quando proporciona perspectiva de futuro.

Mas como esses jovens podem vislumbrar o futuro se representam o segmento etário mais afetado pelas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho? Desde 1990 as taxas de desemprego juvenil no país se elevam desordenadamente. De acordo com Pochmann (2007), entre 1995 e 2005, de cada cem jovens que ingressavam no mercado de trabalho, cinquenta e cinco ficavam fora do mesmo, ou seja, desempregados.

Correntes teóricas apontam que aos jovens coloca-se o desafio de ingressar num mercado restrito

e exigente quanto ao perfil de sua força de trabalho. De acordo com essa perspectiva, faltariam aos jovens pobres experiência profissional e formação educacional compreensíveis à sua condição. (BE-LUZO, 2004:12).

Decerto, oferecer uma educação compatível para os jovens que não tiveram a oportunidade de receber uma educação de qualidade é um início para mudar a desigualdade que afeta esse segmento. No entanto, é necessário aprofundar uma reflexão crítica acerca do discurso que atribui à qualificação uma promessa de inclusão social, via mercado de trabalho.

Parte-se do princípio de que o desemprego é um fenômeno que compõe a atual etapa de acumulação, dependendo pouco de qualificação. De acordo com Bock (2002) “a educação tem sido usada ideologicamente como um artifício para justificar a existência de desigualdades sociais”. (BOCK, 2002:14-15). Esse discurso de que a qualificação é condição de emprego, ou desemprego, não passa de uma falácia, pois a escolarização não tem a capacidade de gerar e garantir emprego, uma vez que a crise é estrutural, não do trabalho ou do trabalhador.

Sabe-se que a educação é componente fundamental para a qualidade de vida da população juvenil, na medida em que afeta seus horizontes de experiência ao longo do ciclo vital. O conhecimento proporcionado pela educação é essencial para o êxito dos jovens pobres, sendo considerado um dos principais instrumentos para a superação das desigualdades. Logo, a condição de pobreza vivenciada por esses jovens, está associada, principalmente, à baixa qualidade do ensino público, da segregação educacional e da seqüência de eventos quotidianos que, como constantes impedimentos, concorrem para diminuir a procura e principalmente a permanência, de jovens pela escolarização.

Castro (2001) também complementa esse debate, ressaltando que a principal inquietação dos jovens sobre a educação remete à questão da perda da credibilidade do ensino para inserção no mercado de trabalho. Assim, muitos estudantes abandonam os estudos para trabalharem, o que compromete seu processo de formação e capacitação profissional. A mesma autora enfatiza também que há uma defasagem do ensino formal frente às novas exigências de conhecimento

e capacidades, o que acarreta a vulnerabilidade desse segmento.

Ainda que tenha ocorrido, ao longo dos anos, aumento das médias de escolarização dos jovens, não houve aumento proporcional na oferta de empregos. A experiência da juventude brasileira quanto ao trabalho se revela em um contexto de incertezas. A busca, quase sempre frustrada por emprego, acarreta um sentimento de vazio e ansiedade nos jovens, gerando muitas vezes o sentimento de isolamento, concentrado, sobretudo, em determinados segmentos juvenis: os mais pobres, pretos, moradores de favelas e periferias urbanas.

Além da falta de experiência, da baixa escolaridade, o acesso dos jovens às oportunidades no mercado de trabalho são ainda agravadas pelas limitações impostas pela própria condição juvenil, em função da idade, sexo, condição econômica da família, bem como a região de domicílio.

Os jovens pobres, em especial, possuem uma dificuldade ainda maior de inserção no mercado de trabalho, pois já carregam consigo as marcas de sua condição, cunhados pela sociedade. Amplamente divulgados pela mídia, esses jovens possuem suas identidades mediadas pela ideia do jovem pobre marginal. Segundo Novaes (2003) a noção de “discriminação por endereço” é considerado um dos principais critérios de seleção dos jovens pelo mercado de trabalho. Para a autora, há regiões que apresentam consigo mais do que um indicador de renda e de pertencimento de classe; trazem o estigma das áreas urbanas subjulgadas pela violência. Assim, algumas justificativas explicam a recusa na contratação de jovens de determinadas regiões da cidade.

Pode-se afirmar que as conseqüências do chamado desemprego estrutural, por mais que afetem todas as gerações, não deixam de ser uma marca geracional dos jovens hoje, visto que o trabalho precário e sua ausência constituem um campo de experiências dessa geração. Madeira (1992), em outro ponto de vista, ressalta a expansão da faixa etária juvenil como fator decisivo para a compreensão da oferta de trabalho para esses indivíduos. Segundo essa autora, a “onda jovem” no Brasil acarreta efeitos demográficos sobre o tamanho e a composição da população economicamente ativa, com perceptíveis impactos para a problemática do desemprego.

Embora realizar críticas frente à problemática do mundo do trabalho seja essencial para atingir uma leitura crítica desse processo, não se pode perder de vista que o trabalho, mesmo sobre condições adversas, adquire um papel importante na constituição dos sujeitos na sociedade. Para os jovens, o trabalho adquire importância na medida em que estes prezam a independência financeira em relação aos pais, e vêem nele uma possibilidade de investimento no futuro, que por sua vez lhes proporciona reconhecimento social.

Especialmente, para os jovens pobres, o trabalho pode contribuir para a supressão de certas marcas do não pertencimento. Estar trabalhando é uma forma de “mostrar” para a sociedade que pertence à classe trabalhadora e, não ao mundo do tráfico de drogas, por exemplo. Dessa forma, o trabalho para esses jovens pode abrir novas vias de sociabilidade e integração societária. Nesta mesma concepção Juncken ressalta que:

O trabalho pode ser observado pelo jovem como um meio de obter os bens de consumo e de lazer dentro do padrão moral de trabalhador; fugindo do estigma que rotula o jovem pobre como criminoso em potencial. (JUNCKEN, 2005: 120).

Esta análise possibilitou perceber que a dimensão territorial influencia nos processos de socialização dos jovens a partir do momento em que os rotula. A capacidade de vitimizar pessoas cada vez mais jovens dos estratos populares tornou-se banalizada. Isso significa dizer que os mesmos jovens que não tem acesso ao mercado de trabalho, à educação de qualidade, ao lazer, à cultura, à saúde, são os mesmos que sofrem com um processo de criminalização da pobreza.

Pobreza, segregação e território

A pobreza, como expressão das relações sociais e fenômeno sociológico presente no cotidiano, possui elementos fundamentais para a compreensão de suas principais formas de manifestação. É necessário ter em mente que a pobreza não é uma categoria auto-explicável, uma vez que seus nexos estão imbricados em fatores externos ao fenômeno. A complexidade dessa categoria demanda análises

cujas argumentações incorporem os contextos particulares em que se manifestam. Dessa forma, é necessário reconhecer que a pobreza na sociedade brasileira adquire contornos particulares: a pobreza aqui é decorrente dos processos resultantes da conjugação entre herança histórica e padrões societários vigentes.

A pobreza é uma categoria extremamente complexa. Para fazer uma abordagem dessa categoria é necessário compreendê-lo pelo viés que possibilite pensar seus múltiplos determinantes, pois ela não é unívoca, ensejando diferentes vertentes de interpretação. Dessa forma, para conhecê-la é necessário, primeiramente, entender como a mesma vem sendo definida e quais os parâmetros utilizados para medi-la.

Há certo reducionismo interpretativo no imaginário social quando se faz referência à categoria pobreza. Esses conceitos se configuram pelo enfoque que a aborda como falta de recursos financeiros. A abordagem da pobreza nesse estudo parte do pressuposto de que a mesma não se baseia apenas na renda, que ela é uma condição que interfere em todas as esferas da vida pessoal, dificultando também o acesso a bens e serviços necessários para uma vida com qualidade, ou seja, considera aspectos que não se resumem ao nível material. Nessa mesma linha de análise Cassab et al refletem que a pobreza não se pauta meramente em um recorte de renda:

Entende-se aqui pobreza em seu aspecto sociológico, considerando suas diversas caracterizações em sociedades distintas, não apenas em sua dimensão material, mas também em seu caráter de acesso e de oportunidades. Desse modo, a pobreza deve ser apreendida como uma construção social com diversos determinantes, sendo historicamente definida, como uma situação, um estado, e não como um fato permanente caracterizado de maneira genérica. (2008: 4)

A pobreza deve ser entendida como insuficiência de um padrão considerável para a reprodução da vida. Nesse sentido ela está relacionada às condições materiais, mas também abrangendo as condições objetivas de acesso aos serviços públi-

cos capazes de atender tais necessidades. Com a mesma compreensão Lavinias ressalta que:

Ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades (2003: 29).

No Brasil, a estruturação do mercado de trabalho foi um dos principais determinantes que colaboram para agravamento da pobreza. Nas últimas décadas, particularmente após meados dos anos 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica. De início, lembramos que nesse período instaurou-se um quadro de crise do capital, que se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas.

Como resposta do capital à sua crise, várias mudanças vêm ocorrendo. Uma delas diz respeito à repercussão no processo de trabalho. O quadro atual revela uma crescente redução dos postos de trabalho, um enorme incremento do trabalho precarizado e a pobreza na sociedade brasileira adquire contornos particulares: a pobreza aqui é decorrente dos processos resultantes de uma também exclusão dos jovens do mercado de trabalho. No Brasil as novas configurações do trabalho ampliaram as tendências de desemprego, a desigualdade social e a exclusão. Logo, em meio a um mercado de trabalho que exige cada vez mais um trabalhador qualificado e que flexibiliza as relações trabalhistas, a população que anteriormente mantinha uma relação de inserção no mesmo, agora está exposta à instabilidade estrutural. Nesse sentido podemos afirmar que a raiz da pobreza, na contemporaneidade, está fortemente atrelada às transformações oriundas no mundo do trabalho, no qual sobram segmentos cada vez maiores.

Nesse ponto de reflexão, a noção de pobreza se aproxima da idéia de exclusão, uma vez que essa mesma população pobre, excluída do processo produtivo, é a mesma população estigmatizada por uma ideologia que vincula **sua condição a elementos individuais**. Diversos estereótipos passam a ser consagrados a essa população, desde o pobre vagabundo que é responsável pela sua condição de pobreza, até o pobre que é marginal.

Essa vertente de interpretação sinaliza para o fato da culpabilização da pobreza. Desde muitos anos até hoje, a pobreza não decresceu, nem foi equacionada, mas com certeza foi assumindo diferentes manifestações. As intervenções de cunho repressivo marcam tradicionalmente as medidas estatais para com os pobres. Estes, na maioria das vezes, eram considerados desajustados à ordem social, sendo responsabilizados por sua condição de pobreza. Tal responsabilização permanece, acrescida à condição de “desajustados” e começa a ser vista, como um problema social.

O termo “questão social” surgiu na Europa Ocidental, na terceira metade do século XIX, para designar o fenômeno do pauperismo. A expressão “questão social” passa a ser utilizado para designar o conjunto das desigualdades produzidas pela sociedade capitalista. Segundo Yamamoto a questão social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IYAMOTO, 1999: 27).

Se em outros modos de produção o pauperismo estava relacionado à escassez, na sociedade capitalista, o que se apresenta, é uma extrema riqueza socialmente produzida que não é apropriada por todos da mesma forma. “Pela primeira vez na história registrada, o pauperismo cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001:42). Os diferentes estágios do desenvolvimento capitalista produzem diferentes manifestações da questão social, porém a gênese da “questão social” permanece a mesma, proveniente das contradições inerentes ao sistema capitalista.

Nesses termos, a pobreza nada mais é do que uma das expressões da “questão social”, e se estabelece enquanto tal, respectivamente ao surgimento das grandes cidades, por meio das precárias condições da população advinda do campo que se dirigia à cidade em busca de oportunidades de trabalho e emprego.

A pobreza abordada neste estudo como um fenômeno urbano, visto que a maior parte da população pobre reside nas cidades, mas, sobretudo, pelo fato de que a mesma reflete o modo urbano das condições de vida. De acordo com Lavinias (2003) “a pobreza é urbana porque, cada vez mais, as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana” (LAVINAS, 2003: 26).

As transformações oriundas do capitalismo intensificaram a hierarquização social através do aprofundamento da segregação espacial e social. De acordo com Marques e Torres (2005) a segregação pode ser entendida como um conjunto de processos heterogêneos que produzem separação e concentração de grupos sociais, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais no território. Os mesmos autores quando mencionam a segregação se referem tanto à separação quanto à desigualdade de acesso.

A segregação espacial consiste no processo de espacialização da divisão da sociedade em classes, no qual o espaço é determinado a partir da ocupação das classes sociais. Logo, a segregação espacial sinaliza as diferenças sociais, pois, revela a desigualdade entre aqueles que têm direito à cidade e aos benefícios que ela disponibiliza, dos que não o têm. De acordo com Santos (1996) o acesso aos bens e serviços são tão diferenciados, que a grande maioria da população encontra-se privada de tais serviços. O mesmo autor ressalta que: “Na grande cidade, há cidadãos de diversas ordens ou classes, desde o que, farto de recursos, pode utilizar a metrópole toda, até o que, por faltar de meios, somente a utiliza parcialmente, como se fosse uma pequena cidade, uma cidade local”. (SANTOS, 1996: 112)

As desigualdades sociais desenhadas no espaço urbano são materializadas pela clivagem entre o espaço e, os grupos que ocupam o mesmo. Nesse sentido a dimensão territorial “cumprindo importante papel em sua produção e reprodução, reforçando circuitos e cristalizando situações de pobreza e destituição” (MARQUES, 2005:42). Nestes termos o espaço pode funcionar como segmentador das desigualdades, ao passo que distribui os serviços de forma desigual nas diversas regiões da cidade.

Marques (2005) salienta que a segregação social no espaço influencia a forma de inserção do indivíduo na sociedade. Ele afirma que a redução dos

contatos para fora das comunidades, causada pela segregação, estreita as oportunidades de mobilidade, ajudando a perpetuar a situação de pobreza e desigualdades. Segundo Cassab et al a segregação é:

A espacialização da divisão em classes da sociedade, em que se manifestam as diferenças entre aqueles que podem utilizar grande parte da cidade, e os que usam uma reduzida parcela. O que significa a possibilidade de pensar a cidade como objeto de apropriações diferenciadas, e que se processa o afastamento daquele que não é desejável (2008: 03).

A falta de serviços e a precariedade dos mesmos nas periferias criam a aparência que esse território está apartado da dinâmica urbana. No entanto, isso não é possível. Mesmo porque essas áreas pauperizadas da cidade estão interligadas, ou melhor, são parte de um todo que diz respeito aos fluxos econômicos e políticos quanto às produções culturais e simbólicas da cidade.

O estabelecimento da pobreza no espaço urbano é fruto do processo de segregação e das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais. E na realidade atual, ela é expressão das configurações assumidas pela trajetória do processo de urbanização, das transformações no mercado de trabalho e, especialmente, pela ação do Estado que, na ordenação do espaço, favorece os processos de reprodução e acumulação do capital.

A cidade é uma das expressões mais acabadas do capitalismo. Ela é uma forma de organização do espaço pelo homem que reflete suas formas de organização, tanto em suas relações entre si, como as que estabelece com o mundo da natureza. Desse modo, a ordenação do espaço na cidade, muitas vezes em sua aparente desordem, mostra as características de uma dada sociedade em um tempo histórico determinado. (CASSAB, 2001:97)

Como resultado da ocupação desordenada e desigual do espaço urbano, as cidades brasileiras se apresentam segregadas. Nas cidades brasilei-

ras, os indivíduos estão separados entre si, e por esse motivo há um acesso diferenciado às oportunidades e aos equipamentos sociais disponíveis no espaço urbano. Nesse mesmo espaço há uma convivência dos segmentos excluídos do direito à cidade aos serviços ofertados por ela, ao lado de uma minoria da população que usufrui plenamente desses benefícios. Dessa forma, fica claro que “não é somente a separação que especifica acesso desigual, mas também a desigualdade de acesso que explicita e reproduz a separação” (MARRQUES, 2005:35). Essa situação reproduz a desigualdade social, como bem assinala Rolnik:

Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso à oportunidade de trabalho, cultura e lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das devidas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena. (2002: 54 -55).

O movimento de separação das classes sociais em decorrência da organização do espaço urbano sinaliza o sentido de pertencimento ao seu lugar. O resultado dessa contradição seria o acirramento cada vez maior da segregação espacial visto que as próprias pessoas carregam consigo o pertencimento a determinado território, e o não pertencimento a outros.

O processo de expulsão da classe trabalhadora do centro da cidade para a periferia¹ consiste em um ponto de reflexão importante para a análise da expansão da pobreza no espaço urbano. A valorização do solo urbano e a especulação imobiliária colaboram para proliferação de loteamentos desprovidos de infra-estrutura adequada e dos serviços necessários à vida na cidade, tais como favelas e loteamentos clandestinos.

Dessa forma a cidade passa a ser redesenhada pelo agravamento da questão social, pelo estabelecimento de novas formas de segregação, pelo acirramento da violência, além dos novos circuitos de pobreza e riqueza que redefinem os tradicionais modelos de centro e periferia.

Como analisa Caldeira (2000) há uma nova cartografia da cidade expressa na emergência de um novo padrão de organização do espaço urbano, o qual redefiniu os processos de integração social, originando acessos diferenciados à informação, às oportunidades e aos equipamentos e bens públicos. Tal processo atinge muito fortemente os jovens de famílias pobres, na medida em que para esse segmento torna-se mais difícil sua inserção na vida pública e no direito à cidade.

O que se percebe é que o aumento da periferia sobre as áreas centrais não acarretou a possibilidade de sua inclusão no acesso a direitos e possibilidade de fundação de um espaço político, que merece atenção do poder público. Ao contrário, sua maior presença no ordenamento do cenário urbano significou uma contradição, dada pela invisibilidade de seus moradores enquanto sujeitos de direitos e, no outro extremo, a visibilidade dos mesmos como protagonistas da violência.

A desigual distribuição dos serviços e recursos na cidade faz com que estas regiões adquiram uma “externalidade negativa” vislumbrada a partir da grande concentração de pobres e dos equipamentos públicos precários. Dessa forma, a periferia emerge como cenário onde os conflitos ganham expressão, em face às inúmeras demonstrações de insatisfação popular quanto as suas condições de vida. A concentração das camadas empobrecidas nessas regiões traz ao debate as novas relações que estabelecem com a cidade, mediadas pelo crime e pela violência.

Os conflitos urbanos em suas diferentes formas de manifestação provocam efeitos diversos na vida dos diferentes grupos sociais, bem como efeitos na relação que os mesmos estabelecem com a cidade. A visibilidade das regiões pobres vai expressar a emergência de uma organização da diferença no espaço urbano, a qual redefinirá os processos de integração social, promovendo acesso diferenciado à informação, as oportunidades e aos equipamentos e bens públicos.

A segregação social que se consolida no espaço urbano acarreta implicações nas formas de inserção dos sujeitos na vida social. Essa configuração espacial das classes sociais em determinados territórios da cidade reflete o agravamento das condições sociais e do isolamento. De acordo com Marques e Torres (2005) a segregação provoca a

total apartação e isolamento das camadas de baixa renda, ao passo que a situação de isolamento dos guetos bloqueia qualquer acesso à estrutura de oportunidades.

Assim, o processo de territorialização estreita as redes e ativos sociais para fora das localidades, fazendo com que o elo de contato entre os moradores das regiões pauperizadas com o resto da cidade seja extremamente restringido. O resultado combinado desse processo consiste na redução dos contatos para fora das áreas segregadas, diminuindo as oportunidades de mobilidade social.

Dessa forma, pode-se afirmar que o processo de territorialização colabora para perpetuar as situações de pobreza em certas regiões da cidade, na medida em que a existência ou ausência de redes sociais influenciam fortemente na maneira pela qual os sujeitos presentes em uma dada comunidade se inserem em suas estruturas de oportunidade.

Em virtude do estreitamento das redes de contato as camadas populares permanecem excluídas da vida pública e isoladas do resto da cidade, enfrentando péssimas condições de infra-estrutura urbana e condições de acesso à educação, à saúde, ao emprego, dentre elementos que afetam sua condição de vida. Nesse sentido, Santos (1996) chama atenção para o fato de que a cidade é produtora da pobreza, pois faz dos indivíduos que habitam territórios mais pobres, pessoas ainda mais pobres. Segundo o mesmo autor morar na periferia é:

Se condenar duas vezes à pobreza. O território determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público. (SANTOS, 1996: 112 e 115).

Nesse ponto de reflexão vale ressaltar as considerações de Caldeira (2000) que enfatiza a segregação espacial e social como uma característica das cidades, na medida em que as regras que a organizam são apoiadas em padrões de diferenciação social e de separação. Trata-se de regras que

variam cultural e historicamente, que revelam os princípios que estruturam a vida pública em cada sociedade e indicam como os grupos se interrelacionam no espaço da cidade.

A produção de territórios objetiva, no espaço físico, os antagonismos sociais e também produz impactos na vida jovens. Esses territórios produzem marcas profundas nas possibilidades de inserção dos jovens às estruturas de oportunidade. Marcas estas que forjam estilos de vida peculiares, projetos e expectativas que demarcaram sua trajetória de vida, condenando-os, muitas vezes a uma experiência de fracasso.

A partir dos anos 90, há uma preocupação por parte da sociedade e do Estado com o segmento dos jovens. Isso ocorre em virtude da perversa associação entre jovens pobres, moradores de periferias e “problemas sociais” e controle da cidade. A partir dessa interpretação foi necessária uma certa prioridade a este segmento, em virtude das condutas consideradas perigosas que os mesmos cometem.

Em resposta, alguns programas foram sendo implementados como instrumentos de vigilância e controle desses jovens. Essas medidas se manifestam de várias maneiras, desde intervenções de cunho repressivo, por parte dos aparelhos de segurança pública, até políticas de assistência social, as quais, na maioria das vezes, assumem seu caráter apenas de prestação de serviço e não de direitos sociais na esfera do debate sobre a democracia.

Políticas para a juventude

A introdução da temática da juventude nas ações do Estado caracteriza-se por diferentes mudanças nos pressupostos que orientam a implementação de políticas de juventude. A literatura sociológica brasileira registra algumas tendências que caracterizam de maneira geral essas políticas no contexto latino-americano

De acordo com Bango (2003) a década de 1950 é marcada pela busca da incorporação dos jovens nos processos de modernização por meio de políticas educativas. Constata-se que a partir desse período há um esforço para a expressiva incorporação dos jovens no ensino primário e médio, para a formação de um operariado fabril urbano, treinado para a produção fordista. A ênfase nas políticas educacionais configurou o primeiro investimento

dos estados nacionais na perspectiva de atendimento a demandas sociais das novas gerações. No Brasil, na década de 50, os jovens passaram a ser objeto de atenção pelo Estado, na medida em que apoiava ações destinadas à formação dos segmentos juvenis para o mercado de trabalho, ainda que mantivesse intervenções destinadas ao controle e ao amparo de parcelas dessa população.

O enfoque do controle social é situado no cenário político dos anos 60/70. Em meio à emergência do regime militar situado nesse período, houve um repressivo esvaziamento no campo dos direitos e das demandas sociais, que quando expressas publicamente eram tratadas exclusivamente como casos de polícia. No Brasil as ações para os setores juvenis atendiam um a objetivo expresso de controle e repressão. Um exemplo dessa orientação foi criação, em 1964, da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). O início da fase de transição democrática, situada nos anos 80, representou um estreitamento significativo das possibilidades de inserção dos jovens na esfera produtiva e nas oportunidades de trabalho. Esse fato pode estar relacionado aos desafios da recessão econômica e à enorme demanda social, muitas das quais provenientes da expansão da pobreza por todo o continente. De acordo com Bango (2003) uma porção considerável de jovens vivenciaram uma situação de extrema vulnerabilidade nesse período. E como forma de compensar os problemas gerados desse período foram criados diversos programas de combate a pobreza.

Segundo Bango (2003) o enfoque do jovem como capital humano, já na década de 1990, começa a se generalizar o novo modelo de políticas juvenis, com nítida preocupação com a incorporação dos jovens com precária inserção na vida produtiva. Segundo os autores esse modelo se consolidou tendo em vista a perspectiva de empreendimentos vislumbrada então. Sobretudo, nesse mesmo período, a percepção de jovem delinqüente se apresenta com maior intensidade, na medida em que são considerados como “problemas sociais”. Parte dessa interpretação está relacionada ao incremento da violência urbana, do consumo de drogas, do acesso às armas de fogo, ao crime organizado, dentre outros elementos que tomam proporções maiores na década de 90.

De acordo com Cassab et al (2008) a partir desse período o interesse se desloca para o jovem pobre morador da periferia das grandes cidades.

Nesse período a imagem projetada é a do jovem “perigoso”, não estando este estereótipo atrelado à idéia de ação política e revolucionária dos anos 60/70, mas à criminalidade urbana. Logo, os programas destinados a eles de certa forma buscavam minimizar o potencial “ameaçador” dos jovens. Nesse sentido, além de ações de controle desenvolvidas pelo poder público, a partir dessa década, começa a emergir o reconhecimento dos problemas que afetam os jovens pobres, bem como o lampejo inicial de uma política de juventude mais organizada.

Segundo Sposito (2000) a partir dos anos 90 criam-se as políticas públicas com objetivo de minimizar os problemas que mais afetavam a juventude. Dessa forma destinavam programas esportivos, culturais, dentre outros com o intuito de controlar socialmente o tempo livre desses jovens, uma vez que esse tempo aparece como sintoma de perigo, sobretudo quando está associado à imagem do jovem pobre, de origem negra.

Pode-se afirmar que a lógica das intervenções públicas para jovens não mudou ao longo desses anos. O que se observa é a imagem de uma juventude perigosa, potencialmente violenta orientando a lógica das políticas públicas. De acordo com Abramo (2005) a maior parte dos programas concebe os jovens como problemas, sobre os quais é necessária uma ação para reintegrá-los à ordem social, por meio de estratégias como ressocialização, capacitação profissional, ou de uso do “tempo livre”.

Assim, a dimensão espacial torna-se um campo fértil para análise das políticas para os jovens. A trajetória das políticas públicas no Brasil demonstra que o controle dos jovens e de sua circulação na cidade são pautas importantes para os responsáveis pela segurança pública, sendo que muitas vezes as orientações dessas políticas funcionam para disciplinar a circulação e a ocupação dos grupos sociais no espaço urbano.

A partir dessa interpretação fica claro que as intervenções públicas partem dessa representação social construída sobre esses atores, ao mesmo tempo em que reproduzem tais representações na medida em que, em vez de romperem com essa lógica, a incorporam. Considerando o exposto, pode-se afirmar que a posição dos jovens pobres no tecido urbano está condicionada à intervenção do poder público nesses espaços. Segundo Rolnik (2002),

a intervenção do Estado nesses territórios tem-se dado geralmente através de programas e projetos que “racionalizam” os espaços, produzindo uma homogeneização dos mesmos.

Portanto, as intervenções estatais se voltam para imagens construídas sobre determinados territórios e seus moradores, funcionando como circuitos de territorialização dos mesmos em seu bairro, afastando-os dos benefícios que a cidade pode oferecer, impondo-lhes apenas uma circulação funcionalizada, em seu local de moradia. De acordo com Marques (2005) as ações estatais possuem um papel decisivo na produção da segregação e das desigualdades urbanas. Segundo o mesmo autor, o desenvolvimento de políticas de combate à segregação tende a aumentar a mesma, na medida em que “objetivam produzir e congelar localizações pensadas em termos de separação” (MARQUES, 2005: 51).

Esse processo de concentração dos diversos segmentos sociais em territórios definidos faz com que os jovens só conheçam uma parte da cidade. Ao se falar dessa mobilidade restrita enfatiza que a mesma não faz referência apenas à circulação dos jovens na cidade, mas está, sobretudo, ancorada na apropriação da cidade, já que o verdadeiro direito à cidade se “manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização à socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)”. (LEFEBVRE, 2001, 135).

Os efeitos ocasionados pelo controle dos jovens no espaço urbano são perceptíveis em várias esferas da vida social, de acordo com Cassab, et al (2008). No momento em que esse jovem se afasta do seu local de moradia, passa a carregar consigo estigmas profundamente marcados por sua origem. Dessa forma, o acesso aos benefícios da cidade extrapola o campo das experiências individuais, na medida em que as oportunidades passam a estar condicionadas ao direito que esses jovens têm à cidade, os quais vão marcar sua trajetória ao longo do ciclo da vida.

Essas políticas concentram-se em atender parte dos jovens mais pobres, por meio de um conjunto de serviços públicos que busca amenizar a situação-limite dos indivíduos, sendo que muitas vezes essa situação-limite é a própria impossibilidade do

acesso a tais serviços. Marcadas por ações pontuais em determinadas regiões da cidade, essas políticas se organizam como elementos de territorialização do jovem em seu bairro e funcionam para reforçar que o horizonte de cada indivíduo está também determinado pelo território a que pertence.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

BELLUZZO, L; VICTORINO, R de C. *A juventude nos caminhos da ação pública*. In: Revista Tempo Social. São Paulo, vol.18, n 4, 2004. < Disponível em: www.scielo.br. Acesso > em 17 jun. 2008.

BOCK, Sílvio D. *A inserção do jovem no mercado de trabalho*. In ABRAMO, M.H., FREITAS, M.Vde, SPOSITO M. P. (ORG). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2002.

CALDEIRA, Teresa. *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____, Teresa. *Cidade de muros-crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34. 2000.

CASSAB, M.A.T. *Processos de subjetivação da juventude na contemporaneidade: ação política em tempos de não política*. In: GUIMARÃES, M. T. C. e SOUSA, S. M.. G., *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas*, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia : cânone Editorial, 2009

CASSAB, M.A.T et al. *Políticas para a juventude e a Construção do espaço público*. Juiz de Fora, 2008 (mimeo).

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam., *Por um novo paradigma do fazer políticas - políticas de/para/com juventudes*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 19 (2), jul./dez., 2003.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

JUNCKEN, Eliane. *Jovens pobres e a construção de projeto de vida*. 2005. Mestrado em Psicologia (dissertação). Instituto de psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

JARDIM, Fabiana Augusta Alves. *Entre o desalento e a invenção: experiências de desemprego em São Paulo*. 2004. Mestrado em Sociologia (Dissertação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LAVINAS, Lena. *Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias práticas*. Documento de base para o Seminário Internacional da URB-AL, São Paulo, 14 a 17 de abril de 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MADEIRA, Felicia; BERCOVICH, Alicia. *A "Onda Jovem" e seu impacto na População Economicamente Ativa de São Paulo*. Planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n ° 8, dezembro, 1992.

MARQUES, E. *Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado*. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: SENAC, 2005, p.19-56.

NETTO, José Paulo. *Cinco notas a propósito da "questão social"*. In: Temporalis, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 4, 2001, p. 41-49,

NOVAES, R. *Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias um debate em curso*. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. de C. (Org.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 121-142.

NOVAES, Regina R. *Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção política*. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPÓSITO, Marília P. (org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000: 46-69.

POCHMANN, Márcio. *A inserção ocupacional e os empregos dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

ROLNIK, Raquel. *É possível uma política urbana contra a exclusão?* Serviço Social & Sociedade, n. 72, ano XXIII. São Paulo: Cortez, nov. 2002.

SPOSITO, Marília e CARRANO, Paulo. *Juventude e políticas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, n.24, set-dez, 2003.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1996.

TELLES, Vera da Silva. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) FFLCH/USP São Paulo, 1992.

Notas

1 Esse artigo é parte da pesquisa *Jovens pobres: de quem se fala* apoiada pela FAPEMIG.

2 O termo “periferia” é utilizado neste trabalho para designar regiões urbanas descentralizadas da cidade, menos desenvolvidas, com ineficiência de estrutura urbana básica, com baixa qualidade de vida, dentre outros. Mas também o uso desse termo faz referência às áreas de maior concentração da população pobre que habitam favelas, morros e outros locais desprovidos das necessidades básicas.

Maria Aparecida Tardin Cassab

*Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UFJF, Doutora em Psicologia pela PUC-RJ

Joseana Rodrigues dos Reis

**Graduada em Serviço Social na FSS/UFJF, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq

Ecologia e Socialismo

Bruno José da Cruz Oliveira*

RESENHA: Ecologia e Socialismo

LÖWY, Michael. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005. 96 p.

BOOK REVIEW: Ecology and Socialism

LÖWY, Michael. *Ecology and Socialism*. São Paulo: Cortez, 2005. 96 p.

O livro do autor Michael Löwy tem como proposta analisar as possíveis convergências entre o pensamento marx-engelsiano e os debates referentes à ecologia contemporânea. Löwy inicia o primeiro capítulo questionando a compatibilidade entre o marxismo e a ecologia. Assim sendo, o autor elabora três hipóteses que servirão de ponto de partida para o desenvolvimento da discussão. São elas:

- A ecologia não ocuparia um lugar central no pensamento marxiano;
- O arcabouço teórico-filosófico desenvolvido por Marx e Engels acerca da relação homem x natureza poderia resultar em diversas interpretações;
- A crítica do capitalismo desenvolvida por Marx e Engels é um elemento fundamental para o pensamento e a prática ecológica radical.

A principal crítica dos ecologistas ao marxismo seria o seu paradigma da dominação da na-

tureza pelo homem. O autor em questão pondera tal crítica afirmando que termos como “supremacia” e “dominação” nos escritos marxistas acerca significariam apenas o conhecimento das leis da natureza. Por conseguinte, Löwy faz referência a algumas intuições ecológicas presentes em passagens de textos elaborados por Marx e Engels como “Crítica ao Programa de Gotha” e “O Capital”.

Porém, a crítica empreendida pelos ecologistas pode encontrar algum fundamento no que diz respeito ao paradigma das “forças produtivas X relações sociais de produção”. Essa formulação, em seu sentido tradicional, não problematiza a dimensão ético-política do desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, há, segundo o autor, elementos nas formulações marxianas que seriam indispensáveis para uma autêntica crítica ecológica ao produtivismo capitalista como a crítica ao fetichismo da mercadoria,

No segundo capítulo, Löwy se debruça sobre a definição da categoria ecossocialismo. Assim sendo, elenca uma série de itens que concor-

Recebido em 02.07.2009. Aprovado em 14.08.2009.

riam para uma unidade entre a crítica socialista ao capitalismo e a crítica empreendida pelos ecologistas. Em seguida, aponta a questão ecológica como o principal fator impulsionador de uma renovação teórica na tradição marxista. Para tanto, o questionamento e ruptura com a concepção tradicional relativa à categoria *forças produtivas*, com a “*ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna*” (Löwy 2005:43) seria o tripé de sustentação dessa renovação.

Embora reconheça a debilidade desse processo, Löwy destaca dois autores que vem dando contribuições importantes para a sua afirmação. O primeiro é o norte-americano James O'Connor que reelabora à contradição forças produtivas x relações de produção adicionando uma nova contradição compreendida por forças produtivas x *condições de produção*. Esta última abrangeria os trabalhadores, o espaço urbano e a natureza. O segundo é o italiano Bagarolo que problematiza a categoria forças produtivas. Tal autor propõe uma diferenciação entre “forças potencialmente produtivas” e “forças efetivamente produtivas” em relação, principalmente, ao meio ambiente.

Continuando a sua análise, o texto apresenta um panorama das principais tendências do movimento ambientalista na atualidade. Aponta a forte presença das correntes eco-reformistas que, ao ignorarem a relação entre capitalismo e produtivismo, propõem o estabelecimento de formas de controle dos excessos, cujo principal exemplo são as eco-taxas. Outra tendência reside na afirmação do ambientalismo como um novo paradigma de intervenção sócio-política, estando o mesmo acima dos conflitos de classes. Por último, apresenta a *deep ecology* (ambientalistas fundamentalistas) que ao questionarem o antropocentrismo, nivelam todas as formas de vida.

Em seguida, Löwy define a categoria ecossocialismo, apresentado-a como “*uma corrente de pensamento e ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas*” (Löwy,2005: 47). Desse modo, o ecossocialismo empreenderia uma perspectiva crítica tanto à economia de mercado como ao “socialismo real”. Continuando a sua formulação, o autor apresenta alguns dos principais intelectuais que tem contribu-

ído ao longo dos últimos 30 anos para o desenvolvimento do ecossocialismo como James O'Connor, Jean-Marie Harribey e Frieder Otto Wolf. Ressalta que a corrente ecossocialista, apesar de não ser homogênea, possui dois argumentos comuns aos seus partidários. São eles:

- A expansão do modo-de-produção e consumo dos países centrais não pode ser expandido para todo o planeta devido ao aprofundamento da crise e possível colapso sócio-ambiental que provocaria;
- A manutenção da economia de mercado e do seu paradigma de progresso ameaça a sobrevivência da espécie humana.

Com base nessa argumentação, a crítica ecossocialista aponta as limitações do capitalismo, independente das posturas esclarecidas ou não dos capitalistas. Portanto, a idéia de um capitalismo ecologicamente correto seria, no máximo, uma manobra publicitária. Conseqüentemente, as posições ecossocialistas propõem uma mudança de civilização baseada na reorientação para a produção de tecnologias não-poluentes e na adoção de novas práticas de consumo, perseguindo a proeminência do valor-de-uso sobre o valor-de-troca. Entretanto, essa transformação seria possível somente se as próprias relações sociais de produção também se modificassem, dando lugar ao controle democrático e ecossocialista da produção.

No terceiro item do segundo capítulo, o autor em questão é taxativo ao afirmar a necessidade de abandonar, a tradicional dicotomia Forças Produtivas X Relações de Produção. Sobre essa questão, Löwy apresenta duas correntes que se confrontam no interior da esquerda ecológica. A primeira é a “Escola Otimista” que afirma ser possível a expansão das forças produtivas socialistas com o objetivo de atender às necessidades individuais da população. A segunda é a “Escola Pessimista” que defende a adoção de medidas controlistas que limitem o crescimento demográfico e o nível de vida das populações.

Criticando as duas correntes por se prenderem aos aspectos quantitativos do desenvolvimento das forças produtivas, Löwy apresenta uma terceira posição, da qual é partidário. Ela sustenta que é ne-

cessário direcionar a produção para o atendimento das necessidades elementares da humanidade, pondo fim ao desperdício de recursos típicos do capitalismo. Dessa forma, produtos como o carro individual e as armas, com os aspectos fetichistas que lhes acompanham, não encontrariam espaço nessa nova lógica de produção e de sociabilidade. Os possíveis e prováveis conflitos entre o atendimento das necessidades humanas e a preservação do meio-ambiente encontrarão suas resoluções livres das necessidades de acumulação capitalista.

Objetivando colaborar com a elaboração de um programa político que unifique socialistas e ambientalistas, Löwy se dedica à análise dos possíveis pontos de convergência entre os dois campos. Seriam eles; a defesa do transporte público, a crítica aos ajustes fiscais impostos pelo FMI e o Banco Mundial, a defesa e ampliação da Saúde Pública e a redução da jornada de trabalho. Em seguida, apresenta uma breve análise de um fenômeno mundial, ao qual se refere como *ecologia social*. A destruição de outros modos de vida não-capitalistas, poluindo o meio-ambiente e monopolizando recursos naturais, como a água, tem provocado reações de diferentes atores sociais, inclusive daqueles, aparentemente, sem maiores vinculações com o movimento ambiental. Haveria, portanto, segundo Löwy uma expansão da dimensão ecológica das lutas sociais.

No terceiro e último capítulo, o autor apresenta a necessidade da construção de uma ética ecosocialista. Três seriam as dimensões fundantes dessa perspectiva:

- A dimensão social, baseada na absorção cotidiana de valores e na adoção de ações coletivas, que possuam uma clara perspectiva anticapitalista e antiprodutivista, assentada na preservação do meio-ambiente como uma necessidade humana;
- A dimensão igualitária, na qual há a defesa radical da redistribuição planetária da riqueza;
- A dimensão democrática, assentada na defesa da democratização das decisões políticas e econômicas

Finalizando a sua obra, Löwy aborda a reflexão elaborada pelo filósofo Hans Jonas no seu

livro “O Princípio da Responsabilidade” (1979), sobre as ameaças que a destruição do meio ambiente traria para as gerações futuras. Afirma que o “Princípio da Responsabilidade” não pode abstrair da natureza a sua relação com o homem. Nesse sentido, as idéias milenares que apontam para a construção de uma sociedade igualitária e livre, da qual fazem parte a obra “Princípio Esperança” do marxista suíço, Ernst Bloch, não estão em contradição com a ética da responsabilidade, sendo, na verdade, complementares entre si. Em anexo, o texto apresenta o “Manifesto Ecosocialista Internacional” e a “Declaração de princípios da Rede Brasil de Ecosocialistas”.

Bruno José da Cruz Oliveira

*Assistente Social, Doutorando em Serviço Social pela UFRJ. Professor da Unigranrio.

Cidade, ambiente e política – problematizando a Agenda 21 local

Ana Carneiro*

RESENHA: Cidade, ambiente e política – problematizando a Agenda 21 local

ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília Campello do Amaral. BEZERRA, Gustavo das Neves. *Cidade, ambiente e política – problematizando a Agenda 21 Local*, Garamond, 2006, Rio de Janeiro, 133 p.

BOOK REVIEW: City, environment and policy - questioning the Local Agenda 21

ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília Campello do Amaral. BEZERRA, Gustavo das Neves. *City, environment and policy - questioning the Local Agenda 21*. Garamond, 2006, Rio de Janeiro, 133 p.

“Salvar o Planeta”; garantir “o futuro” às novas gerações; promover “a consciência ambiental”; proteger “os recursos naturais”. Repetidas como clichês, as boas intenções auto-evidentes do discurso ambientalista não dão brecha ao dissenso, protegendo-nos assim de qualquer reflexão crítica. Sobre o consenso, entretanto, há muito a pensar. É o que fazem os autores do livro “Cidade, Ambiente e Política: Problematizando a Agenda 21 local”, ao esmiuçar efeitos práticos e discursivos de noções que, à força da repetição, tornaram-se tão abstratas quanto apolíticas. A valiosa tarefa analítica tem por mote um evento significativo na difusão desta crença na realidade objetiva e no valor auto contido do repertório de “metas” em favor do “meio ambiente”. A saber, o surgimento de Agendas 21 locais, pautadas pela Agenda 21 que se elaborou durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a Rio-92. Ali se pregou o léxico ecologicamente correto sintonizado com o modelo identificado por Rancière como “pós-democracia consensual”, conforme citação do livro (p.23).

A Agenda 21 é um documento em que se apresentam as diretrizes para o “desenvolvimento sustentável” no mundo. Tendo sido assinada por 170 países, foi, ela mesma, exemplo das tecnologias de formação de consenso que prega: fóruns, conselhos e outros formatos “participativos” surgem ali como um campo de soluções para os problemas sócio-ambientais. Mas até que ponto estes novos espaços decorrem em resultados concretos?

Dentre as propostas elaboradas então, a de criação de Agendas 21 locais apareceu como expressão de uma arvorada nova institucionalidade política. De acordo com a Conferência de 1992, as Agendas 21 locais a serem formuladas pelos municípios restituiriam, no plano “local”, o que a desregulamentação do capital vem destruindo no nível nacional, isto é, a integração de interesses diversos da “sociedade civil” na constituição do espaço público. Assim, diferentes atores sociais encontrariam, pelo diálogo, soluções para o impasse entre “desenvolvimento econômico” e “sustentabilidade ambiental”, consi-

Recebido em 30.07.2009. Aprovado em 04.08.2009.

derando-se que os efeitos danosos do primeiro sobre o segundo têm na “sociedade” sua principal vítima. Mas se esta depende por sua vez do constante “desenvolvimento”, o dilema entre uma “natureza” entendida como limitada e uma expansão econômica necessariamente ilimitada, se resolve antes nos termos de “reduções de danos” do que de transformação efetiva. A expectativa otimista em relação a estas novas coletividades, portanto, apresentam já de saída os limites de uma preocupação que, por fim, é com a “sustentabilidade” do fluxo de capitais.

A proposição da Agenda 21 parte do princípio de que a unidade municipal é onde a sociabilidade e a ação política ocorrem “efetivamente”; onde o cidadão comum, mais próximo das esferas do poder público, pode de fato atuar. Note-se, entretanto, que este contexto “local” condiciona-se a instâncias decisórias de escala bem mais ampla, justamente a do fluxo internacional de capitais, assumido por organismos multilaterais como BID, FMI e Banco Mundial. Quando, a partir dos anos 80, os Estados nacionais viram reduzir-se sua área de atuação, e a gestão dos recursos, tidas como de ordem meramente gerencial, foram grandemente atribuídas a tais organismos (em nome da “boa governança”), não só as instituições privadas ganharam fôlego. Figuras híbridas entre Estado e sociedade, os chamados “parceiros” formados na experiência de ONG’s, conselhos, comissões e fóruns, apresentaram-se como alternativa promissora.

Estes formatos “participativos” definem-se pelo consenso a que devem, por princípio, chegar, reduzindo assim seu potencial dissonante, transformador. O litígio, campo de disputa necessário a toda ação política, é encoberto por uma série de inovações discursivas – categorias como “diálogo”, “consenso”, “boas práticas”, “enfoque sistêmico” e “visão de futuro” – supostamente neutros. Diluindo a experiência da diferença, anuncia o vencedor antes de iniciar a batalha. Além disto, as Agendas locais têm, como efeito do discurso que lhes dá forma, a criação de coletivos que sequer têm poder decisório, pois, conforme as diretrizes da Rio-92, entende-se que a “participação” dos “parceiros” consiste em uma atuação “lado a lado”. Com isto, as instâncias de debate apoiadas pelas Agendas limitam-se a mecanismos de persuasão sobre o poder público e os setores empresariais e financeiros. Como o primeiro é cada vez mais dependente dos

últimos, a lógica de convencimento é uma lógica de mercado; sustenta-se na idéia de que as práticas sustentáveis são “um bom negócio” para as cidades. Estas, entendidas como território “local” onde se concentram os problemas socioambientais, constituem o principal foco do modelo proposto, e devem aproveitar-se da dimensão simbólica de seu comprometimento com a causa, para concorrer à entrada de investimentos financeiros.

Conforme demonstra Henri Acselrad no primeiro capítulo do livro (“Território, Localismo e Política de Escalas”), a competição interurbana engendra um “urbanismo de resultados”, de mercantilização e desregulamentação. O “local” é “ora invocado como o *locus* de uma política alternativa de resistência, ora como arena de assimilação e adaptação ao discurso econômico dominante” (p. 14). A falta de regulações levada a cabo pela gestão urbana diminui custos de realocação das empresas oferecendo-lhes maior mobilidade e força econômica. As grandes corporações portanto ganham força política em detrimento dos atores menos móveis, como governos locais e sindicatos (p.31). Esta forma de transferência de poder é uma tendência geral do processo no qual o localismo territorial se associa à desterritorialização do capital, a descentralização do poder do Estado corresponde à centralização do poder financeiro, garantida pelo próprio Estado, e a ação coletiva desemboca na fragmentação espacial de setores sociais diversos. São estes os modos de captura pelos quais as redes locais criadas em torno da questão ambiental, revestidas por uma política consensualista, ao negar o conflito, acabam por negar a própria política.

A análise deste quadro, prenúncio da explosão da “crise global do capital financeiro” que ora conhecemos, é tão mais potente quando não se vê como denúncia de um “complot” ou de uma força “arquitetada” por atores sociais que, por ventura, se oponham à construção de um mundo social e ambientalmente mais justo. O processo é mais complexo, como demonstram os autores ao observar que os fluxos, definidos pelo que se chama *grosso modo* “globalização”, não são apenas financeiros e econômicos, como também discursivos. Se a própria noção de “natureza” é um *constructo*, seus usos enunciativos têm efeitos tão materiais, ou “reais”, quanto a imagem que se faz dela. É neste sentido que a exposição da primeira parte do li-

vro é enriquecida pela observação detalhada que se empenha nos dois outros capítulos. Nestes, temos acesso a exemplos concretos dos “efeitos de poder” próprios à dinâmica dos enunciados, pois que o mundo social não se faz sem estes. Seja através da lista de termos que se transformaram em senso comum nas temáticas socioambientais (Capítulo 2 – “Agenda 21 local – um glossário analítico para o debate”, por Cecília Campello do Amaral Mello), seja dos casos específicos de implantação de Agendas 21 locais no Estado do Rio de Janeiro (Capítulo 3 – “Consensualismo e competição interterritorial: a experiência da Agenda 21 no Estado do Rio de Janeiro”, por Gustavo das Neves Bezerra), os movimentos nem sempre coerentes da produção discursiva mostram-se fundamentais à reflexão sobre o exercício político. Como diz Ranciére¹ em citação no livro, a “política” não é um dado permanente, mas “uma maneira de conduzir conflitos e de fazer disso o próprio centro da vida comunitária” (p.86). Neste sentido, Jean Pierre Leroy (1991, p. 9-11) destaca a importância desta rara reflexão sobre os modos e efeitos da aplicação, fora do meio acadêmico, dos instrumentos teóricos criados pelas ciências sociais.

Conforme mostra o glossário analítico do segundo capítulo, o discurso em favor da justiça ambiental produz um efeito de teoria aparentemente inquestionável. Contudo, ao listar termos de presença obrigatória no léxico socioambiental, analisando-os, interconectando-os, o livro nos faz pensar sobre os pressupostos de tais categorias. E, para além dos verbetes não dicionarizados na “agenda” socioambiental, há ainda idéias sorrateiras que o glossário explicita, como as de “competição” e “individualismo”. Assim, cabe questionar “em que medida pressões democratizantes por parte da sociedade civil podem estar sendo respondidas com propostas despolitizantes” (p. 90). No terceiro capítulo, a idéia de uma gestão consensual do ambiente esbarra no fato de que este mesmo não é neutro, mas apresenta “características socioculturais múltiplas”. Baseando-se no estudo de caso de algumas experiências “participativas”, o autor nos dá a ver outras conexões; singulares, como em toda análise empírica. Ali, observamos com o autor que o “consenso” freqüentemente se mostra impossível, e os resultados disto vão em sentido contrário ao otimismo pregado pela “política-espetáculo”

orientada pelas Agendas 21 locais. Mas será que isto testemunha apenas o poder de “estabilizar tensões” efetuado pela manipulação simbólica do discurso ambiental? Seria o caso pensar como as Agendas, a despeito de seu poder “estabilizador”, podem movimentar outras micropolíticas, não previstas na agenda de intenções hegemônicas. O livro oferece-nos um poderoso arsenal de reflexão neste sentido.

Referências Bibliográficas

LEROY, J. P. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro, Vozes/Fase, 1991.

RANCIÈRE, J. *A História em Pedacos, Folha de São Paulo*, 11/11/2001. Caderno Mais, p. 3

Ana Carneiro

*Doutoranda do Museu Nacional da UFRJ

NORMAS EDITORIAIS

Periódico científico, semestral, produzido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Brasil.

Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social
UFRJ - Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação
Av. Pasteur, 250 – fundos
CEP 22290-240 – Rio de Janeiro - RJ

CONTATOS

Telefone (21) 3873-5386

(21) 3873-5385

E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Site: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/index>

DIRETRIZES PARA OS AUTORES

A Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social destina-se à publicação de trabalhos atuais e relevantes para o Serviço Social e áreas afins. Cada edição focaliza um tema previamente definido pela Comissão Editorial, enfatizando sua importância no contexto social contemporâneo.

Além disso, há uma parte reservada a temas livres que podem ser apresentados através de ensaios, pesquisas teóricas e aplicadas, experiências, conferências, resenhas e traduções.

Os trabalhos submetidos à publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea a outro periódico.

Todos os direitos editoriais são reservados à Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social. Nenhum artigo ou parte dele pode ser reproduzido em nenhum outro periódico, nem disponibilizado em meios, sem a expressa autorização por escrito do Conselho Editorial, e quando o fizer, deve constar o nome da revista, o número e o volume, as páginas e a data da sua publicação, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

Os trabalhos submetidos à publicação são analisados por pares, Membros do Conselho Editorial ou pareceristas “ad hoc”, os quais atribuirão um conceito quanto da validade da publicação do artigo, podendo sugerir aos autores reformulações ou adaptações às normas editoriais. A decisão final sobre a publicação dos artigos será da Comissão Editorial, baseada no programa editorial da revista. Durante o processo de submissão dos artigos serão verificados o rigor, a clareza e precisão quanto à produção científica, à reda-

ção, ao conteúdo e à probidade ético-teórica. As possíveis modificações de estrutura e conteúdo do texto serão acordadas entre os autores e a Comissão Editorial. Não serão admitidos acréscimos ou alterações ao texto, após sua avaliação e aceitação final. A Comissão Editorial assegura o anonimato para o(s) autor(es) no processo de avaliação, como também assegura aos avaliadores o sigilo de sua participação, permitindo liberdade para julgamentos e avaliações.

1) Seções

A Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social tem periodicidade semestral e adota normas técnicas da ABNT para publicações em periódicos científicos.

1) Artigos

Os artigos poderão ser encaminhados em português ou em espanhol, sendo também aceitos trabalhos publicados em revistas estrangeiras, em quaisquer idiomas, desde que traduzidos para o português (com exceção daqueles em espanhol), tendo os direitos autorais cedidos pelo(s) autor(es) e editor(es).

a) Pesquisas teóricas: análise de categorias e conceitos teóricos que questionem modelos existentes e levantem questões e hipóteses para pesquisas futuras (máximo de 30 laudas, incluindo desenhos, figuras, tabelas, fotos e referência bibliográfica). Deverá conter: introdução, desenvolvimento e conclusão;

b) Pesquisas Aplicadas contribuições destinadas a divulgar resultados inéditos de pesquisa de natureza teórico-empírica. São aceitos trabalhos completos com informações sobre temas relevantes (máximo 30 laudas).

c) Relatos de experiência profissional: estudo de caso contendo análise conceitual e descrição dos procedimentos de intervenção (máximo de 15 laudas, incluindo referências bibliográficas);

d) Entrevistas: entrevistas com pessoas que tenham contribuições teórico-profissionais relevantes para o Serviço Social e áreas afins. (máximo de 10 laudas, incluindo referências bibliográficas);

e) Resenhas: análises críticas de obras publicadas e assuntos concernentes a estudos de Política e Teoria Social e Serviço Social (máximo de 5 laudas, incluindo referências bibliográficas);

f) Comunicações e divulgação de opiniões sobre questões atuais e práticas da área acadêmica e social.

g) Resumos de dissertações e teses: descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no semestre de publicação da edição da revista. Os resumos devem conter no máximo 500 palavras, fonte “times new roman”, corpo 12, espaço simples. Na primeira linha, deve conter o título do trabalho em negrito; na segunda linha deve vir o nome do autor seguido do endereço eletrônico; na terceira linha deve vir o nome do orientador seguido dos nomes que compuseram a banca e sua filiação institucional; na quarta linha deve vir a data de defesa da dissertação ou tese e na linha seguinte, três palavras-chave. Indicar link para acesso do trabalho completo no acervo da CAPES.

1) Ilustrações: tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotos e mapas (no total, não poderão exceder o número de 5 (cinco).

a) Tabelas e Quadros: devem ser incluídos no próprio corpo do texto. Todas as tabelas e quadros devem ser numerados em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes (quando houver), e a cada uma deve ser atribuído um breve título.

b) Gráficos: devem ser encaminhados no corpo do texto, em preto e branco (escala cinza). Todos os gráficos devem ser numerados em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes (quando houver), com tamanho da fonte nunca inferior a 8pt.

c) Figuras e fotos: devem ser nítidas, em alta definição, resolução de 600 dpi em tamanho natural e salvas em arquivos JPG, TIFF ou BMP, somente em preto e branco. As figuras e fotos devem ser encaminhadas no corpo do texto. Todas as imagens (figuras e fotos) devem ser numeradas em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes (caso tenham sido publicadas anteriormente). Se as imagens forem oriundas da Internet, deverão ser citados o site e a data de acesso.

d) Mapas: devem ser nítidos, em alta definição, resolução de 600 dpi em tamanho natural, e salvos em arquivos JPG, TIFF ou BMP, somente em preto e branco. Os mapas devem ser encami-

nhados dentro do corpo do texto, devem ser numerados em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes, com tamanho da fonte nunca inferior a 8pt. Se as imagens dos mapas forem oriundas da Internet, citar o endereço do site e a data de acesso.

e) Anexos: todos os anexos encaminhados devem ser referidos no texto, e o tamanho total não pode ultrapassar 24cm de altura por 18cm de largura.

2) Encaminhamento e submissão dos artigos

Todos os artigos devem ser encaminhados através do Sistema Eletrônico de Editoração da Revistas Praia Vermelha, acessando o endereço:

<http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha>

É necessário cadastramento prévio do autor no sistema para submissão do artigo.

3) Ao encaminhar o artigo, o(s) autor(es) deverá(ão) assinar e enviar a Declaração de Responsabilidade e a Transferência de Direitos Autorais.

1) Declaração de Responsabilidade (deve ser assinada por todas as pessoas relacionadas como autores)

Título:

Autoria:

Certifico que participei da concepção do trabalho, em parte ou na íntegra, que não omiti quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo. Certifico que o texto é original e que o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, não foi enviado a outra revista e não o será enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela Revista Praia Vermelha – Estudos de Políticas e Teoria Social, quer seja no formato impresso ou no eletrônico.

Assinatura:

Data:

2) Termo de Transferência de Direitos Autorais (deve ser assinado por todas as pessoas relacionadas como autores)

Título:

Autoria:

O(s) autor(es) abaixo-assinado(s) transfere(m) todos os direitos autorais do artigo para a Revista Praia Vermelha – Estudos de Políticas e Teoria Social, sendo vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer meio de divulgação, sendo impresso ou eletrônico, sem que prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, fará constar o competente agradecimento à revista.

Assinatura(s)

Data:

4) Apresentação dos originais

a) Nome completo do(s) autor(es), formação profissional, titulação, filiação institucional e e-mail, em folha separada do corpo do artigo.

b) Folha de rosto sem identificação: Deve estar formatada em espaçamento simples entre linhas. Na primeira linha da página, inserir o título original do texto centralizado, em português, seguido de uma linha em branco. Na linha seguinte, título em inglês centralizado, seguido de uma linha em branco. A página da folha de rosto deve ser enumerada como “zero” e não deve ser exibida essa numeração. Observar a configuração de numeração de páginas do editor de texto;

c) Resumo e palavras-chave: O resumo deve vir logo abaixo do título em português antecedido por uma linha em branco, em um único parágrafo, com no máximo 100-150 palavras, sendo o alinhamento “justificado”, seguido de uma linha em branco. Na linha seguinte, listar o mínimo de três e o máximo de cinco palavras-chave em português (em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula), seguido de uma linha em branco;

d) Abstract e keywords: Devem ser precedidos pela tradução do título em inglês. O resumo em inglês (abstract) deve ser fiel ao resumo em

português, e não uma tradução “literal” do mesmo. Pede-se não usar tradutores eletrônicos. Ao final do “abstract”, inserir uma linha em branco e listar as “keywords” (versão em inglês das palavras-chave, em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula) ;

e) Formato: Os originais devem ser escritos em editor de texto e salvos na extensão “.DOC” , “.ODT” ou “.RTF” (não serão aceitos arquivos em “.DOCX”). O texto deve começar na página seguinte à folha de rosto, de acordo com a seguinte configuração: Tamanho da página A4; margem superior e inferior igual a 3 cm; margem esquerda com 3 cm e margem direita com 2 cm; espaçamento entre linhas duplo (ao longo de todo o texto a partir da primeira página do artigo, exceto nas citações, que devem estar em espaço 1 – não considerar a folha de rosto); fonte “Times New Roman” tamanho 12 (com 70 toques por linha ou 63 mil caracteres no total, incluindo referências bibliográficas); alinhamento do texto justificado com recuo de 2 cm para cada parágrafo; a numeração das páginas deve ser feita no canto superior direito começando pelo número 1. As referências bibliográficas devem vir logo em seguida, ao final do texto, e as notas, quando houver, após as referências bibliográficas, sem quebra de página para ambos;

f) Citações: devem ser observadas segundo as normas da ABNT, conforme segue:

1. Citação indireta: deve ser indicada através do sistema “autor-data”.

Ex.1:

De acordo com Netto (1991)... ; Segundo Netto (1991)...; Conforme o ponto de vista de Netto (1991)...

Se a referência do autor vier dentro dos parênteses, deve constar o sobrenome em maiúsculas, seguido do ano da publicação.

Ex.2:

... exaurido de um certo padrão de desenvolvimento capitalista (NETTO, 1991)...

2. Citação direta: até três linhas, deve vir dentro do corpo do texto, entre aspas seguido do sistema “autor, data, página”:

Ex.1:

... a apreensão do sentido do método para o Serviço Social não poderia ser outra, que não o identificasse como “um conjunto de regras sobre ‘como fazer’ e/ou pautas para a intervenção” (GUERRA, 2001:271).

Se a citação for superior a três linhas, deve vir recuada 0,5 cm do parágrafo (ver alinhamento do texto no item 4.b), sem aspas, fonte tamanho 11, espaçamento simples, seguido de referência completa entre parêntese, incluindo o número da página da citação:

Ex.2: O ano de 1968 produziu uma enorme voga intelectual para o marxismo em teoria geralmente em versões que teriam surpreendido Marx – e para uma variedade de seitas e grupos “marxistas-leninistas”, unidos pela rejeição a Moscou e aos velhos partidos comunistas como não suficientemente revolucionários e leninistas (HOBSBAWM, 1998: 81).

g) Notas: Devem ser reduzidas ao máximo, e na impossibilidade, solicita-se que sejam feitas ao final de cada capítulo. Não usar a formatação de notas de fim de capítulo do editor de texto Word for Windows. As notas devem ser inseridas no corpo do texto, através de numeração arábica entre parêntese. Após as referências bibliográficas, digitar o texto correspondente à ordem numérica das notas citadas. A formatação da notas de fim de capítulo deve seguir a seguinte recomendação: fonte “Times New Roman” tamanho 11, justificada. Quando houver citação, direta ou indireta, seguir as normas de referência pontuadas em “f.a” e “f.b” acima. Não usar recuo de parágrafo para as citações dentro das notas. Elas devem vir ao longo do texto, mesmo que ultrapassem três linhas. Deixar uma linha em branco entre cada nota.

h) Referências Bibliográficas

Todas as referências bibliográficas devem estar citadas no texto, em espaço simples, espaçamento entre linhas (antes e depois) igual a 6pt (ver no editor de texto Word – formatar, parágrafo, espaçamento), sem recuo de primeira, ou segunda linhas, que devem vir formatadas. Devem ser observadas as normas da ABNT, conforme segue:

1. Para livros (obra completa): Sobrenome completo do autor, em caixa alta (maiúscula), se-

guido das iniciais do nome em maiúscula, título da obra em itálico (se o título da obra tiver um subtítulo, apenas a primeira parte do título vem em itálico), local/cidade da editora, nome da editora e ano da publicação:

Ex1.:

NETTO, J. P. Ditadura e serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

Caso o livro se refira a uma coleção, composta de mais de um volume, indicar o número correspondente àquela obra antes do ano:

Ex2.:

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 1998.

Quando houver mais de três autores, deve-se indicar apenas o nome do primeiro autor conforme as normas acima, seguido de “et. al.” em itálico:

Ex.3:

FEIGUIN, D. et al. Um retrato da violência contra a mulher: 2.038 ‘Boletins de Ocorrências’. São Paulo: Fundação Seade, 1987.

Quando houver mais de uma obra do mesmo autor, na segunda referência deve-se omitir o nome do autor e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) toques “_____”:

Ex. 4:

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 1998.

_____. A questão judaica. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

Quando houver mais de uma referência do mesmo autor publicada no mesmo ano, deve-se omitir o nome do autor e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) “_____” e diferenciá-la usando “a” e “b” após o ano, seja em livros ou periódicos:

Ex.5:

SILVA, J. F. S. Justiceiros e violência urbana. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. Violência, Serviço Social e formação profissional In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 79, p. 133-147, set. 2004b.

2. Capítulo de livros: Sobrenome completo do(s) autor(es) em caixa alta, seguido das iniciais do nome em maiúscula, título do artigo seguido de “In:” em itálico, sobrenome do(s) organizador(es) da obra em maiúscula (no caso de mais de um organizador acrescentar “&”; no caso de três organizadores/autores, separar o primeiro e o segundo por “;” e “&” entre o segundo e o terceiro), apenas a(s) iniciais do nome do(s) organizador(es) em maiúscula, título da obra em itálico (se o título da obra tiver um subtítulo, apenas a primeira parte do título vem em itálico), local/cidade da editora, nome da editora, ano seguido da página inicial e final do artigo na obra:

Ex.1:

BUTTIGIEG, J. Educação e hegemonia In: COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. de P. (Org.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.

Quando houver mais de três autores, ou mais de três organizadores, deve-se indicar apenas o nome do primeiro autor/organizador conforme as normas acima, seguido de “et. al.” em itálico e demais referência bibliográfica para citação de obras completas ou organizada.

Ex.2:

VINAGRE SILVA, M. Ética, direitos humanos e projeto profissional emancipatório In: GUERRA, Y.; FORT, V. (org.). Ética e Direitos: Ensaos críticos. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2009.

Quando houver capítulo de livro cujo organizador é o próprio autor, suprimir a referência do nome e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) “_____”, seguido da referência completa da obra, e número de páginas do texto após ano de publicação:

Ex.3:

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

3. Periódicos: Sobrenome do(s) autor(es) em caixa alta (maiúscula), apenas das iniciais do nome em maiúscula, título do artigo seguido de “In:” em itálico, título do periódico em itálico, cidade de publicação, indicar o volume do periódico e o número correspondente daquele volume, seguido do ano de publicação e página inicial e final do artigo, conforme o exemplo abaixo:

Ex.1:

COUTINHO, C. N. O conceito de vontade coletiva em Gramsci In: Revista Katalisys, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2009., p. 32-40.

Quando houver mais de um autor, acrescentar “&” entre os autores. Quando houver mais de três autores, indicar a referência do primeiro autor, seguido de “et. al”.

Ex.2:

GUERRA, Y. et al. Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância dos seus fundamentos In: Revista de Políticas Públicas, São Luis, v. 11, 2007, p. 237-255.

Quando houver artigos diferentes do mesmo autor, suprimir o nome do autor da segunda referência e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) “_____”, seguido da referência completa do periódico, diferenciando o ano da publicação por “a” e “b”:

Ex.3:

VARGAS, J. D. Indivíduos sob suspeita: a cor dos acusados de estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal In: Dados, Revista de Ciências Sociais, v. 42, n. 4, p.729-760, 1999a.

_____. Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 40, jun., p. 63-82, 1999b.

4. Jornais: Sobrenome do autor, em caixa alta (maiúscula), iniciais do nome do autor em maiúscula, título do artigo, título do jornal em itálico, nome do local/cidade de publicação, data em algarismos arábicos seguido das três primeiras letras do mês de publicação, ano da publicação e número da página, conforme o exemplo abaixo:

Ex.: NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 jun., 1999, p.13.

5. Revistas (magazine): Sobrenome do autor em caixa alta (maiúscula), iniciais do nome do autor em maiúscula, título do artigo seguido “In:” em itálico, título da revista em itálico, número da edição e/ou número da revista, nome do local/cidade de publicação, data da publicação em algarismos arábicos (ou período da publicação – mensal, bimestral, semestral, etc.) e número da página, conforme o exemplo abaixo:

Ex.:

ALVARENGA, T. A eutanásia virá In: Revista Veja, Ed. 1.898, n. 13, São Paulo, 30 março de 2005, p. 98.

6. Publicação por órgão público brasileiro: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), ministério da publicação - com apenas as primeiras letras maiúsculas - título da publicação em itálico (se o título tiver um subtítulo, só a primeira parte do título fica em itálico), cidade da publicação, editora, ano, bem como o número total de páginas, conforme o exemplo abaixo:

Ex.:

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. Ciência e tecnologia e inovação: desafios para a sociedade brasileira (Livro Verde). Brasília, Academia Brasileira de Ciências, 2001. p. 278.

7. Constituição Brasileira: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), a palavra “Constituição” com apenas a primeira letra em maiúscula seguido do ano da publicação entre parênteses, título da publicação em itálico, local/cidade da publicação, órgão e ano da publicação, conforme o exemplo abaixo:

Ex.:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

8. Legislação: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), o número da lei em algarismos arábicos, data da publicação, nome por extenso da lei, título da publicação da legislação em itálico com apenas as primeiras letras em mai-

úsculas, local/cidade da publicação, data completa da publicação (atentar para informar apenas as três primeiras letras do mês), conforme exemplo abaixo:

Ex1.:

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

Legislação em meio eletrônico: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), o número da lei em algarismos arábicos, data da publicação, nome por extenso da lei, título da legislação em itálico com apenas as primeiras letras em maiúsculas, a palavra “Disponível em” - endereço do site onde se encontra disponível a publicação -, seguido da data do acesso do texto (atentar para informar apenas as três primeiras letras do mês e ano). Atenção: todos os links de endereços de site da Internet devem estar funcionando no arquivo do texto original. Ver exemplo abaixo:

Ex2:

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.estatutodacidade.com.br>. Acesso em: 12 set. 2002.

9. Publicações disponíveis em sites da internet: Sobrenome do autor em caixa alta (maiúscula), iniciais do nome do autor em maiúscula, título do artigo, título do site onde o texto se encontra disponível em itálico (se for o caso de uma revista eletrônica, informar o número da revista conforme exemplos acima), a palavra “Disponível em”, seguido do endereço do site onde se encontra disponível a publicação, data de quando o texto foi acessado (atentar para informar apenas as três primeiras letras do mês seguido de ponto antes do ano). Atenção: todos os links de endereços de site da Internet devem estar funcionando no arquivo do texto original. Ver exemplo abaixo:

Ex.:

MAGNOLI, D. O dom de iludir, Associação dos Docentes da UFRRJ, 09 de set. 2009. Disponível em:

http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/dom_de_iludir.htm

Acesso em: 10 de set. 2009.

10. Dissertações e teses: Sobrenome do autor em maiúsculas seguido apenas das iniciais do autor em maiúsculas, título em itálico (se houver subtítulo, apenas a primeira parte do título deve ser em itálico), indicação se trata-se de tese ou dissertação, programa de pós-graduação onde foi defendida, instituição de ensino superior que pertence o programa, local/cidade, ano.

Ex.:

SANSON, C. Trabalho e Subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

11. Comunicação em evento científico publicado em anais: Sobrenome do autor em caixa alta (maiúscula), seguido das iniciais do nome do autor, título do trabalho apresentado seguido de “In:” em itálico, nome do evento, local/cidade do evento, título dos anais em itálico, local/cidade, instituição promotora, ano de publicação e página (quando houver impressão):

Ex.: IAMAMOTO, M. V. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ABEPSS, Fortaleza. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Fortaleza: ABEPSS, 2004. Observar que todas palavras em outra língua, diferente do português, devem vir em itálico.

